UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ADRIANA TAVARES LIMA

De *Bracara Augusta* a Braga: análise toponímica de um concelho português

(Versão corrigida)

São Paulo
2012

ADRIANA TAVARES LIMA

De *Bracara Augusta* a Braga: análise toponímica de um concelho português

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patricia de Jesus Carvalhinhos

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Lima, Adriana Tavares

De Bracara Augusta a Braga: análise toponímica de um concelho português / Adriana Tavares Lima ; orientadora Patricia de Jesus Carvalhinhos. - São Paulo, 2012.
214 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Toponímia portuguesa. 2. Braga (concelho). 3. motivação toponímica. I. Carvalhinhos, Patricia de Jesus, orient. II. Título.

Nome: LIMA, Adriana Tavares

Título: De *Bracara Augusta* a Braga: análise toponímica de um concelho português

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A meus pais e amigos, que estiveram comigo ao longo da produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Patricia de Jesus Carvalhinhos, por todas as oportunidades de partilha de conhecimento, pelos auxílios e pela dedicação para que esta dissertação chegasse ao término.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Humberto Leonardi Ceschin, pela participação no Exame de Qualificação e pelas informações e indicações de obras.

À Prof.^a Dr.^a Valéria Gil Condé, por todas as sugestões oferecidas no Exame de Qualificação.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta pesquisa.

Ninguém porá um momento em dúvida a importância da Onomatologia. As invasões passam, os costumes modificam-se ou desaparecem, as condições físicas do solo variam, e contudo os nomes lá ficam muitas vezes, como marcos esquecidos, como centinelas do passado, a revelar grande número de factos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos.

José Leite de Vasconcelos

RESUMO

LIMA, Adriana Tavares. **De *Bracara Augusta* a Braga**: análise toponímica de um concelho português. 2012. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Sendo o estudo dos topônimos recurso para a compreensão de traços da língua e do homem denominador, o presente estudo foi concebido para oferecer contribuições relativas aos aspectos do meio físico e cultural em que esses nomes foram gerados, integrando-se ao Projeto Atlas Toponímico de Portugal (ATPor). Deste modo, este trabalho tem por objetivo verificar características semânticas de topônimos do concelho de Braga, Portugal, recuperando motivações transparentes e opacas que envolvem tais denominações, bem como analisar estruturalmente os nomes de lugar do mencionado concelho. Com base em trabalhos de Dick sobre teoria e análise científica de topônimos em suas variedades semânticas no Brasil (iniciados em 1980) e na aplicação destes conceitos por Carvalhinhos na toponímia de Portugal (a partir de 1998), reunimos apontamentos históricos e linguísticos referentes a questões particulares da Toponímia e, por extensão, da Onomástica como ciência dos nomes para determinarmos o perfil da motivação de nomes de lugares do concelho. O estabelecimento do *corpus* e a metodologia de trabalho pautaram-se em parâmetros de confecção de Atlas toponímicos, possibilitando sistematizar e quantificar dados para a descrição da toponímia local. Entre os quatrocentos e quarenta e três topônimos analisados, quatrocentos e dezenove foram classificados em taxionomias toponímicas, apontando um padrão motivador da dinâmica de denominação de entidades geográficas do concelho de Braga. A recuperação toponímica permitiu notar nomes relacionados ao período pré-romano e, sobremaneira, à época medieval, evidenciando aspectos do contexto físico e temas sociais que se referem aos séculos V a XII. De um lado, muitos nomes de lugares que procedem da natureza física refletem a geomorfologia, a vegetação e a constituição mineral do solo. De outra parte, modos medievais de demarcar propriedade, evidenciar os fatos sociais e a constituição de aglomerados humanos atuam na origem antropocultural da maioria dos topônimos do levantamento analisado. Nesse quadro, identificamos arcaísmos, revelando a manutenção de denominações no local.

Palavras-chave: Toponímia portuguesa; Braga (concelho); motivação toponímica.

ABSTRACT

LIMA, Adriana Tavares. **From *Bracara Augusta* to Braga**: toponymic analysis of a Portuguese *concelho* (municipality). 2012. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Because the study of toponyms is a resource for understanding the linguistic traits and also the man who gave the name, this study was conceived to make contributions related to the aspects of the physical and cultural means in which these names were created, becoming part of the Portugal Toponymic Atlas (Projeto Atlas Toponímico de Portugal – ATPor). Thus, this dissertation aims to verify which semantic features are present at toponyms of the municipality of Braga, Portugal, recovering transparent and opaque motivations involving such denominations as well as analyzing structurally the place names in the aforementioned municipality. Based on Dick's work on the scientific theory and analysis of toponyms in their semantic variants in Brazil (begun in 1980) and on the application of these concepts by Carvalhinhos to toponyms in Portugal (starting in 1998), we gathered historical and linguistic records regarding particular issues in Toponymy and, by extension, Onomastics as the science of names, in order to determine the motivational profile of place names in Braga. The constitution of the *corpus* and the methodology were based on toponymic Atlas' production parameters, making it possible to systematize and quantify data to describe the local toponymy. Among the four-hundred and forty-three toponyms analyzed, four-hundred and nineteen were classified in toponymic taxonomies, indicating a motivational pattern for the dynamic of naming geographic entities in Braga municipality. Toponymic retrieval allowed to find out names related to the pre-Roman period and, especially, medieval times to be found, providing evidence of aspects of the physical context and social themes that regard the V to XII centuries. On the one hand, many place names originating from a place's physical nature reflect the geomorphology, vegetation and mineral makeup of the soil. On the other, medieval manners of demarcating property, displaying social facts and constituting human settlements are active in the anthropo-cultural origin of the majority of the surveyed toponyms analyzed. In this situation, we identified archaisms, showing continuing use of denominations at the location.

Keywords: Portuguese Toponymy; Braga (*concelho*); toponymic motivation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mostra de campos da planilha do <i>corpus</i> (com adaptação).....	52
Figura 2 - Mostra da planilha preenchida com análise de campos.....	53
Figura 3 – Localização da freguesia de origem do topônimo Abrunheiros.....	59
Figura 4 – Mostra da toponímia da freguesia de Padim da Graça	148
Figura 5 – Posicionamento geográfico das freguesias de Mire de Tibães e de Parada de Tibães no concelho	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxionomias toponímicas de natureza física no concelho	157
Tabela 2 – Taxionomias toponímicas de natureza antropocultural no concelho	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxionomias toponímicas de natureza física no concelho.....	158
Gráfico 2 – Taxionomias toponímicas de natureza antropocultural no concelho.....	159

LISTA DE SIGLAS

A.F.	Acidente físico (elementos geográficos físicos: vale, serra, rio, etc.)
A.H.	Acidente antropocultural (elementos geográficos que resultam da intervenção do homem: freguesia, casal, aldeia, ponte, etc.)
ATPor	Projeto Atlas Toponímico de Portugal
CRISE	Cartografia: Rede de Informação de Situações de Emergência
DLP	Dicionário da Língua Portuguesa, de António de Moraes Silva
DH	Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa, de António Houaiss e Mauro de Salles Villar (Houaiss)
DOELP	Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado
DPLP	Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Priberam Informática
DRAG	Dicionário da Real Academia Galega, da Real Academia Galega
TET	Tentativa Etimológico-Toponymica, de Pedro Augusto Ferreira
VPL	Vocabulário Português e Latino, de Raphael Bluteau

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CONTEXTO HISTÓRICO DE BRAGA.....	6
1.1 Apontamentos geográficos físicos e humanos	7
1.2 Antecedentes: no tempo dos brácaros	8
1.2.1 Os castros.....	14
1.3 <i>Bracara Augusta</i>	16
1.3.1 A presença das freguesias	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
2.1 Estudos da toponímia: histórico	29
2.2 O topônimo como objeto de estudo	32
2.3 A Toponímia: relações entre a Lexicologia, a Terminologia e a Filologia	40
2.3.1 A recuperação toponímica	43
3 METODOLOGIA	46
3.1 Metodologia de trabalho	47
3.2 Constituição, tratamento e análise do <i>corpus</i> : critérios	49
4 ANÁLISE: OS TOPÔNIMOS DO CONCELHO DE BRAGA.....	61
Parte A – Análise da motivação semântica dos topônimos do concelho	63
4.1 Aspectos físicos na toponímia bracarense	63
4.1.1 Geomorfotopônimos: características do solo de Braga	63
4.1.2 Fitotopônimos: a vegetação	67
4.1.3 Litotopônimos: os minerais e a constituição do solo concelhio	75
4.1.4 Hidrotopônimos: as águas na toponímia concelhia.....	78
4.1.5 Outras taxionomias físicas	84
4.2 Aspectos culturais.....	87
4.2.1 A religião	88
4.2.2 O homem: antropotopônimos	93
4.2.3 Sociotopônimos: ruralidade e sociedade medieval	101
4.2.4 Poliotopônimos e ecotopônimos: aglomerados humanos e habitações de Braga	110
4.2.5 Os caminhos do concelho: hodotopônimos	118
4.2.6 Outras categorias antropoculturais	121
Parte B – Análise estrutural do sintagma toponímico	127
4.3 Características morfológicas gerais	127
4.3.1 Substantivos: as ocorrências de derivação sufixal.....	129
4.3.1.1 O sufixo <i>-eiro</i>	129
4.3.1.1.a Vegetais.....	129
4.3.1.1.b Noções coletivas.....	130

4.3.1.1.c Profissões ou ocupações	131
4.3.1.1.d Objeto de uso.....	131
4.3.1.2 Outros sufixos	132
4.3.1.3 Sufixos aumentativos e diminutivos: o contraste de proporções e de valores	134
4.3.1.3.a Aumentativos	134
4.3.1.3.b Diminutivos	135
4.3.1.4 Formação de plural: -s.....	141
4.3.2 Adjetivos	141
4.3.3 Adjuntos adnominais e marcadores toponímicos.....	145
4.3.3.1 Locativos: posicionamento espacial.....	145
4.3.3.2 Relações entre localidades e noções de posse	147
4.3.3.2.a Outras entidades geográficas	147
4.3.3.2.b Posse.....	150
4.4. Reflexões sobre arcaísmos morfológicos em antropotopônimos.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS.....	163
ANEXOS	181

INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa surgiu a partir de dois motivos, frutos de observações sobre o estudo da toponímia portuguesa. Consequentemente, tais itens fundem-se na composição da estrutura deste trabalho, como colocamos a seguir.

O contato inicial com os estudos dos nomes de lugares portugueses ocorreu durante acompanhamento de disciplina de pós-graduação na Universidade de São Paulo, no primeiro semestre de dois mil e nove. Na ocasião, observamos elementos linguísticos, bem como influências do ambiente físico e cultural, preservados ao longo do tempo por meio da fixação de nomes de entidades geográficas, acompanhando os estudos de autores como José Leite de Vasconcelos e Joseph-Maria Piel, realizados até o final do século passado, e o projeto de sistematização de Atlas da toponímia atual de Portugal. A partir do referido momento, brotou o desejo de analisar questões linguísticas do Norte do país (anexo a), parte do Noroeste da Península Ibérica.

Logo, essas experiências resumem-se na primeira motivação deste trabalho, que se configura como a oportunidade de reunir dados da língua e do denominador por meio da análise científica de topônimos, em perspectiva onomástica, para as áreas beneficiadas por esses estudos como recurso para a compreensão de itens físicos e de manifestações do homem em Portugal. A segunda motivação, interligada à primeira, refere-se à construção de contribuições e de reflexões iniciais para o tratamento de topônimos elencados em repertórios sincrônicos de acordo com o Projeto Atlas Toponímico de Portugal (ATPor), concebido e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Patrícia de Jesus Carvalhinhos.

A toponímia de Braga foi escolhida como objeto de estudo por se tratar de uma localidade com mais de dois mil anos de história, qualificada como uma das mais antigas cidades da Península Ibérica (LEAL, 1873, p. 449)¹, distinguindo-se por centralizar atividades administrativas e religiosas desde o período romano, posicionamento que acusa continuidade de ações ao longo de invasões sucessivas

¹ Considerando que a obra de Leal é extensa e foi publicada de 1873 a 1890, sem uma constância na impressão dos volumes, optamos por explicitar a qual volume a citação pertence sempre em nota de rodapé, de forma concisa. Neste caso, como a citação está contida no primeiro volume, indicamos v. 1. Assim, as próximas citações virão referidas apenas abreviadamente, contendo o volume. Usaremos a mesma estratégia para citar os volumes de outras obras que se enquadrem na mesma situação.

dos suevos, visigodos e dos árabes. Assim, a opção deve-se, sobremaneira, ao fato de Braga participar de um léxico comum peculiar ao Noroeste da Península Ibérica, diferenciado, segundo Piel (1989, p. 55-59), por portar elementos que refletem o vocabulário de uma oralidade antiga e um *tesouro toponímico* explicado, em parte, pela densidade populacional constante.

Nesse sentido, nosso trabalho visa verificar os aspectos semânticos dos topônimos do concelho de Braga, determinando o padrão médio motivador desses nomes. Para isto, utilizamos dados linguísticos e, respectivamente, extralinguísticos, constituindo parâmetros norteadores para a compreensão de estratos linguísticos que caracterizam e formam esses nomes de lugares. A par do objetivo específico, consideramos duas hipóteses. Considerando os resultados dos trabalhos de Carvalhinhos (1998 e outros), acreditamos que a toponímia de Braga também deverá ter-se fixado durante a Idade Média, entre os séculos XI e XII. Outra hipótese é que a toponímia concelhia preserva, igualmente, inúmeros arcaísmos morfológicos e semânticos.

A organização desta dissertação está vinculada diretamente com a especificidade da temática. Respeitando a ordem das três partes fundamentais (introdução, desenvolvimento e conclusão), a metodologia segue após a fundamentação teórica, conforme nossa intenção de abordar primeiramente conceitos teóricos principais para depois expor o método de trabalho.

Ao principiarmos um diagnóstico prévio do local para traçar o estudo toponímico, prontamente deparamo-nos com condições físicas, períodos históricos de relevo e conceitos que permeiam a divisão do território. Assim, oferecemos uma descrição de informações desde a presença dos brácaros ao estabelecimento de freguesia como unidade de povoamento no primeiro capítulo, buscando a compreensão de vestígios presentes nos nomes de lugares atuais do concelho e de contribuições linguísticas do português em desenvolvimento. Deste modo, o contexto histórico é delimitado até o século XII, momento do surgimento de Braga. Também introduzimos dados sobre as freguesias como divisão administrativa do território português contemporaneamente. Este ponto relaciona-se com nossa proposta inicial de trabalho, baseada na análise apenas dos nomes dessas menores divisões do concelho para verificar itens relativos à cosmovisão do denominador no momento da denominação e à evolução desses topônimos. Antes mesmo de nosso Exame de Qualificação, ampliamos o *corpus* para a obtenção de um panorama da

dinâmica da denominação em todo o concelho, possibilitando a articulação de conceitos teóricos e metodológicos próprios para a confecção de Atlas toponímicos. Deste modo, efetuamos a análise da totalidade de topônimos do concelho, um lugar dotado de recursos que lhe conferem uma caracterização urbana e que pode ser considerado toponimicamente peculiar, por seus nomes participarem da formação da língua portuguesa no Noroeste peninsular. Para entender a Braga atual, a *Bracara Augusta* romana, os castros pré-romanos, o homem, sua língua e suas denominações desenvolvemos o conteúdo deste primeiro capítulo, intitulado *Contexto histórico de Braga*.

No segundo capítulo, trazemos uma abordagem histórica do estudo dos nomes de lugares, antes e depois da sistematização como disciplina científica, e conceitos relacionados à transformação do nome comum a nome próprio. O escopo teórico da pesquisa pauta-se, sobretudo, nos estudos de Dick (1980, 1990) sobre a aferição da motivação toponímica a partir de um repertório de nomes do final da década de sessenta do século XX, produzido por meio da Carta do Brasil (escala 1:1.000.000). Em sequência, apresentamos relações da Toponímia com a Lexicologia, a Terminologia e a Filologia, entre outros conceitos fundamentais. A aplicação do processo de recuperação semântica, com o auxílio do método filológico, é mencionada como um recurso para casos de esvaziamento semântico e cristalização de sentido de topônimos em relação ao momento da denominação.

No terceiro capítulo, destacamos a metodologia de trabalho, baseada especificamente em Carvalhinhos (2009). A coleta de topônimos foi realizada no *corpus* do projeto ATPor. Este repertório de nomes de lugares de Portugal Continental, sistematizado em planilhas eletrônicas com a toponímia de distritos e concelhos (com campos que constarão em fichas lexicográfico-toponímicas), foi extraído de uma base de dados (que esteve disponível na rede mundial de computadores até o primeiro semestre de 2012), gerada a partir de Cartas do Exército Português (escala 1:50.000). A toponímia de todo o concelho de Braga apresenta mil topônimos, nosso *corpus* inicial. Após adaptarmos a tabela de acordo os objetivos de nosso trabalho, possibilitando, inclusive, buscar a freguesia de origem de cada nome de lugar, o recorte final passou a conter quatrocentos e quarenta e três nomes. Os dados obtidos sobre cada topônimo foram inseridos e analisados na planilha adaptada, permitindo a classificação em taxionomias toponímicas, a análise da morfologia e de abonações sobre a motivação de nomes

encontrados. Ao longo do processo de pesquisa, além de consultarmos registros em autores como Vasconcelos (1928a, 1928b, 1931), Piel (1933-1940, 1945, 1947, 1989), Nunes (1921), Menéndez Pidal (1950, 1952) e Leal (1873-1880), a carência de material específico para o estudo da motivação semântica de certos topônimos (principalmente nomes relativos a sedes de freguesias) conduziu-nos a fazer uso frequente de informações de páginas de internet² da Câmara do Município de Braga e de Juntas de Freguesias, documentos fornecidos por essas instituições oficiais bracarenses.

No quarto capítulo, oferecemos a análise global dos dados armazenados na tabela (concebida a partir de campos a constar em fichas lexicográfico-toponímicas em etapa posterior do ATPor), sistematização qualitativa dos topônimos classificados em duas partes maiores. Na parte A, há o estudo semântico dos nomes de lugares do concelho em taxinomias toponímicas de Dick (1990), o foco deste trabalho. Para isto, distribuimos os topônimos em duas procedências distintas: aspectos físicos e culturais na toponímia bracarense. Nesta organização, as formas do relevo e da constituição do solo, a flora e a hidrografia colocam-se, relativamente, em oposição à religiosidade, à propriedade da terra e às atividades oriundas do cotidiano. Outros campos, menos frequentes, levaram-nos a análises em conjunto que exigiram, igualmente, a aplicação e mobilização de recursos para a recuperação de traços significativos em vigor no ato da denominação.

Na parte B, realizamos uma abordagem complementar sobre aspectos estruturais dos topônimos, notadamente os morfológicos. Os sufixos e os adjetivos auxiliam a confirmar traços semânticos tratados na primeira parte, possibilitando formar um quadro geral da morfologia dos nomes de lugares no concelho, bem como o estudo dos marcadores toponímicos mostra referências a posições espaciais, a relações entre localidades e a noções de posse.

Por fim, seguem-se as principais conclusões obtidas ao longo do trabalho, com uso de dados quantitativos, para a retomada de aspectos expostos que, ao lado

² O mesmo ocorreu em relação a questões geográficas e estatísticas, entre outros dados, uma vez que procuramos utilizar informações pontuais e atualizadas sobre o local. Também usamos dois dicionários disponibilizados por tal suporte: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) e *Dicionário da Real Academia Galega* (DRAG). Destacamos que o DPLP foi escolhido por tratar-se de uma adaptação eletrônica do *Novo dicionário da Língua Portuguesa* (Porto, Lello Editores, 1996 e 1999) que traz informações atuais sobre o português europeu e brasileiro. Como não tivemos contato com a obra que serviu de referência ao DPLP (esgotada no fornecedor), citamos a versão eletrônica (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2012). Há uma lista de palavras pesquisadas no DPLP e no DRAG, bem como as datas das últimas consultas, nas referências desta dissertação.

de outros pontos observados, servirão para a continuidade de estudos sobre a aferição da motivação de topônimos de língua portuguesa. Após as referências utilizadas, adicionamos ilustrações complementares, assim como o *corpus* analisado.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DE BRAGA

1.1 Apontamentos geográficos físicos e humanos

O concelho³ de Braga situa-se geograficamente no Noroeste de Portugal Continental, no vale do Cávado. Capital do distrito, o concelho subdivide-se em sessenta e duas freguesias. No local, as peculiaridades naturais, somadas às atividades exercidas, concedem uma condição central em importância econômica e social.

Com área de cento e oitenta e quatro quilômetros quadrados, o concelho está posicionado entre serras, florestas e planícies verdes. A relativa irregularidade do relevo, composta por vales em contraposição a montanhas de pequeno porte, encontra-se alinhada aos rios principais, sendo o Rio Cávado o limite a Norte. As elevações da Serra dos Picos e da Serra dos Carvalhos configuram o extremo Sul. Ao todo, são predominantes as áreas de vale sem altitudes elevadas. A delimitação da localização de Braga, conforme notamos, relaciona o elemento físico *vale* ao nome dado a um dos rios de maior importância, o Cávado (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012a). Esse ponto corrobora com a afirmativa de Sapir (1961, p. 45), visto que a língua, principalmente por meio do léxico, reflete as questões do ambiente físico e social de um povo.

Antes dos feitos modernos no Norte de Portugal, acentuava-se a base rural em muitas cidades interiores, oriunda das depressões do terreno favoráveis à agricultura (RIBEIRO, 1991), Braga, contudo, tornou-se importante como centro administrativo local logo após a fundação. Na atualidade, o dinamismo nos âmbitos econômico e intelectual atribui à localidade o patamar de expoente urbano do Norte português (POEIRA; SOARES, 1997, p. 143). O concelho de Braga é considerado a capital do comércio, sendo o setor terciário o que mais emprega a população. Nos demais concelhos, há predominância do setor secundário (MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2007, p. 14).

³ Atualmente, a estruturação da divisão administrativa portuguesa continental é constituída por três divisões hierárquicas: distrito, concelho (ou município) e freguesia. Desta forma, os distritos subdividem-se em concelhos, sendo as freguesias as partes que compõem a divisão concelhia. Cf. item 1.3.1. O anexo b apresenta o distrito de Braga, dividido em concelhos. No anexo c, há um mapa do concelho de Braga com suas respectivas freguesias. Para todos os efeitos, consideramos dados da divisão administrativa portuguesa pesquisados até fevereiro de 2012.

As elevadas taxas de natalidade contribuíram para o fortalecimento econômico agrícola, artesanal e comercial, sendo as atividades desenvolvidas sustentadas por uma população jovem. Também esses índices impulsionaram os Descobrimentos Portugueses, o povoamento em ilhas atlânticas (Madeira e Açores) e o espalhamento pela África, Ásia e Brasil. No século XX, destacam-se as emigrações europeias, principalmente para a França (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, 2003, 3-13). Segundo os Censos de 2001, Braga é o concelho do distrito de mesmo nome com maior número de residentes (MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2007, p. 9). Números elevados de alta densidade populacional do concelho podem ser observados entre os quadros provisórios dos Censos de 2011 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2011).

A característica jovial da população concelhia relaciona-se com uma questão colocada em evidência atualmente. Em 2012, Braga foi escolhida como *Capital Europeia da Juventude*, título concedido pelo Fórum Europeu da Juventude a uma cidade europeia anualmente. Durante esse período, atividades de interação do jovem na sociedade são desenvolvidas no local (BRAGA 2012 CAPITAL EUROPEIA DA JUVENTUDE, 2012). Por outro lado, quanto às políticas sub-regionais de desenvolvimento e mobilidade, Braga é a sede da Grande Área Metropolitana do Minho (GAM), a terceira maior de Portugal (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012b).

De modo geral, podemos observar que a população urbana e jovem, juntamente ao posicionamento físico, são características promotoras da continuidade da distinção de Braga em relação ao demais concelhos do Norte português. Nessa esfera de recuperação, pretendemos averiguar condicionantes linguísticas e extralinguísticas em busca de traços que possam estar relacionados aos nomes de lugar. Iniciando por referências mais remotas, seguiremos até a consolidação do território português para reunir informações que possibilitem um panorama histórico concernente ao modo de vida da população do concelho, bem como as bases formadoras das freguesias.

1.2 Antecedentes: no tempo dos brácaros

Há mais de dois milhões de anos, o homem imprimiu sua marca no tempo ao deixar resquícios culturais com as pedras talhadas. Na Península Ibérica, o histórico dessas manifestações humanas mais remotas, caracterizadas por arqueólogos, alcança um milhão de anos aproximadamente, admitindo-se a origem africana por meio do Estreito de Gibraltar (SARAIVA, 1993, p. 13).

Acredita-se que o processo inicial de ocupação do território foi realizado nas partes litorâneas e meridional. Com o avanço do tempo, a derivação às terras interioranas seguiu-se pelos vales dos grandes rios, caminho de ordem natural e facilitador de penetração terrestre. Um dos principais focos de expansão territorial peninsular situou-se em uma região próxima a três importantes bacias fluviais, a do Douro e do Tejo (de vertente para o Atlântico) e a do Ebro (rumo ao Mediterrâneo) (RAPOSO, 1993, p. 41-95).

Dentre as diversas culturas disseminadas no Paleolítico Inferior, destacam-se duas concentrações de pouca comunicação entre si, sendo uma na região do rio Tejo e da Estremadura e outra nos territórios atuais de Minho e Galiza⁴, ao Norte do Douro. No espaço compreendido entre essas duas regiões, os mapas arqueológicos registram poucos povos existentes e de densidade reduzida, contudo quaisquer pressuposições acerca dos motivos desse espaçamento carecem ainda de descobertas e indicativos pontuais (MARQUES, 1985, p. 14-15).

As mudanças ocorridas no Neolítico apresentam bases significativas na cultura de subsistência além da caça. Pela ação do homem no solo, surgem as primeiras técnicas de armazenamento de animais e vegetais. O consequente aumento da população culminou em problemáticas relativas ao reconhecimento da coletividade e individualidade entre os grupos como a prática de guerra e construção de muralhas ao redor de seus lares. Progressivamente, desenvolve-se a organização social, condicionantes da vida em coletividade, a cerâmica de barro, a economia e as formas de expansão pelo território por terra e mar.

Os vestígios arqueológicos mais pretéritos conhecidos sobre Braga referem-se ao Bronze Final. O conjunto é representado por fossas e cerâmicas com procedência do Alto da Cividade, possivelmente o local de um povoado e de uma

⁴ Ao longo desta dissertação, para *Callaecia* (bem como as várias formas e grafias adotadas ao longo do tempo e na atualidade), optamos por oferecer as formas de acordo com as citações dos autores (Galiza, Galícia, Callaecia, entre outras).

necrópole (UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO, 2012). Entre os diversificados fatos históricos das comunidades do período, as movimentações de populações centro-europeias ao ocidente forneceram um estrato linguístico identificável por topônimos, hidrônimos e onomástica indígena, momento qualificado como a primeira vaga indo-europeia. Ainda por esse período, destaca-se o reino de Tartessos como pioneira unidade política na Península Ibérica referenciada em fontes escritas [FABIÃO, 199-?, p. 82-114]⁵.

A busca pelo ferro incrementa as viagens comerciais marítimas de povos do oriente por volta do século XI a.C. (SERRÃO, 2001, p. 40-41). No início da Idade do Ferro, por volta do século VIII a.C., os fenícios engajaram atividades colonizadoras pela Península Ibérica. Seguem-se a esses os colonizadores gregos e cartagineses [FABIÃO, 199-?, p. 79-201]. Nesse período, observa-se também a presença dos lígures (ALMEIDA, 1922). O desconhecimento total dos acontecimentos desse momento em solo português, do vale do rio Tejo ao limite Norte atual, inviabiliza a caracterização cultural. Existem apenas referências na literatura grega e latina, dotados de limitações. Acredita-se, contudo, na continuidade da permanência de comunidades humanas na região.

A instalação de comunidades de origem continental na Península Ibérica, portadoras de nova civilização, constitui um marco na Idade do Ferro e moldaram a geografia étnica do território às vésperas da colonização romana. Os vestígios desse momento são mais abrangentes em Portugal [FABIÃO, 199-?, p. 167]. Na primeira metade do século VI a.C, há vários povos denominados genericamente por celtas cuja origem é tema de discussão, contudo aponta-se que provinham do centro europeu e já haviam incutido seu modo de vida e valores religiosos nas encostas da França e da Inglaterra. Utilizavam o ferro enquanto os autóctones viviam na Idade do Bronze. Crê-se que não tinham unidade de tronco migratório, fato que se reflete na contribuição linguística deixada em Portugal conforme abordaremos. Os celtiberos parecem configurar a junção dessas tribos com os indígenas, caracterizada por envolver as habilidades agrárias dos autóctones com a inclinação naval dos invasores. Os traços da civilização céltica enriqueceram a língua e valores étnicos que, estendido aos lusitanos, marcaram no que tange a articulação para o domínio da terra (SERRÃO, 2001, p. 42-43)⁶.

⁵ O autor não menciona maiores dados sobre as questões linguísticas apontadas.

⁶ Cf. bibliografia aduzida na obra citada.

Os lusitanos deslocaram-se do centro da Meseta rumo à região situada entre o Tejo e o Douro por volta de IV a.C.. A provável origem étnica repousa nos iberos ou celtas (SARAIVA, 1993, p. 28-29). Desde Camões, os portugueses creditam seus mais vetustos laços de nobreza aos lusitanos. Esses ideais podem ter ascendência motivada pelo alcance do domínio da zona marítima entre Tejo e Cantábrico e pela respectiva conquista de segurança da área interior por homens de propensões guerreira e agrária (características somadas ao poder sobre quase toda Península Hispânica e que conferem posicionamento de destaque perante as demais nações ibéricas) (SERRÃO, 2001, p. 44-46).

Entre os anos de 138 e 136 a.C., a primeira expedição militar ao Noroeste da Península Ibérica é comandada pelo cônsul romano D. Junius Brutus. Após atingirem o rio Minho, as legiões de Roma voltam para o sul. Nesse percurso, envolvem-se em uma batalha contra os *bracari*, habitantes de povoados fortificados de um extenso território. Possivelmente, esse povo ocupava a área entre os rios Douro e Cávado (UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO, 2012).

Segundo estudo de Lemos (2007/2008, p. 205-230)⁷, são colocadas diversas hipóteses sobre a origem do local antes da edificação de *Bracara Augusta*. Uma delas seria a presença de um povoado proto-histórico, um grande castro. A inspiração é tida na menção feita por Plínio sobre o *oppidum* dos *bracari*, uma localidade central, fortificada e extensa. Mesmo sendo o texto ambíguo, não especificando se era um castro ou povoado novo no tempo do imperador Augusto, depreende-se haver sido a capital dos *bracari*⁸. A teoria é defendida, mas não confirmada por trabalhos de arqueologia. Uma segunda proposta considera o estabelecimento de um acampamento militar na colina do Alto da Cidade com relação às guerras cantábricas na terceira década a.C. (momento final de concretização da conquista da *Hispania*), hipótese sem registros arqueológicos como a primeira. Na terceira teoria, a colina de fundação de *Bracara Augusta* tinha sido um local comum de reunião dos habitantes de diversos castros dos *bracari*, tese pautada na centralidade estratégica terrestre e fluvial do lugar (embora seja o rio

⁷ Sobre os autores citados no estudo, bem como ao longo do texto, cf. Lemos (2007/2008).

⁸ Nesse contexto interpretativo, observamos que a localidade foi chamada *Bracarum Oppidum Augusta* por Plínio, sendo que *oppidum* sugere a existência de um povoado anterior à chegada de Augusto (Alarcão, 1973, p. 92).

Este o único adjacente à colina de Braga). Essa última proposta, de Alain Tranoy⁹ (1981 apud LEMOS, 2007/2008, p. 210), esteve adormecida, porém encontram-se as seguintes considerações:

[...] a reinterpretação de determinados monumentos e o achado de outros, permite avançar um pouco mais nessa possibilidade. Diga-se, em abono da verdade, que a primeiro estudioso a retomar a hipótese de um lugar não habitacional, embora sem citar Alain Tranoy, cuja obra é no entanto bem conhecida, foi António Rodríguez Colmenero (2006). Para este investigador o lugar onde foi fundada Braga terá sido uma *locus* sagrado, na II Idade Ferro, à semelhança de *Lucus* (bosque sagrado) *Augusti*. Teríamos assim como regra a fundação das capitais da *Callaecia* em lugares sagrados pré-romanos.

Também num recente e excelente artigo Rui Morais (2005) estuda o contexto da fundação da capital da *Callaecia* meridional.

Em nosso entender a interpretação arqueológica da colina onde foi fundada *Bracara Augusta* é muito mais complexa. Há, de facto, toda uma série de indicadores arqueológicos favoráveis a uma hipótese que inclui diversos vectores, para além da componente sagrada [...]. (LEMOS, 2007/2008, p. 210, grifos do autor)¹⁰

Assim, por meio de uma análise de dados realizada, o autor admite que a região, a tornar-se *Bracara Augusta*, foi um espaço comum onde os *bracari* cultuavam deuses e tratavam assuntos, de acordo com o estado comunitário da época (LEMOS, 2007/2008, p. 229-230). A origem celta na base da palavra *bracari*, admitida por Luján Martínez (2006, p. 726) e apontada por Lemos (2007/2008, p. 230), corrobora para a identificação do nome com uma etnia em comum, embora não se possa atribuir um significado pontual à palavra¹¹.

Piel (1989, p. 10-11) afirma que, de modo geral, a assimilação do latim foi realizada em poucas gerações, porém mais lenta em certas regiões periféricas do Noroeste da Península Ibérica devido a condições de acesso ou a colonização tardia. As línguas dos povos pré-romanos de tais territórios deixaram ao latim provincial, antes de desaparecer, um conjunto de termos relacionados, muitas

⁹ TRANOY, Alain. **La Galice Romaine**. Paris: Difusion du Bocard, 1981.

¹⁰ Transcrevemos as referências das obras apontadas na citação em destaque (LEMOS, 2007/2008): RODRÍGUEZ COLMENERO, A. - (2006) - La "Fonte Do idolo" (Braga), Santuario Rupestre de una Ciudad Romana (texto inedito); MORAIS, Rui - (2005) - Ab Urbe Condita. Desde a Fundação da Cidade de *Bracara Augusta, Sagvntvm (P.L.A.V.)*, 37, pp. 125-138.

¹¹ De modo geral, observa-se que a história da Península apresenta escassos vestígios humanos e testemunhos artísticos antes da conquista romana, imersos em problemas de interpretação. Nesse contexto, inserem-se nomes de povos, e tribos de diversas origens, assim como designações geográficas (LAPESA, 2005, p. 13). Podemos observar a questão segundo o apontamento em relação ao significado de *bracari*.

vezes, a noções concretas particulares, “[...] para as quais faltava, ou parecia faltar, na língua dos dominadores uma expressão equivalente”¹². Entre outras categorias desse grupo, há conceitos topográficos como *mouta*, *várzea* e *veiga*, além de espécies vegetais como *carrasco*, formas presentes em nosso *corpus*. Geograficamente, os elementos pré-latinos do léxico português acusam repartição consideravelmente desigual, podendo abranger zonas vastas, além dos Pireneus, ou zonas apontadas como *galaico-portuguesas*. Elementos linguísticos celtas e anônimos, de mesma família indo-europeia, juntam-se a outros, podendo ter raízes em línguas aparentadas com o basco ou com um substrato qualificado como *mediterrâneo*¹³. Considerando um substrato lígur, que abrangia desde a Ligúria até a Península Ibérica, Menéndez Pidal (1952, p. 170-178) relaciona topônimos como Lama e Lameira, que compõem o *corpus*, bem como outros vinculados ao mesmo contexto (conforme abordaremos na análise).

Logo, os nomes de lugar singularizam-se pelo caráter documental de línguas primitivas, por vezes únicos resquícios imbuídos de elementos peculiares como os morfológicos e semânticos (MENÉNDEZ PIDAL, 1952, p. 5). Nesse sentido, observamos que os topônimos, ao refletirem a história portuguesa, apresentam traços subsistentes do período pré-romano por meio de formas latinizadas como *Braga*, do latim *Bracara*¹⁴ (CÂMARA JUNIOR, 1979, p. 209).

Dada a relação de nomes de localidade com indícios da língua de povos pré-romanos, destacamos o seguinte caso, em virtude de a atual Braga ter ocupado tal divisão:

O próprio nome da província romana do Noroeste pode ser invocado como testemunho da sua celticidade, dominante em vésperas da romanização, pois o tema de GALL-AECIA parece inseparável do de GALLIA, país celta por excelência. É sabido que o etnónimo, que lhe deu

¹² Piel (1989, p. 10).

¹³ A própria situação geográfica peninsular configurava a região como ponto de contato entre distintas civilizações, a exemplo dos fenícios e gregos. Cf. BALDINGER, Kurt. **La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica**. Madrid: Editorial Gredos, 1963. Versão castellana de Emilio Lledó e Montserrat Macau.

¹⁴ Outros exemplos do autor sobre latinização de indícios pré-romanos: “[...] *Coimbra* (lat. *Conimbriga*), *Lima*, *Mondego* (lat. *Mondaecus*) e assim por diante” (CÂMARA JUNIOR, 1979, p. 209). Sobre as fontes de topônimos antes da conquista, destacamos a afirmação de Untermann (1962, p. 8): “[...] nomes toponímicos pré-romanos são conhecidos por toda a Península, mas na sua maior parte são tardiamente indicados pelos autores latinos do tempo do Império e pelos autores gregos; por conseguinte de uma época em que a toponímia regional já estava fixada ao tempo da incorporação da Península no Império Romano” [Sic]. Cf. UNTERMANN, Jürgen. Áreas e movimentos linguísticos na Hispânia pré-romana. **Revista de Guimarães**, n. 72 (1-2) Jan.-Jun. 1962, p. 5-41.

origem, GALLAECUS, é formado por meio de um sufixo incontestavelmente autóctone, o qual, além de *galego*, se tornou produtivo em bastantes palavras galego-portuguesas e espanholas terminadas em *-ego* / *-iego* [...]. (PIEL, 1989, p. 58, grifos do autor)

As reminiscências linguísticas, ao lado do tipo de elevações de solo presentes em Braga, levam-nos a considerar a seguinte afirmação de Menéndez Pidal¹⁵ (1950, p. 405): “Si nos fijamos em los nombres topográficos que designan una elevación del terreno aislada y de menor altura que el monte, veremos la convivencia de múltiples voces prerromanas, romanas y románicas”.

A dificuldade em precisar dados, destacada por linguistas e arqueólogos, conduz a necessidade de se recorrer ao substrato pré-romano. Ainda assim, podemos notar que os nomes próprios de lugar distinguem-se pelo caráter de preservação ao atuar como marcador histórico das mais remotas civilizações e manifestações, caracterizando o assinalamento de partículas de pretérita origem.

1.2.1 Os castros

Como podemos verificar, o território ocupado pelos *bracari*¹⁶ possui relação com povoados fortificados. Em relação à menção ao *oppidum dos Bracari*, pode-se observar que, segundo Vasconcelos (1931, p. 280, grifos do autor), *castro* é uma forma proveniente de *castrum*, “[...] que no latim da decadência significava «oppidum»”. Embora a cartografia de aglomerados proto-históricos seja elucidativa, compreende-se, a presença de inúmeros castros, grandes e pequenos, ao redor da colina de Braga (LEMOS, 2007/2008, p. 208).

Numerosos no Norte de Portugal em virtude das condições de defesa e isolamento do terreno, os castros eram povoações em localidades elevadas com muros de pedra solta ao redor. As casas, também de pedra nas mesmas condições, cobriam-se de giesta ou de colmo, formando grupos com certos traços de coletivismo. Dentro da fortificação, dupla ou tripla, dispunha-se um espaço para

¹⁵ Nesta oportunidade, o autor faz o estudo “La toponimia de *collis*, *podiu*, *altariu*, etc.”. Título elencado no índice da obra (p. 550).

¹⁶ Em relação aos povos caracterizados como celtas, consta que os brácaros constituíam diversos povos particulares (LEAL, 1873, p. 463). Cf. v. 1.

culturas ou gado. As dimensões, assim como o número de habitantes, eram variáveis.

Certos castros surgiram no Neolítico, outros passaram pela romanização, alguns foram habitados continuamente por dois ou três milênios, mantendo um conjunto de diversas influências civilizatórias. O grande número em cabeços¹⁷ do Noroeste peninsular aponta uma densidade humana em grande foco, que persiste até a atualidade. Existem ruínas de castros na Galiza, nas Astúrias e em Portugal inteiro, sendo raros no Sul¹⁸ (RIBEIRO, 1991).

Vasconcelos (1895, p. 3-7) classifica os castros em *pré-romanos* (subdivididos em *neolíticos*, *mistos* e *proto-históricos*) e *luso-romanos*. O monte em que o castro estava assentado não era isolado sempre, pois, às vezes, era possível ligar-se a outro por um dos flancos. Quanto ao emprego da palavra *castro*, o autor faz as seguintes afirmações:

Alem do nome *Crasto*, que o povo applica sempre porem como *nome proprio*, e nunca como *nome commum*, usam-se outros no nosso onomastico, como *Castélllo*, *Castéllo*, *Cividade*, *Cêrca*, *Crastello*, *Crestim*, *Castellinho*, *Citania*, *Cidadelhe*, etc., juntando-se-lhes tambem epithetos, por exemplo, *velho*, como acontece com varios montes chamados «Castellos Velhos».

[...] Fallando da Hispania, no tempo dos Romanos, diz o auctor dos *Commentarii de bello Hispaniensi*: «Grande parte das cidades d'esta provincia estão tambem defendidas geralmente por montes, e construidas em sitios de sua natureza elevados, de modo que é difficil o accesso e as subidas para lá» [...]. Estas cidades ou *oppida*, de que falla o auctor latino, são os castros. (VASCONCELOS, 1895, p. 3, grifos do autor)¹⁹

Muitas vezes, os romanos obrigaram os habitantes dos castros a desceram para a planície, ficando essas construções arrasadas ou abandonadas (também o abandono podia ocorrer espontaneamente). Em outros casos, houve dominação nos próprios castros. É um fato raro o concelho português montanhoso sem a existência

¹⁷ Segundo análise de Carvalhinhos (1998, p. 79), *cabeça* e derivados referem-se a formas orográficas. Para Houaiss (DH), esse elemento (*cabeço*) corresponde a um “cume convexo e arredondado de um monte ou de uma pequena serra” ou “monte relativamente pequeno e arredondado”.

¹⁸ Para Fabião [199-?, p. 191-192], entre os séculos V e II a.C. inicia-se o esboço de transformações nas comunidades da zona litoral entre Douro e Minho, configurando características da chamada cultura castreja do Noroeste peninsular.

¹⁹ Considerando o ponto de vista onomástico referido no trecho, destacamos que o emprego de *Castro* ou *Crasto* é passível da intersecção entre Toponímia e Antroponímia (cf. 2.2). Em nota (na mesma página), Vasconcelos aponta que a citação do autor latino pertence ao capítulo VIII da obra citada (*Commentarii de bello Hispaniensi*).

de castros. A presença de um monte ou de uma elevação simples do terreno leva à aplicação dos nomes mencionados.

No caso do concelho de Braga, com certas elevações de terreno, os nomes de aglomerados humanos Castro Mau, Cividade e Crasto, presentes em nosso *corpus*, correspondem às afirmações de Vasconcelos. Como podemos notar, as povoações fortificadas ligam-se ao modo arcaico de ocupação do solo português, portando reminiscências em nomes de localidades até os dias atuais.

1.3 *Bracara Augusta*

Percorrer a história de *Bracara Augusta* constitui uma tarefa desafiadora, trabalho imbuído de fragmentos que atravessam dois mil anos, conforme afirma Martins (2000, p. 265). Conscientes da problemática observada, centramo-nos em disponibilizar dados compatíveis com nossa intenção de considerar fatos de relevo que tecem a história do período.

A anunciada presença romana na Península Ibérica remete-nos à conquista concluída pelo imperador Augusto (ALARCÃO, 1973, p. 48). Desse processo, decorrem transformações administrativas, econômicas e culturais, também percebidas por formas onomásticas relativas ao período.

Durante visita à Península em missão de pacificação nos finais do primeiro milénio anterior a Cristo, Augusto concedeu seu próprio nome honorificamente na distinção oficial de cidades²⁰, uma forma de marcar relações cordiais. Em *Bracara*, a junção de nomes em *Bracara Augusta* exemplifica a romanização instaurada

²⁰ Segundo Fabião [199-?, p. 228], Augusto é o título adotado por Octaviano ao assumir o poder em Roma no ano 27 a.C.. O mesmo fato ocorreu com os nomes *Eméríta* (*Mérida*) e *Saragoça*, tornados *Augusta Eméríta* e *Caesarea Augusta*. Ação semelhante foi realizada antes no sul por Caio Júlio César nos exemplos *Praesidium Julium* (Santarém), *Felicitas Julia* (Olisipo) e *Liberalitas Julia* (Évora). Outro exemplo de homenagem a romanos ilustres na toponímia de Portugal, presente em Câmara Junior (1979, p. 209), corresponde à atual forma *Chaves*: “[...] (*Aquis*) *Flaviis*, estância de águas termais dedicada ao imperador Flavius Vespasianus”. Para Fustel de Coulanges (1975, p. 111-116), no mundo antigo (do ponto de vista ocidental), embora *cidade* e *urbe* não fossem palavras sinônimas como são empregadas em português, observa-se um ponto de relevo em relação ao nome do fundador: “Surpreendemo-nos, à primeira vista, quando nos autores antigos se vê não haver cidade alguma, por mais antiga que seja, que não pretenda conhecer o nome do seu fundador e a data de sua fundação” (FUSTEL DE COULANGES, 1975, p.111). Cf. FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. Tradução de Jonas Camargo Leite, Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.

(AMEAL, 1974, p. 15-16). Dessa forma, o nome configura-se em um símbolo da aliança firmada entre o Império Romano e as elites dos *bracari* (LEMOS, 1998, p. 6)²¹.

O triunfo do latim, tornado língua comum das províncias romanas em relação às línguas autóctones, deve-se à condição de instrumento de civilização e organização política superiores²². Antes da expansão além da Itália, muitos elementos *mediterrâneos*, etruscos e gregos já haviam sido assimilados, conforme mencionamos. Depois, outras adições ocorreram com a admissão de termos de povos submetidos ao poder romano, como celtas e germânicos (PIEL, 1989, p. 10-11).

A fundação de *Bracara Augusta* relaciona-se com a criação de centros regionais novos em povoamentos que já acusavam alguma existência [FABIÃO, 199-?, p. 238-248]. A localização central, com densidade de povoamento, contribuiu para o considerável crescimento nos finais do primeiro milênio a.C., embora com desconhecimento da vida urbana. Esse diferencial pauta o protagonismo de cunho político e administrativo local por muito tempo e por vasto território. A referência temporal para a fundação pode situar-se por volta do ano 16 a.C.²³. Relaciona-se a Augusto a organização urbana da cidade, dotada, portanto, do rigor romano. A própria concepção urbana da cidade foi programada para grandes proporções, alargada diferentemente ao longo dos séculos (MARTINS, 2000, 269-270).

Segundo Alarcão (1973, p. 50-52), o mesmo caso cronológico relaciona-se à reorganização do governo da Hispânia, determinada por Augusto, fato que dividiu o local em províncias: Bética, Lusitânia e Tarraconense. No tempo de Cláudio ou Vespasiano, essas três cisões foram divididas em conventos jurídicos, circunscrições judiciais. O convento *bracaraugustano* teve sede em *Bracara Augusta*. Também, segundo Martins (2000, p. 270), a posição de sede de convento dotava o local de funções religiosas, além das fiscais. Havia vinte e quatro cidades

²¹ Sobre os autores citados ao longo de todo o texto, cf. LEMOS (1998).

²² Quanto à questão do latim no contexto elencado, destaca-se o seguinte dado: “Como sucede com todas as línguas de civilização, o vocabulário do latim apresentava [...] **dois aspectos**, sociologicamente condicionados: um, conservador-literário; outro progressivo-popular. Foi este último que, depois da ruína da civilização antiga, se tornou decisivo na elaboração do léxico românico [...]” (PIEL, 1989, p. 11, grifos do autor).

²³ Encontramos outras datas aproximadas para a fundação em outros autores, como Almeida (1922, p. 54), porém consideramos a indicação em proximidade fornecida nos estudos de Martins (2000, p. 269), uma vez que tal ato deve ter ocorrido ao fim das guerras cantábricas, sendo desconhecida uma data exata.

nesse convento com habitantes de diferente origem étnica em relação aos da Lusitânia (SARAIVA, 1993, p. 35).

Quanto à ocupação do solo em nível lusitano durante a romanização, é observável a construção de castros nas alturas, estendidos em citânias ou cidades com predomínio do coletivismo agrário. Por ordens das tropas de Augusto, engajou-se a descida desses aglomerados às planícies, em virtude da questão urbana e de melhor organização administrativa. O tipo de organização nas citânias ou cidades passa ao molde romano das vilas²⁴, de base fiscal e agrária. A vila resultava de propriedades indivisas de determinado grupo, com contorno delimitado por padrões²⁵. Sobre a modificação ocorrida, observamos as seguintes afirmações:

Nas *citânias* há um embrião de governo, localizado no *oppidum* – zona onde se erguem os castelos ou fortalezas – que preside às aglomerações cintadas de muralhas. Há também uma esquemática divisão em classes: o chefe, os seus companheiros e iguais, os *famuli* ou serventes. Em cada *citânia* se esboça assim um microcosmo relativamente homogêneo, apto a ser, junto a outros da mesma espécie, integrado em mais vastos conjuntos.

Ao coletivismo inorgânico das *citânias* ou *cidades* sobrepõe Roma o molde diverso – sobretudo fiscal e agrário – das *villas*, tais como já florescem no distante Lácio. De cada propriedade indivisa, atribuída a determinado grupo, faz uma *villa*, cujo contorno é desenhado por padrões. Dirige-a o antigo chefe da *citânia*, agora transformado em *dominus* ou *possessor* – responsável pelo imposto ante os funcionários romanos. (AMEAL, 1974, p. 17, grifos do autor)

Sequencialmente, há o aparecimento de uma nova divisão, “[...] em *possessores*, *ingenui* e *servi*, correspondente à velha distinção entre chefes, companheiros e fâmulos” (AMEAL, 1974, p. 17-18, grifos do autor). Ocorrem transformações consideráveis a respeito das relações instauradas, havendo manutenção de características de um aglomerado humano anterior, as citânias²⁶:

²⁴ Para Alarcão (1973, p. 104-106), as vilas romanas de Portugal constituem um domínio praticamente inexplorado pela arqueologia, fato que leva a questionamentos e poucos conhecimentos em áreas como a economia destas propriedades rurais. É possível que os proprietários ricos do período pré-romano tenham passado a latifundiários romanizados. Vale lembrar, porém, que a obra de Alarcão já é relativamente antiga, e que, ainda que não mencionemos aqui deliberadamente, temos conhecimento dos avanços na exploração arqueológica em Portugal nas últimas décadas, resultando em inúmeras publicações. Como nosso objetivo é eminentemente linguístico e não histórico, optamos por manter apenas a referência de Alarcão, sem efetuar uma revisão bibliográfica dos estudos arqueológicos portugueses recentes.

²⁵ Neste contexto, a acepção de *padrão* é “marco de pedra”. Tal observação, de Carvalhinhos (1998, p. 129) com apoio em Brunswick (1910), também se relaciona ao topônimo *Padrões*, estando a forma *padrão* presente em nosso *corpus*. Cf. BRUNSWICK, E. (Coord.). **Dicionário da antiga linguagem intercalado com grande número de vocábulos de obscura significação**. Lisboa: Lusitana Editora, 1910.

²⁶ Sobre a persistência de características arcaicas, também encontramos a seguinte afirmação: “Até aos nossos dias chegam vestígios de um primitivo comunitarismo agropastoril e discute-se sobre a

Ao centro da propriedade que o *dominus* cultiva por conta própria levanta-se a sua residência, o *palatium*; perto, acumulavam-se celeiros, arrecadações, estábulos; em torno, disseminadas, as *casae* ou *casalae*, onde habitam os *casarii*, que têm a seu cargo uma porção de terreno e por ele pagam ao *dominus* certo tributo. Já por aqui se vê que a reforma administrativa dá como consequência o fracionamento na pequena lavoura, gênese da pequena propriedade.

Importante transformação, sensível benefício. Mas é bom recordar que as *villas*, ao multiplicar-se e desenvolver-se, o fazem sobre os alicerces nortenhos das *citânias* – e que se Roma institui novas fórmulas, novas relações, novos métodos, nova arquitectura [...]. (AMEAL, 1974, p. 18, grifos do autor)

Da fundação às primeiras décadas da era atual, Braga preenche-se de população, atividades e oportunidades. Quanto às atividades comerciais, importações como objetos cerâmicos, metálicos, vidros e joias exemplificam o tipo de rede de redistribuição, viabilizada pelos caminhos marítimos e terrestres. Paralelamente, o artesanato local caracterizava-se pela intensidade e diversidade. Entre outras atividades da vida econômica, a olaria possui melhor documentação. Há registros sobre a fabricação de vidro, assim como o trabalho de metalurgia (MARTINS, 2000, p. 270-276). Quanto à religião, apontam-se grande número de templos, onde se veneravam divindades romanas e indígenas. Também existia um templo dedicado ao culto imperial. As atribuições de caráter administrativo, econômico e religioso, somando-se a centralidade viária, podem ter sido fatores determinantes a elevação de *Bracara Augusta* a município²⁷ na época dos imperadores Flávios.

No final do século III, uma remodelação urbana é associada à promoção da cidade a capital da província da Galécia, exaltando seu posicionamento cêntrico. No século V, a cidade ainda se posicionava em um eixo de ricas atividades nos setores culturais, econômicos e administrativos (MARTINS, 1992/1993, p. 9-13).

O desenvolvimento geral reflete a tônica política e administrativa dos romanos, colocada aos autóctones na língua, construções e organizações. As

sua origem. Para uns, trata-se de sobrevivências do regime indígena anterior à ocupação romana; para outros, seriam vestígios da organização semicomunitária dos concelhos medievais. A segunda hipótese está mais de acordo com os factos conhecidos que a primeira. Mas a circunstância de os concelhos medievais terem adoptado formas de vida comunitária logo que a invasão muçulmana veio destruir as estruturas instaladas revela a vitalidade latente de raízes que vinham desde a fase pré-romana” (SARAIVA, 1993, p. 32-33).

²⁷ A esfera municipal sobressai-se como valorização da administração local, ajustando o que já existia (AMEAL, 1974, p. 19).

inovações ocorridas singularizaram não apenas a região de *Bracara Augusta*, mas constituíram bases a receber outros influxos nos séculos seguintes.

1.3.1 A presença das freguesias

As formas de estabelecer demarcações administrativas no solo português mostram origens remotas. Assim, abordaremos características que permearam a consolidação territorial total e a estruturação da freguesia como unidade nesse contexto com referência às condições da questão em *Bracara Augusta*.

No século IV, o Cristianismo é adotado, elevando-se como religião oficial. Nesse período, Braga torna-se sede episcopal (MARTINS, 1992/1993, p. 11). Assim, a administração secular entra em processo de substituição pela estrutura eclesiástica. Inicialmente, a jurisdição diocesana era coincidente ao território municipal, porém o aumento de fiéis organizados em igrejas próprias dependentes de um bispo trouxe inadequação a esta divisão²⁸. As sés provinciais subordinavam-se à sé da cidade, a capital da província. Dessa forma, Braga era capital e sé metropolitana da Galécia (SARAIVA, 1993, 38).

A ascensão no âmbito religioso constituiu abertura para novas contribuições na língua (ou, como no título do tópico dado pelo autor, no *fundo latino*), podendo-se observar, nesse caso, certa ligação com a palavra freguesia²⁹:

[...] O triunfo do **cristianismo** não só abriu a porta a neologismos e novos grecismos, como ECCLĒSIA ‘assembleia dos fiéis’, port. *igreja* (cf. FILIUS ECCLESIAE > port. *freguês*), mas impregnou também termos tradicionais latinos com significações novas [...]. Por outro lado, estava definitivamente condenada a terminologia dos cultos pagãos, refugiando-se uma ou outra expressão respectiva no vocabulário rústico e dialectal [...]. (PIEL, 1989, p. 11, grifos do autor)

²⁸ Quanto ao contexto introdutório do Cristianismo em Portugal, destacamos o seguinte trecho: “Nas aldeias, que eram os antigos castros, as populações rurais continuaram durante o século IV a praticar as antigas religiões, que se mesclavam de elementos colhidos no convívio com a cidade romana. A difusão do Cristianismo nos meios rurais, e designadamente nas regiões do nosso Entre Douro e Minho, é, em parte, desencadeada pelo movimento priscilianista. [...] O facto de maior relevo na vida espiritual das populações do Norte de Portugal durante o século IV é o priscilianismo”. O nome da corrente religiosa, caracterizada pelo ascetismo e misticismo, é oriundo de seu principal instigador, um galego nobre e rico chamado Prisciliano (SARAIVA, 1993, p. 39).

²⁹ Forma derivada de *freguês*. Cf. MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. v. 3.

Em relação aos demais léxicos românicos, embora possam ocorrer divergências consideráveis, o português e o castelhano guardam, de modo entrevisto, um *fundo hispânico comum* (termo do autor), de caráter conservador ou inovador. De outro lado, atribui-se ao léxico português uma individualidade de ordem inconfundível com o galego-asturiano, gerada mesmo em comparação com o castelhano, cujos traços podem ascender aos romanos ou ser fruto de inovações locais. O diferencial no léxico e na semântica do noroeste peninsular, destacadamente no Minho e nas proximidades, singulariza-se por revelar riqueza e especialização, ainda que em condição de romanização tardia (PIEL, 1989, 11-12). Ao âmbito rústico do léxico comum e, no caso, toponímico, podemos considerar os seguintes dados:

Quem se tem ocupado de etimologia e estratigrafia lexical-toponímica hispânicas, não ignora que determinadas zonas das províncias galegas, conjuntamente com as regiões do Minho e Douro Litoral, apresentam uma individualidade lexical inconfundível em comparação com os territórios espanhóis e portugueses situados a leste e sul da área assim sumariamente circunscrita [...]. Esta individualidade reflecte-se não só no vocabulário comum dos falares respectivos, mas ainda numa riqueza e variedade do tesouro toponímico [...], que não tem igual em toda a Península [...]. (PIEL, 1989, p. 55)³⁰

Uma análise do fundo lexical galego-português de origem latina, por meio de recursos vocabulares anteriores ao ano 800, revela a efetividade da romanização instaurada na Galécia. Os vocábulos mostram, de lado negativo, desconhecimento de termos latinos referentes a noções mais refinadas³¹, e, de lado positivo, adaptação de necessidades relativas ao universo material e religioso. As noções contempladas por este acervo refletem o modo de vida, por meio de inovações de forma e semântica (PIEL, 1989, p. 55-56).

No início do século V, a Península Ibérica foi invadida por grupos de bárbaros, os alanos, os vândalos e os suevos, que vinham dos colos pirenaicos do ocidente³². Segundo a procedência étnica desses povos, estudos de Almeida (1922, p. 78-79)

³⁰ Em notas, relativas ao trecho que destacamos, o autor ressalta o Minho como “Galécia bracarense”, por ter sido foco irradiador linguístico e cultural na época romana e no começo da Reconquista. A questão da riqueza toponímica é explicável pela antiguidade da densidade de povoamento da região (PIEL, 1989, p. 59).

³¹ O autor qualifica este fato como um fenômeno comum entre os idiomas românicos primitivos.

³² Percurso cf. LEGUAY, Jean-Pierre. O “Portugal” Germânico. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). **Nova História de Portugal**. Portugal: das invasões germânicas à “reconquista”. Lisboa: Editorial Presença, 1993. v. 2, p. 11-115.

apontam a origem germânica dos vândalos e dos suevos, sendo relacionada uma ascendência iraniana para os alanos. Conforme Saraiva (1993, p. 42), os recém-chegados tinham sido tirados com violência de suas terras pelos hunos, passando a procurar novas terras para viver. Ao distribuírem-se por várias regiões da península, os suevos e os vândalos estabeleceram-se na Galiza; os alanos no Sudoeste (Lusitânia e Cartaginense) e os vândalos silingos no Sudeste (Bética) (ALMEIDA, 1922, p. 78-79).

Apenas os suevos estabeleceram organização política com certa duração, sendo Braga a capital do reino, que também abrangia a Galiza, alargando-se, depois, para o sul do Douro. Embora não fossem numerosos, esses grupos dominaram as províncias romanas rapidamente, não provocando grandes resistências por parte das populações depois de instalados. Tal fato relaciona-se com circunstâncias do final do Império Romano, vinculando-se ao declínio econômico que desorganizou classes sociais, bem como o fundo relacionado ao Cristianismo em relação a esses itens³³. A estrutura eclesiástica foi mantida, envolvendo a população espano-romana, estando o território coberto pelas paróquias. Os suevos aceitaram o Cristianismo no século V (destacando-se a conversão do rei do referido povo no século VI), sendo o clero das paróquias, durante muito tempo, a única estrutura provida de organicidade na qual as populações interagiam (SARAIVA, 1993, 42-44)³⁴. A unidade eclesiástica, além da cultura espiritual inerente, portava unidade linguística. Sobre essa relação, há a seguinte observação:

Não é de surpreender, pois, que a organização da Igreja constitua não só um poderoso fator de unidade, um poderoso elo que prendia e tornava solidários os homens de cada diocese, de cada paróquia – como um ponto de contacto entre a língua do vulgo, ou seja o romance em formação, e o latim. (SILVA NETO, 1970, p. 329)

Entre o Segundo Concílio de *Bracara* e o Terceiro Concílio de Toledo, restou uma lista de dioceses e paróquias do reino suevo (ALARCÃO, 1973, 182). Em relação a outras localidades elencadas, a assimilação do catolicismo foi mais rápida

³³ Citando Paulo Orósio, o autor aponta que “[...] o conteúdo do Cristianismo era incompatível com a escravatura e a escravatura era uma base essencial da economia romana”. Cf. Saraiva (1993 p. 43).

³⁴ Ressalta-se que, no reino suevo, a população rural habitava ainda castros, vindos da época pré-romana. Braga e Lugo eram duas aglomerações urbanas qualificadas como notáveis. O fato de Braga ter servido como capital sueva revela um grau de romanização maior. Cf. Saraiva (1993, p. 43-44).

e intensa em Braga (PINTO, 2002, p. 365). Ao mais, a ocupação sueva em *Bracara Augusta* marca, historicamente, tempos de conturbação e obscuridade.

Também no começo do século V, os visigodos, um povo germânico já meio romanizado, chegaram à Península Ibérica. Nesse momento, o Império Romano estava em luta contra as invasões, utilizando, como um dos meios de defesa, “[...] lançar grupos de bárbaros contra outros grupos de bárbaros” (SARAIVA, 1993, p. 45). Como aliados dos romanos, os visigodos venceram os alanos e os vândalos rapidamente. A luta com os suevos, porém, prolongou-se por cerca de um século e meio, terminando com o desaparecimento da monarquia sueva. Em meados do século VI, período da instalação dos visigodos em Braga, ainda a cidade mantinha papel central, havendo celebração de concílios e produção de moedas (SARAIVA, 1993, p. 45; MARTINS, 1992/1993, p. 11).

Embora a dominação dos visigodos tenha durado três séculos aproximadamente, findando-se com a invasão muçulmana em 711, os vestígios são raros em Portugal atualmente, fato explicado pelo contingente reduzido e pela questão cultural colocada como inferior em relação à cultura das populações locais. Instalaram-se nas estruturas sociais e econômicas implantadas pelos romanos, exploradas em proveito próprio, e aceitaram, como os suevos, o Cristianismo. Durante a época visigótica, firmaram-se na Península os traços essenciais a formar a sociedade medieval portuguesa: o clero, a nobreza e o povo (SARAIVA, 1993, p. 43-47).

No que tange especialmente ao estado da administração local, em âmbitos das ocupações ocorridas, verifica-se que:

A organização da Espanha, tal como a encontraram as invasões germânicas, era semelhante á das outras províncias do império, tanto mais que os povos da península haviam aceitado completamente as instituições e em geral toda a civilização romana.

Por mais que neste ponto se tenham dividido as opiniões dos historiadores, é certo que o abalo produzido pelas invasões não destruiu a tradição municipal. Não só, em regra, os vencedores deixaram que os vencidos se governassem pelas suas próprias leis e costumes, mas ainda as duas raças se conservaram divididas, pois enquanto os hispano-romanos se concentravam nas cidades, as hostes germânicas, seguindo suas tradições e hábitos de independência, preferiam a residência nos campos. Tais circunstâncias eram favoráveis á conservação das instituições municipais. (ALMEIDA, 1922, p. 97)

A função de célula cívica atribuída à vila passa a ser da paróquia, transferindo-se a chefia moral das comunidades dos *dominus* aos párocos. Tal evolução relaciona-se com a origem da palavra *freguesia*, caracterizada progressivamente pelo tipo de vizinhança e de unidade de povoamento proporcionados (SARAIVA, 1993, 48).

Quanto aos elementos germânicos, Piel (1989, p. 12) observa que poucos termos foram transmitidos para as línguas românicas. Depois, na época da dominação visigoda, alguns outros germanismos foram adicionados. Entre os exemplos fornecidos, não encontramos formas equivalentes em nosso *corpus* de análise, sendo o mesmo observado em autores como Teyssier (2007, p. 21). Logo, inserimos duas observações sobre o papel desempenhado pela influência germânica na toponímia da Península (PIEL, 1933, p. 109-110), sobremaneira na portuguesa. Primeiramente, a Galiza e o Norte de Portugal correspondem à área de nomes germânicos quase em exclusividade na Península, região ocupada pelos suevos. Em segundo lugar, os topônimos germânicos são nomes de pessoas em sua origem, sendo que esse estudo deve ser feito com respaldo na Antroponímia, do ponto de vista da gramática histórica portuguesa ou da filologia germânica. Temos, no caso, um ponto de referência a intersecção entre Toponímia e Antroponímia³⁵.

Em período histórico posterior, as destruições sucessivas realizadas pelos árabes contribuíram para a dispersão da população de Braga. Essa desfiguração da cidade pode ter conduzido à manutenção do traçado urbano romano até os séculos VIII e IX (MARTINS, 1992/1993, p. 11). O domínio dos árabes teve duração variada de região para região na Península, nunca chegando a exercer-se nas localidades setentrionais. O norte do rio Ebro voltava ao domínio cristão em 809, destacando-se que houve a reconquista de Porto e Braga por volta de 868 (SARAIVA, 1993, p. 49).

Os elementos sedimentares árabes, de modo geral, avolumaram o *patrimônio vocabular latino* de modo quantitativo e qualificativo, sendo o superstrato árabe mais expressivo em comparação à herança visigoda. As centenas de vocábulos árabes adaptaram-se, abrangendo todos os setores relacionados à vida material. Formalmente, a maioria dos arabismos³⁶ assimilados traz consigo o artigo semita *al* em aglutinação (PIEL, 1989, p. 12-13). Desse modo, cabe observarmos, em relação

³⁵ Cf. relação entres os dois campos da Onomástica em 2.2.

³⁶ Segundo o autor, também se referem a arabismos os vocábulos não árabes originalmente do léxico dos muçulmanos peninsulares, como os orientais e os berberes, por exemplo.

ao Noroeste peninsular, que a constituição do léxico comum português e galego, de origem latina, deve-se a alicerces lançados nos séculos V a VIII. Tal léxico constituiu-se, portanto, a partir de sedimentos novos “[...] (germanismos, arabismos, latinismos, galicismos, italianismos, castelhanismos, etc.) [...]”, trazidos por gerações sucessivas (PIEL, 1989, p. 56).

No século XI, Braga é reconstruída da destruição causada pela invasão árabe, estando dependente do domínio arcebispal até o século XVIII (POEIRA; SOARES, 1997, p. 143). Desde o início do século XI, “[...] começa na história de Portugal a achar-se alguma luz, quanto á topographia da provincia bracarense” (LEAL, 1873, p. 458)³⁷. Em termos diocesanos, acredita-se que a rede de freguesias rurais estava restabelecida em Braga nos finais do século XI, pois quinhentas e setenta e três freguesias puderam ser identificadas na região entre o Lima e o Ave (COSTA³⁸ 1959 apud BEIRANTE, 1993, p. 275). A presença esporádica do termo *filiis ecclesie* ou *filigreses* em relação à questão paroquial não significa que a freguesia correspondesse a uma estrutura do território rural na época e na localidade, mas estava em vias de o ser (BEIRANTE, 1993, p. 275³⁹). A paisagem rural altera-se paulatinamente, tendo modulação por meio de quintas e casais, dotadas de caráter abastecedor da cidade (MARTINS, 1992/1993, p. 12).

Quanto ao território que viria a tornar-se a nação portuguesa, com a Reconquista cristã, há consequente organização e desenvolvimento de cunho municipal. Assim, com a autonomia política em relação ao reino de Leão, o progresso do poder local monárquico, os pressupostos econômicos correntes e com as freguesias como células, originam-se os concelhos municipais, multiplicados a partir do século XII. Por meio destas bases, alcançou-se o povoamento e estabilização da questão territorial em Portugal (RAU, 1982)⁴⁰, tendo o arcebispado de Braga contribuído para independência portuguesa (FERREIRA, J., 1933, 19). Assim, segundo Mattoso⁴¹ (1993, p. 75 apud LEMOS, 1998, p. 9) observa-se que, “[...] no século XII, Braga surge intimamente ligada à formação do Condado Portucalense, do reino de Portugal e à sua expansão para sul [...]”. A mesma data

³⁷ v. 1.

³⁸ COSTA, A. de Jesus da. **O bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga**. Coimbra, 1959. v. 1.

³⁹ Na mesma página, em rodapé, a autora cita referência do seguinte documento: DC, n.^{os} 46, 440, 514.

⁴⁰ Afirmções baseadas em várias passagens da obra. Cf. bibliografia aduzida na referência.

⁴¹ MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 2.

marca um período arcaico ou antigo do português, que se estendeu até meados do século XVI (VASCONCELOS, 1911, p. 16). Com a separação do galego por uma fronteira política, o português torna-se a língua de Portugal (Teyssier, 2007, p. 41).

Atualmente, as freguesias compõem a organização administrativa do território português⁴². De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, IP – Portugal (2012a), a definição para o conceito *divisão administrativa*, presente no item intitulado *território*, corresponde à “Estrutura hierárquica dinâmica estabelecida e alterada por lei que divide o território nacional em três tipos de entidades: Distrito, Concelho, Freguesia”. Assim, *distrito* é a “Grande divisão administrativa, que se subdivide em Concelhos” e *concelho (município)* é a “Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IP – PORTUGAL, 2012b, 2012c). A divisão *concelho* passou a ser chamada *município* em 2006, em virtude de harmonização de terminologia da Constituição da República Portuguesa (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IP – PORTUGAL, 2012d)⁴³. Ainda assim, segundo a frequência indicada no projeto Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo, *concelho* é palavra em uso no português europeu contemporâneo (NASCIMENTO, 2001). Nesta dissertação, consideramos os dois termos em equivalência.

Após percorrermos períodos históricos de destaque, podemos concluir que a região atual de Braga condensou um foco de atividades importantes desde remotos tempos, tendo a passagem de diversos povos por seu território, portadores de contribuições linguísticas presentes na língua portuguesa. Dessa maneira, os traços das manifestações ocorridas podem ser identificados por meio dos nomes dados aos lugares, registros da própria língua e, portanto, da sociedade do homem

⁴² Com a proclamação da República Portuguesa em 1911, houve o desmembramento da Religião com a esfera civil (Marques, 1991, 495-497), de modo que as freguesias não exercem o papel que tiveram outrora. Cf. MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. (Coord.). 1991. **Nova história de Portugal**. Portugal: da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença. v. 11.

⁴³ Embora enfoquemos freguesias da área continental, observamos as seguintes informações sobre a abrangência dessa divisão em todo o território: “Em Portugal, as freguesias constituem subdivisões dos municípios, havendo em cada município pelo menos uma freguesia. A única exceção diz respeito ao município do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, que não tem qualquer freguesia, pois de acordo com o disposto no artigo 86º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei nº 9/87, de 26 de Março, alterada pela Lei nº 61/98, de 27 de agosto), este nível de divisão territorial não existe na ilha do Corvo: ‘na ilha do Corvo, por condicionalismos que lhe são próprios, não há freguesia, pelo que acrescem às competências do município ali existente as competências genéricas das freguesias previstas na Constituição e na lei, nisso e no mais com as adaptações que o facto exige.’. Contudo, o município do Corvo é considerado para efeitos estatísticos como tendo uma freguesia”. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IP – PORTUGAL (2012d).

denominador. Apresentaremos, a seguir, a fundamentação teórica e metodológica para o estudo da toponímia do concelho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estudos da toponímia: histórico

Antes de introduzirmos a abordagem teórica deste trabalho, adicionamos, primeiramente, alguns dados historiográficos do estudo dos nomes de lugares no mundo, traçando um panorama geral sobre a questão.

A Toponímia surgiu como disciplina sistematizada na França em 1878⁴⁴, quando Auguste Longnon introduziu tais estudos em caráter regular na École Pratique des Hautes-Études e no Collège de France (DAUZAT, 1932, p. 12). A disciplina nasceu no mesmo século em que houve a descoberta da existência da relação de parentesco entre as línguas chamadas indo-europeias, o segundo momento da linguística na história (BENVENISTE, 1995, p. 20-21)⁴⁵. Assim, entre tais estudos, com base no método da gramática comparativa, a Toponímia coloca-se como ferramenta importante para reconstituição de línguas antigas (CARVALHINHOS, 2010, p. 75).

Antes da sistematização de Longnon, marco para os estudos da Toponímia no século XIX, uma primeira classificação semântica de topônimos galegos ocorreu no século XVIII, quando Martín Sarmiento propôs um sistema classificatório em seis categorias semânticas na obra *Onomástico etimológico de la lengua gallega* (CAMPAÑA POTEL, 2003, p. 3). Camps Iglesias e Noroña Vilá (1980, p. 12-14), em historiografia da disciplina, trazem inúmeros exemplos de classificação de topônimos presentes na recolha de N.V. Superanskaia⁴⁶. As autoras mencionam os trabalhos de Frantisek Palacky (1834), F. Miklósich (1865) e Weiciechowski (1873). A classificação de topônimos desses autores prima por fatores extralinguísticos que influiriam na escolha do nome como questões presentes na sociedade e na natureza. Apenas na proposta de F. Miklósich a análise gramatical ou morfológica é apontada claramente.

Quanto aos estudos de toponímia em Portugal no período, não relacionando obras anteriores ao método filológico científico (1868)⁴⁷, Boléo (1953, p. 145) cita a

⁴⁴ Cf. data especificada em Dick (1990, p. 1).

⁴⁵ A primeira fase, até o século XVIII, distingue-se por movimentos filosóficos, período no qual “[...] a língua permaneceu objeto de especulação, não de observação”, conforme menciona a autora (BENVENISTE, 1995, p. 20).

⁴⁶ Cf. Camps Iglesias e Noroña Vilá (1980).

⁴⁷ Em Portugal, a introdução do método filológico-científico é vinculada a Adolfo Coelho por meio da obra *Lingua Portuguesa*, de 1868, na qual, além de reivindicar o patamar científico das ciências da

publicação de artigo de Adolfo Coelho em 1882, *Sur la forme de quelques noms géographiques de la Péninsule ibérique*. Sequencialmente, outros artigos do mesmo autor são impressos na *Revista de Guimarães* e na *Revista Portuguesa*.

Vasconcelos inicia a publicação de *Ensaio de onomatologia portuguesa* (Antroponímia e Toponímia) na *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (1883) e *Revista Lusitana* (1887), reunidos em grande parte no terceiro volume dos *Opúsculos* (1931). Na referida obra, Vasconcelos (1931, p. 3) dedicou-se a apresentar um estudo de *Onomatologia*, “[...] o ramo da Glotologia que estuda os nomes próprios”, dividido nas partes Antroponímia, Toponímia e Panteonímia. Assim, o autor definiu a Antroponímia como estudo dos nomes de pessoas e a Toponímia como estudos dos nomes de lugares, em suas alterações semânticas, fonéticas, sintáticas, entre outras questões que revelam costumes desaparecidos e formas obsoletas da língua⁴⁸, sendo a Panteonímia o estudo de vários nomes que não se referem às outras duas divisões citadas.

Boléo (1953, p. 146-148), em continuidade, elenca investigadores portugueses como Cortesão, autor do índice de nomes *Onomástico medieval português*, José Joaquim Nunes, com estudos de Toponímia e de Antroponímia, David Lopes, autor de trabalhos sobre a toponímia portuguesa de origem árabe, e Amadeu Ferraz de Carvalho, que produziu, entre outros, o livro *Toponímia de Coimbra e arredores* (1934). Joaquim da Silveira desenvolveu monografias e artigos, efetuando a correção da grafia de lugares em mapas, mesmo no próprio Censo da população, com base na origem etimológica. Ainda entre os portugueses, Américo Costa é destacado em relação à produção de dicionário corográfico, assim como por publicar textos portugueses antigos com glossários de toponímia e antroponímia. Os territórios ultramarinos de Portugal também foram estudados em caráter toponímico, tendo a produção de estudos como *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental da África* (1959), de Teixeira da Mota. O próprio Vasconcelos (1928a, p. 581-588) abordou, do ponto de vista da Antroponímia, nomes utilizados em

linguagem, dá-se a aplicação do método histórico comparativo no português. Cf. GONÇALVES, Maria Filomena. Treinta años de historiografía lingüística del portugués. In: **Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística**, editadas por Milka Villayandre Llamazares, León, Universidad de León, Dpto. de Filología Hispánica y Clásica, 2006.

⁴⁸ Cf. Vasconcelos (1931, p. 451).

localidades que foram tidas como colônias portuguesas, enfocando a África, a Índia e o Brasil⁴⁹.

Como fica evidente em estudos europeus, a Toponímia e a Filologia guardam grande relação, mantida atualmente. Ao abordar os estudos de toponímia portuguesa do século XX até o estado da questão na atualidade, Carvalhinhos (2010, p. 75-76) observa que:

[...] o grande estudioso e propagador da toponímia foi, indubitavelmente, José Leite de Vasconcelos. Ele se reporta a D. Bernardo da Encarnação, João Pedro Ribeiro, Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Junto a José Leite de Vasconcelos não se pode deixar de mencionar Pedro Cunha Serra, na vertente da toponímia de origem árabe, e Joseph-Marie Piel, cujo foco principal [...] foi a toponímia e a antroponímia de origem germânica na península.

Em Portugal, até os anos 50 do século passado houve uma produção ativa por parte de vários autores, sobretudo da parte de Leite de Vasconcelos – contudo, não se pode afirmar que houvesse uma escola forte como a espanhola. Atualmente, em Portugal, é comum recolher artigos dispersos e monografias locais que tratam de toponímia (quase sempre, monografias históricas, com enfoque histórico) mas não existe um plano unificado, até onde se saiba, ou um projeto para a disciplina.⁵⁰

No que tange às pesquisas toponímicas e antroponímicas sobre Portugal desenvolvidas por estrangeiros até o século XX, encontram-se nomes de G. Sachs, Lautensach, Pierre David, Vincenzo Cocco e Joseph-Marie Piel (BOLÉO, 1953, p. 148). No final desse período aos primeiros anos do século atual, encontramos dois estudos acadêmicos sobre a toponímia portuguesa realizados no Brasil por Carvalhinhos (1998, 2005), sob orientação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, entre outros trabalhos.

No Brasil, os estudos de toponímia desenvolvidos durante o século XX estiveram, muitas vezes, associados à etimologia de línguas indígenas. O início regular ocorreu em 1934, na Universidade de São Paulo, com Plínio Ayrosa, sucedido por Carlos Drumond. O cotejo entre os trabalhos brasileiros e ibéricos, além dos de toponímia em geral, aponta que a Toponímia no Brasil alcançou uma

⁴⁹ Observamos outros estudos mais atuais e específicos sobre a toponímia de países africanos que foram domínio colonial português, abrangendo outras áreas do conhecimento. Entre eles, citamos o seguinte trabalho: JACOB, Berta Maria Oliveira. **A toponímia de Luanda: das memórias coloniais às pós-coloniais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos do Patrimônio) – Universidade Aberta, Lisboa, 2011.

⁵⁰ Fizemos uma busca com o título *toponímia* no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (<http://www.rcaap.pt/>) em 19 de fevereiro de 2012, refinando a pesquisa entre dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Verificamos a existência de cinquenta e sete documentos relacionados à temática, porém, quanto ao direcionamento propriamente linguístico da toponímia portuguesa, encontramos apenas uma tese de doutoramento em Letras de 2005.

atuação além da recuperação linguística, relacionada com a existência de três estratos de línguas em contato⁵¹.

Por fim, adicionamos que a disciplina destaca-se mundialmente. Pesquisadores do mundo inteiro vêm desenvolvendo projetos sobre a condição linguística do nome e sobre a Toponímia aplicada, conforme fica evidente em ações como as Comissões de Toponímia da Organização das Nações Unidas (ONU) e eventos como o International Congress of Onomastic Sciences (ICOS).

2.2 O topônimo como objeto de estudo

O termo utilizado por Vasconcelos, Onomatologia, possui o mesmo objeto de estudo tomado pelo termo Onomástica⁵², os nomes próprios, entre os quais se encontram os nomes de lugares, os topônimos. Assim, apresentamos particularidades e conceitos que singularizam tais nomes.

Em relação à vinculação do nome próprio à vida cotidiana, Ullmann (1973, p. 151) observa que “[...] não temos dificuldade em reconhecer tais nomes e em os distinguir dos substantivos comuns, escrevendo-os com maiúscula”, contudo, por vezes, seja difícil estabelecer fundamentos que os diferenciem.

⁵¹ A partir de 1990, o desenvolvimento de estudos em Toponímia na Universidade de São Paulo adquiriu um direcionamento mais linguístico. Essa abordagem visa estudar o topônimo, (em suas alterações de ordem semântica, morfológica, fonética, etc.), envolvendo outras disciplinas da língua como a Semiótica, Lexicologia, entre outras, de modo que se possa apreender um quadro da visão de mundo contida nos nomes de lugares por meio da própria língua. Articula-se, assim, o nome criticamente, considerando-se o homem, inserido em determinada cultura, tempo e espaço. Isso confere à análise toponímica um modo de interpretar e compreender o homem por meio de recursos linguísticos, não se restringindo ao enfoque etimológico. Deve-se destacar que, embora se encontre uma abordagem dinâmica no Brasil, há muito a ser realizado. Neste sentido, podem-se enquadrar o projeto Atlas Toponímico do Brasil (coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick), com produção de Atlas regionais, e o projeto Atlas Toponímico de Portugal, estando o último em estágio inicial de delimitação de critérios (CARVALHINHOS, 2008a, p. 4-16). Quanto ao estágio inicial do projeto Atlas Toponímico de Portugal, nota-se que, atualmente, há um subprojeto em andamento, Variantes lexicais na toponímia portuguesa. A questão do genérico. (CARVALHINHOS, 2009, 2012). Também há, na Universidade de São Paulo, o oferecimento de duas disciplinas de pós-graduação, *Toponímia Portuguesa: Resgate de Aspectos Físicos e Culturais* (cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Sistema Administrativo da Pós-Graduação**: disciplinas oferecidas. Disponível em: <<https://sistemas.usp.br/janus/componente/disciplinasOferecidasInicial.jsf?action=3&sgldis=FLC604>>. Acesso em 5 fev. 2012) e Fundamentos da Etnolinguística e Enotoponímia (cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Sistema Administrativo da Pós-Graduação**: disciplinas oferecidas. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/janus/componente/disciplinasOferecidasInicial.jsf?action=3&sgldis=FLL5083>>. Acesso em 3 out. 2012).

⁵² Atualmente considerada, no Brasil, como subgrupo da Lexicologia, a Onomástica traduz uma maneira de dizer e de pensar sobre o léxico (DICK, 2007, p. 463).

Para muitos filósofos linguístas, os nomes próprios são marcas de identificação, servindo apenas para singularizar uma pessoa ou objeto em relação a outros semelhantes (ULLMANN, 1973, p.152). Também esses nomes possuem função designativa⁵³, em oposição à conotação dos substantivos comuns, conotando ao serem aplicados em contexto específico a uma pessoa ou a um lugar (Mill apud ULLMANN, 1973, p.153-154)⁵⁴.

Semanticamente, a relação entre os nomes e os objetos é tema de reflexão desde os mais remotos tempos. Segundo Lyons (1979, p. 429, grifos do autor), para os filósofos gregos contemporâneos a Sócrates e, em sequência, a Platão, tal relação é a de “denominar”, sendo que

[...] a questão que daí decorre é a de saber se os “nomes” dados às “coisas” eram de origem “natural” ou “convencional” [...]. No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a “coisa” ou as “coisas” por ela “denominadas”. [...] Retomando a distinção formulada pelos gramáticos medievais: a forma de uma palavra (*vox* – parte duma *díctio*) significava “coisas” em virtude do conceito associado a essa forma no espírito dos falantes; e o “conceito”, olhado desse ponto de vista, era o significado da palavra (a sua *significatio*).

Embora o trecho apresente elementos para uma ampla discussão, destaca-se que os conceitos naturalismo e convencionalismo⁵⁵ elencados relacionam-se, respectivamente, aos atuais conceitos de motivação e arbitrariedade. Analisando, de modo geral, essas questões entre linguistas modernos, a partir da abordagem sobre

⁵³ Ao abordar um caso de substituição do nome de uma rua em um bairro brasileiro, Carvalhinhos traz um exemplo pontual sobre a função denotativa em face da ausência de conotação. A partir de documento sobre o nome anterior e de um relato de uma moradora do local, a autora observou que o primeiro nome dado à via integrava um contexto temático próprio para a denominação de ruas do bairro, sendo que a substituição, ocasionada por haver outra rua homônima na mesma cidade, rompeu o vínculo com a toponímia do bairro. Assim posto, há a preservação da função denotativa, mas não existe conotação. Cf. CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Instituto Previdência, São Paulo: memória (s) e topônimos. In: ENCONTRO DO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 10., 2012, Cascavel. **Anais do X Encontro do CELSUL** – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Cascavel, 2012. Disponível em: <[http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelcul_artigo%20\(176\).pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelcul_artigo%20(176).pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

⁵⁴ MILL, John Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive**. 10. ed. Londres, 1879. v. 1. p. 36 e seg.

⁵⁵ Em passagem anterior (relativa à gramática tradicional na história da Linguística), o autor abordou esses conceitos, afirmando que, para os filósofos gregos: “Dizer que uma determinada instituição era *natural* equivalia a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável; dizer que era *convencional* equivalia a dizer que ela era mero resultado do costume e da tradição, isto é, de algum acordo tácito, ou ‘contrato social’, entre os membros da comunidade – ‘contrato’ que, por ter sido feito pelos homens, podia ser pelos homens violado” (LYONS, 1979, p. 4, grifos do autor). No diálogo platônico *Crátilo*, há uma discussão sobre essas duas correntes, em conformidade com o ponto de vista destacado por Lyons. Cf. PLATÃO. **Crátilo**. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

a arbitrariedade do signo linguístico em trabalhos Saussure, Ullmann (1964, p. 169, grifos do autor) traz afirmações acerca do convencionalismo e da motivação:

Sabemos agora que é ocioso perguntar se a língua é convencional ou «motivada»: todos os idiomas contêm certas palavras arbitrárias e opacas, sem qualquer conexão entre o som e o sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes.

Com base em tais considerações, um dos pontos determinantes para a definição do signo toponímico, conforme Dick (1980, p. 7, grifos do autor), concentra-se na motivação. Assim, a pesquisadora afirma que

[...] o elemento lingüístico comum, revestido [...] de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada.

Para Ullmann (1973, p. 161), a Toponímia (do grego *topos* “lugar” + *onoma* “nome”) e a Antroponímia (do grego *anthrōpos* “homem” + *onoma*) constituem as duas divisões principais da Onomástica, “[...] um ramo da linguística [...]”. Logo, as diferenças genéricas caracterizadoras dos estudos das duas referidas divisões da Onomástica não impedem a aproximação entre topônimos e antropônimos, de modo que podemos admitir intersecções entre esses objetos de estudos, em sentido funcional⁵⁶.

Segundo Camps Iglesias e Noroña Vilá (1980, p. 8), a inter-relação entre a Onomástica e a Linguística caracteriza-se como a ligação entre a parte e o todo. A Linguística fornece princípios e métodos para a Onomástica, que, por sua vez, oferece informações sobre o funcionamento desses princípios em relação ao seu objeto de estudo como um meio de expressão de vínculos entre a língua e a sociedade. Nesse sentido, além da análise linguística, a Onomástica considera aspectos extralinguísticos, elementos que “[...] no siempre son necesarios para el estudio del léxico general”.

⁵⁶ Sobre essa relação, destaca-se que os topônimos, bem como os antropônimos, têm sua aplicabilidade definida por critérios culturais, de modo que um pode ser gerado a partir do outro em função da cultura vivenciada. Após o estabelecimento como topônimos ou antropônimos, o intercâmbio entre essas categorias é comum (CARVALHINHOS; ANTUNES 2007, p. 114).

As autoras também explicam o enquadramento global da inserção da Toponímia⁵⁷ nessas áreas, formulando observações gerais sobre o estudo dos topônimos:

La toponomástica, como dijéramos anteriormente, es la rama de la onomástica, y por consiguiente de la lingüística, que estudia los nombres de lugar. Es su labor descifrar los enigmas que se esconden en las interrogantes de quiénes, cuándo, dónde, cómo y por qué dieron éste o aquél nombre a un pueblo, río, montaña, etc. Por ello se va precisada a analizar las relaciones, mecanismos y factores que intervienen en el proceso de denominación, así como también a describir las formas o estructuras lingüísticas que sirven de vehículo de expresión para los hechos y sentimientos de los grupos o comunidades que dieron vida al nombre geográfico. (CAMPS IGLESIAS; NOROÑA VILÁ, 1980, p. 11).

Como podemos notar, os nomes de lugares, por serem nomes, nascem como nomes comuns. Quanto a essa mudança de categoria na toponímia do concelho de Braga, apontamos, por exemplo, a presença de substantivos comuns relacionados a flora e aplicados a aglomerados humanos, sendo o primeiro deles o topônimo Abrunheiros⁵⁸. Deste modo, considera-se que, no momento da denominação, tal nome surgiu como substantivo comum, referindo-se a “lugar onde havia o referido objeto”. A lexia atualiza-se como palavra-ocorrência na fala do homem denominador. No momento em que *abrunheiros* é um vocábulo⁵⁹, utilizado para denominar um lugar onde há o tipo de vegetal, dá-se a mudança de categoria, passando *Abrunheiros* a nome próprio.

O uso particular do código de comunicação verbal define o campo conceitual da Toponímia. Assim posto, observamos em Dick (1980, p. 10) que se justifica o

⁵⁷ As pesquisadoras usam o termo *toponomástica*, embora a forma *toponímia* também apareça empregada em referência à disciplina. Nesse ponto, conforme informação verbal de Carvalhinhos fornecida em 2012, não existe consenso terminológico entre os toponimistas do mundo. O termo *toponomástica* parece seguir, para alguns espanhóis, o uso feito por pesquisadores alemães. No Brasil, como em Portugal, observa-se *toponímia* como a disciplina científica, que estuda nomes aplicados a lugares, e os conjuntos formados por esses nomes, sendo que o mesmo é notado em relação à Galícia. Neste trabalho, optamos pela seguinte diferenciação para o uso do termo *toponímia*: letra inicial maiúscula para a disciplina científica e letra inicial minúscula para o elenco de nomes (ou nos dois empregos, simultaneamente).

⁵⁸ Topônimo do *corpus* de exclusão.

⁵⁹ Para isso, temos como base os conceitos de diferentes unidades léxicas (lexia, vocábulo e palavra ocorrência) de acordo com vários autores que partem das considerações sobre *sistema/norma/fala* (cf. COSERIU, E. **Teoria del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1967). Assim, conforme apresentado em observações de Bizzocchi (1997, p. 55), consideramos o termo *palavra* “[...] cada uma das ocorrências concretas das lexias/vocábulos no texto”. BIZZOCCHI, Aldo Luiz. **Léxico e ideologia na Europa Ocidental**. São Paulo: Annablume, 1997. Em nosso caso, tal texto trata-se do repertório de topônimos utilizado pelo ATPor, assunto que discutiremos na metodologia desta dissertação.

exame dos nomes de lugares em relação a suas características internas (filiação linguística) e externas ou semânticas (motivação toponímica).

Considerando-se as particularidades cabíveis ao estudo do nome de lugar, discutiremos, agora, a premissa quanto à sua motivação. Para a pesquisadora, o topônimo é marcado duplamente, pautado na intencionalidade do denominador e na origem semântica da denominação⁶⁰:

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, [...] uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.

O duplo aspecto da motivação toponímica transparece, assim, em dois momentos:

- primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;

- e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas. (DICK, 1980, p. 12, grifos do autor)

Desse modo, os topônimos, além da função de identificar localidades, relacionam-se com aspectos físicos e antropoculturais que envolvem a denominação, influenciando na formalização das taxionomias toponímicas (Dick, 1980, p. 13) (cf. 3.1). Logo, o nome de lugar reflete o contexto físico e social da comunidade, pois aspectos predominantes no cotidiano do denominador atuam na formação do sistema toponímico (DICK, 1990, p. 48).

As denominações de localidades pautadas na descrição de elementos físicos comuns, presentes em todas as sociedades, são chamadas por Dick de *arquetipos toponímicos*. De outro lado, a pesquisadora aponta as *variáveis culturais na toponímia*, regidas pelo tipo próprio da cultura de determinado grupo (DICK, 1990, p. 8-9). Com base em considerações de Stewart (1954)⁶¹, Dick (1980, p. 49-50, grifos do autor) aborda o mecanismo da descrição de um lugar, oferecendo duas definições:

⁶⁰ De modo geral, Ullmann (1973, p. 171) afirma que “A motivação pode residir quer nos próprios sons, quer na estrutura morfológica da palavra, quer no seu fundo semântico”, sendo o último (o ponto de vista para) a motivação considerada por Dick.

⁶¹ STEWART, George R. A classification of place names. **Names**. Berkeley, v. 2 (1), p. 3, mar. 1954.

[...] através de seus aspectos mais relevantes ou transparentes, inscreve-se naqueles meios que retratam o espaço geográfico de um ponto de vista imediato ou direto, facilmente denotado, portanto, pelo observador.

A referência que despertou, de pronto, a sua atenção encontra-se na própria natureza do acidente nomeado, salientando-lhe as qualidades de modo objetivo (cor, forma, dimensão, situação geográfica) ou subjetivo (aspectos atribuídos ao lugar pelo homem: belo, feio, bom, ruim, triste, alegre); ou, ainda, na projeção de circunstâncias externas que descreveriam o acidente indiretamente, isto é, não mais pela sua natureza intrínseca e, sim, pelo fator extrínseco, indicativo, também, de uma permanência temporária, não duradoura.

No primeiro caso, o nome resultante seria um “descritivo puro” e, no segundo, um “descritivo associativo”.

Em certas circunstâncias referentes à relação espacial e temporal, os topônimos podem apresentar falta de transparência de significado devido à opacidade adquirida (DICK, 1990, p. 19). Nos topônimos, por serem signos de língua comuns (em função de nome de lugar), o esvaziamento semântico e a opacidade são processos frequentes (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007, p. 115-118).

Faz-se necessário considerar que, em uma língua natural, ao esvaziar-se semanticamente, “[...] a palavra se torna opaca, ocasionando a decodificação incorreta do signo, ou não ocasionando a decodificação” (CARVALHINHOS, 2010, p. 77). A opacidade acontece devido a alguns fatores como a falta de conhecimento da língua em questão (desuso ou outro código linguístico). Com o avanço do tempo e a sobreposição de camadas linguísticas, em casos encontrados no contexto de topônimos europeus classificados como pré-romanos, ocorre o esvaziamento e, conseqüentemente, a opacidade (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007, p. 118-119). Como afirmado por Carvalhinhos (1998, p. 59), diferenças ambientais e dialetológicas entre Brasil e Portugal são itens que podem exercer influência na decodificação.

Ilustrando esta problemática, citamos o fato de a fundação de *Bracara Augusta* ter relação com o *castro*, organização de origem pré-romana, geralmente, que possui formas correspondentes em nosso *corpus* (cf. 4.2.4). O falante brasileiro não reconhece esse elemento em sua realidade concreta, apenas como apelido de família, embora tais construções possam existir ainda em Portugal, sendo a pesquisa documental um recurso para a decodificação do significado primeiro, “fortificação”. Outros nomes podem ser opacos mesmo para os próprios falantes portugueses, em virtude do dinamismo da língua. Um exemplo pontual citado por Carvalhinhos (1998, p. 59) no mesmo trecho, que destacamos devido ao longo

recuo temporal, é o topônimo *Balazeima*, pois “Não há uma codificação correta, apenas especula-se um substrato lígur (para o radical *bala-/bela-*, ‘corvo’). No entanto, o significado permanece opaco”.

A manutenção de um nome, embora com perda das instâncias geradoras de sua motivação, evidencia outra característica relevante do nome de lugar: “[...] sua interpretação como um verdadeiro fóssil lingüístico, expressão tomada ao geógrafo francês Jean Brunhes, que o considerava um ‘fóssil da geografia humana’”. Essa condição distingue o topônimo como fonte de conhecimento importante de aspectos conservados (DICK, 1990, p. 20, grifos do autor). Em relação ao termo fossilização na Linguística, proposto por Jean Brunhes⁶², Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 118) seguiram como parâmetro a “[...] manutenção do mesmo topônimo”. Nesse sentido, ocorre a cristalização do nome de lugar, que conserva os elementos linguísticos do tempo da estabilização. Por consequência, não haverá alterações morfológicas, embora possa dar-se o esvaziamento semântico (que, como já se tratou, conduz à opacidade). Mesmo em presença de adaptações de ordem fonológicas, os traços fonéticos, mesmo os fonológicos, podem ser preservados.

Estando em uma de suas principais funções, identificar e particularizar um lugar por excelência, Carvalhinhos (2011, p. 302) ressalta que o topônimo não pertence à classe dos substantivos, necessariamente. Essa condição permite a possibilidade de construção de várias combinações linguísticas, que podem ser observadas por meio do estudo da estrutura sintagmática e morfológica do topônimo.

Nesse sentido, segundo Dick (1990, p. 10-14), o topônimo estabelece uma relação binômica ao formalizar-se na nomenclatura onomástica, pois se vincula ao elemento físico ou cultural que recebe a particularização pertinente. Como resultado, constitui-se um conjunto composto por dois elementos. Assim, *termo ou elemento genérico* refere-se à entidade geográfica denominada, sendo *termo ou elemento específico* a própria individualização dessa entidade geográfica em relação às demais. As duas partes integram-se no sintagma toponímico, podendo configurar-se de forma justaposta ou aglutinada, conforme as características da língua. Em casos de línguas incorporantes, os termos compõem um bloco único, podendo carecer do

⁶² BRUNHES, Jean. **La Géographie Humaine**. 3ème ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

reforço de um novo genérico como meio de complementar a identificação⁶³. Na ausência da parte específica na estrutura do sintagma toponímico, essa função é realizada pelo genérico⁶⁴.

Quanto à composição morfológica, o *termo específico* pode ser *simples*, um único elemento formador com possibilidade de sufixações, *composto*, na presença de mais de um elemento formador, e *híbrido*, ao portar elementos linguísticos de distintas procedências. Segundo observações de García Sánchez (2007, p. 319, grifos do autor) sobre a toponímia espanhola, a sufixação corresponde à derivação mais corrente, apresentando línguas sobrepostas, referências a nome do proprietário do lugar, bem como sufixos diminutivos e coletivos, entre outras observações:

La derivación que muestran los topónimos se ha producido fundamentalmente por sufijación, pues, no en vano, es el procedimiento derivativo más corriente. Son muchísimos los sufijos que encontramos en los topónimos, tantos como la suma de los que podemos hallar en las distintas lenguas superpuestas que los han desarrollado. Se suele constatar además que las derivaciones sufijales son bastante más frecuentes en toponimia de lo que es corriente en la lengua actual. Aquí tenemos ocasión de ver algunas de las más prolíficas y de las que más huella han dejado en el panorama toponímico español.

Habrán sufijos característicos, como los que crean topónimos a partir del nombre del dueño del lugar al que van referidos (lat. *-anus*, *-acus...*), o más generales, pero igualmente prolíficos en toponimia, como los diminutivos (*-illo* / *-illa*; *-uelo* / *-uela* / *-ola...*) o los colectivos o abundanciales, presentes sobre todo en los fitotopónimos (*-edo* / *-et* / *-eda*; *-al* / *-ar*, *-era* / *-eira*; *-oso* / *-ós* / *-osa*; *-zu*, *-aga...*).

Nesse sentido, reportando-se em estudo realizado sobre a toponímia de Aveiro (Portugal)⁶⁵, Carvalhinhos (2007a, p. 27) nota que:

O estudo morfológico dos nomes de lugar possibilita o restabelecimento do significado, pois os morfemas são elementos que permanecem intactos nos sufixos, trazendo ao pesquisador marcas morfológicas arcaicas, como

⁶³ Para aclarar a questão, destacamos as seguintes observações de Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 119-120, grifo das autoras) sobre estudos de Dick, no Brasil, e de outros pesquisadores, no Canadá e nos Estados Unidos: “Vale dizer, portanto, que uma língua indígena por ser aglutinante possui (no que identificamos como uma única lexia) várias lexias na língua original, entre elas, a que corresponde ao elemento genérico. O desconhecimento da língua leva à adoção de um novo elemento genérico já na estrutura da língua dominante: no Brasil, por exemplo, os nomes indígenas que incorporam o elemento água, como Ipiranga (SP; y-piranga, ‘água vermelha’), recebem um novo genérico: *riacho do Ipiranga*”.

⁶⁴ Carvalhinhos (1998, p. 63) afirma que tal procedimento é denominado *toponimização do acidente geográfico* por Dick (1980).

⁶⁵ Cf. Carvalhinhos (1998).

plurais, diminutivos e genitivos, entre outras; com base nisto, é possível verificar até o tempo médio de surgimento do topônimo.

A junção de dados realizada sobre o estudo do topônimo mostra-o como parte de um todo linguístico. Dessa maneira, é dotado de singularidades em equidade com as relações que exerce ao distinguir uma localidade de outra ao longo do tempo por meio do léxico.

2.3 A Toponímia: relações entre a Lexicologia, a Terminologia e a Filologia

A Toponímia, bem como a Onomástica, posiciona-se em um contexto caracterizado por intersecções. Tal característica pode ser percebida a partir do próprio objeto de estudo, bem como por meio do quadro no qual a disciplina está inserida (conforme apontamos ao destacar as relações entre a Onomástica e a Linguística). Nesse sentido, consideramos necessário fazer alguns apontamentos sobre as articulações existentes entre a Toponímia, a Lexicologia, a Terminologia e a Filologia, uma vez que nossa finalidade consiste em reunir contribuições de tais áreas para a compreensão da motivação toponímica.

O estudo do topônimo, embora de cunho linguístico, possibilita situá-lo como captador e colaborador de recursos extralinguísticos. Segundo Nieto Ballester (1997, p. 12), a Toponímia necessita de auxílio de todas as áreas do conhecimento humano, fornecendo informações importantes para todos esses domínios. Para Carvalhinhos (2011, p. 300), a Toponímia como disciplina científica é de caráter transdisciplinar, abrindo possibilidades para abordagens por meio de várias disciplinas.

A aplicação de nomes a seres e a objetos resulta, simultaneamente, em classificá-los, relacionando-se com a apropriação de fatos circundantes desde as primeiras ações do homem: “[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (BIDERMAN, 1998, p. 11). Relacionado com o processo de nomeação, o léxico processou-se e processa-se por meio da cognição da realidade e da categorização da experiência, que se cristaliza em signos linguísticos na forma de palavras. De modo geral, a Lexicologia tem os seguintes objetos básicos de estudo

e de análise: a palavra, a categorização e a estrutura do léxico (BIDERMAN, 1998, p. 11 e 14). Em suma, trata-se do estudo científico do léxico (BARBOSA, 1990, p. 152).

O processo de passagem de uma lexia normal a topônimo é, portanto, um procedimento observável por meio da teoria lexicológica (assim como os fenômenos que podem ocorrer após estabelecimento de tal nome). Nesse percurso, segundo Carvalhinhos (2003, p.174),

O denominador utiliza uma lexia disponível em seu léxico virtual e a atualiza, muitas vezes em um primeiro momento, como lexema, isto é: não há intencionalidade real de denominação, apenas o nome surge num contexto enunciativo oral – o discurso.

Assim, considerando-se o surgimento do nome em um contexto oral, observa-se que o uso repetido para denominar um local é o que torna esse nome em topônimo, depois oficializado.

O topônimo, considerado em sua estrutura integral (genérico + específico), é passível de estudo pela Lexicologia, no âmbito da nomeação propriamente dita, e, também, pela Terminologia, no concernente ao genérico. Segundo Barros L. (2004, p. 39), o termo, unidade padrão da terminologia, é “[...] uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico”⁶⁶, podendo, na condição de signo linguístico em uma língua de especialidade, “[...] ser analisado em seus diferentes aspectos [...]” (BARROS L., 2004, p. 40). No mesmo sentido, Lara (2007, p. 341) apresenta a definição de Terminologia em duas divisões, conjunto e estudo de signos de uma área do conhecimento:

[...] a) el conjunto de los signos especializados que utiliza una disciplina del conocimiento (por ejemplo, terminología de la química, de la botánica, de psicoanálisis, de la lingüística) o de la actividad humana conocedora de cierta clase de trabajo (por ejemplo, terminología de la agricultura, de la confección de prendas de vestir, del manejo de un aserradero) y b) estudio lingüístico (científico) de esos signos especializados.

Quanto ao emprego do topônimo e do antropônimo como *unidades terminológicas*, Dick (2007, p. 468, grifos do autor) afirma que,

⁶⁶ Afirmação feita pela autora com base em: INTERNATIONAL STANDARD. **Norma ISO 1087:** terminology work – vocabulary. Genebra: ISO, 1990. p. 5.

[...] segundo Mattoso Câmara, “em sentido gramatical estrito, são considerados como vocábulos que correspondem a uma unidade de significação ou de função” necessários para “a inteligibilidade do que se anuncia”⁶⁷.

Compreendendo a Toponímia como linguagem de especialidade, diferenciada de outras linguagens de especialidade técnicas “[...] enfatizamos o emprego especial das mesmas expressões discursivas da língua geral”, de modo que o direcionamento a uma referência espacial ou sónica conduz a um “[...] rol terminológico” (DICK, 2006, p. 99).

Considerando, ainda, a relação existente entre Toponímia e Terminologia, com foco no termo genérico *freguesia*, presente na toponímia do concelho de Braga, verifica-se que:

A terminologia é disciplina fundamental, auxiliar no estudo e na compreensão da função do elemento genérico no sintagma toponímico, uma vez que nos fornece as ferramentas necessárias para tal estudo. O elemento genérico é fonte de estudos na escola canadense e americana, sendo a nomenclatura geográfica crucial nas pesquisas realizadas pelas Comissões de Toponímia mantidas pela ONU, [...] num esforço contínuo de normatização e padronização. Do ponto de vista do toponimista, também o elemento genérico do sintagma toponímico fornece dados sobre a língua e denominador – por exemplo, por meio das variantes lexicais presentes em determinado território [...]. (CARVALHINHOS, 2011, p. 305-306)

Dessa forma, também o elemento genérico coloca-se como uma fonte de informações a serem exploradas. Sobre a compreensão toponímica do termo do ponto de vista semântico, questão de notável importância de âmbito cronológico, selecionamos as seguintes observações de Dick (1999, p. 126):

Dentro de uma nomenclatura técnico-científica ou especializada, topônimos e antropônimos podem ser interpretados como termos ou como uma unidade terminológica (UT), ou um “predicador semântico” (Faulstich, ib.: 1995). Termo, do ponto de vista semântico, é definido por Cabré como “unidades de referência a uma realidade e, por isso, dotados de um significado que pode ser descrito como um conjunto de traços distintivos”. Faulstich completa esse pensamento, mostrando a relação termo/conceito e a forma da construção conceitual e sua representação terminológica. Destacamos o seu modo de entender o termo: “entidades variantes porque fazem parte de situações comunicativas distintas; itens do léxico especializado que passam por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas”.⁶⁸

⁶⁷ Referência aduzida: CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Filologia e gramática. Referente à língua portuguesa**. São Paulo; Rio de Janeiro; Fortaleza: J. Ozon Editor, 1977.

⁶⁸ Referências fornecidas: CABRÉ, Maria Teresa. *Minicurso*. Texto mimeografado. II Encontro Nacional de Tradutores. USP, 1998; FAULSTICH, Enilde. *Base metodológica para pesquisa em*

Outra disciplina que apresenta estreita ligação com a Toponímia é a Filologia. Para Melo (1975, p. 22-23), a Filologia é uma ciência cujo objeto é a língua representada por meio de documentos. Deste ponto de vista, analisam-se formas e construções da língua por meio de registros cronologicamente sucessivos, para que tais escritos sejam fixados, interpretados e comentados. O alcance das metas cabíveis necessita de apoio em outras ciências e disciplinas, levando-se em consideração todos os aspectos de inserção dos documentos.

Já nos referimos sobre o uso do topônimo para estudar questões linguísticas, com base na Filologia, além da quase impossibilidade da desvinculação dessa disciplina nos estudos de toponímia europeia. Carvalhinhos (2010, p. 71-73) faz uma análise da contribuição da Filologia na investigação e recuperação toponímica, observando que, também, a Toponímia fornece colaboração à Filologia, em uma via de mão dupla. Para tanto, a pesquisadora menciona Joseph-Marie Piel, autor que articula as duas disciplinas em seus estudos. Carvalhinhos analisa topônimos provenientes do termo *busto* e derivados na toponímia portuguesa atual. A escolha é justificada pelo recorte inicial de Piel estudar intensivamente o Noroeste da Península Ibérica,

[...] projetando-nos em um espaço anterior à nacionalidade portuguesa e espanhola, e remetendo-nos, muitas vezes, ao resgate de um substrato pré-românico, além de seus contributos na forma de adstrato e superstrato. (CARVALHINHOS, 2010, p. 72)

Explica, ainda, a utilização do método filológico para a recuperação do significado dos topônimos e, também, suas formas intermediárias para que se viabilize a análise linguística e classificação semântica (taxionômica) dos mesmos.

2.3.1 A recuperação toponímica

Tomando como base o citado estudo de Carvalhinhos (2010), destacaremos os processos de esvaziamento semântico e, conseqüentemente, a opacização do

nome de lugar com relação ao processo de formação e posterior fixação toponímica, a fim de analisar a recuperação da motivação semântica.

A denominação e a decodificação do topônimo podem diferenciar-se cronologicamente. Na toponímia da Península Ibérica, esse intervalo de tempo pode ser de curta duração ou de milênios. A fixação do nome de lugar relaciona-se com a plenitude do signo, bem como com a manutenção de traços linguísticos (morfológicos, semânticos, fonéticos, sintáticos). No momento da denominação e da fixação toponímica, o signo está impregnado pela dupla motivação que o gerou, em plenitude. Ocorrendo a fixação do topônimo, inclusive por meio da oficialização cartográfica, os traços linguísticos são mantidos, porém, semanticamente, estão propensos à opacidade e ao esvaziamento em virtude das próprias condições da língua, como qualquer outro signo.

Quanto ao processo de recuperação e restabelecimento semântico do topônimo, encontramos-nos em um ponto de interesses em comum para toponimistas e filólogos. No momento da decodificação, se o significado estiver opaco e o signo vazio, o uso de recursos adequados (metodológicos, bem como documentos linguísticos e extralinguísticos) permite acessar os traços linguísticos do momento da denominação e fixação do topônimo. Mesmo descrevendo o processo instaurado, torna-se claro que a falta de registros do topônimo pode inviabilizar a sua recuperação.

Após a exemplificação dos processos de esvaziamento e recuperação semântica, a autora realizou a recuperação do topônimo *Grijó* por meio do método filológico para ilustrar o entrelaçamento entre a Toponímia e a Filologia. Considerando a opacidade da forma *Grijó*, “a igrejinha”, é difícil compreender seu significado no momento da denominação. Assim, por meio da especificação da passagem de nome comum a nome próprio, neste caso coincidente com o momento da fixação toponímica, observa-se que:

O denominador, em interação com a realidade, capta dela determinados elementos significativos (lexes) e recorta-os de acordo com sua cultura – relembrando, sempre, a questão da referencialidade: a lexia virtual não se refere ao biofato (mentefato, sociofato) em si, mas sim à intermediação feita pelo referente, que é um elemento linguístico.

Escolhida uma determinada lexia em um paradigma, eleição mais ou menos subjetiva de acordo com o momento do homem-denominador, esta se transforma em palavra-ocorrência, destinada a denominar determinado elemento. Esta palavra-ocorrência, fruto de um determinado momento da

enunciação, está de acordo com todas as normas discursivas do sistema linguístico a que pertence. (CARVALHINHOS, 2010, p. 80)

Para recuperar o momento da enunciação, recorreu-se a documentos extralinguísticos, no caso, do início do século X. Esse procedimento proporcionou encontrar *ecclesiola*, forma latina reconstituída de *Grijó*. Em seguida, relacionou-se a sequência evolutiva da forma *ecclesiola* a *grijó*, segundo proposta pautada nas leis da gramática histórica⁶⁹ encontrada (um dos métodos usados por filólogos para reconstituir palavras). Nessa etapa, a autora observou que a própria proposta considera que, antes da adoção como topônimo, *grijó* foi um nome comum, com sentido de capela ou igreja pequena (o próprio sentido do vocábulo). Dessa maneira, verificou-se que um topônimo, nascido espontaneamente, mantém traços morfológicos, semânticos, fonéticos e sintáticos próprios da oralidade na qual foi gerado.

Como se pode perceber, a peculiaridade da disciplina toponímica enseja a ilustração de alguns conceitos teóricos antes da proposição metodológica, o que explica, neste caso (e em outros, cf. CARVALHINHOS 1998, 2005) a inversão da ordem normal dos elementos de um trabalho dissertativo. Findando esta breve recolha bibliográfica, passamos, pois, à metodologia.

⁶⁹ FERNANDES, Xavier. **Topônimos e Gentílicos**. (V. II 1944, p. 138) apud COSTA, Alexandre de Carvalho. **Lendas, historietas, etimologias populares e outras etimologias respeitantes às cidades, vilas, aldeias e lugares de Portugal continental**. Porto: Liv. Civilização Editora, 1959. p. 446-447. Cf. Carvalhinhos (2010, p. 92).

3 METODOLOGIA

3.1 Metodologia de trabalho

O percurso metodológico para a investigação toponímica do concelho de Braga (divisão administrativa subdividida em freguesias, cf. 1.3.1) baseia-se nos meios traçados por Carvalhinhos (2009). Nesse estudo, a pesquisadora apresenta, entre outras informações, a metodologia do projeto Atlas toponímico de Portugal (ATPor)⁷⁰, referência para trabalhos correlatos.

Do ponto de vista teórico e metodológico da Onomástica, o objetivo central do ATPor consiste em analisar os estratos linguísticos no território português, assim como os topônimos de zonas linguísticas fronteiriças. Dessa forma, os objetivos específicos primam por verificar o traçado do sistema toponímico de Portugal, tratar processos e fenômenos morfológicos e identificar o tempo médio de formação e filiação linguística dos nomes de lugares, fornecendo contribuições para a filologia e para a dialetologia portuguesa.

Os projetos de toponímia brasileiros constituíram base para as etapas de trabalho que direcionam o ATPor, sendo empregadas adaptações necessárias referentes ao contexto português (CARVALHINHOS, 2009). As diretrizes firmadas a partir da tese de doutoramento de Dick em 1980 compõem o roteiro de pesquisa utilizado por Carvalhinhos em tese de doutoramento de 2005 (e, anteriormente, aplicado em dissertação de mestrado defendida em 1998), atestando a eficiência da aplicação em Portugal, ainda que possam surgir adequações (CARVALHINHOS, 2005, p. 140-141)⁷¹.

⁷⁰ Projeto em andamento. Em virtude da necessidade de delimitar e de estabelecer critérios metodológicos para a coleta e para o tratamento inicial dos dados, surgiu o subprojeto Variantes Lexicais na Toponímia Portuguesa. A questão do genérico, no qual são analisados termos genéricos vinculados aos topônimos. A primeira fase, concluída em 2011, teve como objeto de estudo os genéricos de vertente hidrográfica. Em 2012, iniciou-se a segunda fase, ocupando-se dos genéricos relativos a aglomerados humanos. Cf. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Patricia de Jesus Carvalhinhos**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4798085T7#ProjetoPesquisa>>. Acesso em: 26 fev. 2012. Em fevereiro de 2012, Carvalhinhos apresentou o trabalho *Póvoa, casal, freguesia e outros: reflexão sobre os genéricos relativos a aglomerados humanos em Portugal*. CASTILHO – CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 2, 2012, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012 (texto inédito).

⁷¹ A autora cita o texto de Dick (1999) como um dos trabalhos mais pontuais sobre metodologia em Toponímia, destacando a ênfase voltada para a produção de Atlas toponímicos. Segundo informação verbal de Carvalhinhos fornecida em 2012, há existência de outros tipos de classificações para topônimos portugueses, como o de Manuel J. G. Carvalho, mas, como o conteúdo está disponível em um sítio não acadêmico (*blog*) e sua dissertação de mestrado não está disponível para consulta on-

Partindo-se do princípio da existência de uma ligação estreita entre o objeto denominado e o denominador, que considera os fatores presentes no ambiente do ponto de vista físico e cultural⁷² como geradores de nomes de um local do ponto de vista das escolhas lexicais, Dick (1980) apresenta a aplicação de um modelo taxionômico como um recurso para aferição da motivação toponímica de um território, adequado à realidade brasileira. A classificação proposta pela pesquisadora em 1975⁷³ passou por reformulações, em sentido complementar (1990), apresentando um total de vinte e sete taxionomias toponímicas principais, sendo que algumas delas podem portar subdivisões⁷⁴. Por meio da formulação de uma terminologia técnica, as taxionomias são compostas por um elemento genérico, que define a relação do topônimo de acordo com sua filiação a elementos presentes no ambiente físico ou cultural (como aspectos de ordem mineral, vegetal, meteorológica, animal, hidrográfica, topográfica, religiosa, étnica, histórica, entre outros), e o elemento específico (topônimo), marcando a procedência do campo particular de estudo (DICK, 1990, p. 25-34, cf. 2.2).

A descrição metodológica do ATPor pode ser elencada em quatro passos, também utilizados nesta pesquisa⁷⁵:

1. Coleta de topônimos a partir de meios informáticos;
2. Criação de planilha eletrônica (por meio do aplicativo *Microsoft Excel*) contendo o concelho com os campos a constar em fichas lexicográfico-toponímicas (etapa posterior do projeto ATPor);
3. Adequação das informações da planilha de acordo o propósito do projeto (incluindo a distinção entre termos específicos e termos genéricos) e construção de um banco de dados (preenchimento e análise dos campos da própria planilha);
4. Análise global dos dados obtidos (sob perspectiva semântica, etimológica, dialetológica, filológica, histórica) e conclusões.

line, não há como saber se a referida classificação taxionômica possui status acadêmico ou se foi uma proposta extraoficial do autor, historiador.

⁷² Com base na teoria de Sapir (1961).

⁷³ DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxionomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. **Separata de Língua e Literatura**, [São Paulo], n. 4, p. 373-380, 1975.

⁷⁴ Classificação seguida nesta dissertação (cf. DICK, 1990, p. 31-34).

⁷⁵ Seguindo a recomendação de Dick (1999, p. 6), previamente realizamos um levantamento de aspectos físicos e culturais do concelho de Braga, visando obter uma visão panorâmica de traços que podem estar presentes na toponímia. Cf. capítulo 1 desta dissertação.

O conjunto de passos estipulados tem por finalidade determinar um padrão motivador médio, bem como as características do sistema toponímico, em nosso caso, do concelho delimitado. Abordaremos a aplicação dos critérios de constituição e de tratamento do nosso *corpus* nos itens a seguir.

3.2 Constituição, tratamento e análise do *corpus*: critérios

O levantamento toponímico do concelho de Braga, pertencente ao distrito de mesmo nome, apresentou o total bruto de mil topônimos. A coleta deu-se no *corpus* do projeto ATPor, que se encontra organizado por distritos, com respectivos concelhos, em planilhas eletrônicas (*Microsoft Excel*)⁷⁶.

A base de dados utilizada para a composição do *corpus* do projeto ATPor foi composta a partir de um recurso que esteve disponível na rede mundial de computadores⁷⁷. Essa fonte foi elaborada pelo CRISE (Cartografia: Rede de Informação de Situações de Emergência), então vinculada ao Sistema de Cartografia de Risco de Incêndio Florestal do extinto Instituto Geográfico Português (IGEO-PT). Divididos por concelhos, os topônimos do sistema CRISE foram coletados por meio de cartografia (escala 1:50.000) realizada pelo Instituto Geográfico do Exército Português (IGEOE-PT), o mesmo tipo de fonte a ser empregada em uma coleta nos moldes tradicionais. Recursos informáticos vinculados ofereciam vários apoios, podendo-se acessar, por meio da mesma base, visualizadores cartográficos que permitiam observar o topônimo em seu local de

⁷⁶ O levantamento e a preparação do *corpus* referente a Portugal Continental foram concluídos por Carvalhinhos, etapa iniciada em 2008. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Patricia de Jesus Carvalhinhos**. Informação disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4798085T7#ProjetoPesquisa>>. Acesso em: 19 dez. 2011. A planilha original, contendo o concelho de Braga, está sob responsabilidade da mesma pesquisadora, coordenadora do projeto. Os demais concelhos do Distrito de Braga são: Amares, Barcelos, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Vila Verde.

⁷⁷ Cf. INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Rede de Informação de Situações de Emergência. Grupo CRISE. **Pesquisa de toponímias**. Disponível em: <<http://scrif.igeo.pt/asp/toponim.asp>>. Acesso em: 5 fev. 2012. A partir do mês de maio de 2012, observamos a ausência da referida base em ambiente *on-line*. Segundo notícia, já estava prevista a extinção do órgão que disponibilizava os repertórios toponímicos, o Instituto Geográfico Português, que deverá integrar outro organismo da Administração Pública portuguesa, a nova Direcção-Geral do Território (DGT). Cf. MARQUES, Antónia. Extinções, fusões e novas criações. **IGOV**, Almada, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.i-gov.org/index.php?article=16572&visual=1>>. Acesso em: 9 out. 2012.

origem via satélite (como o visualizador do próprio Instituto Geográfico do Exército Português), auxiliando na eliminação de ambiguidades e dúvidas (CARVALHINHOS, 2009).

A matriz coletada no ATPor apresenta dados provenientes da base escolhida, preenchendo necessidades iniciais do trabalho de articulação do levantamento toponímico: topônimo, localização na carta (com as coordenadas de longitude e latitude indicadas como XX e YY, respectivamente), a carta de origem e o tipo de elemento (físico ou antropocultural). A terminologia usada no *tipo* de elemento geográfico é do próprio Serviço Cartográfico do Exército português (CARVALHINHOS, 2005, p. 144-146)⁷⁸. O *tipo* é apresentado em siglas na planilha, sendo que o sistema CRISE oferecia acesso à descrição na própria base de dados (anexo d)⁷⁹. Além desses itens, a planilha coletada no banco de dados do ATPor contém os campos que poderão configurar a ficha lexicográfico-toponímica em etapa futura do referido projeto⁸⁰, respectivamente apropriados aos estudos delimitados nesta pesquisa: *nome*, *entidade geográfica*, *freguesia* (adicionado por Carvalhinhos no momento da cópia do arquivo para esta pesquisa), *taxionomia*, *estrutura morfológica*, *entrada lexical*, *abonações*, *pesquisador* e *revisor*.

Assim, a planilha estabelecida para a nossa análise é composta por quatorze campos, constituindo um meio de dispor informações linguísticas e extralinguísticas de cada topônimo: *nome*, *entidade geográfica*, *tipo*, *freguesia*, *taxionomias*, *estrutura morfológica*, *entrada lexical*, *abonações*, *código INE*, *XX*, *XY*, *carta militar*, *pesquisador* e *revisor*. Temos, desse modo, campos comuns da ficha

⁷⁸ Salientamos que esse procedimento de critérios metodológicos para estudo da toponímia portuguesa foi utilizado por Carvalhinhos (2008), de modo que recorremos à referida tese para melhor compreensão dos critérios, bem como da aplicação prática.

⁷⁹ Cf. INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Rede de Informação de Situações de Emergência. Grupo CRISE. **Tipo**. Descrição. Disponível em: <<http://scrif.igeo.pt/servicos/localiz/tipo.htm>>. Último acesso em: 8 fev. 2012.

⁸⁰ A ficha lexicográfico-toponímia, assim como o próprio projeto ATPor, é baseada e adaptada segundo os projetos de Toponímia do Brasil de Dick. Em sua tese de doutoramento, Carvalhinhos (2005, p. 146-148) citou a ficha lexicográfico-toponímica padrão presente na seguinte publicação: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na Onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. **As ciências do léxico**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. 2. p. 121-130. Também Carvalhinhos observou a praticidade possibilitada pela mobilização de recursos informáticos, como os aplicativos *Microsoft Access*, *Excel* e *Word* para extrair relatórios e consultas, assim como para elaborar as fichas para a análise onomástica nos moldes propostos por Dick. As fichas podem gerar-se automaticamente, possibilitando a confecção de um Atlas. A geração de cartas geográficas, na maioria dos casos, trabalha em conjunto com o *Microsoft Access*, de modo que se torna possível transpor dados entre aplicativos, facilitando a continuidade dos trabalhos toponímicos realizados.

lexicográfico-toponímica tradicional, porém com as adequações necessárias para o ATPor e para a nossa pesquisa:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	Nome	Entidade geográfica	Tipo	Freguesia	Taxionomias	Estrutura Morfológica	Entrada Lexical	Abonações	Código INE	XX	YY	Carta Militar	Pesquisador	Revisor
2	Abrunheiros		CAS						30326	177011	503252	70		
3	ADAÚFE		SF						30301	177900	513100	56		
4	Adega		CAS						30324	174345	508297	70		
5	Agra		POV						30361	172076	504042	70		
6	Agrafonte		POV						30325	171650	511437	56		
7	Agrelo		POV						30328	176861	506748	70		
8	Agrelos		CAS						30313	176338	503960	70		
9	Agrinha		POV						30306	173392	504600	70		
10	Alagoa		REG						30312	182372	509219	70		
11	Aldeia		CAS						30339	180054	513933	56		
12	Aldeia		POV						30331	175037	513442	56		
13	Aldeia do Rio		POVI						30301	178747	513408	56		
14	Aldeia Nova		CAS						30312	180953	507806	70		
15	Aldonça		POV						30360	170365	505223	70		
16	Além		CAS						30326	177986	503341	70		
17	Além		POV						30313	176137	504088	70		
18	Além		CAS						30335	182757	515368	56		
19	Além		CAS						30334	185992	509691	71		
20	Além do Rio		CAS						30323	174846	504849	70		
21	Além do Rio		POV						30338	169770	502475	70		
22	Além Rio		CAS						30334	184710	509712	71		
23	Alminhas		CAS						30322	174737	503501	70		
24	Almoinha		CAS						30322	175728	503485	70		
25	Alto da Moreira		CAS						30326	178423	503803	70		
26	Alto da Vela		MTE						30346	181113	510701	56		
27	Alto do Crasto		MTE						30346	180574	509620	70		
28	Alvar		POV						30334	186189	509560	71		
29	Amarela		POV						30338	169214	503141	70		
30	Ancariz		CAS						30311	175750	501652	70		
31	Andrias		POV						30306	173835	504869	70		
32	Anjo		CAS						30325	171720	509441	70		
33	Antinhães		CAS						30335	183099	515053	56		
34	Antoinha		CAS						30304	172899	505530	70		
35	Arco		CAS						30358	179003	509301	70		
36	ARCOS		SF						30302	175871	505927	70		
37	Areal de Baixo		POV						30351	176647	510264	56		
38	Areal de Cima		POVI						30351	176830	510853	56		
39	Areias de Baixo		POV						30346	180141	511059	56		
40	Areias de Cima		POV						30346	180164	511258	56		
41	Arentim		CF						30303	168569	502291	70		
42	ARENTIM		SF						30303	168909	501701	70		

Figura 1 - Mostra de campos da planilha do *corpus* (com adaptação)

Nome	Entidade geográfica	Tipo	Freguesia	Taxionomias	Estrutura Morfológica	Entrada Lexical	Abonações
Feijoal	A.H.	POV	Lomar	Fitotopônimo	Substantivo com sufixo -al	1. feijoal "s. m. Conjunto de feijoeiros, ou terreno semeado de feijões". (DPLP) 2. feijoal "s.m. (sXIII) extenso aglomerado de feijoeiros em determinada área etim <i>feijão</i> sob a f. rad. <i>feijo-</i> , com perda da nasalidade, + -al". (DH)	1. "Feigioal", forma do século XIII. (Cortês, 1912, p. 126). 2. "O <i>faseolus</i> dos romanos na boca dos nossos antepassados deve ter primeiramente soado * <i>feijão</i> e depois, com o sufixo aumentativo, <i>feijom</i> ; daquela forma no feminino descendem <i>Feijó</i> e o derivado <i>Feijóca</i> ; desta <i>Feijoal</i> , <i>Feijoais</i> , <i>Feijoeiro</i> e <i>Feijoeira</i> , usando-se ainda na língua comum estes dois últimos nomes para designar a planta respectiva". Na nota indicada, há: "No <i>Omonastico</i> há <i>Feigioal</i> , <i>Feigiosa</i> , <i>Feigiom</i> , <i>Feijó</i> ou <i>Feyioo</i> , os dois últimos nomes como apelidos, e <i>Feyjona</i> ". (NUNES, 1921, p. 148-149).
Feira Nova	A.H.	POV	Cunha	Sociotopônimo	Substantivo + adjetivo (cronologia)	1. feira "s. f. 1. Grande mercado que se efetua em épocas determinadas. [...]". (DPLP) 2. feira "s.f. (1117) 1 reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora, com a finalidade de comércio 2 exposição competitiva, ou para exibição de novos produtos [...]". (DH)	

Figura 2 - Mostra da planilha preenchida com análise de campos

Como podemos perceber, o campo *freguesia* objetiva identificar e facilitar o agrupamento dos topônimos, segundo o ensejo de reunir e identificar as menores divisões administrativas que formam o concelho estudado. Essa medida considera o uso de ferramentas do aplicativo informático, também escolhido pela possibilidade de filtrar os dados a ele vinculados.

Com base em questões estudadas e definidas em Carvalhinhos (2005, p. 149-153), também procedemos a um recorte dos sintagmas toponímicos relacionados a três *tipos* diferentes: VG (“Vértice Geodésico”), VGF (“Vértice Geodésico Fundamental”) e REG (“Região”). Os *vértices*, atribuídos por cartógrafos, não correspondem a um topônimo real, pois não singularizam um referencial físico concreto no espaço, apenas servindo como coordenada na atuação do profissional de geodésia. A *região* é considerada como um termo empregado para um espaço natural com limites imprecisos, embora existam questões que permitam classificar tal localidade em função de características imanentes. Com a realização da exclusão, nosso *corpus* passou a conter novecentos e quarenta e sete topônimos.

Iniciamos, assim, o tratamento efetivo da planilha. Com vistas ao *tipo*, coletado junto ao topônimo e descrito na base de dados do CRISE, dá-se a segmentação do sintagma toponímico, presente no campo *nome*, em termo genérico e em termo específico para que os topônimos propriamente ditos possam ser estudados (durante esse processo, ainda tínhamos acesso a recursos que permitiam a visualização do topônimo por meio do próprio índice toponímico *on-line* do CRISE).

Logo, a adequação dos dados recolhidos demonstra a problemática apontada no terceiro passo da metodologia do ATPor, necessitando de diretrizes em relação ao termo genérico e o termo específico do topônimo. O sintagma toponímico de um índice de nomes está sujeito a uma interpretação que tem como base o *tipo* para a averiguação do termo genérico:

O problema de ambigüidade que me conduziu a esta reflexão sobre os genéricos está presente justamente no campo *tipo* [...], cuja sigla corresponde à determinação “oficial” do *status* do genérico. [...] nem todos os sintagmas iniciados por *esteiro* são definidos como CNL (canal): alguns recebem a definição RIB. Há nesta tabela, ainda, uma região (REG) conhecida como Esteiro Grande [...]. Contudo, basta uma breve busca pelo mesmo banco de dados para nos depararmos com uma localidade (um povoado importante) chamado Esteiro (concelho de Pampilhosa da Serra, no distrito de Coimbra). Tal constatação se estende a outros genéricos. Ou seja, nem todo elemento apresentado no campo *Nome* é um topônimo propriamente dito, pois às vezes constitui-se do sintagma toponímico integral, *genérico* + *topônimo*. (CARVALHINHOS, 2009, p. 4, grifos do autor)

Ainda conforme a dicotomia proposta por Sapir (1961) e considerada por Dick (1980), as entidades geográficas e os topônimos são sequenciados conforme a realidade física e cultural. Exemplificaremos a segmentação do sintagma toponímico em nosso *corpus* por meio da palavra *monte* (“[...] elevação de terreno”, do latim *mons, ntis*⁸¹) na posição de termo genérico e de termo específico. No nome *Monte Frio* (Lamações), a indicação do *tipo* MTE (“Monte, Morro, Cabeço”) revela-nos a particularização de tal elemento geográfico físico como elemento genérico do topônimo *Frio*. Já no topônimo *Monte* (Padim da Graça), o *tipo* CAS (“Casas”) refere-se a um agrupamento de casas, um elemento geográfico antropocultural, sendo *Monte* o sintagma toponímico integral⁸². Carvalhinhos (2009, p. 4, grifos do autor) explica essa problemática utilizando como exemplo o *canal* genérico e o *canal* topônimo, ambos ambíguos na base de dados elaborada pelo CRISE:

Resumindo e generalizando o exposto, percebe-se que um sintagma toponímico apresentado em um repertório de nomes é sujeito a ambigüidades de interpretação por parte do pesquisador por sua apresentação não trazer explícita (como ocorre na carta) sua condição de genérico, que é particularizada pelo campo *tipo*. Desse modo, o sintagma toponímico é apresentado integralmente e cabe ao pesquisador, com base no campo *tipo*, determinar se o primeiro elemento do sintagma caracteriza um genérico em sua função pura (como em *Esteiro Velho*, cujo tipo é RIB, depreendendo-se, deste modo, que *esteiro* é determinado pelo topônimo *Velho*) ou se caracteriza um genérico toponimizado (como o já mencionado exemplo do povoado *Esteiro*, no distrito de Coimbra).

Em relação a certas entidades geográficas, logo localizamos o problema verificado por Carvalhinhos (2008b, p. 185-186). Ocorre que, atualmente, há lexias referentes a aglomerados humanos transformadas em genéricos e, em alguns casos, topônimos na área continental de Portugal. Legendas de procedência cartográfica ou de repertórios toponímicos, como a descrição do *tipo* do CRISE, apontam-nos certa equivalência em relação a esses povoados pequenos, embora possam ser representados por genéricos diferentes. Termos apresentados, como *aldeia*, *quinta*, *póvoa* e *casal*, presentes em nosso *corpus*, enquadram-se nesse

⁸¹ Cf. DH.

⁸² Para Vasconcelos (1995, p. 277-280), *monte* tem um significado particular no Alentejo, “casal de herdade”. Como aglomerado humano (VASCONCELOS, 1995, p. 271-278), *casal* é abordado por Vasconcelos como uma propriedade independente não nobre (na Idade Média) e como casa de campo e granjearia ou localidade pequena com poucas casas (modernamente), além de assinalar extensão pequena ou média.

caso, uma vez que, após a segmentação do sintagma toponímico, constam como topônimos propriamente ditos.

Segundo Carvalhinhos (1998, p. 63-64), com o desaparecimento da função social inicial, o termo genérico passa a termo específico ou a constituir o próprio topônimo, como já abordamos, esvaziando-se de sentido aos poucos e atuando como indício de época passada, de modo que alguns desses casos de toponimização da entidade geográfica são mais claros no território português continental. Ao considerar que a origem de aglomerados humanos no país relaciona-se com o modo de formação de povoações, espontânea (povoamento) ou planejada (colonização), e com os períodos históricos, Carvalhinhos (2012)⁸³ observa que o surgimento dos genéricos atuais são procedentes da Idade Média. Nesse sentido, a pesquisadora oferece constatações em relação a alguns casos de toponimização ou de não toponimização de genéricos relativos a aglomerações humanas em Portugal, indícios que consideramos nesta pesquisa. Seleccionamos as seguintes formas relativas a *lugar* ou a *terreno* caracterizadas como toponimizadas, desprovidas do sentido original, conforme levantamento e análise inicial realizados pela autora, pois são formas relativas a topônimos contidos em nosso *corpus*: *real*, *assento*, *souto*, *quebrada* e *cortinha*. Em termos gerais, a cristalização do genérico referente a aglomerados humanos pode ser diferente em regiões distintas, tomando-se como exemplo a oposição entre *campo* e *cidade* em relação a *póvoa*. Sendo *quinta*, *aldeia* e *casal* palavras ativas na língua (condição que leva a considerá-los genéricos, inicialmente), torna-se impossível fazer a caracterização como genéricos toponimizados sem realizar uma pesquisa de campo, o que não foi possível neste momento.

Dado que a não identificação do genérico altera a classificação semântica, em nosso caso, para verificação da motivação semântica segundo as taxas de Dick (1990), interpretamos e consideramos como genérico todas as entidades geográficas presentes no campo *nome* do *corpus* extraído do ATPor, fazendo ressalva aos genéricos já apontados como toponimizados por Carvalhinhos, que serão analisados como topônimos em função do estado semântico atual.

O *tipo* CAS (descrito como “Casas”) é tomado como um parâmetro impreciso para a definição de uma entidade geográfica. O problema consiste em compreender

⁸³ Cf. Informações presentes no texto inédito e em dados fornecidos por Carvalhinhos em 2012 no já mencionado Castilho – Congresso Internacional de Linguística Histórica, em 2012.

se a definição envolve, de maneira geral, um aglomerado humano ou uma ocorrência isolada apenas (casa ou terreno), fato este que eliminaria o topônimo do *corpus* (CARVALHINHOS, 2012). Em face da problemática apresentada, uma análise prévia realizada apontou a inexistência de coerência ou norma entre elementos relacionados como CAS. Sendo possível a identificação de um aglomerado humano a partir da referida sigla, torna-se possível observar uma convergência com o genérico *casal*, de modo que a estruturação como aglomerado humano de pequeno porte é passível de denominação para a particularização, condição viável de análise conforme delimitações do ATPor. Quanto a isso, encontramos em Carvalhinhos (2005, p. 161) uma referência de relevo sobre a condição de um aglomerado humano e do nome comum empregado (uma observação do século XX):

O que dá coesão a um grupo de lugares, formados de mais a mais por casas dispersas, é pois o nome genérico, e o ser freguesia ou paróquia, com todos os seus elementos religiosos, civis e políticos, vindos já da Idade média [...] (VASCONCELOS, 1995, p. 307).

Em conformidade com as observações feitas e com os estudos em andamento sobre as variantes lexicais em contextos de aglomerados humanos (CARVALHINHOS, 2012), estabelecemos a exclusão dos topônimos do *tipo* CAS de nosso *corpus*. Também foram excluídos topônimos do *tipo* CEL (“Central Eléctrica”), pois são relativos a ocorrências isoladas, destoantes do conceito “aglomerado humano”. Concluído este recorte, nosso *corpus* passou a contar com quatrocentos e quarenta e três topônimos (anexo e).

Ao segmentarmos a entidade geográfica, utilizamos as siglas convencionadas em trabalhos de Dick (1980) e Carvalhinhos (1998, 2005). Dessa maneira, os elementos geográficos físicos (indicados no *corpus* com a sigla de *tipo*) receberam identificação por meio da sigla A.F., juntamente com a presença de termo genérico (vale, serra, rio, ribeiro, entre outros), enquanto a sigla A.H. é empregada na identificação de elementos geográficos de natureza antropocultural, aglomerado humano ou construção realizada pelo homem (casal, aldeia, lugar, moinho, ponte, cruzeiro, entre outros). Os topônimos sem indicação de sigla correspondem a povoados e povoados importantes, conforme descrição do *tipo*.

Para identificar a freguesia de pertença de cada topônimo, foi realizada busca *on-line* na mesma base de dados usada na composição do *corpus* do ATPor, em fevereiro e março de 2012⁸⁴. No repertório de topônimos, no caso do concelho de Braga, cada sintagma toponímico pôde ser acessado, oferecendo o cruzamento de informações. Para exemplificar a busca, escolhemos no índice, aleatoriamente, o topônimo Abrunheiros. Ao acessá-lo, a página *Localização do Lugar* oferecia Morreira como freguesia de procedência, conforme a figura 2⁸⁵:

⁸⁴ Cf. nota 77.

⁸⁵ Cf. INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Rede de Informação de Situações de Emergência. Grupo CRISE. **Localização.** Localização do lugar. Disponível em: <http://scrif.igeo.pt/ASP/topo_cr.asp?XX=177011&YY=503252&INE=30326&id=1058&topo=0>. Acesso em: 8 fev. 2012. Destacamos que essa coleta foi realizada a partir do primeiro recorte do nosso *corpus*. Desse modo, ainda estavam presentes topônimos de tipo CAS, como Abrunheiros (utilizado no exemplo).

← → ↺ scrif.igeo.pt/ASP/topo_cr.asp?XX=177011&YY=503252&INE=30326&id=1058&topo=0

Localização

Localização do Lugar:

Designação da toponímia seleccionada : **Abrunheiros**

Distrito : **Braga**

Coordenada X : **177011**

Concelho : **Braga**

Coordenada Y : **503252**

Freguesia : **Morreira**

Cruzamento de Informação

Mapas Temáticos

Selecione Informação... ▼

Escolha o Mapa...(imagem de satélite) ▼

[Cruzar com o Visualizador do IGP](#)

[Cruzar com o Google Maps](#)

[Cruzar com o Virtual Earth](#)

[Cruzar com os Mapas Sapo](#)

[Previsão Meteorológica para Abrunheiros](#)

Informação meteorológica fornecida pelo IST em: <http://meteo.ist.utl.pt>

[Página Principal](#)

Contacte-nos: cnf98@igeo.pt
1998-2008, Grupo CRISE, todos os direitos reservados

Figura 3 – Localização da freguesia de origem do topónimo Abrunheiros

Dessa forma, já é possível passar à análise pontual dos topônimos de nosso *corpus*, o que se fará na próxima parte.

4 ANÁLISE: OS TOPÔNIMOS DO CONCELHO DE BRAGA

Neste capítulo, apresentamos a análise sistematizada dos dados obtidos sobre os topônimos do concelho de Braga em duas partes principais. Primeiramente, analisamos taxionomias toponímicas (ou grupos destas classificações) segundo a dicotomia física e social de considerar fatores do ambiente de Sapir (1961), abordando aspectos da natureza e da cultura na toponímia bracarense. Na segunda parte, expomos características da constituição estrutural do topônimo, mormente aspectos morfológicos e semânticos relevantes.

Os quatrocentos e quarenta e três topônimos que compõem nosso *corpus* foram, portanto, submetidos à classificação de acordo com as categorias de Dick (1990, p. 31-34). Desse total, vinte e quatro nomes não foram categorizados de modo efetivo devido a certas particularidades observadas em relação à realidade do meio físico e cultural português.

Também destacamos que muitos nomes de lugares apresentaram possibilidade de classificação em mais de uma taxionomia. Tal questão está relacionada, por exemplo, com a dificuldade ou, de certa forma, impossibilidade de inserir os topônimos nas taxes de Dick, conforme citamos, e com a intersecção entre topônimos e antropônimos. Em certos casos, apontamos duas possíveis classificações para o topônimo, destacando qual delas foi considerada para fins qualitativos e quantitativos, de modo geral.

As escolhas lexicais do momento da denominação, ao portarem traços semânticos relativos ao meio dos denominadores, revelaram maior frequência de certos itens da natureza e da realidade social na toponímia concelhia, favorecendo observações detalhadas sobre tais ocorrências. Outras origens semânticas encontradas, também de ordem física e antropocultural, receberam um estudo em conjunto. De modo complementar, questões morfológicas colocam-se como recurso para cotejo de informações apontadas.

Logo, os aspectos semânticos dos topônimos, com o auxílio da observação de características morfológicas, compõem as bases firmadas para a análise de dados reunidos no banco de dados da pesquisa, revelando elementos empregados na denominação da toponímia concelhia.

Parte A – Análise da motivação semântica dos topônimos do concelho

4.1 Aspectos físicos na toponímia bracarense

Já Vasconcelos (1931, p. 161), ao analisar questões inerentes ao nome de lugar em Portugal, ensina-nos que a toponímia, por si apenas, possibilita escrever a geografia física de um local. A nomenclatura marca aspectos da anatomia do solo e, consequentemente, da língua.

A descrição da natureza física compreende, no levantamento realizado, geomorfotopônimos, fitotopônimos, litotopônimos, hidrotopônimos (com maior frequência), possibilitando o tratamento individual de cada grupo, subdivisões passíveis de intersecções com outras áreas semânticas, movidas pelos anseios do denominador. Com menor representatividade numérica, zootopônimos, cardinotopônimos, morfotopônimos, meteorotopônimos, cromotopônimos e dimensiotopônimos foram reunidos em um único grupo, a fim de que traços semânticos evidenciados e recuperados coloquem-se em meio aos demais campos taxionômicos citados.

Assim posto, os geomorfotopônimos configuram-se como a primeira classificação a ser abordada quanto à ordem física das denominações. Neste grupo, inclusive, estão reunidos topônimos relacionados a entidades geográficas predominantes no solo do concelho.

4.1.1 Geomorfotopônimos: características do solo de Braga

Os topônimos referentes à topografia do solo compõem a categoria semântica de natureza física que acusa maior frequência no *corpus* analisado. Elevações e depressões do terreno particularizam lugares do concelho por meio de topônimos, conforme características geográficas físicas abordadas no capítulo dedicado ao contexto histórico de Braga. Além dos contornos do solo local, esses nomes portam outras singularidades que os distinguem geográfica e linguisticamente.

Na geomorfotoponímia de Braga, observamos formas orográficas portuguesas frequentes e produtivas, cabendo destaque a *monte* (Monte, dez ocorrências; Monte das Cruzes, Monte do Porto) e a *outeiro* (onze ocorrências; Outeiro, A.F., Vale do; Outeiral, Outeirinho, Outão).

Em relação a *monte*, Piel (1947, p. 6-10) observa o espaço privilegiado ocupado pela forma entre os elementos da orografia, de modo isolado ou seguido de um determinativo. Além do fato de Portugal ser montanhoso, destaca-se a produtividade da forma devido ao emprego do termo significando *casal de herdade* no Sul do país (conforme abordamos na nota 82). O autor afirma que, do tema ALTUS, o latim popular desenvolveu o substantivo *ALTARIUM, que é precursor de *outeiro*, encontrado em topônimos como Outeiral no Minho e na Galiza. Menéndez Pidal (1950, p. 408) afirma que altarium apresenta uma área contínua no Noroeste peninsular, existindo, com abundância, os topônimos Outeiro, Outeiral e Outeirinho no Sul de Portugal. Em Cunha (1986, p. 567-568), *outão* remete-se a *outeiro*, de modo que aquela forma acusa origem do latim altānus -ī. Creditando origem similar a *outão*, Houaiss (DH) aponta uma significação referente a elementos da cultura material, “cada uma das paredes que formam as fachadas laterais dos edifícios”.

Entre as superfícies elevadas de Braga, Morreira (A.H., sede de freguesia, e A.F., Ribeiro de) mostra-se, supostamente, como um topônimo proveniente do substantivo *morro*⁸⁶. Também a existência de uma lenda endossa o sentido orográfico do nome aplicado à freguesia, uma vez que tal história posiciona o local entre dois morros, ligando-se, de fato, às caracterizações físicas (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012c; JUNTA DE FREGUESIA DE MORREIRA, 2012). A representatividade de *serra* aparece-nos na forma do topônimo Serreira, relacionando-se a demais proeminências do solo, conforme topônimos do campo geomorfológico apresentados. Ainda neste sentido, inserimos Mota, embora passível da interseção entre toponímia e antroponímia (VASCONCELOS, 1928a, p. 166). Trata-se de “Terra amontoada ao pé do tronco ou da haste da planta” ou “Aterro (à borda de um rio) para impedir inundações” (DPLP)⁸⁷, enquanto a significação como

⁸⁶ DOELP, v. 2, p. 1024-1025.

⁸⁷ Quanto ao significado antigo da palavra, Viterbo (1865, p. 113) destaca que: “Antigamente se tomava pelos muros, torres, fossos, ou cavas, que defendiam e mesmo formoscavam uma casa de campo, e que por erma, e solitaria necessitava de ser guarnecida a modo de castello, ou fortaleza”. Cf. v. 2.

“monte de terra”, proveniente do germânico *motta*, esteja presente em Machado⁸⁸. O autor pontua que a frequência do topônimo ao norte da Península Ibérica relaciona-se com o sentido de elevação de solo. Os topônimos Penedo e Penelas, derivados de *pena* (“rocha alta, penhasco”), contêm em sua origem forma que acusa desaparecimento da língua comum, quase completo (Piel, 1947, p. 16-17). Vasconcelos (1931, p. 430) situa essa ausência da palavra *pena*, do latim *pinna*, ocorrida “Quando os reis de Portugal conquistaram o Sul aos Árabes [...]”, de modo que não houve propagação considerável na toponímia da referida região. Em meio a expressões pertinentes à denominação de pontos culminantes de entidades geográficas, há Picos (A.F., Serra dos), além da noção topográfica aplicada a Picoto (três ocorrências) (PIEL, 1947, p. 11).

De outro lado, traços de irregularidade do solo concelhio são destacados por topônimos referentes à “cavidade”, exemplificadamente, Covas, Covo e Covêlo. Em alguns casos, *Covelô* pode conter o sentido de “[...] torre de fortificação”⁸⁹.

Quanto ao emprego da forma orográfica *vale* (Vale e Valinhos) em topônimos, cabe ressaltar nesta passagem uma particularidade de gênero da origem latina, relacionada a outro componente orográfico já elencado:

O lat. *vallis*, que é do gênero feminino, tornou-se em português moderno do gênero masculino, certamente por influência de *monte* [...] mas em português antigo a palavra era do gênero feminino [...]. (VASCONCELOS, 1931, p. 443-444, grifos do autor)

Ainda adicionamos Fojo (A.F., Vale do) às depressões de terreno, considerando a acepção de “cavidade profunda na terra [...]” (DH) que caracteriza a entidade geográfica *vale*. De outro modo, *fojo* também atua como “armadilha para caça de animais ferozes que consiste em um buraco profundo, cavado no chão e disfarçado com ramos e galhos” (DH).

As configurações planas representadas por *várzea* (Várzea, duas ocorrências⁹⁰; Varziela) foram especificadas por Piel (1989, p. 10, 1947, p. 22) como referentes a um conceito topográfico pré-romano. Sampaio (1893a, p. 217) afirma

⁸⁸ DOELP, v. 2, p. 1027.

⁸⁹ DOELP, v. 1, p. 466.

⁹⁰ Notamos que o *corpus* extraído do ATPor apresentou oscilações de acentuação em formas idênticas. Como o repertório toponímico coletado não nos apresentou critérios sobre acentuação gráfica do ponto de vista acadêmico, reservamo-nos o direito de tratar casos que interferem de modo substancial a compreensão semântica e morfológica dos topônimos em estudo, conforme abonações.

que *varzena*, hoje *Varzea*, *Varge* ou *Barge* na toponímia, referia-se a parcelas à margem de rio. Em sequência, destacamos a presença de *bouça* (Bouça, três ocorrências; Boucinha), frequentes em Portugal e na Galiza (*Bouza*), como terreno inculto, onde se cria mato apenas⁹¹.

A formação *costa* (Costa, quatro ocorrências), segundo Vasconcelos (1931, p. 16) refere-se a um vocábulo comum, oriundo do latim *costa* (no sentido de “costela”, também no português antigo), que, metaforicamente, passou a outras significações, “declive” e “litoral”. Na maioria dos casos, o autor afirma que o sentido latino originou topônimos com frequência. Sobre a maneira metafórica de considerar o léxico em Portugal, também Vasconcelos (1928b, p. 382) apresenta *costa* como declive. Ao referir-se a superfícies com ondulações (DH), *crespo* (Crespos, A.H., sede de freguesia), também pode constituir formas antroponímicas, assim como *costa*, respectivamente, quanto à origem do indivíduo ou quanto a apelidos⁹² que podem provir de alcunhas (VASCONCELOS, 1928a, p. 159-195).

Em Viterbo (1865, p. 156, grifos do autor)⁹³, observamos que a aplicação toponímica de *porto* (Porto) é um assunto que se tornou alvo de indagações, que incluem *portella*. Assim, conforme dados disponibilizados pelo autor, relacionamos Porto a geomorfotoponímia em sentido de “entrada” ou de “garganta” de um monte, embora outras relações impliquem outro campo semântico:

Sendo innumeraveis os sitios, que entre nós se encontram com os nomes appellativos de *Porto*, e de *Portella*, [...] e isto já desde o século X; fica lugar a indagarmos, que entenderam os nossos maiores por *Porto*, e *Portella*. Com effeito, por esta voz *Porto* nada mais significaram que, porta, entrada, garganta do monte, ou passagem; já do mar, ou rio para a terra; já de uma terra para a outra, atravessando alguma eminencia, ou cêrro, que serve como de muro, ou divisão. Tambem chamaram *Porto*, não só o vão de um rio caudaloso, onde se passa em barca; mas tambem o de qualquer ribeiro, onde se passa, ou a pé, ou em carro, ou bèsta, ou em poldras, ou em ponte; sendo da razão do *Porto* o dar passagem, ou entrada. D'aqui os *Portos seccos*, e os *Portos molhados*, por onde entram por terra, e por mar as mercadorias, que pagam direitos. Nos coutos de Alcobça chamam *Porto* á entrada, ou portal de uma fazenda. Para com os Hespanhoes, e Francezes se dizem *Portos*, as entradas, e sahidas dos caminhos, e verêdas, que cortam os mais altos montes, como são os Pyrenêos, os Alpes, e outros. Sendo *Portella* diminutivo de *Porto*, bem se deixa ver, que he uma porta, caminho, ou estrada mais pequena, estreita e acanhada, por onde se passa, ou passava de um lugar a outro.

⁹¹ DOELP, v. 1. p. 274.

⁹² Estrutura do antroponímico cf. nota 161.

⁹³ v. 2.

Após analisarmos os geomorfotopônimos do *corpus*, foi possível verificar que, conforme Piel (1947, p. 2), tipos lexicais arcaicos são raros, de modo relativo. De outra parte, essa percepção soma-se à afirmação de Menéndez Pidal (1950, p. 405) sobre a participação de vozes pré-romanas, romanas e românicas em nomes topográficos aplicados a elevações como as encontradas em Braga, menores que *monte*. Também metáforas fazem-se presentes, entre casos de toponimização de elementos genéricos como em Monte e Outeiro, ao identificarem aglomerações humanas.

Logo, topônimos portugueses referentes ao relevo e ao aspecto do solo, de modo geral, presentes em Piel (1947) e em nosso *corpus* (Covas, Covêlo, Covo, Monte, Outeiral, Outeiro, Penedo, Penelas, Picoto, Picos, Vale, Valinhos, Várzea, Varziela, Costa) evidenciam as afinidades de nomenclatura geográfica existentes no Noroeste peninsular, impulsionadas por motivos comuns.

4.1.2 Fitotopônimos: a vegetação

O estudo dos topônimos também pode constituir um recurso para identificar traços e tipos de elementos vegetais que predominam em uma localidade, podendo conter, inclusive, o registro de formações já não existentes em virtude das alterações no meio físico ao longo da passagem do tempo. Nesse sentido, topônimos relativos à vegetação podem evidenciar características de determinadas áreas, bem como a abundância de certas plantas, a importância do elemento para um grupo social ou, mesmo, para os estudos da Botânica⁹⁴.

No concelho de Braga, espécies de vegetais formam a segunda categoria semântica de procedência física mais frequente nos nomes de lugares de nosso *corpus*. Assim, observamos a presença de um notável número de formas, manifestando elementos da flora em individualidade ou em conjunto por meio do léxico com função de topônimo.

Considerando-se espécies em sua individualidade, podemos elencar três grupos de vegetações presentes na toponímia do concelho de Braga:

⁹⁴ Cf. exemplo em ALVES, A. B.; RAMOS, M. T.; CARVALHO (2010, p. 91).

- *árvores frutíferas*: *aveleira* (Aveleira), *nogueira*, (Nogueira, duas ocorrências: A.H. e A.H., sede de freguesia; Nogueiro, A.H., sede de freguesia) e *oliveira* (Oliveira, duas ocorrências: A.H. e A.H., sede de freguesia);
- *extração de madeira e de cortiça*: *carvalho* (Carvalhos, duas ocorrências: A.H. e A.F., Serra dos), *cedro* (Cedro), *pinheiro* (uma ocorrência; Pinheiro de Baixo, Pinheiro de Cima, Pinheirinho) e *sobreiro* (Sobreiro);
- *Outros*: *codesso* (Codeçoza)⁹⁵, *espinho* (Espinho, A.H., sede de freguesia), *galho* (Galho, A.F., Monte do), *palmeira* (Palmeira, A.H., sede de freguesia), *salgueirinha* (Salgueirinha) e *verdasca* (Verdasca).

Em relação a topônimos que manifestam conjuntos de vegetais de uma única espécie ou de espécies diferenciadas, há: *avelã* (Aveleda, duas ocorrências: A.H., sede de freguesia, e A.H., estação de caminhos de ferro), *campo* (Campelos, A.F., Monte de), *carrasco* (Carrascal, Carrascos), *cardo* (Cardosas) *carrega* (Carregal, duas ocorrências), *carvalho* (Carvalhal, duas ocorrências; Carvalheira), *espadana* (Espadanido), *feijão* (Feijoal), *figo* (Figueiredo, A.H., sede de freguesia), *felga* (Felgueiras), *louro* (Loural)⁹⁶, Loureiro), *maçã* (Macada), *moita* (Mouta, Moutinho), *ortiga*⁹⁷ (Ortigueira), *pomar* (Pomarelho), *videira* (Vinha), *pecelo* (Pecelar), *souto* (Souto: nove ocorrências; Soito Chão, Soutelinho, Soutelo).

Embora o setor terciário seja a área econômica que prevalece em Braga atualmente, conforme apontado no capítulo inicial, *carvalho*, *pinheiro* (e derivados),

⁹⁵ Observamos divergências de grafia durante a pesquisa, sendo-nos oportuno registrar dados sobre a questão. Há, em Bluteau (VPL), *Codesso* ou *Codeço*, arbusto chamado de *Cytisum*, da Ilha Cytiso (onde havia muito da referida planta) pelos latinos. Silva (DLP) oferece *Codêço*, apenas. Nunes (1921, p. 145, grifos do autor) analisa o caso na toponímia portuguesa, colocando *codeço* como uma forma incorreta e trazendo as seguintes informações: “O arbusto que se escrevia erradamente *codeço*, em vez de *codesso*, segundo mostram a sua forma **cutissus*, que na língua do povo deve ter substituído o greco-latino *cytissus*, e a pronúncia daqueles lugares onde se mantem ainda a diferença entre -ss- e -ç-, ou por si ou aumentado de sufixos vários, figura na toponímia e com profusão, o que atesta a sua vulgaridade, se não hoje, em tempos idos [...]”. O autor relaciona o topônimo *Codessosa*, presente em Cortesão (1912, p. 87). Tais dados são corroborantes com estudo de Machado (DOELP, v. 1, p. 430), para quem *Codessosa*, em Braga, seria um nome de lugar originado de forma derivada não registrada do substantivo *codesso*. Também a forma *codesso* foi encontrada em Houaiss (DH) e em *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP).

⁹⁶ Sobre *Loural* na toponímia portuguesa (originado do latim *laurus*), cf. Nunes (1921, p. 153).

⁹⁷ Forma oriunda do latim *urtica* (CUNHA, 1986, p. 805, conforme *urtiga*¹). Para Machado (DOELP, v. 3, p. 1102, grifos do autor), *Ortigueira* é um topônimo frequente no Norte português, com presença na Galiza e no Brasil, tratando-se de um derivado não registrado do substantivo *ortiga*. Há registro do século XI em Portugal como *Ortigueira*. Segundo Nunes (1921, p. 169), *Ortigueira* é, claramente, representante de *urtica*. Como Machado, Nunes cita a abundância de *urtica* na toponímia portuguesa.

cedro e *sobreiro* são formas que indicam vegetais relacionados à prática da extração da madeira e da cortiça. Podendo ser encontrado em áreas onde há grande concentração de *sobreiros*, posicionam-se certas espécies de *carvalhos* (GREEN CORK, 2010). Assim como aquela espécie, fitotopônimos como o grupo constituído por *carvalhos* e formas derivadas acusam registros dos séculos XII e XIII, segundo Machado⁹⁸ e Cunha (1986, p. 161 e 729), podendo revelar uma paisagem antiga, já remodelada pelo homem.

Oriundo do latim *suber*, Sobreiro (VASCONCELOS, 1931, p. 397) relaciona-se a uma árvore “[...] cuja casca é a cortiça” (BRUNSWICK, [s.d.], p. 1089). Desde a Idade Média, o *sobreiro* é uma espécie protegida no país devido ao interesse social e econômico. Ainda que presente em apenas um topônimo, a forma *sobreiro* liga-se a um quadro maior, de projeção nacional e internacional, uma vez que Portugal possui a maior produção de cortiça do mundo (menos de um décimo do território português produz mais da metade da cortiça mundial) (GREEN CORK, 2010). Machado⁹⁹, nota que Carvalhos está presente em toda a toponímia portuguesa de modo frequente, bem como Carvalhal (também na Galiza, *Carballal*). Ao oferecer a etimologia de *carvalho*, Cunha (1986, p. 161) afirma que a origem é controvertida, possivelmente pré-romana, porém, para Vasconcelos (1931, p. 385, grifos do autor), “[...] quercus (carvalho) [...]” é uma forma proveniente do latim. Ainda do latim *cedrus* -ī, derivação do grego *kédros*, temos a referência à árvore que “[...] fornece madeira própria para marcenaria, escultura, etc.” presente no topônimo Cedro (CUNHA, 1986, p. 169).

Em relação a antiguidade de nome comum que passou a nome próprio, *pinheiro* acusa frequência em Portugal e na Galiza. Assim, Machado¹⁰⁰ relaciona os seguintes registros:

Pignario e *Peginario*, em 959 (*Dipl.*, p. 45), *Pinario* e *Piniario* em 1013 (?), (*id.*, p. 136), *Pinnario* em 1046 (*id.*, p. 212), *Pingnero* em 1050 (*id.*, p. 231), *Pinario* em 1058 (*id.*, p. 252) e 1130 (*D.M.P.*, I, p. 228), *Pineiro* em 1137 (*id.*, p. 191) e 1140 (*id.*, 219), *Pinieiro* em 1137 (*id.*, 191), *Pinario* em 1141 (*id.*, p. 227), *Pinheiro* em 1161 (*id.*, p. 355) e *Pinheiroo* em 1258 (*Inq.*, p. 324).

Ainda que o autor pontue a antiguidade de *pinheiro*, também ressaltamos que a espécie, importante fonte tanto de madeira quanto de celulose, vincula-se ao

⁹⁸ DOELP, v. 1, p. 363-364.

⁹⁹ DOELP, v. 1, p. 363-364.

¹⁰⁰ DOELP, v. 3, p. 1178 (grifos do autor). Cf. referências na obra citada.

reflorestamento (DH). Em estudo sobre a toponímia de Aveiro, situada entre os rios Douro e Tejo, Carvalhinhos (1998, p. 86) observa que a baixa frequência de *pinheiro* na região é uma prova da modernidade do reflorestamento.

A *avelã* é um fruto comum aos topônimos Aveleda e Aveleira. Observa-se que do latim “[...] abellana ou avellana (scil. *nux*) provieram directa ou indirectamente muitos nomes de terras, os quais às vezes se tornaram apelidos” (Vasconcelos, 1931, p. 374, grifos do autor). Com o desaparecimento de *córylus* do uso geral, a substituição foi realizada por *abellanaria* e *abellana* (*nux*). O étimo refere-se à *Abella*, que, segundo o autor, guarda uma relação entre toponímia e fitonímia: “[...] nome de uma cidade da Campania, onde a respectiva árvore abundava, e era de óptima qualidade, como ainda hoje” (VASCONCELOS, 1931, p. 403). *Nogueira* é uma palavra do léxico da língua portuguesa proveniente “[...] de *nucaria, isto é, *arbor* *nucaria «árvore que dá nozes» [...]” (VASCONCELOS, 1931, p. 399, grifos do autor). Nogueira, assim como Aveleira, é um topónimo frequente, sobretudo no Norte (Portugal) e na Galiza¹⁰¹.

Originados de formas latinas, *galho* e *espinho* são listados na categoria *outros* por serem, respectivamente, “ramo de árvore” (CUNHA, 1986, p. 376) e formações pontiagudas “[...] resultante da modificação de um ramo, folha, estípula ou raiz, constituído por tecido lignificado e vascular, e que, se arrancado, destrói o tecido subjacente” (DH). Entre registros mais antigos, há *Spino*, do século X, e *Espinu*, do século XI¹⁰². Logo, Espinho (A.H., sede de freguesia) representa por excelência um aspecto de uma vegetação local registrado na toponímia, atestado desde a Idade Média mesmo antes do advento das freguesias e da conquista do território portugueses:

O nome da freguesia deriva da presença de vegetação espinhosa, a própria designação paroquial “Espinho”, constava em documentos medievais, referindo-se ao próprio Monte do Sameiro. O historiador Padre Carvalho refere-se a esta localidade como uma paróquia anterior ao séc. XII. Espinho era vigararia da apresentação do Deão da Sé de Braga, passando mais tarde a reitoria, nos termos de Guimarães. (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012d, grifos do autor)

Verdasca é um nome inserido entre os fitotopônimos da categoria *outros* por referir-se, na língua comum, uma “Varinha delgada, flexível e limpa de folhas”

¹⁰¹ DOELP, v. 3, p. 191 e 1076.

¹⁰² DOELP, v. 2, p. 589.

(BRUNSWICK, [s.d.], p. 1219). O emprego desse topônimo em Braga remete-nos à derivação de adjetivo latino (com sufixo pré-romano -asco, qualificado como lígur) que engloba regiões europeias, conforme Menéndez Pidal (1952, p. 165, grifos do autor):

[...] regiones se unen también por varios vocablos de la lengua común moderna: el portugués *verdasca*, español *verdasca* o *vardasca*, halla correspondencia en el provenzal *verdacho*, nombre de una planta, apuntado por Mistral; y el topónimo *Berdasca* en el distrito de Braga (*Berdasquera* en Oviedo) tiene su igual en *Verdache Verdaches* en el departamento de Bases-Alpes y *Verzasca* en el cantón suizo de Tesino; nombres todos derivados del adjetivo latino *viridis*, con el consabido sufixo: *viridasca.

Palmeira, nome comum de certas plantas (“design. comum às plantas da fam. das palmas, esp. às de porte arbóreo”, cf. DH), tem um significado especial na toponímia de Braga, que porta, em essência, relação com o vegetal. As primeiras referências concretas ao nome, de procedência latina, são do século IX, *villa de Palmariam* ou *dos palmeiros*, peregrinos que traziam ramos de palmas consigo em tradicionais viagens a lugares santos como a localidades de Jerusalém (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012e; JUNTA DE FREGUESIA DE PALMEIRA, 2012¹⁰³). Do latim *salix* (“salgueiro”, conforme VASCONCELOS, 1931, p. 396), observamos que *salgueirinha* é uma planta “[...] cultivada como ornamental [...]”, “[...] nativa de zonas temperadas do Hemisfério Norte e da Austrália [...]”, (DH) que crescem junto a “[...] lugares húmidos” (DPLP).

Entre os elementos da flora que manifestam conjuntos, destacamos *carrasco* (*Carrascal*, *Carrascos*) e *carvalho* (*Carvalhal*, duas ocorrências; *Carvalheira*), ligados pelo fato de *carrasco* corresponder a uma espécie de sarça distinta pela coloração verde, pelo tronco e pela madeira forte (DLP), além de uma possível raiz pré-romana (CUNHA, 1986, p. 159-161). Tal procedência (ou relação sufixal) é afirmada por Menéndez Pidal (1952, p. 164), ao classificar a forma entre *espécies vegetais espontâneas*, e ratificada por Piel (1989, p. 10).

Carrega, “Planta poácea dos terrenos pantanosos” (DPLP), tem sua origem no latim *carex* (“cana de paul, ou herva semelhante a esparto”), assentada em *carica com geminação do *r* (VASCONCELOS, 1931, p. 379-380). Contudo,

¹⁰³ Referência aduzida: GOMES, João. **Palmeira Revisitada**. Edição da Junta de Freguesia de Palmeira. No prelo.

Machado¹⁰⁴, ao observar a frequência de Carregal na toponímia (há duas ocorrências em nosso *corpus*), afirma não parecer aceitável a ligação desse nome com a origem estudada por Vasconcelos, inserindo-o em condições semelhantes de *Carregado* (topônimo estudado pelo autor que não pertence ao nosso levantamento). Também a justificativa para tal discordância vincula-se a vestígios de radical pré-romano, destacada em função da observação feita sobre *carvalho* e *carrega*:

L.V. (*Opúsc.*, III, p. 379) liga este nome ao lat. *carex*, [...]. Isto levanta duas dificuldades: a geminação do -r- (a comparação com *parroco* não serve pelo que vem a seguir) e o hipotético *caricātu-* daria em port. *cargado* ou coisa semelhante; para mais o top. é muito ant. para admitir a contaminação com *carregar*. Creio dever antes supor que se trata de vestígio de um radical *car(r)-*, pré-romano (provavelmente celta), identificável com a ideia de «pedra» (*Pidal, Prer.*, pp. 167 e 264). Cf. galês *caregan*, «pedra», «seixo», *caregog*, «pedregoso». (DOELP, p. 360, grifos do autor)¹⁰⁵

Felgueira é um topônimo relativo a “Terreno onde há muita felga ou fetos; espécie de feto” (DPLP)¹⁰⁶, frequente no Norte de Portugal¹⁰⁷, área onde também ocorre o topônimo Ortigueira¹⁰⁸. Espadanido é um topônimo relacionado a *Espadanedo*, forma esta colocada como derivado “[...] não registrado, de *espadana*” por Machado¹⁰⁹. O fato que nos levou a inserir Espadanido entre os topônimos de natureza fitonímica é *espadana* referir-se a erva com folhas compridas e pontiagudas, parecendo com a folha de uma espada (VPL; DLP)¹¹⁰.

Adiciona-se, em relação a locais com conjunto de determinada espécie, o topônimo Feijoal. Em reconstrução etimológica, Nunes (1921, p. 148-149, grifos do autor) menciona a base do topônimo:

O *faseolus* dos romanos na boca dos nossos antepassados deve ter primeiramente soado **feijão* e depois, com o sufixo aumentativo, *feijom*;

¹⁰⁴ DOELP, v. 1, p. 360 (grifos do autor).

¹⁰⁵ v. 1.

¹⁰⁶ Nunes (1921, p. 149-150) nota *Felgueira* na toponímia portuguesa, entre contingente do latim *filictum* (equivalendo ao atual *fetal*, substituto de *filix*) ou do português *feto*.

¹⁰⁷ DOELP, v. 2, p. 630.

¹⁰⁸ DOELP, v. 3, p. 1102.

¹⁰⁹ DOELP, v. 2, p. 585 (grifos do autor).

¹¹⁰ Ainda, segundo Machado (DOELP, v. 2, p. 585), o topônimo *Espadanal* é proveniente do substantivo masculino *espadana*, significando local onde as *espadanas* crescem e acusando frequência na toponímia, inclusive presença na Galiza. Nunes (1921, p. 167) relaciona *Spadanido*, encontrado em Cortesão (1912, p. 326).

daquela forma no feminino descendem *Feijó* e o derivado *Feijóca*; desta *Feijoal* [...]¹¹¹.

Segundo Vasconcelos (1931, p. 380-381), *matiana* (do latim), *maçana* ou *maçãa* assentam-se derivados como *Maçadas* (sufixo *-ada*), como o caso estudado em *abellana*. Uma vez que o topônimo presente em nosso *corpus* apresenta-se na forma *Macada*, esclarecemos que, segundo Ferreira P.¹¹², em relação à “[...] *Macada* por *Maçada* [...]” como nome de povoações portuguesas deve-se notar que no português antigo havia correspondência entre certas sílabas: “[...] *ca, co, cu*, valiam *ka, ko, ku* e *ça, ço, çu*”. De outras observações sobre nomes de ordem botânica feitas por Vasconcelos (1931, p. 401-402, grifos do autor), destacamos palavras latinas que se diferiam em terminação e gênero ou que continham duas significações simultâneas, pois, além das variações de *maçã*, envolve-se a *aveleira*, conforme mudança já observada:

Em latim existiam várias palavras que, diferindo entre si apenas na terminação e no gênero, significavam, conforme isso, plantas ou partes de plantas (frutos, flores, etc.), por exemplo:

[...]
malus «macieira», *malum* «maçã»;
 [...]

Outras palavras tinham ao mesmo tempo as duas significações: *córylus* «aveleira» e «avelã» [...].

[...]

De *malum* fêz-se *mala*, que, com a adjunção do adjetivo *Matiana*, passou a *mala Matiana*, como se lê em Suetonio [...], frase que se simplificou em *matiana* = *maciana*, donde veio *maçãa* > *maçã*; à árvore chamou-se *macieira* [...].

Em relação à uva, temos os topônimos *Vinha*, terreno com plantações de videiras (DLP) e *Pecelar*, topônimo que Machado¹¹³ questiona a derivação de *Pecelo*. Ferreira P.¹¹⁴, ao tratar a substituição de *p* e *b* conforme realização fonológica de alguns lugares de Portugal, observa a mudança de “[...] *Pecelada* e *Pecelar* [...]” para “[...] *Bacellada* e *Bacellar* por *Bacellal* [...]”. Em trecho anterior, há

¹¹¹ *Feigioal* está presente em Cortesão (1912, p. 126) como registro do século XIII. Seguindo indicações em notas de Nunes (1921, p. 149, grifos do autor), também localizamos e destacamos “[...] *Feigiosa*, *Feigiom*, *Feijó* ou *Feyioo*, os dois últimos nomes como apelidos, e *Feyjonal*”.

¹¹² TET, v. 1, p. 327 (grifos do autor).

¹¹³ DOELP, v. 3, p. 1145.

¹¹⁴ TET, v. 2, p. 414.

bacellada como “[...] vinha nova”. Contemporaneamente, há *bacelar* como verbo no português, significando “Plantar bacelo” (DPLP), e *bacelar* como substantivo, no galego, para “Terreo plantado de baceiros” (DRAG).

Mouta e Moutinho são topônimos relacionados à mata pequena e densa (DLP), sendo *mouta* um elemento de proveniência linguística pré-latina (PIEL, 1989, p. 10). Para Machado¹¹⁵ *Mouta* é variante de *moita*, estando àquela primeira em Cortesão (1912, p. 231). Também relacionado à mata, há o topônimo Souto (em nove ocorrências), com derivados (Soutelinho, Soutelo) e, como a situação observada em Mouta, há a forma *soito* em Soito Chão. Geralmente, *Souto* pode significar “[...] mata de castanheiros [...]” (VASCONCELOS, 1928b, p. 227) ou, mesmo, referir a “bosque denso [...]” e a “lugar muito arborizado e próprio para passeio” (DH), do latim *sāltus* (CUNHA, 1986, p. 737). Conforme análise de Carvalhinhos (2008, p. 187), as glebas, como *soutos*, podem acusar esvaziamento semântico, passando o genérico a ter função de topônimo propriamente dito. Tal fato é verificado em nosso *corpus*, pois o grupo de topônimos Souto e formas correlatas (derivados e compostos) particulariza aglomerados humanos (“povoações”) que enfatizamos devido à alta frequência em relação aos demais fitotopônimos estudados.

Ao considerarmos a intersecção entre Toponímia e Antroponímia, salientamos que as povoações constituem uma das maiores fontes de apelidos de ordem geográfica, empregados, inicialmente, em virtude de locais de origem (nascimento, morada, procedência e senhorios) (VASCONCELOS, 1928a, p. 158).

Além do uso na toponímia de Braga, também destacamos a possibilidade de emprego antroponímico moderno de Carvalheira, Loureiro, Nogueira (VASCONCELOS, 1928a, p. 166-167). Também podem repousar questões e intersecções antroponímicas em relação a Cardosas (VASCONCELOS, 1931, p. 28-29; DOELP)¹¹⁶, entre outros topônimos¹¹⁷. Como apelido estrangeiro, Ferreira P. (1908, p. 215) relaciona *Pecelar*.

¹¹⁵ DOELP, v. 2, p. 1008.

¹¹⁶ DOELP, v. 1, p. 350-351. Considerando-se que muitos apelidos originam-se de nomes de lugares, Vasconcelos (1931, p. 28) cita que a forma *Cardoso* está inserida neste grupo, tendo por significado, originalmente “[...] terreno abundante em cardos”. O autor analisa possíveis condicionantes para a forma atual: “Deve entender-se que a princípio a expressão plena seria *chão cardoso*, *terreno cardoso*, ou outra análoga, e que por elipse do substantivo ficou só o adjectivo determinante, isto é, *cardoso*, com funções substantivas”. *Cardosa* é forma dada como formação adjectival (“A par de *Cardoso* há *Cardosa*, isto é, na origem: *terra cardosa*”), podendo *Cardosas* relacionar-se a nome de proprietários anteriores, ainda que fossem topônimos na origem (VASCONCELOS, 1931, p. 28-29).

Embora *cone* associe-se, primeiramente, à figura geométrica (DLP), pode haver traços semânticos diretamente relacionados a elementos da flora (ou de aspectos do solo). Assim, Cones pode representar uma morfologia botânica como o “estróbilo [...] dos pinheiros; pinha” (DH)¹¹⁸, cristalizada em nome de povoado que destacamos em virtude da frequência de *pinheiro*, bem como suas derivações e composições, no *corpus*.

Ainda que possamos estar em face de nomes que pertencem a Antroponímia ou equivalham, mesmo, a transplantes de nomes de outros locais, a substância semântica averiguada conduziu-nos, muitas vezes, a uma vegetação típica do noroeste peninsular, conforme se depreende das definições contidas em Machado. De acordo com a organização que nos foi possível estabelecer, há heranças linguísticas pré-latinas (PIEL, 1989) e, em maior parte, latinas que integram formas portuguesas em uma toponímia de árvores, frutos e plantas de modo singular ou de maneira coletiva.

4.1.3 Litotopônimos: os minerais e a constituição do solo concelhio

Os litotopônimos refletem, em essência semântica, indícios de minerais e da composição do solo por meio de elementos manifestados de formas únicas ou coletividade de uma espécie ou espécies diferenciadas. Como podemos notar entre os geomorfotopônimos e os fitotopônimos, os litotopônimos, muitas vezes, correspondem a formas antigas do português.

O grupo de topônimos constituído pelo elemento físico *lamas* e derivados (duas ocorrências, sendo uma sede de freguesia; Lamela: duas ocorrências; Lameira e Lamações, A.H., sede de freguesia). Lamas, de provável origem pré-celta, passando pelo latim, acusa frequência no Norte e na Galiza, identificando uma área de ocorrência desse topônimo que inclui Braga¹¹⁹. A remota origem de Lama, definida por “pradera natural en terreno húmedo, tolla, ciénaga”, conforme estudos

¹¹⁷ Ressaltamos que muitos outros topônimos de outras taxionomias toponímicas podem derivar antropotopônimos.

¹¹⁸ Quanto à questão botânica, O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) traz os seguintes dados: “Fruto de sementes nuas em massas cónicas, cobertas por brácteas escamosas e duras (como o do pinheiro)”.

¹¹⁹ DOELP, v. 2, p. 849-850.

de Menéndez Pidal (1952, p. 98, grifos do autor), pode pertencer a um substrato lígur que “Desborda también los límites geográficos de los lígures (tomado este nombre em sentido estricto) el toponímico *Lama*”. Segundo o autor, a frequência toponímica de *Lama* no Noroeste da Península Ibérica pode remeter a uma situação de permanência dessa voz. Em certos casos, pode não haver referência direta (ou possível desvinculação) com o contexto topográfico e hidrográfico da região, embora o autor observe que os emigrantes (ambro-ilírios) preferiam as pradarias naturais (ou, mesmo, *lamas*) e criar gado ao habitar o noroeste da Península (MENÉNDEZ PIDAL, 1952, p. 102, grifos do autor):

La falta de toponímicos *Lama* en Liguria y en la costa lígur de Galia, al par que la extraordinaria abundancia de ese nombre en el noroeste de España, nos parece indicar que los ambro-ilirios que emigraron a esa región noroeste se distinguían de los lígures de Italia en su mayor preferencia por habitar las praderías naturales o *lamas* [...]; eran una población dedicada más al pastoreo vacuno, mientras los lígures de Italia eran montañeros, cazadores y leñadores, pues carecía de *lamas* su tierra pedregosa, dura para el cultivo, como la describe Diodoro Sículo.

De outro modo, Piel (1945, p. 312) afirma que, mesmo considerando-se o quadro ilírio relacionado a *lama*, a palavra pôde ter seu emprego generalizado por via de colonos romanos, em virtude do papel da criação bovina como denunciado pela forma *lameiros*.

Quanto às *areias*, observarmos sua presença em nomes de lugares compostos, empregados em aglomerados humanos, que podem expressar certo posicionamento geográfico do terreno ou substância física: *areal* (duas ocorrências: Areal de Baixo, Areal de Cima) e *areias* (duas ocorrências: Areias de Baixo, Areias de Cima). Ainda em relação a *areia*, soma-se *gândara* (Gandarela, Gandra), vocábulo possivelmente de origem pré-romana (MENÉNDEZ PIDAL, 1952, p. 76), utilizado, em Portugal e na Galiza, para denominar certos terrenos arenosos e propícios a esterilidade. Em nosso *corpus*, além da derivação Gandarela, temos a variante em Gandra, de *gândara* “terra arenosa, improdutiva” (DH), que também está presente na toponímia galega (PIEL, 1947, p. 30-31). Com relação a certas propriedades do solo, destacamos Bouça (três ocorrências) e Boucinha, frequentes em Portugal e na Galiza (*Bouza*), como “terreno inculto, que só cria mato”¹²⁰.

¹²⁰ DOELP, v. 1, p. 274.

As derivações da forma *barro* (singular e plural) são abundantes, de modo que tal elemento sobressai dentre os demais litotopônimos: *barros* (duas ocorrências), *barral* (duas ocorrências: A.H. e A.F., Ribeiro do), *barredo* (Barredo), *barreiro* (Barreiro, duas ocorrências) e *barroso* (Barroso).

No que tange às pedras, os topônimos Laje (três ocorrências) e Lajes (A.H., duas ocorrências; A.F., Monte das, uma ocorrência) apresentam frequência elevada ao considerarmos as acepções “Pedra chata ou mosaico com que se cobrem pavimentos” ou “Pedra de sepultura” (DPLP). Também a forma *pedra* gera topônimos, seja “em conjunto de espécies diversas” Pedreira (duas ocorrências) e em unicidade, como na aglutinação presente em Pedralva (A.H., sede de freguesia).

Derivado de *seixo*, há Seixido¹²¹, cujo registro na toponímia de Portugal pode ser verificado a partir de documentos do século XII: *Seyxido* em 1116 e *Seixido* em 1258 (forma do século XIII em CORTESÃO, 1912, p. 313).

A única ocorrência que pode ter relação com metais é o topônimo Vieiros, pois o significado de “Veio, filão” [BRUNSWICK, s.d., p. 1227], segundo Silva (DLP)¹²², pode relacionar-se a “Veia, beta de metal, ou qualquer mineral, e fossil nas minas”.

Do adjetivo *planus*, substantivado e adequado em gênero de acordo com um nome comum subtendido (como terra ou locus), servindo para denominar “lugar plano”, surge uma numerosa família de topônimos (PIEL, 1947, p. 4-5) que se apresenta da seguinte forma no *corpus*: Chão e Chãos.

Em oposição a terrenos úmidos como a série formada por *lama*, inserimos o topônimo Sequeira (A.H., sede de freguesia). Em consulta a Machado¹²³, observa-se a presença de tal topônimo em Braga como procedente, possivelmente, do adjetivo “terra sequeira” ou de coletivo “local abundante em sequeiros”. Dessa forma, a classificação de Sequeira como litotopônimo baseia-se na primeira acepção fornecida em Machado, embora reconheçamos que existe possibilidade de validade da segunda, também (VASCONCELOS, 1928a, p. 158-167).

Assim, igualmente consideramos que a intersecção com a Antroponímia pode ser conferida em relação a outros topônimos classificados no domínio dos minerais como Barral, Barros e Barroso (VASCONCELOS, 1928a, p. 166, 1931, p. 189).

¹²¹ DOELP, v. 3, p. 1326.

¹²² *Vieiro*, dado em igualdade com *veeiro*, mostra acepções semelhantes daquelas já destacadas em nosso estudo (cf. DPLP). Em Houaiss (DH), observamos *veeiro* com os referidos significados.

¹²³ DOELP, v. 3, p. 1332.

No que se refere à constituição do solo, observamos que certos elementos aparecem com maior frequência nos topônimos, podendo indicar características de substrato linguístico, do solo ou de uma área geográfica comum a tais nomes. Neste sentido, observamos semelhanças com outros topônimos presentes no noroeste da Península Ibérica, que podem justificar outros estudos sobre o reconhecimento de tênues diferenças semânticas entre a formação do solo e formações de conjuntos de espécies vegetais, conforme verificamos em relação a Bouça¹²⁴ (e derivados) e a Sequeira.

4.1.4 Hidrotopônimos: as águas na toponímia concelhia

Os topônimos referentes à hidrografia ocupam a quarta classificação taxionômica neste estudo da toponímia do concelho de Braga. Como podemos acompanhar na parte dedicada ao tempo dos brácaros (cf. 1.2), o acesso às terras que não se encontravam junto ao litoral durante o processo de ocupação do território da Península Ibérica deu-se por meio de caminhos naturais formados por cursos de águas de grande porte (RAPOSO, 1993, p. 41-95), item importante para compreender questões hidrotoponímicas do concelho, que se encontra, de certo modo, afastado do mar, embora o distrito tenha sua faixa ocidental banhada pelo Oceano Atlântico (anexo f).

Dauzat (1932, p. 195), ao estudar a origem e a evolução de nomes de lugares na França, destaca a perenidade como característica inerente aos nomes de cursos de água, tipo que permite aprofundamento na análise linguística na Europa ocidental¹²⁵. Nesse sentido, Piel (1945, p. 305-306) observa a presença de elementos hídricos, peculiar pelas condições hídricas da região, em nomes de

¹²⁴ Carvalhinhos (1998, p. 80-110) classificou o topônimo *Bouça* duas vezes, sendo a primeira categorização como geomorfotopônimo (verificando, inclusive, a ausência do topônimo no Brasil, pois, possivelmente, já não fazia mais parte do léxico usual dos colonizadores portugueses) e, em seguida, litotopônimo (com abonação sobre a o aspecto inculto do terreno, que só produz mato para diversos usos). Por isso, podemos afirmar que notamos problemática similar.

¹²⁵ No Brasil, Dick (1997, p. 35) observa que o Rio *Tietê*, um dos mais importantes do atual Estado de São Paulo, deve seu termo específico à necessidade elementar de localização de primeiros habitantes do solo paulistano (povos tupis ou guaianases), sendo encontrado pelos portugueses de modo corrente durante o processo de colonização. O emprego de *Tietê* para referenciar o *rio* teve sua perenidade assegurada por “[...] hábito e tradição [...]” em uma toponímia relativamente mais recente que a toponímia milenar portuguesa.

lugares galegos e portugueses, garantindo a continuidade da vida humana e, respectivamente, ocupando papel de tema comum em relação às mais diversas atividades de alcance do homem, como a agricultura e a pecuária.

Entre os tipos lexicais hidronímicos, como notamos em relação ao concelho de Braga, muitos participam do léxico ativo em localidades e na realidade linguística do noroeste da Península Ibérica: “[...] trata-se de elementos que correspondem a nomes comuns, vivos ainda hoje no conjunto ou em parte do território de língua galaico-portuguesa” (PIEL, 1945, p. 306). Nessa categoria, Piel pontua que, como entre os nomes referentes ao relevo e ao aspecto do solo, sobressai a “[...] parte mais vetusta do léxico de um país [...]” e, de outra parte, contribuições árabes (PIEL, 1945, p. 306). Relembrando que, segundo Sapir (1961, p. 45) as escolhas lexicais podem refletir a realidade física e social do homem, os hidrotopônimos elencados para estudo primam por apontar referências a cursos de água, mananciais e porções de águas aplicados a nomes de aglomerados humanos e entidades geográficas físicas (apenas duas: um *monte* e uma *ribeira*).

Para principiarmos a abordagem sobre os cursos de água, fazemos referência ao Cávado (topônimo em estudo, duas ocorrências), “Rio Importante” segundo descrição de *tipo* CRISE para curso “com mais de 100 km”. Conforme já apontamos, pode-se delimitar o concelho de Braga por meio de convenções que tomam para si o nome Cávado como vale do Cávado (*Região Norte* e *sub-região do Cávado*, cf. 1.1)¹²⁶. Segundo Vasconcelos (1931, p. 159), esse tipo de fato acontece por duas razões. Com base na antiguidade de um hidrônimo, bem como a importância dos cursos de água para grupos humanos, admitimos as duas possibilidades, sobremaneira a primeira: “[...] quer por associação da ideia de lugar ou sítio com a de rio ou margem, e sua fusão no espírito dos habitantes, quer por sucessivo gasto e simplificação de linguagem”.

A forma *rio* aparece aplicada de duas maneiras: simples (uma ocorrência: A.H., Aldeia do) e composta, Rio Mau, Monte de (A.F.). No primeiro caso, o uso de *rio* para particularizar um aglomerado humano¹²⁷ sugere-nos, portanto, certa possibilidade de relação com tal elemento hidrográfico. Sequencialmente, a presença de epíteto em Rio Mau, aplicado a um *monte* (A.F.), mesmo que não

¹²⁶ Temos observado o uso dessa nomenclatura nos contextos e em fins estatísticos e administrativos. Cf. Instituto Nacional de Estatística, I.P (2011) e Câmara Municipal e Braga (2012b).

¹²⁷ Conforme Carvalhinhos (2012), talvez o genérico *aldeia* já esteja lexicalizado (informação verbal). Cf. Carvalhinhos (2009) para justificar nossa opção, pois isso altera a classificação taxionômica.

empregado diretamente a um curso de água, pode pertencer originariamente a um rio (VASCONCELOS, 1931, p. 159).

Carvalhinhos (1998, p. 101) afirma que *ribeira* e *corgo* são formas típicas portuguesas, ainda produtivas no léxico virtual dos falantes. Verificamos a frequência dessas formas no *corpus* por meio de Ribeira, Ribeiro (duas ocorrências), Corgas e Corgo. Ao observar a condição onomástica de *ribeiro* na primeira metade do século XX, Vasconcelos (1931, p. 10-13) destaca que, entre outras formas presentes no vocabulário português, *ribeira* (o) e *corga* (a) são representantes da riqueza de diversos e variados curso de água de Portugal, nomeando diversos lugares.

Em dicionário de língua contemporâneo, as primeiras acepções de *ribeira* apresentadas referem-se a “Rio de pouco caudal e de pequeno curso”, bem como “Vala cavada pelas de águas de enxurrada” (DPLP). Vasconcelos (1928b, p. 387-388, grifos do autor) aponta a origem latina de *ribeira* em estudo sobre a adoção de expressões metafóricas em Portugal, trazendo as seguintes informações:

Os Romanos diziam *margo*, nós *beira*, que parece vem de *ribeira*, tornado *ribeira* = *re-beira*, donde se separou o *re-*, por confusão com outras palavras em que a mesma partícula, como que ora se acrescenta, ora se subtrai, por exemplo *canto* & *recanto*, *chão* & *rechão* ou *richão*. A palavra *ribeira* veio do latim *riparia*, adjectivo derivado de *ripa*, «margem de rio». Sendo o Minho e a Beira profusamente sulcados de rios que lhes dão aspecto fresco e poético, regiões onde a nossa língua de certo se constituiu, que admira que as margens dêsses rios impressionassem os habitantes e os levassem a tirar delas uma palavra de uso tão vulgar como *beira*?

O uso mais frequente de *ribeira* para margem de rio, segundo Vasconcelos (1931, p. 186-187), tem ocorrido a partir do século XV, ultrapassando, em termos de frequência, a *riba*. Também a diferença entre *ribeira* e *ribeiro* (forma também frequente na Antroponímia) é explicada pelo autor:

Etimologicamente *ribeiro* é o masculino de *ribeira*. Quando há substantivos comuns, como aqui, com duas formas, uma masculina, outra feminina [...], a feminina tem em geral significação mais ampla: por isso uma *ribeira* é maior que um *ribeiro*. A palavra *ribeira*, do lat. *riparia*, adjectivo derivado de *ripa*, significou primeiro em português « aborda de rio », depois água que corre entre duas *ripas*, *ribas*, ou margens altas, por fim corrente de água de certo volume. No Sul dizem *rebêra* e *rebêro*. (VASCONCELOS, 1931, p. 15-16, grifos do autor).

As diferenças de dimensão entre esses cursos ficam patentes em descrição do *tipo* RIB do CRISE, sendo esses elementos geográficos físicos classificados da seguinte maneira: *ribeiro* até cinco quilômetros e *ribeira* entre cinco a vinte quilômetros¹²⁸. Logo, tais recursos distinguem-se consideravelmente do elemento *rio*, que se aplica a cursos que apresentam entre vinte e um a cem quilômetros de extensão.

Para Piel (1945, p. 342), *corgo* é utilizado por meio de duas acepções: “[...] «regueiro, sulco aberto pelas águas correntes» e «caminho estreito entre montes ou entre muros: atalho fundo» [...]”. Ainda que *corgo* e *córrego* se relacionem, segundo Piel, como o moderno *cargo* se relaciona com o antigo *cárrego*, a toponímia portuguesa, em geral, prefere *Corgo* (s) e *Corga* (s) a *córrego*, conforme observamos em nosso *corpus*. Desse modo, adicionamos as seguintes conclusões:

Corgo, no Brasil, ocorre como quase como variante diastrática (o metaplasmo, neste caso, é característico dos falares caipiras), aparecendo pouco como genérico; em Portugal, *corgo* e derivados (*corgo*, *corga*, plurais e diminutivos) aparecem como topônimos e, em proporção elevada, como genéricos. (CARVALHINHOS, 2008, p. 183, grifos do autor)

Ainda no que tange ao leito do rio, soma-se o topônimo Arranhadouro. A busca do topônimo em Machado¹²⁹ direcionou-nos a outro topônimo que não pertence ao nosso *corpus*, *Arranha*, oriundo do substantivo *ranha* “[...] «declive no leito de rio» [...]” ou derivado “[...] regressivo de *arranhar*”. Considerando que Ferreira P.¹³⁰ aproxima os topônimos *Arranhadouro* e *Ranhadouro*, aventamos a possibilidade de derivação regressiva do verbo *arranhar*, em ação metafórica. Logo, trazemos as seguintes considerações de Piel (1945, p. 331-332, grifos do autor), uma vez que o autor, ao apresentar a definição de *ranha*, traz outra significação observada por Menéndez Pidal, situa uma área de frequência do topônimo e adiciona formas derivadas:

¹²⁸ Cf. anexo d. Cabe realçar que, conforme Carvalhinhos (2010, p. 7, grifos do autor), o tipo RIB é utilizado para elementos geográficos físicos diferenciados entre si: “[...] como cursos de água lineares (*ribeiras*, *ribeiros*, *córregos*), águas lacustres e represadas (*pego*, *poça*, *presa*)”. Cf. CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. **As águas na toponímia portuguesa**. Variantes lexicais. In: SEMANA DE FILOGIA NA USP, 5., 2010, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010 (texto inédito).

¹²⁹ DOELP, v. 1, p. 170 (grifos do autor).

¹³⁰ TET, v. 2, p. 252.

Ranha. Este vocábulo vem registado no Dicionário de Figueiredo como regionalismo minhoto que significa «declive no leito de um rio; rápido; [são as faladas ranhas (degraus de água na largura do rio) pelas quais os barcos têm de descer]». Segundo Menéndez Pidal, que incidentalmente se ocupou dele e dos seus representantes toponímicos em «Cuadernos Gallegos», II (1946), p. 4, parece que se lhe pode atribuir, além desta significação, a de «sitio raído o arrasado por acción erosiva de las aguas o por argayo», porquanto a sua origem deve estar no verbo galego e ast. ocid. *rañar*, port. *ranhar* «rascar» ⁽¹⁾. A palavra, com os seus numerosos derivados, abunda na toponímia minhota e galega. [...] Com outros elementos de derivação, temos ainda [...] *Ranhadouro* [...] *Ranhadoura* [...].¹³¹

As águas lacustres e represadas são representadas por meio das formas *pateira* (uma ocorrência), *presa* (A.F., Ribeiro da) e *poça* (uma ocorrência). No que tange à primeira delas, *pateira* (um sinónimo de *lagoa*), Carvalhinhos (1998, p. 104) afirma um possível estágio de cristalização em sintagma toponímico, pois, com base em Neves et al.¹³², a autora esclarece que o uso da forma tem restringido-se na toponímia, enquanto o sinónimo *lagoa* é empregado na comunicação. *Presa* é colocada como um substantivo proveniente do verbo *represar*. O dado que leva *poça* a pertencer ao campo hidrotoponímico pode ser conferido de acordo as seguintes acepções: “Cova pouco funda, com água” e “[Regionalismo] Cova artificial e pouco funda, em que se represa a água nascente, com que se rega milho, hortas, etc., fazendo-a sair por um bueiro” (DPLP).

O fluxo de águas pode ser percebido nos topónimos Corrente e Torrente, ao considerarmos, respectivamente, “que passa sem qualquer obstáculo, sem obstrução <águas c.>” e “curso de água rápido e impetuoso [...]” (DH). As águas termais são referenciadas pela presença do topónimo Caldas. Para Piel (1945, p. 328), trata-se de um nome frequente na toponímia do Noroeste Peninsular, originado do antigo “[...] *caldo* < CALIDU [...]” (em conformidade com o substantivo homónimo e, de mesmo modo, com o verbo *escaldar*) por elipse de *águas caldas*. Considerando a colonização romana de Braga, faz-se oportuno somar que, segundo García Sánchez (2007, p. 170), nesse tipo de sociedade (assim como na árabe), alguns aglomerados humanos surgiram ao redor de banhos termais.

Mananciais de águas para fins de consumo humano ou animal podem ser identificados no seguinte grupo de nomes: *bica* (uma ocorrência, Bicainha), *torno*

¹³¹ Na nota, identificada por (1), há as seguintes colocações: “MENÉNDEZ PIDAL compara justamente os top. tirados de *ranha* com os extraídos do tema *rasc-*, como *Rasca*, *Rascoa*, *Rascoeira* (em Portugal) e *Rascador*, *Rascallán*, *Rascaderia*, etc., na Galiza. O Dicionário da Academia Espanhola registra *raña* com a definição de «terreno de monte bajo»” (PIEL, 1945, p. 332, grifos do autor).

¹³² NEVES, Amaro et al. **Aveiro**: do Vouga ao Buçaco. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 158-160.

(Torneiros) e *fonte* (uma ocorrência, Fontelo e Fontainhas, A.H., Bairro das). Entre tais formas, consideramos *bica* “Parte por onde a água ou qualquer líquido cai, de certa altura”, “Líquido que cai em fio” e “Fonte pública de água” (DPLP), podendo Bicainha referir uma relação metonímica.

O topônimo Torneiros é considerado frequente tanto em Portugal como na Galiza por Machado¹³³. Embora considere o nome como uma derivação de *torno*, o autor admite possibilidade de tratar-se de substantivo moderno *torneiro*, empregado para um ofício. Considerando a frequência elevada de *Torno* nas mesmas localidades, com a significação de “[...] «bolhão de água», «nascente abundante» [...]”¹³⁴ oriunda de um antigo substantivo masculino *torno*, Torneiros segue classificado como hidrotopônimo em nosso *corpus*¹³⁵.

Em relação à família do latim *fons*, Vasconcelos (1931, p. 369-370) aponta as derivações *fontanus* e *fontana*, que passaram para as línguas românicas. Assim posto, Fontelo e Fontainhas (A.H., Bairro das) ligam-se, respectivamente, a primeira (*fontanus* > **Fontano* > **Fontanello* > **Fontaello* > *Fontélllo*) e a segunda derivação (*fontana* > **Fontaninha* > *Fontáinha* > *Fontáinhas*). Quanto à questão de gênero de *fons*, *fonte* Piel (1945, p. 323-324) menciona que a palavra era masculina quando do latim clássico, aparecendo feminina a partir do século IV.

Para concluir as questões expostas acerca dos hidrotopônimos, notamos que a água constitui base para diversos topônimos dados a aglomerados humanos, cuja antiguidade fica patente tanto na resultante linguística quanto em fatores extralinguísticos marcados em seu conteúdo, atestando, também, a antiguidade da toponímia de Braga.

¹³³ DOELP, v. 3, p. 1419-1420.

¹³⁴ DOELP, v. 3, p. 1420. Cf. referência aduzida.

¹³⁵ Ao analisar a questão, Piel (1945, p. 316, grifos do autor) tece as seguintes afirmações, tomando *pjeiro* e *talhadoiro* como sinônimo de *tornadoiro*: “Uma terceira expressão, finalmente, que possivelmente constitui um sinónimo das duas precedentes, temo-la em *tornadoiro*, voz do Minho, que parece ligar-se com a já citada expressão de *torna-torna* (*água de ~*) «a que cada lavrador pode guiar para o seu campo, antes de chegar a época em que ela se reparte». *Tornadoiro* ocorre nada menos de oito vezes no distr. de Braga, uma no de Aveiro, e outra na Madeira. A significação de *tornadoiro*, dada pelos dicionários: «pegadoira, na retaguarda da grade, para a guiar o ajudá-la a dar volta no fim do campo», não pode, evidentemente, explicar o seu emprego toponímico. Atendendo ao facto de que *torno* apresenta, entre outras acepções, a de «borbotão, jorro», seria de averiguar se é esta que havemos de atribuir aos top. *Torno* [...], hipótese justificada, de certo modo, pelo nome de lugar *Torno Rego*. A mesma possibilidade existe em relação a *Torneira* [...], *Torneiro* [...] e, principalmente, *Torneiros* [...]”.

4.1.5 Outras taxionomias físicas

De modo decrescente, zootopônimos, cardinotopônimos, morfotopônimos, meteorotopônimos, cromotopônimos e dimensiutopônimos (estas duas últimas taxionomias com apenas uma ocorrência cada), são categorias que acusaram uma frequência menor em relação às demais taxionomias de natureza física analisadas.

Isto posto, em primeiro lugar, os zootopônimos formam a taxionomia mais expressiva, com oito ocorrências. A fauna é representada em aglomerados humanos por meio de formas referentes aos mamíferos e às aves em individualidade ou em conjuntos da mesma espécie: *cabrita* (uma ocorrência), *osso* (*Ossada*), *galo* (*Galos*), *chasco* (*Chascas*), *rola* (uma ocorrência) e *gaio* (*Gaião*, duas ocorrências, e *Gaiosa*). Destaca-se a possibilidade de cristalização do topônimo *Ossada*. Ao observar a presença do topônimo em Portugal, Machado¹³⁶ questiona e admite duas hipóteses para sua origem, dependendo do caso: o substantivo *ossada*, como “[...] «conjunto de ossos» [...]”¹³⁷ ou o substantivo antigo “[...] «urso» [...]”. Como não encontramos uma abonação pontual sobre a questão em Braga em outros documentos, recorreremos ao estudo da fauna na toponímia de Portugal por Vasconcelos (1931, p. 195, grifos do autor), que observa manifestações de *urso* entre os mamíferos, “[...] quer nesta forma, quer nas arcaicas *usso* e *osso* [...]”. Em tal obra e em outras (VASCONCELOS, 1911, p. 234-238), não encontramos a forma *Ossada*, e, assim, sua classificação como zootopônimo é hipotética, pois a existência de outras fontes poderá conduzir a outra classificação. De certo modo, o mesmo questionamento de Machado é realizado por Vasconcelos (1928b, p. 401-402, grifos do autor):

O onomástico apresenta-nos *Saes*, nome de uma quinta e casa em Rêsende [...]; a forma mais antiga que eu conheço da palavra é *Ossaes*, que deriva do arc. *osso* < l. *ŭrsus*, *ŭrsu*-: [...]. Ainda quanto a *osso*, nome antigo do *urso*, que existiu outrora em Portugal, temos no onomástico *Ossa* e *Osseia* (deminutivo); é porém duvidoso se *Ossos* é o plural de *osso* < *ursus*, se de *osso* < *ossum* (*os*). Na Galiza também há *Oseira* e *Oseiro*, de *oso*, «urso».

¹³⁶ DOELP, v. 3, p. 1104.

¹³⁷ O referido sentido (“Grande porção de ossos”) encontra-se no léxico ativo português, como primeira acepção de dicionário contemporâneo (DPLP).

Quanto a Chascas, Machado¹³⁸ afirma ser o plural de *chasca*, “[...] pássaro pequeno e muito vivo”. Conforme dados presente em Houaiss (DH), observa-se que *chasco* é uma formação onomatopaica utilizada regionalmente para cartaxo e outros pássaros. Rola, em âmbitos da fauna, também se refere a uma “origem onomatopaica” viva no léxico ativo do português (DPLP). Ainda no que tange às aves, há formas geradas a partir de *gaio* na toponímia, Gaião e Gaiosa, segundo relaciona Ferreira P.¹³⁹. Embora não tenha sido encontrada abonação, observamos que é possível o emprego de *gaio* na Antroponímia (e, portanto, na antropotoponímia), uma vez que Vasconcelos (1928a, p. 216-222) elencou *Gaio* em sua *Lista de alcunhas e apelidos tomados de nomes de animais*¹⁴⁰.

As posições geográficas (cardinotopônimos) são representadas pelos seguintes topônimos: Além, Além do Rio, Baixo (A.H., Bairro de, e A.H., Moinho de), Sub-Carreira e Trás das Bouças, embora existam diversificados marcadores toponímicos na segunda parte do sintagma de outros topônimos de natureza física ou antropocultural, o que não é considerado para a categorização em taxionomias. Com base nos topônimos Cima (A.H., Bairro de), do *corpus* de exclusão, e Baixo (A.H., Bairro de), temos uma oposição em relação à disposição geográfica desses aglomerados humanos no concelho. Para Machado¹⁴¹, *Além* é um topônimo utilizado com frequente no Norte português, que acusa “[...] formas compostas como [...] *Além do Rio* [...]”. Da mesma forma, Sub-Carreira e Trás das Bouças relacionam-se com Carreira (duas ocorrências que não pertencem ao *corpus* de análise) e Bouça, que apresenta várias ocorrências, inclusive com outros marcadores toponímicos como segundo elemento do sintagma no *corpus* de exclusão, tendo três presenças no *corpus* analisado, além do topônimo Boucinha.

Por falta de uma classificação toponímica mais adequada, optamos por classificar Redondo (duas ocorrências), Arcos (A.H., sede de freguesia) e Torto (A.F., Rio) dentro da taxionomia referente às formas geométricas, ainda que estejamos cientes de sua adequação apenas parcial. Machado¹⁴² afirma que Redondo, frequente em solo português e galego, acusa registro como topônimo

¹³⁸ DOELP, v. 1, p. 402.

¹³⁹ TET, v. 3, p. 75.

¹⁴⁰ Após relacionar *Gaio* como alcunha, o autor admite a seguinte possibilidade: “- Talvez *Gaiom*, sec. XIII, em Cortesão, pertença aqui também” (VASCONCELOS, 1928a, p. 222, grifos do autor). Também DOELP (v. 2, p. 684) fornece intersecções entre Toponímia e Antroponímia em relação a *Gaio* e derivados.

¹⁴¹ DOELP, v. 1, p. 88 (grifos do autor).

¹⁴² DOELP, v. 3, p. 1248.

desde o século XI, podendo ter aplicação referente a particularidades de orografia ou de construções arqueológicas, castelos, entre outros edifícios. Ao identificar um *rio*, Torto coloca-se em oposição à reta, “Que não está em linha recta” (DPLP), apontando uma configuração arquetípica do curso de água, uma vez que tal nome pode estar presente em quaisquer partes do mundo. Arcos é uma freguesia onde há um rio homônimo (JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PAIO DE ARCOS, 2012), podendo ambos nomes remontar a uma construção, “[...] uma Ponte em arcos pétreo, sobe o ribeiro com a mesma designação” [sic], de modo que é possível notar a existência de um dado e uma característica em sincronia, sendo a última delas não predominante em Braga: “Junto ao rio Arcos a Freguesia D’Arcos mantém os seus traços rurais”. Logo, considerando a ponte, Arcos posiciona-se como um topônimo gerado de modo espontâneo em relação ao rio.

Os fenômenos atmosféricos parecem estar presentes em Ventosa e Ventoso. Ventosa, segundo Machado¹⁴³, é um topônimo frequente em Portugal (e na Galiza), cujo registro remoto *Uentosa* remonta ao século X. Também o autor observa que Longra acusa frequência no Norte de Portugal e na Galiza (Corunha e Pontevedra), podendo haver, hipoteticamente, originado do latim *longŭla* (diminutivo feminino de *longus*) ou do pré-romano e de sentido arqueológico *Lôngara*. *Longara* e *Longras* apresentam registros do século XIII¹⁴⁴. Considerando que existe a possibilidade de existir um *r* falso, conforme Ferreira P.¹⁴⁵, na sequência “[...] Longa e Longra; Longas e Longras; [...]”, optamos por considerar Longra como dimensiotopônimo, mesmo em virtude de não termos encontrado abonações pontuais, que poderiam culminar com a alteração de taxionomia. Em relação à escala cromática (cores), Amarela é um topônimo de Braga oriundo do gênero feminino do adjetivo *amarelo*¹⁴⁶. Contudo, *Amarelo* também pode ser uma referência antroponímica (VASCONCELOS, 1928a, p. 191 e 278).

Assim, o estudo em conjunto de taxionomias toponímicas menos frequentes aponta elementos do meio físico que, entre outros detalhes, manifestam posicionamento geográfico de aglomerados humanos, bem como onomatopeias (canto de aves), além de possibilidades de intersecções entre Toponímia e Antroponímia.

¹⁴³ DOELP, v. 3, p. 1466.

¹⁴⁴ DOELP, v. 2, p. 893-894.

¹⁴⁵ TET, v. 2, p. 486.

¹⁴⁶ DOELP, v. 1, p. 120.

4.2 Aspectos culturais

Novamente, tomando como parâmetro observações de Vasconcelos (1931, p. 161) sobre a toponímia, notamos um fazer particular da história social de uma região. Em oposição às questões físicas, as instâncias da dinâmica cultural de um grupo moldam o modo de exprimir a realidade (SAPIR, 1961, p. 44), caracterizando pontos de vista que se fixam por meio de nomes de lugares, diferenciando um aglomerado humano em relação a um complexo de padrões, no sentido de valores, tradições e instituições.

Desta maneira, ao projetar-se há dois milênios por meio de traços semânticos transparentes, opacos ou cristalizados, o levantamento realizado aponta a presença do nome de habitantes da terra para particularizar o território e para diferenciar uma coletividade, no caso, o grupo dos brácaros. Em sequência, indivíduos passam a tomar conta de parcelas desse solo, muitos oriundos do mundo romano e, depois, germânico, batizando e registrando a posse do local a partir de nomes pessoais ou, em mecanismo inverso, recebendo o nome da propriedade.

Já em *Bracara Augusta*, há o predomínio da religiosidade, regendo as ações do homem. A relação com a Igreja passa, conseqüentemente, a influir sobre o modo de ocupar e cultivar propriedades de terras. Deste modo, as freguesias tornaram-se agrupamentos que visavam dividir e enquadrar os fiéis participantes dessa estrutura social.

Logo, os nomes em estudo formam a maioria dos topônimos do *corpus* (duzentos e trinta e um em oposição a cento e oitenta e sete de natureza física), concentrados, prioritariamente, na denominação de entidades geográficas de procedência de intervenção humana propriamente dita. Os nomes de pessoas, os nomes relacionados à religiosidade e às atividades profissionais, bem como aos pontos de encontros de indivíduos, compõem as taxionomias que se sobressaíram em relação à aplicação de nomes de procedência semântica ligados às aglomerações humanas, às habitações em si (estas últimas reunidas em um único bloco por nós), às vias terrestres de comunicação, dentre outras percepções de cunho cultural (em estudo conjunto), todos eles elencados a seguir.

4.2.1 A religião

As manifestações da religiosidade em topônimos do concelho de Braga ocupam uma frequência elevada no meio de natureza antropocultural, em equivalência quantitativa com os antropotopônimos. Como poderíamos optar por iniciar por ambos os grupos de topônimos, a escolha pautou-se pelo papel de destaque assumido pela religião na região do atual concelho de Braga desde tempos remotos conforme apontamentos feitos na parte inicial desta dissertação (cf. 1).

Ao observarmos que a esfera religiosa concentrou-se em Braga, destacadamente com a adoção do Cristianismo a partir do século IV e com o reflexo na organização territorial (cf. 1.3.1), a toponímia guarda notável presença de nomes concebidos nesse contexto para particularizar localidades, atentando-se, portanto, a valores e conceitos em voga. Com base em Vasconcelos (1928a, p. 142-143), Carvalhinhos (2005, p. 175-176) observa que a aplicação de um nome de santo a um local exerce a função de uma evocação de proteção, algo semelhante à crença antiga de atribuir o nome de uma divindade a uma criança no ato do batismo, sendo o padrinho espiritual um meio para transmitir as graças divinas ao afilhado.

Da mesma maneira, a doação de um nome de entidade divina atua como meio de proteção do local denominado, como uma modelação do hábito de proteger o ambiente por meio de carrancas e de outros amuletos entre povos antigos e culturas diferenciadas. Recuperando-se a concepção medieval de signo, “[...] quando o objeto, *in absentia*, é trazido *in præsentia* através da enunciação” (CARVALHINHOS, 1998, p. 156), vê-se uma dupla articulação em relação ao orago, ao passo que seu nome presta-se a fixação toponímica: oferenda e evocação¹⁴⁷.

Se tomarmos a oferenda em patamar similar à homenagem por meio de aplicação de nome de orago a um local, no sentido de reverência que pode culminar em evocação, podemos considerar São Roque (nome de um aglomerado humano

¹⁴⁷ Além da referência citada anteriormente (CARVALHINHOS, 2005, p. 175-176), baseamo-nos em Carvalhinhos (1998, p. 156), pois encontramos dados que se mostraram pontuais neste momento em virtude do contexto concelhio. Carvalhinhos (2005) traz mais informações completas e recentes sobre religião na toponímia portuguesa.

da freguesia de São Paio). O santo é empregado na onomástica portuguesa em referência a interseção em epidemia como “[...] advogado da Peste [...]” (VASCONCELOS, 1931, p. 629). Conforme a Câmara do Município de Braga (2012f), o topônimo São Roque refere-se a uma capela homônima, sendo a devoção ao orago “[...] justificada por um grande surto de peste, que há alguns séculos atacou Braga, mas parece ter poupado Merelim”. Em agradecimento, a população erigiu a capela no século XVI, monumento mais antigo da freguesia, onde se realiza grande festa anual no mês de setembro. Assim, do ponto de vista da toponímia, identificamos a cristalização de uma devoção anterior no momento da denominação, cujos traços projetam-se ainda no século XXI.

Entre outros existentes, um caso notável de homenagem na hagiotoponímia de Braga refere-se a São Vítor (A.H., sede de freguesia). Esse topônimo remete-nos à romanização, período no qual a “[...] Villa de São Victor [...]” atuava como porta de entrada à *Bracara Augusta* (JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VÍCTOR, 2012).

Portanto, além de condicionantes como a do batismo religioso (católico), o uso do orago na toponímia dá-se por homenagem e devoção (inclusive, originados por um milagre de relevo para o grupo) ou por razões como efemérides (coincidência de datas de fundação e comemoração do santo ou mártir), entre outros fatores (CARVALHINHOS, 1998, p. 156). Entre questões diversas, que apresentam características de feição religiosa, temos o topônimo São José de São Lázaro (A.H., sede de freguesia). Historicamente, este topônimo liga-se à expansão de outra localidade já estudada, São Vítor, porém ali percebemos uma ocorrência de relativa auto-homenagem na toponímia, uma vez que o arcebispo D. José de Bragança utilizou o orago *São José* como recurso para evidenciar uma criação de freguesia de sua própria autoria:

Em 1747, Braga estava em forte expansão na sua zona Este. A paróquia de S. Vítor ocupava todo o território situado a nascente dos velhos muros medievais.

O arcebispo D. José de Bragança, sabia dos problemas pastorais que ali existiam. Era necessário transformar a imensa freguesia em duas. Após o falecimento do pároco de S. Vítor, resolveu dividir o território em dois. O nome escolhido para a paróquia foi o de S. José de S. Lázaro, querendo deixar patente que fora obra sua ao dar-lhe o seu nome, José, mas sem romper com o passado, manteve o nome de um santo (Lázaro) já existente, cuja capela, transformou em nova igreja paroquial. Para compreender os limites com que foi instituída a nova paróquia dir-se-á que correspondia às

atuais freguesias de S. Lázaro e S. Vicente. (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012g) [sic]

Logo, observamos que os hagiotopônimos de nosso *corpus*, topônimos referentes aos santos e às santas do hagiolégio romano (DICK, 1990, p. 33), podem referir-se a um nome de pessoa antecedido de títulos (*São* e *Santo*). Carvalhinhos (1998, p. 157), ao estudar este tipo de possibilidade na toponímia de Aveiro (notadamente nome de antigo possuidor), reconheceu a amplitude da questão, o que motivou, de certa forma, sua tese de doutoramento¹⁴⁸. Alguns topônimos classificados como hagiotopônimos podem haver sofrido evoluções fonéticas. Em tal caso temos os topônimos Santana de Vimieiro (A.H., sede de freguesia) e Sampaio, nos quais podemos verificar próclise em relação às formas *Santa Ana* e *São Paio*, respectivamente¹⁴⁹.

Apenas dois hagiotopônimos referem-se a entidades geográficas físicas: São Martinho (A.F., Ribeiro de) e Santo Estevão (A.F., Vale de). De outro lado, os demais foram empregados para identificar *capelas*, *ruínas* e aglomerados humanos como *sedes de freguesias*.

Sem a presença de marcadores que acompanham a estrutura específica do sintagma toponímico, podemos dividir os hagiotopônimos em dois grupos. Em primeiro lugar, elencamos as *Santas*: Santa Lucrécia, Santa Maria Madalena e Santana. Em sequência, seguem os *Santos*: São Martinho, Santo António (A.H., uma ocorrência, e A.H., capela, duas ocorrências), Santo Estevão (duas ocorrências), São Bento, São Gregório, São João, São José, São Mamede, São Miguel, São Paio, Sampaio, São Pedro (duas ocorrências: A.H., sede de freguesia)¹⁵⁰, São Roque, São Sebastião, São Tomé (duas ocorrências: A.H. e A.H.,

¹⁴⁸ Cf. Carvalhinhos (2008).

¹⁴⁹ Sobre tal fenômeno, Vasconcelos (1931, p. 50, grifos do autor) faz as seguintes afirmações: “Quando, falando, empregamos duas expressões, uma das quais está de algum modo subordinada pela acentuação à seguinte, aquela experimenta mudanças que não experimentaria, se estivesse em pausa. Por exemplo: dizemos *um santo* (pausa), mas *Sã* ou *São José*; a palavra *santo* modificou-se, isto é, abreviou-se. Chama-se a este fenômeno *próclise*, e à palavra que se modifica, *proclítica* [...]”. No estudo *Sobrenomes e apelidos de origem religiosa*, o autor menciona *Sampaio* “[...] = S. Paio (Pelagius) [...]” em apelidos oriundos de santos. (VASCONCELOS, 1931, p. 65, grifos do autor). Classificando o topônimo *Sampaio* morfológicamente como “Aglutinação de *São Paio*”, Machado (DOELP, v. 3, p. 1304, grifos do autor) afirma que o nome de lugar é frequente e traz uma forma antiga: “Frequente no Norte de Portugal e na Galiza, onde também aparece *San Payo* com muita frequência. [...] Nos textos em lat. bárbaro aparece com frequência *Sancto Pelagio*: 1129-1132 [...]”. Também o topônimo *Santana* é frequente na toponímia Portuguesa (e na brasileira), qualificado, do mesmo modo, como “Aglutinação de *Santa Ana*” (DOELP, v. 3, p. 1309).

¹⁵⁰ Na pesquisa feita no campo *freguesia*, notamos os seguintes dados: *São Pedro (Este)* e *São Pedro Merelim*. Dado que nossa pesquisa pauta-se, neste momento, em topônimos do campo *nome*,

ruínas), São Vicenço, São Vicente (A.H., uma ocorrência, e A.H., sede de freguesia, duas ocorrências), São Víctor¹⁵¹.

A par de nomes de santas, santos e mártires, também outros nomes sagrados, os hierotopônimos, refletem a religiosidade do povo por meio de nomes dados a entidades geográficas humanas e físicas. Tal classificação, seguindo os estudos de Vasconcelos (1931, p. 285-289) e de Machado¹⁵², envolve lugares de cultos e associações religiosas.

Locais destinados a cultos podem ser observados em função da existência dos seguintes topônimos: Igreja (três ocorrências), Portas do Bom Jesus (A.H., capela), Santuário¹⁵³ (A.H., igreja), Sé (A.H., sede de freguesia). Machado¹⁵⁴ observa que o emprego do topônimo *Portas* (não presente em nosso *corpus* em autonomia sintagmática), abundante em Portugal e na Galiza, pode estar associado a desfiladeiro, bem como ao sentido de “[...] «canal», ao lado de «passagem de rio)» [...]”, ou no sentido próprio. Tomando-se a primeira acepção de dicionário contemporâneo (DPLP) para *porta*, temos “Abertura para entrar ou sair”. Considerando que Portas do Bom Jesus é um topônimo aplicado a uma *capela* (cf. descrição do *tipo*), optamos por inseri-lo entre os hierotopônimos, pois toda a parte específica do topônimo remete, de certa maneira, ao contexto da religiosidade, o acesso ao divino evocado por *Bom Jesus*, uma invocação católica. Na toponímia portuguesa e brasileira, *Bom Jesus* é, muitas vezes, representado em locais em função da presença de templo consagrado a referida entidade no momento da denominação¹⁵⁵.

A finalidade específica de templo religioso acompanha *santuário* “Lugar consagrado pela religião” (DPLP) e *sé* “igreja principal de uma diocese, onde fica o trono do bispo [...]” (DH), estabelecendo uma noção referencial. Nesse sentido, o topônimo Sé, aplicado a sede de freguesia, reflete a tônica religiosa central atribuída ao local.

com respectivos *tipos* de entidades geográficas, reservamo-nos a considerar, ao longo de toda a análise, informações da listagem de *freguesia* em situações oportunas.

¹⁵¹ Em toda a Península Ibérica, o único título de santidade na toponímia é *Sanctus*, -a, diferentemente da toponímia francesa, que possui, inclusive, *Dominus*, -a e outras formas como “[...] (*Donnemarie*, *Dommartin*, *Dompierre*, etc.) [...]”. (GARCÍA SÁNCHEZ, 2007, p. 282, grifos do autor).

¹⁵² Sequencialmente, relacionamos classificações baseadas em outros autores.

¹⁵³ Também notando as acepções relacionadas às questões sagradas, Houaiss (DH) oferece-nos a etimologia de *santuário*, com diferenciação quanto ao latim e o latim descrito como eclesiástico: “[lat. *sanctuarium*, *ī* 'gabinete do imperador', lat.ecl. 'lugar sagrado’”.

¹⁵⁴ DOELP, v. 3, p. 1200.

¹⁵⁵ DOELP, v. 1, p. 266.

As associações religiosas são representadas por Fradelos (A.H., sede de freguesia) e Hospital. O topônimo Fradelos acusa relação com uma organização local, remetendo-nos ao século XIII (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012h, grifos do autor):

O seu nome provém de “frati celos”, irmãos pequeninos, alusão aos Irmãos da Congregação Beneditina de Cluny, que ocuparam o Mosteiro de Sta. Maria de Vimieiro, e que terão marcado esta região ao edificarem um pequeno santuário, hoje Igreja Paroquial.

Nas Inquirições de 1220, aparece como “Sancto Martino de Fradelos”, pertencente ao Território ou Julgado de Penafiel de Bastuço. Em 1528, num documento oficial surge como estando integrada na paróquia de Tadim. A população manteve, através dos séculos, uma forte identidade comunitária que levou à autonomização da paróquia e da freguesia em 1989.¹⁵⁶

Machado¹⁵⁷ propõe duas possibilidades para o topônimo Hospital: do substantivo masculino *hospital* ou, em muitos casos, da referência a *Ordem do Hospital*, ordem militar vinculada a obras beneficentes (ALMEIDA, 1922, p. 361). Segundo Almeida (1922, p. 463), era comum a existência de hospitais destinados ao tratamento de doentes pobres e de albergarias para o recebimento de pobres e peregrinos nas dependências de mosteiros (ou junto deles).

Um símbolo religioso cristão (DH) que se mostra em exclusividade para aglomerados humanos refere-se à forma *cruz*. Tal representação pode ser notada em formas simples (plural e derivações) e composta com qualificativo em posição anteposta na parte específica do sintagma toponímico: Cruz¹⁵⁸, Cruzes, Cruzeiro, Cruzinha e Santa Cruz. Enunciados que guardam referências de cunho religioso podem relacionar-se aos topônimos Caridade, Consolação, Esperança, Graça (duas ocorrências como A.F., Monte da) e Misericórdia¹⁵⁹.

Por fim, outras “divindades” podem ser mencionadas, uma vez que nomeiam aglomerados humanos. Em maior parte, essas referências foram aplicadas a *capelas*, estando omitido o possessivo *nossa*¹⁶⁰: Senhora da Graça, Senhora das

¹⁵⁶ Informações compatíveis com Machado (DOELP, v. 2, p. 663). Embora não relacione o distrito ou o concelho de Braga, o autor afirma que o topônimo em estudo “Deve estar relacionado com alguma instituição religiosa local”, apresentando o registro *Fradelos*, de 1220.

¹⁵⁷ DOELP, v. 2, p. 786.

¹⁵⁸ *Cruz* também pode ser referência a cruzamento.

¹⁵⁹ Cf. DH. Segundo Machado (DOELP v. 2, p.1001), o topônimo *Misericórdia* remete a uma organização, uma “[...] instituição caritativa instituída pela rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II”.

¹⁶⁰ Sobre o assunto, cf. Carvalhinhos (2005, p. 173).

Sete Fontes, Senhora do Calvário (A.H., capela), Senhora do Carmo (A.H., capela), Senhora do Padrão (A.H., capela) e Senhora dos Prazeres (A.H., capela).

Ainda, faz-se oportuno pontuar que itens do campo da hagiotoponímia e hierotoponímia podem estar em posição final no sintagma toponímico. Embora nossa análise considere apenas o primeiro elemento do sintagma, o estudo de outros integrantes em posições finais pode conter dados importantes para a compreensão do ponto de vista do denominador em relação à escolha efetuada. Para exemplificar a questão, retomamos ao sintagma São José de São Lázaro (A.H., sede de freguesia), pois o último elemento da parte específica do sintagma é um hagiotopônimo ligado ao primeiro elemento pela preposição relacional *de*, portanto acontecimentos históricos diacronicamente diferentes.

Em geral, a constância de nomes relativos à religião vincula-se à importância dada a esse seguimento da vida social em Braga, evidenciando características do Cristianismo de modo ímpar. As especificidades geradas a partir dessas articulações, bem como apontamentos feitos, podem suscitar o desenvolvimento de outros estudos (CARVALHINHOS, 2005).

4.2.2 O homem: antropotopônimos

Como já dissemos, os topônimos referentes a nome de pessoas¹⁶¹ ocupam um número considerável entre as taxinomias de natureza antropocultural, constituindo os antropotopônimos do *corpus*. Demonstrando a importância do nome de pessoa nas sociedades, também destacamos o aproveitamento dado aos nomes pessoais na particularização de localidades, podendo guardar, ainda, compatibilidades com outras categorias semânticas.

O levantamento de antropotopônimos no concelho de Braga ofereceu-nos, indubitavelmente, vasto campo de pesquisas e de reconstruções etimológicas

¹⁶¹ A aplicação da palavra *nome* na Antroponímia recebe quatro acepções, segundo Vasconcelos (1928a, p. 8-9): identificação recebida por ocasião de batismo ou registro (*nome próprio*); conjunto formado pela identificação gerada, seguida de outras identificações que se juntam à primeira (*nome completo*); quaisquer elementos que formam o conjunto da identificação ao prestarem a particularização do indivíduo na comunicação; identificações concebidas a serem acrescentadas ao *nome completo* referentes a qualidades físicas ou morais predominantes, que podem oscilar entre a jocosidade e a seriedade da característica exaltada (*alcunha*).

pautadas na ausência de transparência de muitas ocorrências, sendo possível observar as mesmas percepções elencadas por Carvalhinhos (1998, p. 150) ao fazer o mesmo tipo de estudo em relação à toponímia do distrito de Aveiro¹⁶². De forma inicial, também os vestígios de casos latinos foram recursos para a identificação de Antroponímia na toponímia, conforme abordaremos em parte dedicada à morfologia (cf. 4.4). Nesse sentido, ao lado da função básica de identificação, o antropotopônimo imprime particularidades sociais vividas por um grupo inerentes ao momento da denominação.

As diferentes filiações linguísticas dos antropônimos no *corpus* evidenciam a presença de certos grupos étnicos no concelho, caso das invasões ocorridas como as dos romanos, dos germanos e, por último, a dos árabes. Nesse sentido, os nomes ganharam uso no território, independentemente da origem étnica do portador¹⁶³, abundando em documentos medievais portugueses. Nestes registros, os nomes de procedência germânica encontravam-se latinizados em função da adoção da língua latina por esses povos e do emprego de tal idioma na escrita (VASCONCELOS, 1928a, p. 24). Nesse período, mais da metade das assinaturas em documentos era de origem germânica na Península Ibérica, com as devidas reservas à Espanha muçulmana. A elevada tendência de antropônimos medievais germânicos mostra-se em relação direta com a frequência do elemento dessa camada étnica na toponímia peninsular (PIEL, 1989, p. 129-131), como foi possível verificar na toponímia de Braga presente no *corpus*.

Embora o esvaziamento semântico predomine na antroponímia em sociedades ocidentais nos dias atuais, remotamente havia motivação para a atribuição de identificação do indivíduo, pautada em crenças, características físicas ou morais que se pretendia transmitir ao nomeado (CARVALHINHOS, 2007b). Isto se relaciona a todos os nomes germânicos originais, conforme Piel (1933, p. 111), uma vez que portavam os anseios e as esperanças do denominador, imbuído do instinto de guerra, glória, poder e propriedade. O significado concreto exprimia ambições e anseios dos pais, como podemos exemplificar pelo uso do elemento *wulf*

¹⁶² Também nos baseamos em informações verbais fornecidas por Carvalhinhos em apresentação de trabalho na VII Semana de Filologia na USP em 2012 (CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. *Quintas, casais, póvoas, aldeias. Aglomerados humanos portugueses, suas variantes lexicais e seus "possessores": uma releitura de Joseph M. Piel*. SEMANA DE FILOLOGIA NA USP, 7, 2012, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012).

¹⁶³ Quanto ao contexto germânico, para Piel (1989, p. 130), "[...] germanismo onomástico não se confunde com germanismo étnico".

“lobo” para exprimir o desejo da força do lobo para o indivíduo. Esse ponto de vista é um dado de distinção em relação à antroponímia latina, como podemos exemplificar por meio de nomes utilizados para numerar a sucessão de filhos como *Quintus* e *Sextus*¹⁶⁴, entre outros. Com o passar do tempo, a cultura de um povo recebe outros enriquecimentos, surgindo-se várias combinatórias de elementos que se desvinculam lógica e semanticamente da vertente primitiva, rompendo com o modo significativo de atribuição de nomes e, portanto, com conceitos que outrora estiveram em voga para um grupo, como podemos inferir no caso dos visigodos em Braga (entre os séculos VI a VIII aproximadamente).

Ressaltamos que, para Piel, quase toda a herança germânica na toponímia da Península vem por meio de nomes de pessoas, colocando em contato estes dois ramos da Onomástica. Com base em estudos do autor (PIEL, 1933-1940), destacamos as seguintes referências primeiramente, sendo a maior parte delas antropotopônimos de Braga (distrito) de origem germânica: *Adaufe*, *Aldonça*, *Alvar*, *Cadoi*, *Cide*, *Dadim*, *Espeçande*, *Laboriz*, *Lomar*, *Remelhe*, *Rêsende*, *Romil*, *Ruães*, *Ruilhe*. Em Piel (1989, p. 158-166), verificamos alguns desses nomes, além de outros como *Mariz*, *Guisande* (presentes na Península Ibérica, de modo geral). Respectivamente, temos no *corpus*: Adaúfe (A.H., sede de freguesia), Aldonça, Alvar, Cadóí, Cide, Dadim (duas ocorrências: A.H. e A.F., Monte de), Espeçande, Guisande (A.H., sede de freguesia), Laboriz, Lomar (A.H., sede de freguesia), Mariz, Remelhe, Resende, Romil, Ruães, Ruilhe (duas ocorrências: A.H., sede de freguesia, e A.H., estação de caminhos de ferro).

O antropônimo Adaúfe (*Athavulfus*, *Athaulfus*), nome de um rei visigodo célebre, possui o elemento *wulf*, “o lobo” (animal mais temido pelos pastores), bastante frequente na Onomástica, dirigindo-nos ao modo de nomeação praticado em tempos remotos. Considerando-se que grande parte dos nomes germânicos compõe-se de dois elementos, maneira de constituir nomes que deve ascender à época anterior à distinção do grupo indo-europeu encontrada no grego e no celta, conforme assegura Piel. Assim, há *Athals*, primeiro elemento, e, em sequência, *wulfus* (PIEL, 1933, p. 111-118, 1989, p. 139)¹⁶⁵. Cortesão (1912, p. 9-36) apresenta *Adaulfus* 927, *Adaufu* 1964, *Addaulfus* 1071, *Adaofi* 1258, *Adouffi* 1258, *Ataulfus*

¹⁶⁴ Cf. referência aduzida em Piel (1933, p. 111, grifos do autor).

¹⁶⁵ Entre as referências que encontramos em Piel, algumas foram localizadas em Vasconcelos (1931, p. 336-338), topônimos como *Dadim* e *Espassande*.

926, *Ataulfiz* 960, *Ataulfi* 1038. Ao estudar tais formas, Piel (1933, p. 119, grifos do autor) cita possibilidades para a presença da letra *t* e explica o elemento *-ufe*: “[...] grafia latinizante ou provocada talvez pelos numerosos nomes que principiam por ATA- [...]. -UFE representa o genet. -ULFI de -ULFUS”.

Além da possível filiação germânica, o uso de *Cidi* na antroponímia pode, segundo Vasconcelos (1928a, p. 36), ter origem no período de dominação árabe (*cid*, “senhor”), dado que nos parece compatível com *cide* em dicionário de língua geral contemporâneo “Título honorífico árabe correspondente a príncipe ou senhor” (DPLP). Logo, *cide* parece ser um título que gerou antropônimo, com uso como apelido português reconhecido ainda no século XX por Vasconcelos (1931, p. 91-92). O topônimo Lomar aponta situação de origem linguística semelhante, conforme informação presente em Leal (1874, p. 435, grifos do autor)¹⁶⁶: “*Lomar* é corrupção de *Al-Omar*, nome próprio árabe - o mesmo que *Al-Amar* ou *Al-Hamar*”. Além da questão da filiação linguística, observamos na referência que São Pedro é o orago da freguesia. Conforme informações da Junta de Freguesia de Lomar (2012), notamos a presença de mosteiro no local denominado São Pedro de Lomar: “São Pedro de Lomar era um mosteiro muito antigo da ordem de São Bento [...]”. Isto coloca-nos em contato direto com a geração de muitos nomes de freguesias em Braga, como pudemos acompanhar, processo no qual o nome de um santo patrono de um local, no caso um mosteiro e uma igreja, mostra-se relacionado com um marcador toponímico, restando, em sincronia, apenas o marcador toponímico como elemento específico do topônimo¹⁶⁷.

Entre as referências que encontramos em Piel, algumas também foram localizadas em Vasconcelos (1931, p. 336-338), como nos topônimos Dadim e Espassande. Conforme o autor, observamos a procedência germânica de Henriqueta, forma feminina de *Henrique* (VASCONCELOS, 1928a, p. 50).

Os demais antropotopônimos, de variadas filiações linguísticas, puderam ser assim classificados com base em trabalhos onomásticos de pesquisadores

¹⁶⁶ V. 4.

¹⁶⁷ Também, na mesma oportunidade, entramos em contato com um dado sobre o trabalho de toponímia local, realizado pela Comissão de Toponímia, que visa à conservação dos nomes de local já estabilizados pelo uso: “[...] Outra referência importante foi o trabalho de investigação da história da freguesia desenvolvido pela Comissão Toponímica, composta por António Rolando Pimenta e Silva, Artur Azevedo Ferreira e Narciso da Costa Nogueira, que culminou com aprovação de um projecto global das Ruas de *São Pedro de Lomar*. Assim os 27 lugares da freguesia de Lomar que ao longo dos séculos foram criados, são actualmente traduzidos mais de uma centena de nomes de ruas” (grifo nosso) [sic]. Cf. Junta de Freguesia de Lomar (2012).

portugueses (como citamos a seguir). A partir deste direcionamento, centramo-nos em pontuar possibilidades de uso da Antroponímia nos topônimos, gerando antropotopônimos.

Retomando Vasconcelos (1928a; 1931), podemos verificar: Maximinos (A.H., sede de freguesia), Cunha (A.H., sede de freguesia), Vasconcelos (A.F., Monte de), Martim, Tadim (A.H., sede de freguesia, e A.H., estação de caminhos de ferro), Priscos (A.H., sede de freguesia), Arentim (A.H., estação de caminhos de ferro, e A.H., sede de freguesia), Padim (duas ocorrências: Padim, A.H., e Padim da Graça A.H., sede de freguesia), Correia, Freire¹⁶⁸.

Considerando-se que os romanos exprimiam suas relações ideológicas por meio dos casos (VASCONCELOS, 1911, p. 41-42)¹⁶⁹, os documentos latinos de Portugal oriundos da Idade Média demonstram a presença de um genitivo, direcionado apenas aos nomes próprios para indicar a posse e a filiação que, naquele momento, envolviam nomes de procedência latina e de outras origens como a germânica. Logo, por meio do uso do genitivo de posse já no período medieval, nomes de proprietários de terras originaram muitos nomes de lugares. Assim, este tipo de vestígio é um recurso para a explicação de antropotopônimos e, respectivamente, do modo de ocupação do território. Ainda os nomes de lugares denunciam vestígios de outros casos, como o acusativo e o nominativo (neste último apontamento, pode-se adicionar *Maximinos* a par de *Maximino*). Nota-se, em relação à declinação, que o sufixo fazia a indicação do caso genitivo como se pode perceber na conversão de *-ini* em *-im* (Arentim, de Arentini; Padim, de Palatini; Tadim de Tatini) (AZEVEDO, 1900-1901, p. 47-48; CAMARA JUNIOR, 1979, p. 71-73; CARVALHINHOS, 1998, p. 151-152, 2012; VASCONCELOS, 1911, p. 41-42, 1931, p. 444-445).

No latim, a forma *palatium* portava o adjetivo *palatinus*, geralmente aplicado à morada imperial (ou à corte). Desta base, há outro percurso, passando a cognome romano, nome próprio, patronímico, inclusive, genitivo, empregado em

¹⁶⁸ Apelido antigo e moderno inserido na categoria *Apelidos que nasceram de alcunhas alusivas a posição social, cargos, ofícios mecanicos, profissões, outras ocupações, e navegação, 1. Posição social*. (VASCONCELOS, 1928a, p. 184-187). A posse ou a propriedade pode ser explicada pela aplicação do nome (apelido) do proprietário de terra ao local (VASCONCELOS, 1931, p. 319).

¹⁶⁹ Conforme o seguinte trecho: "As relações ideologicas que exprimimos hoje na nossa lingua, quer por preposições, quer por certa collocação das palavras na frase, exprimiam-nas os Romanos por casos" (VASCONCELOS, 1911, p. 41, grifos do autor).

compostos para denominar propriedade à moda medieval e, assim, resultando *Paadim*:

O latim *palatinus* seguiu ainda outro caminho, passando à classe de cognome (romano), que com o andar do tempo veio a ser verdadeiro nome próprio. Nesse significado temos em documentos nossos do século XI *Paladinu-*, a que correspondem os patronímicos *Paladinici* e *Paladiniz* [...]. [...] Do genetivo *Paladini*, em compostos como *villa Paladini*, segundo um tipo muito usual na idade-média, veio *Paadim*, que aparece no século XIII [...]; e por último *Padim* ou *Pàdim*, nome de seis lugares no Minho (VASCONCELOS, 1928b, p. 547-548, grifos do autor)¹⁷⁰.

Também com base nas reconstruções de Vasconcelos (1931, p. 444-445), podemos afirmar que Tadim, como nome de freguesia, projeta-nos em tempo anterior à formação deste aglomerado humano, como freguesia, no qual o uso de genetivo era um recurso empregado junto ao nome do proprietário para demarcar a posse de terra (como uma *villa*)¹⁷¹. A pertença de Tadim na estrutura específica do sintagma toponímico hoje acusa a cristalização desta maneira de distinguir uma localidade. Outra ocorrência do mesmo topônimo na freguesia, particularizando uma estação de caminhos de ferro, permite-nos afirmar o aproveitamento do nome da freguesia como um referencial efetivo para estabelecer localizações para os usuários deste tipo de transporte (como ocorre nas duas ocorrências do antropotopônimo Ruilhe).

Cunha representa o tipo de antropotopônimo que, entre tantos outros, tende a oferecer questionamentos ao pesquisador durante a classificação em taxionomias, pois se apresenta como vocábulo comum “peça de metal ou madeira [...]” (DH), além da forma antroponímica. Vasconcelos (1928a, p. 165-168) identifica o nome como apelido português (moderno) oriundo de nome geográfico, havendo, ainda, mais dados que situam o termo em quadro antroponímico. Leal (1874, p. 457-458)¹⁷² coloca-nos em contato com a existência dos *Cunhas*, primeiros donatários da freguesia em questão. O autor aponta, inclusive, o fato determinante da aplicação de

¹⁷⁰ Cf. bibliografia aduzida na referência citada.

¹⁷¹ Inserimos os seguintes dados, pois corroboram e ilustram o contexto que gerou o antropotopônimo Tadim: “A antiga freguesia de S. Bartolomeu de Tadim pertencia ao concelho de Barcelos, tendo passado para o de Braga por decreto de 31 de Dezembro de 1853.

O topónimo **Tadim** é o maior argumento da antiguidade do povoamento local, remontando à romanidade da vizinha Bracara Augusta. Tadim é, com efeito, o genetivo do nome pessoal **Tatinus**, isto é, **Tatini** (“villa”), de um indivíduo desse nome, que deve aproximar-se, ou comparar-se, aos nomes ou cognomes romanos **Tatínia** e **Tatinius**, documentados na epigrafia do período romano”. Cf. Junta de Freguesia de Tadim (2012, grifos do autor).

¹⁷² v. 2.

Cunha como apelido na onomástica portuguesa: uso de *cunhas* por D. Guterres, o recebedor das terras, e colaboradores em uma tomada da cidade de Lisboa, sendo *Cunha* um apelido atribuído pelo rei, bem como tais armas como prêmio pelo feito¹⁷³. Para Vasconcelos (1911, p. 260-261), o apelido é tomado de nome geográfico por excelência, fecundo em todo o país, principalmente entre o Norte e o Centro. Assim, qualificamos Cunha como antropotopônimo, eliminando quaisquer outras possibilidades de classificação semântica (Vasconcelos 1911, p. 260-261).

Na categoria *Nomes de pessoas tornados geográficos* de Vasconcelos (1931, p. 261-262), encontramos referências sobre o antropotopônimo Priscos, sede de Freguesia. Segundo Ferreira P.¹⁷⁴, antigo nome dado a um santo, do latim Priscus, (“velho, antigo, ancião”) resultou *Priscos*.

O termo específico Vasconcelos, que identifica uma entidade geográfica física (*monte*) no *corpus* de análise (não há outra ocorrência no *corpus* de exclusão), deve sua condição de antropotopônimo ao ligar-se ao apelido *Vasconcellos* (FREIRE, 1921, p. 335-402; VASCONCELOS, 1928a, p. 167-171). Menéndez Pidal (1950, p. 451-452, grifos do autor), ao observar influências linguísticas e sociais fruto de emigrações vascas no leonês, relaciona a procedência de *Vasconcellos* em Portugal¹⁷⁵ a *Báscones*:

[...] Hemos caracterizado el leonés como el más directo heredero del romance cortesano de la época visigoda, y como tradicionalista conservador de los rasgos antiguos heredados.

Pero, claro es, influencias traídas por la nueva vida del reino, imprimen en su lenguaje otros caracteres nuevos también. Hay que tener en cuenta, por ejemplo, que las emigraciones del país vasco fueron importantes, cuando hallamos varios pueblos con el nombre de *Báscones* en Asturias, y tres en Palencia [...]. *Vascoís*, *Bascos* en Galicia; *Vascos*, *Vascão*, *Vascões*, *Vasconcellos* en Portugal.

¹⁷³ Villasboas e Sampayo (1676, p. 268) mencionam *Cunha a velha*, em Guimarães, como nome de solar, cuja origem dá-se em proveniência dos *Cunhas* (possivelmente a mesma família, pois, além de Braga, D. Guterres recebeu terras em Guimarães e Barcelos do Conde D. Henrique). Assim, para os autores, os *Cunhas*: “Procedem de D. Guterre, cõpanheiro do Conde D. Hêrique, a quem elle fez merce da Povia de Varzim, & outras terras, no distrito de Guimarães, Braga, & Barcelos. Entendese ser seu solar a terra de Cunha a velha, do termo de Guimarães, por ser antiga nos fidalgos deste apellido. [...]”. Cf. VILLASBOAS, Antonio; SAMPAYO. **Nobiliarchia portugueza**: tratado da nobreza hereditaria, & politica. Lisboa: Officiana de Francisco Villela, 1676.

¹⁷⁴ TET, v. 1, p. 282, TET, v. 3, p. 433.

¹⁷⁵ Ao estudar a forma em documentos medievais, Machado (DOELP, v. 3, p. 1461, grifos do autor) nota que o uso do apelido *Vasconcelos* em Portugal não acusa registros anteriores ao século XIII.

Machado (DOELP) destaca os antropotopônimos Andrias (do antropônimo *Andrias*, com registro de 1066)¹⁷⁶, Mire de Tibães (A.H., sede de freguesia), Gondizalves¹⁷⁷ (A.H., sede de freguesia), Naia, Semelhe¹⁷⁸ (A.H., sede de freguesia), Mouquim, Senhoriz, Gualtar (A.H., sede de freguesia, e A.F., Ribeira de), Pipe¹⁷⁹, Melhorado de Cima¹⁸⁰, Queixadas¹⁸¹, muitos com referência a Braga. A par da filiação germânica de *Mire* na estrutura específica do topônimo Mire de Tibães no concelho, observamos *Miri* (*villa*), genitivo do antropônimo *Miro*. Assim, a procedência germânica para o antropônimo *Miro*, segundo Machado¹⁸², pauta-se em *Mira*, que seria “[...] a forma hipocorística de nome composto de *Mereis*, «célebre»”. Quanto às notícias remotas da localidade, Leal (1875, p. 337-338)¹⁸³ afirma tratar-se de um aglomerado humano muito antigo, existente como paróquia já em 562. Nessa data, o rei suevo *Theodomiro* ordenou a construção de palácio e de quinta de recreio no local, no qual ele passava parte de verões. Supõe-se, como topônimo, que a origem de *Mire* provenha do nome do monarca suevo ou tenha surgido em virtude da presença do palácio (paço) do rei, pois, conforme relaciona o autor, *Theodomiro* refere-se a nome próprio de origem germânica *Theodo*, vulgar entre tais povos, unido a *Miro*, cognome. Também cabe mencionar aqui que, já em período do rei *Theodomiro*, sendo Nossa Senhora a padroeira, a localidade denominava-se Santa Maria de Mire. Logo, observamos, sincronicamente, apenas a presença de *Mire* como primeiro elemento da estrutura específica do topônimo, relacionado à Antroponímia, havendo a omissão do termo religioso.

Paulinos leva-nos a inferir hipótese no âmbito da antroponímia, uma vez que *Paulino*, do latim Paul(I)īnu-, é um apelido romano, derivado de Paulus. Ainda cabe citar a possibilidade de relação de *Paulino* com a religião, como nome de

¹⁷⁶ DOELP, v. 1, p. 134.

¹⁷⁷ Com a forma *Gondisalves* em Braga (DOELP, v. 2, p. 729).

¹⁷⁸ Para o autor (DOELP, v. 3, p. 1328), há em *Semelhe*, em Braga, aparência de genitivo oriunda do antropônimo *Semelho*, tratando-se de uma hipótese, ou seja, “É questão obscura”. As formas *Semeli* ou *Semilhi* datam-se de 1220.

¹⁷⁹ Pontuam-se duas hipóteses: “Será o casal *Pipi* ou *Pepi* que alude texto de 1258 (*Inq.*, p. 386)? Segundo *Piel* é um genitivo *Pepi*, *Pipi*, de provável origem germânica” (cf. DOELP, v. 3, p. 1180, grifos do autor).

¹⁸⁰ *Melhorado* é explicado como topônimo oriundo do adjetivo *melhorado* (DOELP, v. 2, p. 975). Segundo buscas em Cortesão (1912, p. 217-218), há registros de *Melior* como nome de homem no século X [...] e de *Meliorada* como nome de mulher no século XIII.

¹⁸¹ O autor oferece a forma no singular, *Queixada*.

¹⁸² DOELP, v. 2, p. 999-1000 (grifos do autor). Trecho em destaque cf. p. 1000.

¹⁸³ v. 5.

santo¹⁸⁴, fato que pode contribuir para a propagação do nome e o aproveitamento em outros setores eclesiais, notadamente associações religiosas.

Ao reconhecermos certas formas da antroponímia ou de outros campos semânticos diversos com possibilidades de relações antropotoponímicas, citamos os seguintes topônimos de Braga (DOELP): Naia, Provencias (A.F., Ribeira de), Sacota¹⁸⁵, Esporões (A.H., sede de freguesia)¹⁸⁶. A partir da hipótese de alcunha tornada topônimo para Cabraínha, Fernandes (1999, p. 118, grifos do autor) toma o seguinte posicionamento com pauta em antecedentes históricos remotos de Braga (condizentes com dados que já podemos notar):

[...] de um lat. **capralina* qualificando <terra>. Na verdade, de outro modo, teria de recorrer-se a <cabral> + ~ia < *cabral~ia> (*i* nasal de -ina > -inha>: sufixos formativo e , por isso, adjectival, muito corrente na toponímia [...]).

O papel dos nomes de pessoas para demarcar propriedade de terrenos mostrou-se relevante para compreender esta taxionomia, quantitativamente fecunda no *corpus*, evidenciando uma prática medieval que segue cristalizada na toponímia, que pode ascender à *Bracara Augusta*. Em face disto, podemos afirmar que a antropotoponímia de Braga acusa a fixação de cristãos substancialmente em detrimento da presença árabe ou de outros grupos. Como havíamos acompanhado, a contribuição germânica fica patente em antropônimos, vertendo-se em acomodações e combinações latinas, evidenciando a assimilação cultural desses povos e sua influência em Braga, que foi sede do Reino Suevo.

4.2.3 Sociotopônimos: ruralidade e sociedade medieval

Os topônimos referentes aos locais destinados ao trabalho, aos pontos ou instituições provenientes de relações entre membros da comunidade e às atividades profissionais constituem uma taxionomia frequente no levantamento. As ocorrências

¹⁸⁴ DOELP, v. 3, p. 1143 (grifos do autor).

¹⁸⁵ Diferencial notado em Ferreira P. (TET, v. 2, p. 32, grifos do autor): “*Sacota*, *Sacoto* e *Sacutos*, povoações nossas que podiam tomar o nome dos sacos”.

¹⁸⁶ Desse grupo, o único topônimo que o autor não citou Braga foi *Sacota*.

desses nomes no *corpus* abragem diversas características¹⁸⁷, evidenciando certos aspectos das relações sociais no concelho.

Os sociotopônimos relativos a tipos de terras cultiváveis, muitos deles peculiares ao Noroeste peninsular, manifestam-se por meio de diversas formas. No sentido de substantivo, há *agra*, assim como derivados (uma ocorrência; Agrelo, Agrinha) e compostos (Agrafonte). Em face às formas divergentes da língua portuguesa não estudadas em obras de F. Adolfo Coelho e Carolina Michaëlis¹⁸⁸, Vasconcelos (1928b, p. 333-335) relaciona *agra* e *agro*. Quanto à forma *agra*, observa-se a seguinte nota: “Popular no Minho, na acepção de «campo». Esta palavra supõe o plural *agra* tornado singular [...]” (VASCONCELOS, 1928b, p. 334, grifos do autor). Também há divergência de significação, segundo o autor. Para Piel (1989, p. 56, grifos do autor), *agra* (*agro*) e *agrela* são arcaísmos e galego-minhotismos, como fóssil linguístico no léxico toponímico. Também destacamos a análise de Carvalhinhos (2008b, p. 187), em que as subunidades de caráter agrário, como *agros*, frequentemente acusam esvaziamento semântico, passando o genérico a incorporar a função de topônimo propriamente dito. Quanto à local ou ao campo para sementeira, também adicionamos o topônimo Senra, conforme Viterbo (1865, p. 208)¹⁸⁹ apresenta: “Chamaram os nossos antigos Seára, não só aos paens, que estavam semeando, ou aponto de serem colhidos; mas ainda no terreno habil para n'elle serem semeados”. Logo, no sentido geral de “‘campo de cereais’ [...]”, consideramos formas do século XIII dadas para a forma *seara*, cuja origem fornecida é pré-romana: *sseara* e *senara* (CUNHA, 1986, p. 709, grifos do autor). Deste modo, em relação à *senara*, *senra* aponta-nos uma síncope de vogal.

Vasconcelos (1931, p. 177, grifos do autor) observa a definição de *barbeito* (cujo étimo refere-se ao latim *vervactum*, *vervacta*), sob a forma *barveitos* no contexto “[...] «in terras ruptas vel *barveiros*» (= terras lavradas ou cavadas ou mexidas)” em registro do século XI. Para Silva (DLP), a primeira acepção refere-se a “[...] lavor da terra com arado, ou enxada, a que chamão barbechar”, que podemos

¹⁸⁷ Destacamos que Dick (1990) apresenta uma reformulação nos sociotopônimos em relação a estudo anterior (DICK, 1980, p. 327-331), reconhecendo a necessidade de modificação. Antes, a categoria englobava os seguintes motivos: aglomerados humanos, movimentos de cunho histórico-social e atividades profissionais.

¹⁸⁸ Conforme o autor, os trabalhos tomados como referência são, respectivamente, “[...] in *Romania*, II, pág. 281-294 [...]” e “[...] nas *Studien zur rom. Wortschöpfung*, pág. 206, etc. [...]” (VASCONCELOS, 1928b, p. 333-334).

¹⁸⁹ v. 2.

somar a aplicação “«semear no teu *barbeito*»” de Bernardes (égloga 16.^a, p. 100)¹⁹⁰, apresentada por Vasconcelos. Também *barbeito* pode apresentar os sentidos “Vallo, comaro, que divide uma propriedade da outra, e igualmente a defende” e “[...] circuito, divisão, termo, ou baliza, que inclui todas as peças que são pertença de uma fazenda, ou casal” (VITERBO, 1865, p. 124)¹⁹¹. Vasconcelos (1931, p. 177) citou a presença de *Barbeito*, em Portugal e na Galiza, supondo a circunscrição da forma como não propagada ao Sul do rio Mondego com a Reconquista Cristã. Ao analisar o topônimo *Barbito*, Carvalhinhos (1998, p. 125, 2006, p. 175) nota a cristalização da forma, dado observado por meio da antiguidade da forma *barbeito*. Atualmente, há as seguintes significações em dicionário português para *barbeito*: “Primeiro lavor feito num terreno [...]”, “Terra lavrada deixada em pousio [...]” e “Divisão de terrenos rurais” (DPLP), todas voltadas à agricultura. Os mesmos traços supracitados podem ser verificados, de certo modo, em dicionário de língua galega (DRAG): “Terra de labor que se deixa descansar unha tempada sen sementar”, “Terra de secaño onde se cultiva, segundo as zonas de Galicia, o centeo, trigo, millo e patacas” e “Terra de labor abandonada, non cultivada”. No *corpus*, temos o topônimo Barbeto, com possível síncope da semivogal da forma *barbeito*.

Em sequência, destacamos Cachada (três ocorrências), forma frequente no Norte português (sobretudo no Minho, também como apelido além de topônimo) e na Galiza. Considerando obscura a procedência do elemento básico, Machado¹⁹² afirma que este indício pode testemunhar a própria antiguidade do elemento, possivelmente pré-romano. No mesmo teor de antiguidade, citamos o topônimo Chouza. Do latim *clausus*, -a, também a forma *chousa* é presente na toponímia do Centro de Portugal, definida por “Huma fazendinha, ou pequeno espaço de terra tapado sobre si”¹⁹³ e, no mesmo sentido, “Cerrado, fazendinha, pomarzinho sobre si, com sua cerca”¹⁹⁴ (CARVALHINHOS, 1998, p. 125-126 e 2006, p. 175; VASCONCELOS, 1931, p. 178).

Eira, classificada entre palavras do século XI dos *Diplomata et Chartae* por Vasconcelos (1928b, p. 291), está representada em formas simples (Eiras, também

¹⁹⁰ Cf. referência aduzida em Vasconcelos (1931, p. 177, grifos do autor).

¹⁹¹ v. 1.

¹⁹² DOELP, v. 1, p. 304.

¹⁹³ Viterbo (1865, p. 189), cf. v. 1. Quanto ao *tapado* empregado, cabe a seguinte observação de Vasconcelos (1931, p. 422, grifos do autor): “- Em vez de *chousa* diz-se hoje, numas províncias, *tapada* e *tapado*, noutras *cerrado*”.

¹⁹⁴ DLP.

inclusa na referida classificação de Vasconcelos) e compostas (Eira da Sé, Eira Velha). Do latim (arèa,ae), *eira* refere-se a um terreno próprio para secagem, debulha e limpeza de cereais e legumes (DH), portanto um local para tratamento para tais produtos agrícolas.

Viterbo (1865, p. 221, grifos do autor)¹⁹⁵ oferece duas acepções para *cortinha*, sendo o sentido de cultivo o primeiro. Assim, inserimos os topônimos Cortinha e Cortinhas entre nomes de lugares referentes a terras de lavoura, considerando-se o posicionamento geográfico da primeira significação (Minho):

Belga de terra, ou parte do campo, repartido em courélas, ou leiras mais compridas, do que largas; mas divididas sobre si com paredes, sébes, ou tapumes. Algumas destas fazendas ainda hoje na província do Minho conservam o nome de *Cortinhas*. Porém geralmente fallando, este era o nome, que no seculo XII algumas vezes se dava aos bens de raiz.

Lavegada é um topônimo relativo a *arroteia*, esta última forma no sentido de “Terreno agora cultivado, mas que fora maninho” (DPLP)¹⁹⁶, portando registro de 1258 (*Rupta Lavicata*)¹⁹⁷. Do latim novālis, is (“terra deixada em descanso por um ano”, segundo Houaiss, DH), a forma *noval* (Noval e Novainho)¹⁹⁸, liga-se, de certa maneira, ao contexto de Lavegada, portando o diferencial temporal, “Arroteia de há pouco” (DPLP). Os topônimos Regadas (duas ocorrências) parecem evidenciar cultivo da terra, “propriedade no campo, banhada por curso de água” (DH) e, também, “propriedade rústica que é regadia” (DOELP)¹⁹⁹.

Veiga (A.F., Rio da), frequente na toponímia do Noroeste Peninsular, é de origem pré-romana e pré-indoeuropeia também, conforme por Piel (1947, p. 21), definida por “[...] «planície cultivada e fértil», significando, no Minho «terra de cultura de centeio ou de milho serôdio» [...]”. Braga faz parte de uma área portuguesa bem definida onde ocorre este topônimo, que nomeia um curso de água de nosso levantamento. O autor explica-nos, inclusive, o topônimo Requeixo, nome de lugar frequente no Minho. Embora não esteja registrado em dicionários portugueses de

¹⁹⁵ v. 1.

¹⁹⁶ Segundo o mesmo dicionário, *maninho* refere-se a um terreno “Estéril, infecundo”, “Não cultivado [...]”, “Que está sem dono conhecido”, entre outros significados correlatos.

¹⁹⁷ DOELP, v. 2, p. 861.

¹⁹⁸ Ainda que *Novainho* possa ser uma derivação de *novos*, conforme posto em hipótese por Machado (DOELP, v. 3, p. 1079).

¹⁹⁹ DOELP, v. 3, p. 1249.

língua geral (segundo nosso levantamento), Piel observa correspondências na Galiza, destacando-se a baixa fertilidade do solo:

[...] galego *requeijo* «terreno que termina en cuesta ó bajada para entrar en alguna llanura» (Curveiro), bem como ao vocábulo, usado em Santander, *requejã* «terreno pobre terminado en cuesta para entrar en la llanura» (Garcia Lomas). (PIEL, 1947, p. 19, grifos do autor)

Ainda é possível caber uma relação metafórica com *queixo*, o maxilar, conforme suposição de Meyer-Lubke e referência de Krüger apontada por Piel. Requeixo foi classificado como sociotopônimo devido ao traço de lavoura escassa e à pobreza do solo, de modo que outras perspectivas presentes nas definições oferecidas podem proporcionar, conseqüentemente, outra classificação semântica.

Quebrada (Quebradas, duas ocorrências), remete-nos, em termos de Idade Média, a “[...] terreno situado em declive e onde se cultivavam cereais, linho, legumes e vinhas” e, por extensão, “pequena propriedade; coirela” (DH). Do ponto de vista do relevo, Vasconcelos destaca o desnivelamento do terreno, enquanto que, entre outros dados, Barros H. (1914, p. 835-836) nota *quebrada* como “parcela do terreno”. A condição de alcantilada e de vales mediantemente profundos para este tipo de solo liga-se, de todo modo, ao tipo de relevo de Braga, como podemos abordar em outras passagens.

Os topônimos Couço e Coucineiro, se aproximarmos de outro nome de lugar não presente no *corpus*, *Cousso*, podem ser classificados com o sentido de “couto, coutada, lugar ou terreno imune ou defeso”, conforme análise de Silveira (1922, p. 206), também contida em Machado²⁰⁰ (autor que nos informa a presença de *Cousso* em Braga). Embora possa haver outras possibilidades etimológicas para a forma *couço*²⁰¹, Silveira (1922, p. 206, grifos do autor) aponta-nos, na mesma referência, que “Vulgarmente vê-se escrito *Couço*, *Côço*, o que é erro. Na verdade as grafias antigas destes topónimos apresentam sempre s ou ss e não ç ou z”, o que corresponde às formas no *corpus*.

O armazenamento de produtos gerados pelo cultivo de cereais relaciona-se com o topônimo Celeiroz²⁰² (A.H., sede de freguesia). Caso considerarmos a construção em si, este nome pertenceria à outra classificação taxionômica,

²⁰⁰ DOELP, v. 1, p. 464.

²⁰¹ Cf. Piel (1931, p. 318).

²⁰² Abordaremos -oz em 4.3.1.3.b cf. Menéndez Pidal (1952, p. 170-172).

propriamente relativa à cultura material (como veremos adiante). Conforme registro do histórico sobre Cabreiros (A.H., sede de freguesia), evidencia-se a lida com o gado caprino na localidade, relacionada com outro topônimo da mesma divisão administrativa (estudado na categoria dos hidrotopônimos):

À noite, os pastores concentravam os rebanhos numa planície onde levantaram um barracão coberto e aí, durante a noite, enquanto uns ficavam de vigia aos rebanhos por causa dos lobos, os outros repousavam. A esta zona deram o nome de “Bica”, lugar que é o coração da freguesia e onde, ainda hoje, existe um vestígio dessa enorme poça (Bica), cuja água, vinda do monte de S. Gens, matava a sede aos rebanhos e enchia os potes onde os pastores cozinhavam as refeições ambulantes para todo o dia. Os mais idosos ainda lhe chamam o lugar da Poça.

Do lado Norte, o lugar da Torre, como torre de igreja, lembra o ponto mais alto onde, à noite, os pastores dependuravam os chocalhos das cabras para afugentar os lobos. (JUNTA DE FREGUESIA DE CABREIROS, 2012)

Também, entre as atividades econômicas e aos aglomerados humanos relativos ao contexto rural, agrupamos *roça* (possivelmente Rossas²⁰³), *feira* (Feira Nova) e *quinta* (duas ocorrências; Quintão, Quinteiro, Quintela, duas ocorrências), ainda que Quinteiro possa ligar-se a um tipo de ocupação. *Quinta* é um topônimo produtivo na toponímia de Portugal e da Galiza, posto em sentido de “[...] «terreno de sementeira»” para Machado²⁰⁴, de quintãna,ae (cf. *quinta* em HOUAIS, DH) ou, mesmo, *Quintana* (VASCONCELOS, 1995, p. 278). Para Sampaio (1893a, p. 216), poderia tratar-se de derivação do sistema decimal de agrimensura romana ou de qualquer tipo de medida de cunho agrário, sendo *quinteiro* explicado como “[...] pateo interior da vivenda rustica, synonymo de *eido*, *aido*, *eirado* ou *rua*; isto é, o termo que significava uma área extensa, ficou para denotar outra muito restricta”. Tal tipo de propriedade liga-se a presença de horta e árvores, contendo, geralmente, casa para habitação ou, mesmo, referindo-se propriamente a moradia de campo (DPLP), embora os significados possam variar diatopicamente. Exemplificadamente, em Braga, Vasconcelos (1995, p. 279) afirma que *quinta* trata-se de meia ou uma dúzia de residências, configurando um pequeno aglomerado. Essas probabilidades de acepções conduziram Carvalhinhos (2012) a observar a necessidade de pesquisa local para poder apontar a toponimização deste e de outros aglomerados

²⁰³ Machado (DOELP, v. 3, p. 1267-1268) observa os registros *Roussas* e *Rouças* como plurais de *roça*, cujo emprego como topônimo é frequente em solo português e galego (*Rozas*), definida por “[...] «terreno coberto de mato», «lugar onde se roça mato», «granja, terreno de cultura»” (trecho em destaque cf. p. 1267, grifos do autor).

²⁰⁴ DOELP, v. 3, p. 1227.

humanos em Portugal atualmente, dado a forma ser ativa na língua e a problemática de *tipo* CRISE destacada na parte metodológica. De *quintal*, do latim vulgar *quintanale para Vasconcelos (cf. *quintal* em HOUAISS, DH), na acepção de “Terreno com horta e jardim próximo à casa de habitação” (DPLP), há o topônimo Quintais de Baixo.

De modo geral, *eido* (do latim *aditus*)²⁰⁵ pode ser tomado como *quinteiro*, embora tome sentidos diferenciados em certas localidades portuguesas (VASCONCELOS, 1928c, p. 242-243), aos quais podemos somar duas acepções de dicionário contemporâneo (DH): “nas aldeias portuguesas, lugar junto de casa, próprio para abrigar animais” e “pequeno terreno anexo à casa; quintal”.

As delimitações de terras estão representadas no *corpus* por meio dos topônimos Padrão (quatro ocorrências), Marco e Termo. Como já observamos no primeiro capítulo desta dissertação (cf. 1.3), *padrões* eram recursos para demarcação de propriedades indivisas tornadas em vilas de caráter agrário e fiscal que suplantou a organização das citânias ou das cidades. Sendo cabível a *padrão* o sentido de pedra para memória de um feito (uma posse de terra), liga-se a *marco* (DLP; DH). Além disso, para Bluteau (VPL), um *marco* pode referir-se a qualquer outro sinal artificial ou natural para separar um campo em relação aos demais. Quanto à época medieval, em momento denominado *Período astúrico-lionês e período português* e em relação a questões sociais e históricas (VASCONCELOS, 1931, p. 288), há o topônimo Termo, significando “Marco [...]” (DLP) e particularizando uma demarcação em relação a outros senhorios.

No que tange às instituições, há *venda* (Venda, Vendas) quanto aos estabelecimentos de comércio. No sentido de paragem, há *pousada* (Pousada, A.H., sede de freguesia) e *parada* (A.H., Parada de Tibães, sede de freguesia, e A.H., Paradela). Classificado, em certas ocorrências, entre o mesmo período do topônimo Marco (Vasconcelos, 1931, p. 288), o topônimo Pousada (do latim *pausata, de *pausare*), acusa registro do século X como *Pausata*²⁰⁶ e reporta-se ao tempo dos romanos, pois, segundo a Câmara do Município de Braga (2012i), o nome desta freguesia “[...] está associado a Pousada ou Paragem da Via Romana que seguia de Braga a Astorga”.

²⁰⁵ Cf. referência aduzida (“[...] Carolina Michaëlis in *Miscellânea Caix-Canello*, pág. 124, § 16)” em Vasconcelos (1928c, p. 243, grifos do autor).

²⁰⁶ DOELP, v. 3, p. 1207.

Também provindo de instituições medievais (VASCONCELOS, 1931, p. 464), *parada* é uma forma frequente na toponímia do Noroeste da Península Ibérica, presente em vários topônimos compostos, cuja origem e acepção, segundo apontamento de Machado²⁰⁷ são oriundas do “[...] latim *parāta*, «preparada, arranjada» [...]”. O significado oferecido faz alusão a um tributo antigo de jantar, possivelmente episcopal ou senhorial. Estes dados colocam-se em relação direta com informações coletadas sobre o nome da freguesia Parada de Tibães, pois se trata de um topônimo composto cujo segundo elemento compõe outro topônimo do concelho, e se vincula, hoje, de modo cristalizado em elemento específico de sintagma toponímico, ao sentido de “preparo de alimentação a um superior em relação aos níveis elencados”:

O nome da freguesia, se por um lado pode ser explicada pela sua presença em relação a Tibães, em relação a Parada terá uma explicação histórica. Antigamente, existia em Portugal o foro da parada. Através deste, os vassalos, enfiteutas ou colonos, e mesmo os párocos rurais e mosteiros, eram obrigados a preparar refeição e aposentadoria para os seus respectivos senhores (e bispos, tratando-se de mosteiros) e sua comitiva sempre que eles se deslocavam à povoação. (JUNTA DE FREGUESIA DE PARADA DE TIBÃES, 2011)

As profissões presentes no levantamento podem remeter-nos a funções, ou, mesmo, atividades, de relevo para a economia local, questões reforçadas pela produtividade de topônimos deste grupo como *sede de freguesia* no concelho de Braga. Assim, há Ferreiros (duas ocorrências: A.H., sede de freguesia, e A.H., estação de caminhos de ferro), Confeiteira e Escudeiros (A.H., sede de freguesia). Deste grupo, *escudeiros* pode refletir, em dicionário de língua portuguesa contemporâneo, acepções ligadas ao contexto social “Pajem ou criado que levava o escudo do cavaleiro, donzel” e ao campo venatório “Javali pequeno que é o primeiro a sair da mata numa caçada”, entre outras (DPLP). Este topônimo, listado por Vasconcelos (1931, p. 288) na categoria *Período astúrico-lionês e período português*, parece referir-se à caça diretamente, pois “É uma freguesia que, pela sua localização e pela sua abundância em caça era requerida por dirigentes da Igreja” (JUNTA DE FREGUESIA DE ESCUDEIROS, 2012).

Para encerrar a abordagem sobre as articulações e desdobramentos do trabalho na toponímia de Braga, há dois nomes que também revelaram diversas

²⁰⁷ DOELP, v. 3, p. 1130 (grifos do autor).

possibilidades etimológicas como Couço. *Froços* (Frossos, A.H., sede de freguesia), foi colocado como hipótese relacionada ao latim “[...] *forum*, « mercado »?” por Machado²⁰⁸. Já Fernandes (1999, p. 322, grifos do autor), citando o topônimo como freguesia do concelho de Braga, oferece uma reflexão que, de todo modo, leva-nos a considerar a ação do homem na realização do feito:

Mas como, tal relação com tal sufixo, For-oços? (*Furozos* como *Farozos* são meros lapsos de escrita e de leitura: *Forozos* predomina largamente). Cp. Barroças «caroço» (< «coroço»), etc. A estrutura deste topónimo é muito simples e muito estável; a forma inicial não pode, pois, diferir grandemente. Tudo me leva a crer que se trata da raiz *for-* latina, significativa de furo, buraco (cp. lat. *foratus* «furado»): creio que relativa a exploração de metais, ou de águas (sinónimo, assim de Furados e de Covas): de «*foro» + *oço* (< lat. **forus* + *utius*), para não recuar a **forutiu-*, nada de surpreender junto a Braga: cp., ao lado, Cones < lat. *columnas*. Se bem que existem mais casos, demonstrando, também, a frequência própria de um n. comum, há muito extinto, substituído por «furaco» > «buraco».

Em sequência, Carcavelos é um topônimo que acusa uma origem obscura, segundo Machado²⁰⁹. Este nome de lugar é frequente em Portugal, sendo a análise de Carvalhinhos (1998, p. 130) baseada em Correia (apud COSTA, 1968, p. 190)²¹⁰, podendo a raiz estar em *cárcova* ou *cárcava* e, significando, entre outras acepções, “[...] ‘caminho encoberto’ [...]”. A ação do homem para alcançar o resultado oriundo do direcionamento apontado levou a pesquisadora a estabelecer a classificação do topônimo entre os sociotopônimos. Pode-se, ainda, inferir a intervenção por via do trabalho humano, além da ação da força de águas pluviais (por outro lado) a partir de duas acepções fornecidas para a palavra *cárcava* (DRAG), respectivamente: “Gabia ou escavación profunda producida no terreo polas correntes de auga das arroiadas” e “Gabia ou escavación, en particular a que rodea unha fortificación”.

Entre muitas formas que nos remetem a tempos antigos, os sociotopônimos levam-nos a observar, desse modo, dificuldades para acessar o conteúdo semântico de certos topônimos em relação ao momento da denominação. Assim, considerando-se o quadro cronológico observado, verificamos questões sociais referentes ao tempo dos romanos, com ramificações que alcançam bases estruturais da sociedade medieval, também pautada em relações de cultivo da terra entre

²⁰⁸ Cf. *Froços* em DOELP, v. 2, p. 674.

²⁰⁹ DOELP, v. 1, p. 349.

²¹⁰ COSTA, Alexandre de Carvalho. **Lendas, historietas, etimologias populares e outras etimologias respeitantes às cidades, vilas, aldeias e lugares de Portugal continental**. Porto: Liv. Civilização Editora, 1968. p. 190.

outros setores e organizações. Considerando-se a dinâmica social portuguesa, a análise dos sociotopônimos pode configurar um manual de estudos no qual seja possível pontuar uma gradação de tipos e formatos de nomes de lugares que reflitam a composição social portuguesa ao longo de períodos de tempos para uma compreensão ampla da motivação do topônimo.

4.2.4 Poliotopônimos e ecotopônimos: aglomerados humanos e habitações de Braga

As presenças de nomes de lugares referentes a povoações e habitações no levantamento relacionam-se a modos de ocupação do solo. Logo, os poliotopônimos e os ecotopônimos mostram ligações com períodos históricos em Braga, que remetem, inclusive, aos povos pré-romanos, mantendo-se na toponímia local. Deste modo, torna-se profícuo apontar questões históricas e linguísticas que permeiam a fixação de tais nomes.

As referências mais pretéritas de agrupamentos humanos envolvem as formas *castro* e *cividade*. Quanto a *castro*, o *corpus* acusa o topônimo composto Castro Mau, e os dois topônimos simples Crasto (A.H. e A.F., Alto do), formados por metátese, particularizando um aglomerado humano e um elemento geográfico físico descrito com o *tipo* MTE (“Monte, Morro, Cabeço”) pela listagem do CRISE. Segundo Vasconcelos (1931, p. 140-142), esses nomes de origem romana podem datar de épocas antigas, tendo por base *castrum* (*Castro* ou *Crasto*) e *civitas* (*Cividade*). Sendo a forma comum *cidade*, Piel (1989, p. 59, grifos do autor) coloca *Cividade* como um arcaísmo no léxico toponímico, de modo que “[...] *Cividade*=«castro, citânia», forma divergente, «atrasada», de *cidade*”.

A relação entre esses topônimos é explicada por Vasconcelos (1931, p. 277-278), autor que apresenta *Cividade* como sinônimo para *Castro* ou *Crasto* em estudo sobre a Toponímia e a Arqueologia, citando *Castros* ou *Crastos*, empregados, geralmente, em relação de restos de fortificações erigidas em montes, sobretudo provenientes da Idade do Ferro: “Sinónimo de *Castro* ou *Crasto* é *Cividade*, e por vezes *Mesquita*, *Cêrca*, *Coróia*, etc.” (VASCONCELOS, 1931, p. 277, grifos do autor). Formas toponímicas com *castro*, mesmo com complemento como *Castro Mau*, e *cividade* constam em levantamentos de documentos dos séculos X e XI

citados por Cortesão (1912). Todos esses apontamentos corroboram com reflexões feitas na parte inicial desta dissertação (cf. 1.2 a 1.3), também se destacando a possibilidade de *Castro* na antroponímia, sobretudo na brasileira.

A presença de agrupamento de povos pré-romanos, como os brácaros, ou de grupos de épocas seguintes em fortificações construídas em elevações é recuperada por meio da forma *castro* na toponímia local, podendo ter substituído outras antigas formas ou referências para nomear povoações, como *oppidum*, e exaltando o sucesso do processo de romanização, confirmado com a fundação de *Bracara Augusta* há mais de dois mil anos atrás. Quanto à possibilidade proposta, Vasconcelos (1928b, p. 253-254) menciona que *castro*, bem como *cividade* (entre outros seus sinônimos), passou a nome genérico com significado geral de fortificação, substituindo nomes indígenas. Tal tônica tomou impulso durante a romanização, moldando-se em elevações e estendendo-se em cidades, contexto ainda presente no léxico toponímico bracarense sob a forma Cividade (A.H., sede de freguesia). O princípio de comunidade entre os habitantes recebe endosso significativo após o período de governo do imperador Augusto, o que se nota em relação à *cividade*:

[...] que, conquanto tivesse a princípio, entre outras, a acepção moral de « comunidade de cidadãos », adquiriu também, principalmente depois da época de Augusto, o sentido de *urbs*, isto é, « cidade materialmente considerada » [...]. (VASCONCELOS, 1928b, p. 254, grifos do autor)

Tais acepções somam-se à de *Bracara Augusta* como sede de convento jurídico, investido de função religiosa simultaneamente durante o tempo de Cláudio ou Vespasiano, período no qual se contabilizava vinte e quatro *cividades* nesta sede (cf. 1.3). Atualmente, o território do concelho de Braga apresenta a cristalização deste tipo de aglomeração humana apenas no topônimo Cividade, nome de uma das sessenta e duas freguesias que delimitam o solo administrativamente²¹¹.

²¹¹ Também percebemos a fragmentação da organização das *cividades* por três afirmações de Sampaio: “Quando tinham um *oppidum*, naturalmente esse lugar, onde se concentrava a vida da população, representava toda a *civitas* [...]”; “Sabemos portanto que a população se repartia em grupos distintos – *civitates*. Quando possuíam logares fortificados – *oppida*, estes serviam quer para defesa, como para principal habitação [...]”; “Mas se a autonomia d’esses povos minúsculos e obscuros desapareceu para sempre, restando das *civitates* apenas uma vaga memória em poucos escriptores antigos, não assim as ruínas dos *oppida*, conhecidas ainda hoje tradicionalmente por *cividades*, *citánias*, *castros* ou *crastos*. A primeira palavra seria logo no princípio da formação do neo-dialecto a tradução de *civitas*; perdendo o sentido abstracto subsequentemente, quando cessou a organização primitiva da sociedade, ficou todavia

Com a descida dos habitantes das fortificações para terras de planície, iniciou-se a organização por meio das “[...] *villas* ou «quintas» [...]”, focos de surgimento de muitas povoações atuais em *Bracara Augusta* (VASCONCELOS, 1928b, p. 174, grifos do autor). No *corpus* de análise, destacamos derivações que identificam uma freguesia e um elemento de construção humana definido como “Cruzeiro” (*Vilaça*, A.H., sede de freguesia, e *Vilaça*, A.H., Cruzeiro de) e uma composição (*Vila Nova*). *Villa*, para Vasconcelos (1931, p. 286-288, grifos do autor) é um nome apontado na *Época Lusitano-Romana*, novamente destacado como *vila* na época medieval denominada *Período astúrico-lionês e período português*, acompanhando fases da Idade Média portuguesa. Com a intensificação do processo de romanização do território, aproveitou-se, nas vilas, da fertilidade de vales para operar a agricultura:

Com a definição rigorosa porém da propriedade territorial — a *possessio*, empregando este termo na acepção antiga, transformou-se em *dominium*; e tal transformação contendo o retalhamento do solo em superfícies precisamente demarcadas em *predios*, sob o nome mais commum de VILLAS, foi sem duvida um dos maiores acontecimentos da romanisação. Estabelecendo-se de vez ao mesmo tempo a paz e a segurança publica, os habitantes foram descendo vagarosamente dos altos. Então puderam fixar a residencia junto das extensões culturaes, desbravar as mattas, laquear as aguas e aproveitar a terra fertil dos valles. Aprenderam então com os especuladores, que Roma lançava sobre as regiões conquistadas, a arte da cultura systematica, os seus costumes agrarios, a sua grande jurisprudencia, a lingua e emfim toda a sua civilisação. (SAMPAIO, 1893b, p. 176, grifos do autor)

Sampaio (1893a, p. 209-210) afirma que, ao tempo da fundação das vilas em Portugal, esta organização, na Itália, dividia-se, principalmente, em duas seções: uma do proprietário, por conta própria trabalhada sob o comando de um feitor, sendo a outra fragmentada em pequenas divisões e formando subunidades, cuja cultura era feita mediante retribuições. Tal sistema foi introduzido igualmente na Gália, acontecendo o mesmo em solo português, onde registros apontam a existência de uma residência senhorial nas *villas* e outra parte reservada para cultura ou gozo do proprietário.

O topônimo Paço (antigo *paaço*, do latim *palatium*) refere-se a um nome comum, tornado nome de lugar, que se referia, na Idade Média, a “[...] habitação do

subsistindo para designar esses povoados, onde os naturaes continuaram a residir por muito tempo [...]” (SAMPAIO, 1893b, p. 164-165, grifos do autor).

proprietário de um terreno”²¹² por tradição de origem romana, portanto, trata-se de um poliotopônimo. Ao evocar ideias ligadas a nobreza ou glória, historicamente consta que um dos sete montes onde Roma foi edificada era chamado *Palatium*. Com base na proveniência de *palus*²¹³, pode-se relacionar ao local a presença de uma defesa militar observada, muitas vezes, em povos de tal estágio de civilização. Neste lugar, o imperador Augusto estabeleceu habitação, fato realizado por seus sucessores. Por um processo metonímico, o nome do local passou ao edifício, tornado-se *palatium* nome comum no sentido de moradia de monarca. Dado que o *t* latino altera-se para *ç* em português nas circunstâncias colocadas inicialmente²¹⁴, *paço* é presente não apenas na toponímia de Braga, mas na toponímia portuguesa com abundância como ao Norte, onde a palavra teve berço (VASCONCELOS, 1928b, p. 546-548, 1931, p. 438-439). Logo, *paço* era denominação popular da *villa* urbana durante o vigor do regime romano. A distribuição de *Paço* ao longo de quase totalidade das paróquias no Norte de Portugal²¹⁵ situa, de fato, um uso anterior ao século X, descaracterizando uma implantação originada com a nobreza neo-goda. Dentro da propriedade territorial, o fundador, ao implantar sua jurisprudência e lavoura, introduziu sua religião; primeiramente, pagã, depois cristã. Do *sacrarium* pagão presente no paço, bem como a difusão de templos vinculados intimamente à vida rural (possuindo terras de agricultura, matas para uso de sacerdotes e para festas), surge outro nome a partir do Cristianismo. Os antigos templos são substituídos por capelas e igrejas cristãs que, muitas vezes, ocupavam as mesmas localidades. Assim, terras devotadas ao velho culto secularizaram-se e passaram a categoria de instituições católicas.

Além do *paço*, morada do senhor, Sampaio relata que, inicialmente, a casa foi habitada pelo cultivador de seções isoladas. Diferente da *villa rústica*, constituía-se por construções pequenas, dispersas pelo prédio, povoadas por servos ou não servos que cultivavam determinadas seções, mediante pagamento de renda, facultando prestações de serviços de acordo com a questão de classes sociais, bem como o arrendamento ou concessão da terra. Do sistema parcelar, praticado em parte das vilas como havia sido instaurado na Itália e na Gália, uma infinidade de denominações de subunidades nos séculos IX e X apontam a evidência da

²¹² Cf. Vasconcelos (1931, p. 438).

²¹³ Cf. referência aduzida em Vasconcelos (1928b, p. 546-550).

²¹⁴ Cf. Vasconcelos (1931, p. 438).

²¹⁵ Área de estudos de Sampaio (1983a, b).

procedência romana em Portugal, delineada ao longo de séculos de cuidados com a lavoura. Desse modo, os documentos contêm, principalmente, denominações de *casales* e *villares* (também as *quintanas* ou as *quintas* e as *várzeas* já abordadas), exprimindo frações de vila tornadas prédios independentes já no período medieval. Em nosso levantamento, há a forma composta Casal Novo e a forma simples Vilar. Esta última é procedente do adjetivo *villaris*, “pertencente á villa” (SAMPAIO, 1893a, p. 217).

Em meio a essa profusão de povoamento, há novas construções religiosas, além da cristianização das antigas, estendidas e disseminadas com constância, sobremaneira com o avolumar das doações de terras à igreja, que passa a ter papel preponderante na agremiação da população nos entornos das vilas, nos séculos IX e X, sendo frequente o emprego do nome de um santo padroeiro substituir um nome dado anteriormente (SAMPAIO, 1893a, p. 211-221, grifos do autor). Logo, temos as freguesias como organização do espaço, fundindo poderes políticos e religiosos muitas vezes, atualmente empregadas como menor divisão de cunho administrativo não apenas em Braga, mas em toda a área continental de Portugal (cf. 1.3.1). O topônimo Assento (quatro ocorrências) liga-se ao modo de povoamento surgido na referida organização medieval. Sendo a *sede de freguesia* correspondente a um local central, antes desabitado, o Assento é o lugar onde se estabilizou a igreja matriz e a habitação do pároco, originando a pluralidade de topônimos Assento (e Igreja) no concelho de Braga (CARVALHINHOS, 2012; GIRÃO, 1960, p. 264).

Ainda entre os ecotopônimos relacionamos os nomes de aglomerados humanos Cabanas e Sobrado. O primeiro topônimo pode referir a “Casa sem pavimento alto, geralmente de madeira e coberta de colmo” ou “Abrigo ligeiro, espécie de barraca [...]” (DPLP), portanto, “[...] habitação pequena e/ou simples, ger. campestre ou em local afastado, feita com materiais rústicos ou de pouco valor (como palha, ramos etc.) e sem acabamento; barraca” (cf. *‘cabana* em Houaiss, DH), em oposição a “andar de uma construção acima do térreo”, do latim *superātus* (CUNHA, 1986, p. 729). Piel (1989, p. 10) apresenta *cabana* entre elementos pré-latinos, dado como termo indígena em autores da latinidade tardia (como Santo Isidoro). De outra parte, ainda que *Sobrado* apresente-se entre topônimos oriundos da flora, do latim *suber* (VASCONCELOS, 1931, p. 397), ou em outras reflexões, nossa classificação como poliotopônimo é pautada em Piel (1989, p. 263-266). Em outro estudo, Piel (1989, p. 263-266) analisa *sobrado*, apontando tal

forma toponímica em Braga, no sentido já mencionado de moradia²¹⁶. O autor afirma que, no fim do século X, a fase evolutiva da base *sobr-* já estava concluída. Também, situando-nos quanto à distribuição geográfica peculiar no Noroeste peninsular:

É sem dúvida a significação de ‘edifício com dois andares’ ou ‘casa com varandas’ que está na base do invulgar papel que a palavra assumiu na toponímia peninsular, mais concretamente da Galiza e do Norte de Portugal, pois, na Idade Média, não deveriam abundar nos meios rústicos habitações daquele tipo. *Sobrado* forneceria deste modo um elemento cómodo e suficientemente característico para designar um lugar por denominar. [...]

Assim o nome *Sobrado* entraria na categoria de *Paço*/PALATIUM, *Sá*/got. SALA, etc., quer dizer de palavras que denominavam residências mais ou menos fidalgas. (PIEL, 1989, p. 263-264, grifos do autor)

Devendo sua grafia moderna à influência exercida pelo adjetivo *real*, Real (A.H., sede de freguesia) inclui-se no rol de modo de povoamento medieval (DOELP²¹⁷; CARVALHINHOS, 2012), relativo à posse do rei em oposição à de nobres. A aplicação junto ao Norte português sugere denominação antecipada à conquista do Sul, paralelamente observado na Galiza e outras localidades espanholas²¹⁸. Admite-se a antiguidade da povoação da freguesia, considerando-a uma vila de um romano (casa de campo), tendo a construção de um mosteiro fundado por São Fructuoso por volta de 660 e, segundo consta, “[...] tratando-se de uma das villas a que se faz referência nas Inquirições do **Rei D. Dinis** (ano de 1300) e que se encontrava perto de Braga, com o nome de **Real Velho**” (JUNTA DE FREGUESIA DE REAL, 2012, grifos do autor).

Póvoa, topônimo apontado por Vasconcelos (1931, p. 288, grifos do autor) como pertencente à *Época Medieval* classificada *Período astúrico-lionês e período português*, é colocado como “território dado a um grupo de indivíduos para aí se estabelecerem, isto é, para *povoarem*; terra povoada de novo”. Neste sentido, o

²¹⁶ Quanto ao Norte português, Sampaio (1893a, p. 220, grifos do autor) oferece, no mesmo seguimento, o seguinte contexto no trecho *As construções e as sub-unidades culturais*: “Ahi, n’essa cozinha terrea, sem chaminé, segundo o uso romano, passou-se, como se passa ainda, quasi toda a vida do cultivador de portas a dentro; ahi tem velado os serões das longas noites de inverno, e descansado as horas de sesta na força do estio; ahi dormiram as mulheres e as crianças enquanto não pôde construir o *sobrado*, pois aos adultos masculinos bastava um ninho de palha nas *barras*, sobrepostas aos estabulos”.

²¹⁷ DOELP, v. 3, p. 1243.

²¹⁸ DOELP, v. 3, p. 1243. Entre as referências aduzidas, destacamos, conforme segue na obra: VASCONCELOS, José Leite. **Etnografia Portuguesa**. p. 440-441. v. 2.

topônimo liga-se ao conceito medieval de ocupar o solo (VASCONCELOS, 1995, 259).

Também relacionado à Idade Média, *burgo* (Burgo) é forma comum a muitas línguas românicas, originada de fusão de parte grega com elemento germânico (PIEL, 1933 p. 239-240). A presença em Portugal pode vir da França, ficando a significação inicial reduzida a local pequeno junto à cidade, vila, mosteiro ou catedral por vinculações de dependência com possibilidade de governo por leis próprias em alguns casos:

Significava uma cadêa de lugares, ou ajuntamento de casas nas raías, ou fronteiras, seguidas umas ás outras, e onde residiam effectivas as guardas militares romanas. A estas se ajuntaram muitos nacionaes de Alemanha, que dos taes *Burgos* se chamaram *Burgonhoens*, que rebellando-se em fim aos Romanos se estabeleceram nas margens do Rhim, d'onde penetraram até o mais interior da França. N'estes *Burgos*, que ao principio não tinham muros, se fundaram com o tempo torres, e castellos, que deram o nome a muitas cidades, e povoações illustres, cujos consules, vereadores, ou magistrados supremos se chamam ainda hoje *Burgomestres* [...].

De Alemanha passou esta voz a França, que chamou *Burgueses* aos moradores d'estes *Burgos*. D'alli finalmente passou a Portugal com o Conde D. Henrique, e com a mesma significação; mas passados alguns annos ficou restricta a significar unicamente um arrabalde, ou lugar pequeno fundado junto de uma cidade, ou villa, mosteiro, ou cathedral, de quem está pendente, ainda que algumas vezes tivesse leis proprias, por que se governasse. (VITERBO, 1865, p. 148, grifos do autor)²¹⁹

As formas *aldeia* (Aldeia) e *bairro* (duas ocorrências; Barrimau) acusam origem árabe (*ad-day'a*; vulgar *barri*, clássico *barrî*), significando, respectivamente, “pequena povoação” e “cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade” (CUNHA, 1986, p. 28 e 93). Piel (1989, p. 13) trata *aldeia* como um arabismo do português, enquadrando-o na categoria semântica *administração*. Vasconcelos (1931, p. 146) aponta-nos que o uso de *aldeia* como nome geográfico pode ter ocorrido já após a introdução no léxico comum de Portugal, não provando uma aplicação de um nome árabe propriamente dito. Ainda que não pertença a nosso *corpus* e, evidentemente, ao direcionamento metodológico adotado, faz-se oportuno pontuar que *aldeia* é a forma mais utilizada em Portugal Continental no que tange aos pequenos aglomerados humanos (CARVALHINHOS, 2012).

Ao buscar uma ordem em relação à importância ou ao número de casas e população quanto às dissimilaridades semânticas entre denominações, pode-se

²¹⁹ v. 1.

considerar a seguinte sequência lexical decrescente: *vila*, *póvoa*, *aldeia* e *casal* (CARVALHINHOS, 1998, p. 146).

O apontamento feito sobre a condição de *aldeia* no léxico ativo e na toponímia de Portugal leva-nos a iniciar uma reflexão sobre a possibilidade de cristalização dos poliotopônimos do levantamento. Excetuando-se a entidade geográfica humana *cruzeiro* e a entidade geográfica física *monte*, todos os demais poliotopônimos são identificados pelos tipos POV (“povoações”), POVI (“povoações importantes”) e SF (“sedes de freguesias”). Assim, tais denominações apresentam, hoje, novos termos genéricos, ainda que o termo toponimizado tenha atuado como tal outrora, como observamos em Cidade (sede de freguesia) e Vila Nova (povoado). Consequentemente, o recuo temporal e a dinâmica da língua direcionam-nos a ocorrências de esvaziamento semântico em muitos topônimos, cujos traços do momento da denominação seguem desprovidos do sentido original ou, mesmo, cristalizados como Cidade, Castro Mau, Crasto, Paço e Real.

Dada a complexidade da questão, pautamo-nos em afirmações de Carvalhinhos (2012) sobre os fenômenos semânticos nessas denominações. Embora a pesquisadora ofereça uma abordagem sobre o elemento genérico mediante as variações lexicais na toponímia portuguesa, principalmente visando estabelecer critérios iniciais para o tratamento de tal elemento junto ao projeto ATPor, estendemos a reflexão para análise do elemento específico do topônimo, uma vez que fazem uso de mesmos topônimos presentes no repertório toponímico como um todo. Desta maneira, apenas uma pesquisa de campo em etapa posterior pode determinar toponimizações devido a variações diatópicas, mas arcaísmos como Real já se posicionam toponimizados (além de Cidade, Castro Mau, Crasto).

Segundo Carvalhinhos (2012), talvez topônimos como Castro Mau e Crasto não devessem ser classificados efetivamente como poliotopônimo, mas sob uma categorização referente a vestígios arqueológicos. Nesta oportunidade, opta-se pelo modelo classificatório brasileiro, pois não houve adequação do referido modelo para a realidade portuguesa (informação verbal), ainda.

Os sociotopônimos do levantamento colocam-nos em contato com o processo de constituição de aglomerados humanos, bem como a proliferação de pequenas propriedades geradoras da junção de povoação, sobremaneira as nascidas durante o período medieval. A presença da língua latina faz-se visível desde os mais remotos tipos de aglomerações de homens, contendo, ainda, influxos de outras

línguas no português. Nesse percurso, de *Bracara Augusta* a Braga, o caminho é permeado pelas freguesias, células estas que não atuam como topônimo, mas como elo central daqueles desmembramentos.

4.2.5 Os caminhos do concelho: hodotopônimos

Ao apontar vias de comunicação, os hodotopônimos do levantamento acusam formas relativamente frequentes, direcionando-nos a caminhos rurais. Os meios de distribuição de caminhos e de fluxos podem estar revestidos, em possíveis vezes, de feição urbana, sobremaneira na atualidade, tomando-se por referência a preponderância central do concelho de Braga, característica demonstrada em diversas passagens.

Em âmbito mais próximo da ruralidade, correspondendo a faixas de terreno dedicadas à passagem, há os topônimos Carreiro, Passos (A.H., sede de freguesia) Calçada (duas ocorrências), e os topônimos com *estrada* na forma simples (cinco ocorrências) e composta (Estrada Velha). Por “Espaço entre renques de plantas”, além da acepção de “Condutor de carros de boi” (DPLP), inserimos Carreiro. Também com sentido de passagem estreita, “[...] por onde se passa de uma parte para outra” (DPLP), há Passos (A.H., sede de freguesia). Uma súmula histórica da freguesia, oriunda da Câmara do Município de Braga (2012j, grifos do autor), leva à compreensão de um local servido de estradas desde o período romano:

“É uma das freguesias mais antigas do Minho”, diz Pinho Leal em “Portugal Antigo e Moderno”, localizada abaixo do monte antigamente chamado Bastucio ou Bastuço, na encosta do Rio Labriosque, antes conhecido por Laviorto. Uma referência obrigatória é o Penedo dos Mouros, onde são visíveis as marcas de uma construção de cariz militar, o Castelo de Penafiel de Bastuço.

A sul desta freguesia passava a estrada medieval que ligava Braga a Vila do Conde. A norte, passava a estrada Romana de Braga ao longo do Rio Cávado. A documentação mais antiga sobre S. Julião de Passos surge no “Liber Fidei” – estudado pelo Prof. Dr. Avelino Jesus da Costa, referindo doações de terras e moinhos à Sé de Braga.

Ao consultarmos a referida obra de Leal (1875, p. 393, grifos do autor)²²⁰, a citação aludida é disposta a partir da entrada *Paços*, da qual destacamos dados da descrição inicial da freguesia (que foi *villa*):

PAÇOS — freguezia, Minho, concelho, comarca, districto administrativo, arcebispado e 5 kilometros de Braga, 365 ao N. de Lisboa, 100 fogos.

Em 1757 tinha 79 fogos.

Orago, S. Julião.

Destaca-se que, embora nossa pesquisa se paute pelo estudo do topônimo (campo *nome* da planilha de análise), há a forma *Passos* (*São Julião*) no campo *freguesia* do topônimo Passos. Logo, notamos que a indicação entre parênteses refere-se ao orago da freguesia, citado pela Câmara Municipal de Braga e por Leal. De modo geral, ainda que exista a possibilidade de certa oscilação gráfica ou etimológica²²¹, procedemos à classificação deste topônimo entre os hodotopônimos no momento, invalidando ligações com o contexto religioso ou o de aglomeração humana, pois, na ausência de outros dados para comparação, consideramos o nome da freguesia conforme a grafia apresentada.

Calçada liga-se a “caminho ou rua revestida de pedra, saibro etc.”, enquanto para o topônimo Estrada a definição “caminho relativamente largo” porta traços sobre a dimensão da via, sendo ambos de origem latina (CUNHA, 1986, p. 139 e 332). O que nos orienta a verificar certos traços remotos no uso de *estrada* em aglomerados humanos, mesmo sendo a forma ativa no repertório do português contemporâneo (DH), restringe-se ao fato de as estradas modernas de Portugal, como entidades geográficas humanas, apresentarem denominação por meio de siglas e de numerais (CARVALHINHOS, 1998, p. 143). Atualmente, observamos que a rede rodoviária portuguesa é composta por *auto-estradas* (*rede nacional fundamental* e *rede nacional complementar*) com o uso das denominações *itinerários*

²²⁰ v. 6.

²²¹ “Se em muitos pontos de Portugal os sons s (ss) e ç tem um mesmo valor, que ora é ç, ora é s (ss), noutros pontos existe distinção, e a mesma existiu antigamente até certa época: a literatura documenta-a ainda no século XVI. Nas palavras que se escreviam e pronunciavam com ç, êste tem origem diversa da de s (ss): por exemplo, *paço*, do lat. *palatium*-; e *passo*, do lat. *passu*-. Na primeira o som ç provém de TI+vogal; na segunda o som representado por ss provém de SS” (VASCONCELOS, 1931, p. 439, grifos do autor).

principais (IP) e *itinerários complementares* (IC) e *estradas nacionais* (EN) (INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS IP, 2012).

Ponte (do latim *pons, pontis*)²²² mostrou-se produtiva na denominação de aglomerações humanas, resultando topônimos simples, derivados e compostos no *corpus*: Ponte (duas ocorrências), Pontezinhas, Pontinha e Ponte Falcão. Vasconcelos (1931, p. 155 e 169) apresenta ocorrências de *ponte* na toponímia em relação direta a travessia de rio, como um elemento físico acessório. De modo geral, tal denominação sugere uma construção que visa estabelecer ligação entre dois pontos, separados por curso de água ou por depressão do solo, de modo que, por extensão, admite-se a acepção “[...] qualquer estrutura que liga duas partes homólogas” (DH). Realçamos, especificamente, que uma *ponte* pode existir para continuar uma via em virtude da existência de um fluxo de água, como notamos na definição feita por Cunha (1986, p. 622): “construção destinada a estabelecer ligação entre margens opostas de um curso de água ou de outra superfície líquida qualquer”. Tebosa (A.H., sede de freguesia), que já foi *Vila de Tebosa*, é um topônimo que suscita ideia de continuidade de um trecho caso seja possível admiti-lo como derivação de *tábua*, a indicar pontes de madeira em função de algum pequeno curso de água na freguesia (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012k)²²³.

Vasconcelos (1928b, p. 290-291) citou *devesa* em coleta de formas do século X (*Diplomata et Chartae*). Além de características de defesa, de fertilidade e de propriedades do solo²²⁴, a presença de Devesa (do latim *defensa*) no *corpus* pode indicar o sentido de percurso que delimita uma dada porção de terra: “alameda que limita um terreno” (CUNHA, 1986, p. 243; DH).

Portela e Portelo são topônimos frequentes no Noroeste da Península Ibérica segundo Machado²²⁵. Oriunda de *porta*, a forma *Portela* (do latim tardio *portella*) pode significar “portal” e “pequena porta” (CUNHA, 1986, p. 624). Trata-se de uma forma polissêmica, conforme podemos averiguar, fazendo necessário verificar os sentidos convergentes que levaram à classificação desses dois topônimos como hodotopônimos. Exceto a acepção iniciada a partir de marca diatécnica referente à

²²² Cf. DH.

²²³ Em Leal (1880, p. 476, grifos do autor), a referência a freguesia está na seguinte entrada: “**Tabosa** ou **Tebosa**”, cf. v. 9. Não encontramos, neste momento, outras informações sobre a questão além dos dados disponibilizados pela Câmara do Município (2012h).

²²⁴ DOELP, v. 1, p. 503.

²²⁵ DOELP, v. 3, p. 1201.

arquitetura, recurso empregado para sinalizar particularidades de emprego semântico em relação às mais diversas procedências, há outros usos possíveis para *portela*, recuperando-se dois supra citados: “pequena porta”, “passagem estreita entre montanhas; desfiladeiro” e “curva muito fechada numa estrada ou caminho, formando um ângulo” (DH). Ao notar a abundância de *Portella* na toponímia, bem como *Porto* (também polissêmico, a julgar pela já realizada classificação deste topônimo no presente estudo), registrada desde o século X, Viterbo (1865, p. 156)²²⁶ indagou o entendimento de tais formas em outros autores, recuperando as particularidades da forma *Porto* (Cf. 4.1.1). A conclusão feita, ao considerar *Portela* diminutivo daquele nome, leva-nos, aqui, a compreender os topônimos Portela e Portelo no sentido de caminho, de modo geral: “[...] uma porta, caminho, ou estrada mais pequena, estreita e acanhada, por onde se passa, ou passava de um lugar a outro”.

Ainda com sentido de ininterrupção e de travessia de via, seja por meio de “Peça de madeira atravessada sobre outras” ou por “Rua estreita ou curta que põe em comunicação duas ruas principais”, há o topônimo Travessas (DPLP), cujo sentido de “via pública urbana [...]” (DH), liga-se aos topônimos Rua e Rua de Cima.

Ao elencarmos o estudo dos hodotopônimos do levantamento, as considerações parciais fazem menção, prioritariamente, aos pressupostos iniciais de agrupamento desses nomes de lugares. Logo, é possível inferir a permanência de vias de comunicações rurais, além de outras, revestidas de traços urbanos no léxico toponímico de Braga.

4.2.6 Outras categorias antropoculturais

Ao término da análise de taxionomias toponímicas antropoculturais mais frequentes, passamos a destacar certas características que compõem um grupo de sete categorias com menor representatividade quantitativa. Consoante proposto no encerramento da abordagem de topônimos de natureza física, trataremos as taxionomias restantes decrescentemente. O conjunto é composto por

²²⁶ v. 2.

ergotopônimos, animotopônimos, cronotopônimos, etnotopônimos, corotopônimos, somatotopônimos e numerotopônimos. Inclusive, entre este rol, temos o topônimo Braga, nome da sede do distrito no qual está o concelho de Braga.

Evidentemente, como Dick (1980, p. 324) menciona, uma etapa de estudo desse porte reúne diferentes camadas de motivação, agrupadas em função da própria diversidade semântica pertinente ao topônimo ou em virtude de obstáculos encontrados para o enquadramento em áreas toponímicas. Ao mais, é oportuno reconsiderar que a verificação instaurada investiga a vinculação de um fato onomástico a um motivo aparente do meio físico ou social. Consequentemente, nem sempre a Toponímia fornece explicação objetiva de determinados nomes, ainda que métodos como o da autora citada visem, por primazia, dar organicidade a um elenco toponímico qualquer. Um pouco disso tudo pode estar contido nos ergotopônimos e animotopônimos. De outra parte, exames diacrônicos são um caminho norteador para a recuperação toponímica (DICK, 1993, p. 677), conforme podemos constatar e aplicar em muitas oportunidades.

Quanto à primeira taxionomia, são considerados ergotopônimos os nomes de lugares referentes a elementos integrantes da cultura material, correspondendo aos topônimos Armada, Cancela, Moimenta, Moinhos, Muro, Nora, Telhado, Pitancinhos, Salgado, Vela (A.F., Alto da).

Armada, atestado como topônimo apenas no Norte português a partir do século XII²²⁷, é classificado assim em virtude da acepção, por extensão, “[...] engenho ou artifício que se arma ou prepara para aprisionar (gente ou animal) ou para fazer cair em logro; armadilha, cilada”, dado como forma feminina substantivada de *armado* (DH). No opúsculo *Na Ribeira do Lima*, Vasconcelos (1931, p. 177-179) cita armadilhas de caça entre costumes pastoris do léxico e da localidade (região do Rio Lima, Noroeste da Península Ibérica) a partir de recolha feita em Diogo Bernardes, ainda que o topônimo não seja exatamente o tipo de armadilha mencionada pelo poeta. A um modo de vida generalizado em Portugal até o século XX, podem-se relacionar os topônimos Moinhos e Nora, engenhos utilizados, respectivamente, para a moagem de grãos (do baixo latim *molĭnum*, redução do latim tardio *saxum molinum*, significando “pedra grande, mó”) e “[...] para tirar água de poços ou cisternas [...]” (árabe *nāHūra*²²⁸; *nā’ūra*²²⁹). Pitancinhos é

²²⁷ DOELP, v. 1, p. 164.

²²⁸ Cf. *moinho* e ²²⁹*nora* em DH.

um topônimo posto como possibilidade de derivação do substantivo *pitança*²³⁰. Para tanto, somamos o que Viterbo (1865, p. 148, grifos do autor)²³¹ compreende por *Pitança*, podendo-se retirar as acepções de porção de alimento ou, mesmo, ofício de pintanceiro²³², uma ocupação:

PITANÇA. V. CHARIDADE III. De *Pietas* se disse *pitança*, que era um prato, além da ração ordinaria : hoje chamam *antipasto*, *antea*, *antevém*, *prato do meio*, etc. Nos antigos livros dos obitos se acham os dias de *pitança* notados à margem com algum destes breves: *D. p.*, ou *D. pit.*, ou *D. piet.* Também se disse *pitança* a mesma officina, ou officio de pitanceiro.

Salgado, topônimo frequente em Portugal, pode estabelecer alusão a características próprias do solo ou poder filiar-se à Antroponímia²³³, uma vez que, segundo Machado²³⁴, “Muitos destes topónimos são referências a pessoas de famílias locais com o apel. *Salgado*; outros devem-se a particularidades dos terrenos [...]”. Ao denominar uma entidade geográfica física dada como *monte*, o topônimo Vela pode, entre outros sentidos, estabelecer relação metafórica quanto à peça de cera usada para dar luz, ou até, na ausência de abonações, referir-se à ideia de sentinela, vigília (DH).

À parte, adicionamos Moimenta. Vasconcelos (1931, p. 150, grifos do autor), no estudo *Amostras de toponímia portuguesa*, categorizou *Moimentos* relativo a cemitério na classificação *Categorias de nomes, segundo as causas que lhes deram origem*. Ainda na mesma obra (VASCONCELOS, 1931, p. 429), ao estudar topônimos por categorias, o autor insere tal nome de lugar entre *Outros topónimos*. Oriundo do latim *monimentum*, da forma *monimenta* resultou *Moimenta*, para a qual consideramos duas acepções relacionadas entre si, tomando como referência a produção humana. Primeiramente, para *moimento*, verificamos “Sepultura” em Viterbo (1865, p. 101)²³⁵. Seguidamente, para *Moimenta*, do já citado latim *monimenta* (“[...] plural de *monimentum* [...]”), notamos a possibilidade de representar, em certos casos, monumentos dados como pré-históricos, conforme Vasconcelos (1897, p. 257, grifos do autor). Segundo Carvalhinhos (2012), temos a

²²⁹ Forma presente em Cunha (1986, p. 551).

²³⁰ DOELP, v. 3, p. 1184.

²³¹ v. 2.

²³² Para *pitanceiro* há a definição: “O que recebe as rendas do convento, para distribuir, segundo os costumes da Ordem, a todos os individuos, della”. (VITERBO, 1865, p. 148), cf. v.2.

²³³ Cf. questão antroponímica em VASCONCELOS (1928a, p. 194; 266).

²³⁴ DOELP, v. 3, p. 1297 (grifos do autor).

²³⁵ v. 2.

motivação, ficando em estudo a *taxe* (informação verbal). Alcançado o motivo da denominação semanticamente, qualificando-o um objeto da cultura material, inserimos Moimenta entre os ergotopônimos nesta oportunidade, porém cientes que, com base na realidade histórica local, outros estudos poderão traçar uma taxionomia própria para itens relacionados aos feitos pré-históricos. Seria melhor, de fato, criar uma seção para topônimos em estudo. Em certos casos, como o descrito em Moimenta, pudemos alcançar a motivação, porém alguns topônimos foram colocados em estudo no momento, ou seja, não os enquadrámos em classificações taxionômicas: Torre (duas ocorrências), Fronteira Verde (A.F., “Mata, Bosque, Floresta”), Frio (A.F., Monte), Sobreposta (A.H., sede de freguesia) e Subida. Há outras dificuldades que abrangem não apenas a classificação taxionômica, mas, antes, envolvem esvaziamento, opacidade semântica, ausência momentânea de abonações, bem como multiplicidade de certas informações em divergência coletadas: Pedrogos, Balbeira, Dume (A.H., sede de freguesia), Este (uma ocorrência e duas ocorrências: A.F., Rio), Fraião (A.H., sede de freguesia), Goja, Leijada, Panóias (A.H., sede de freguesia, e A.F., Ribeira de), Pidre, Cávado (duas ocorrências: A.F., Rio), Labriosca (A.F., Rio), Tenões (A.H., sede de freguesia), Trandeiras (A.H., sede de freguesia) e Trezeste. Em alguns casos, as motivações podem, concomitantemente, serem oriundas de dados metafóricos ou de uma referência física ou cultural que demandaria, inclusive, uma pesquisa local.

Referentes à cultura espiritual, portanto, aos sentimentos humanos em oposição a elementos da cultura física, há os nomes de lugares Bela Vista (duas ocorrências), Boavista (três ocorrências) e Graciosa. Esses nomes parecem transmitir considerações do denominador em relação a estes aglomerados humanos (“povações”) no ato da denominação, preservado na estrutura específica do topônimo. Encetando uma indicação cronológica a aglomerados humanos e pontes em relação a outros elementos de idêntico porte nas freguesias, temos os cromotopônimos Novo (duas ocorrências: A.H., Bairro, e A.H., Lugar) e Nova (duas ocorrências como A.H., Ponte).

Embora com apenas três incidências, os etnotopônimos, nomes de lugares relacionados à etnia, são: Braga (duas ocorrências: A.H., sede de distrito, e A.H., estação de caminhos de ferro) e Castelhãos. Em oportunidade anterior (cf. 1.2), foi-nos pertinente endossar a origem pré-romana do topônimo Braga, que nomeava um local comum em que os *bracari* cultuavam deuses e estabeleciam relações

comunitárias, embora não se pudesse precisar um significado contundente à palavra. Vasconcelos (1931, p. 139, grifos do autor) reconstitui Braga conforme a sequência *Braga < Brágara < Brágala < Brágaa < Bracara < Bracari*²³⁶:

[...] *Braga*, de *Brágara* (séc. XI), *Brágala* (séc. XI), *Brágaa* (séc. XII-XV), *Bracara*, palavra que originariamente é adjectiva, — *urbs* ou *civitas* *Bracara*, nominativo singular feminino de *Bracari*, nome étnico [...].

Leal (1873, p. 433)²³⁷, ao afirmar a procedência galo-celta para os brácaros, cita que este etnotopônimo é oriundo de indumentária usada por tais povos, a *bracca*, no século III a.C., além de outra possibilidade relacionada aos galo-celtas²³⁸. Disso observamos, conforme Dauzat (1932, p. 186 e 191), uma característica dos nomes de territórios: geralmente, o nome de estado ou de grandes unidades territoriais forma-se a partir do nome dos habitantes²³⁹. Vale situar que a pretérita passagem dos brácaros, há mais de dois mil anos atrás, hoje se reflete não apenas no nome da sede distrital, mas, também, em *estação de caminhos de ferro* como nome referencial dada a importância do topônimo Braga para o grupo, destacando-se a construção de linhas férreas em Portugal a partir da segunda metade do século XIX d.C. (COMBOIOS DE PORTUGAL, 2012). Um outro etnotopônimo, conforme observamos em Machado²⁴⁰, é Castelhãos, forma que relacionamos a entrada *Castelhanos*¹, plural de *castelhano* (do espanhol *castillano*), significando “[...] o natural de Castilla [...]” e resultando *Castela* em português.

Os corotopônimos, topônimos referentes a nomes de outras localidades, são dois: Navarra (A.H., sede de freguesia) e Mazagão (A.H., estação de caminhos de

²³⁶ Em estudo anterior, Vasconcelos (1911, p. 331, grifos do autor) esclarece fenômenos de ordem fonética ocorridos, propondo a forma *Brágara* como hipotética: “*Bracara*, cidade: * *Brágara* > *Brágala* (sec. XI)¹ > *Brágaa* (sec. XII-XV) ² > *Braga*. — Todos os phenomenos phoneticos que se manifestam aqui, são já nossos conhecidos: abrandamento de -c-, dissimilação de *r-r*, syncope de -l-, e simplificação de -aa em -a [...]”. Há, na primeira nota (1), “Fórma justificada pelo derivado *Bragalensis* (na *Hespanha Sagrada*, XXXVI, append. n.º XXVI: *Petrus Bragalensis*): vid. Menéndez Pidal nos *Bausteine zur rom. Philologie*, 1905, pag. 344. A fórma castelhana medieval é *Brágana*: ibidem” e, na segunda nota (2), “Vid. exemplos em Cortesão, Onomastico, s. v., Menéndez Pidal, *loc. cit.*, e no *Archivo Hist. Port.*, IV, 40”.

²³⁷ v. 1.

²³⁸ Cf. bibliografia aduzida.

²³⁹ Quanto às considerações de Leal, notamos que, segundo Vasconcelos (1928b, p. 471, grifos do autor), havia uma peça do vestuário chamada *bragas*: “[...] até o século XVI usou-se entre nós um vestuário das pernas chamado *bragas* [...]”. Quanto à ausência dessa forma na língua comum, o autor afirma que, de fato, dá-se o conhecimento de Braga apenas como topônimo: “[...] a palavra *braga* não se usa hoje na língua comum do Continente, como significativa de vestuário, e só cá se conhece bem o seu homônimo *Braga*, como nome de Cidade [...]”.

²⁴⁰ DOELP, v. 1, p. 370.

ferro). Também podendo ligar-se à geomorfotoponímia (COROMINAS, 2000, p. 412), ou à Antroponímia, aqui classificamos Navarra entre os corotopônimos devido à provável referência à localidade espanhola. Sua origem, possivelmente, é pré-romana (NIETO BALLESTER, 1997, p. 255, grifos do autor):

Navarra. (*Nafarroa*, *Napparroa*). Comunidad foral española, reino histórico del mismo nombre, en origen a ambos lados de la actual frontera entre España y Francia. El topónimo, referido sin duda en un principio a un territorio mucho menor que el de hoy, nos es conocido en su forma actual desde época carolingia. El origen último no está dilucidado definitivamente, aunque existe una coincidencia total en que debe de ser prerromano. Se ha señalado tradicionalmente una relación con la voz común *nava* (véase arriba Navacerrada), aunque queda sin explicación satisfactoria el final de la palabra. Se ha señalado también la posibilidad de rastrear en el topónimo un antiguo antropónimo, relacionado o no a su vez con la voz *nava*. Señalemos aquí la existencia en las zonas vasco-navarra y aragonesa norteña de otros topónimos aparentemente emparentados: Navascués (Nabascotze, Nabascoitze en lengua vasca, Navarra), Napal (Navarra), Navarzato (Álava), Nabarniz (Vizcaya), Navarri (Huesca), etc. [...].

A descaracterização geomorfotoponímica advém do fato da base *nava*, relacionada ao século VIII, referir-se a planalto estéril com água de chuva “llanura elevada y yerma, rodeada de cerros, en la cual suele concentrarse el agua de lluvia” (COROMINAS, 2000, p. 412), pois, segundo a Câmara do Município de Braga (2012I), a freguesia está situada à margem esquerda do Rio Cávado, em área abundante de água, cuja atividade principal é a agricultura, principal meio de riqueza da população em tempos mais remotos. Além de posto no âmbito da Antroponímia e, também presente no Brasil como topônimo, Mazagão relaciona-se com o nome de uma cidade de Marrocos que pertenceu a Portugal²⁴¹, da qual verificamos nomes anteriores, nome atual e formas antigas²⁴²:

Não se sabe ao certo a origem do nome árabe de *Mazagão*, a não ser que alguns séculos antes ali existia uma pequena povoação de pescadores, com uma torre de atalaia, que se dava pelo nome de *Mazigane*. Os Portugueses mandaram edificar em 1514 fortaleza nova sob a direcção dos arquitectos Diogo e Francisco Arruda,. Foi semi-destruída em 1769 pelos Portugueses, antes de a entregarem aos Mouros , por ordem de Pombal. Passou a chamar em ár. *Almahduma* «a destruída». A denominação moderna ár. da cidade moura, *al-jedîdâ*, «a nova, a recente», data de 1825, depois da sua reedificação. Havia a var. *Marzagão* (q.v.). Em Lisboa, 1754, publicou-se um opúsculo chamado «Notícia do grande choque, que teve a guarnição do presidio de *Marzagam* com os mouros estuques, e de como alcançou delles huma fatal victoria no dia 3 de Fevereiro do anno de 1754». Em 1490: «e hiriam a *mazagam*», em *Desc.*, II p. 364.

²⁴¹ DOELP, v. 2, p. 966 (cf. *Mazagão*³ e *Mazagão*²).

²⁴² DOELP, v. 2, p. 966 (cf. *Mazagão*¹, grifos do autor) [sic].

Os dois somatotopônimos são Bocas e Pegada, em referência metafórica às partes do corpo, seja humano ou animal. Quanto aos numerotopônimos, há apenas Doze Sobreiros, descrevendo, portanto, uma quantidade numérica.

Ao longo dos apontamentos expostos, as recuperações de conteúdos semânticos puderam refletir hábitos de gerações de povos e de grupos na sociedade bracarense, preservados por meio da fixação toponímica. Com o intuito de coligir o que pode ser exposto do ponto de vista semântico, em sequência, passaremos a considerar aspectos estruturais de topônimos do *corpus*, sobretudo morfológicos.

Parte B – Análise estrutural do sintagma toponímico

4.3 Características morfológicas gerais

Após elencar características semânticas, seguimos, de modo breve e complementar, com uma abordagem sobre aspectos da estrutura dos nomes de lugares do concelho de Braga presentes no levantamento. Desta forma, nosso intuito é observar itens morfológicos frequentes e marcadores toponímicos, os adjuntos adnominais contidos no termo específico do sintagma toponímico.

Ao analisarmos a integralidade de tal parte dos nomes de lugares, observamos várias combinatórias. De modo geral, a constituição morfológica do primeiro elemento do topônimo propriamente dito do *corpus* (parte tomada como referência para a classificação em taxionomias toponímicas e para o estudo aqui proposto) apresentou-se formada por substantivos, em maior parte, e adjetivos, em segundo lugar. Em sequência, há topônimos relativos a aglomerados humanos iniciados por preposições, pelo menos, aparentemente: em composição por justaposição como em Sobreposta (em estudo) e em locução prepositiva em Trás das Bouças, sugerindo posições de superioridade e de posterioridade relativas a elementos geográficos dados como limite, respectivamente. Também podemos adicionar, quanto à preposição *trás*, dois topônimos principiados pelo advérbio *além*: Além e Além do Rio. O sentido originário de tal preposição era “além de” (CUNHA;

CINTRA, 2008, p. 591- 592). Vasconcelos (1931, p. 165), ao citar aglomerados referentes a rios que atuam como linhas divisórias, elenca topônimos iniciados por *Além* e *Trás* do século XI a XIII como preposições sinônimas. Por último, inserimos um numeral como primeiro elemento do topônimo Doze Sobreiros.

À parte, a prefixação acusou duas ocorrências: Arranhadouro, se considerarmos o substantivo *ranha* ou a derivação regressiva de *arranhar*²⁴³, e Sub-Carreira, composição por justaposição por meio do uso de hífen. Quanto ao último topônimo, nota-se que, ao estudar *Topónimos que manifestam certos fenómenos gramaticais*, Vasconcelos (1931, p. 450-451) insere *sub* no tópico *Formação de palavras, Preposições como prefixos*. No trecho, o autor observou, em relação à sociedade portuguesa da primeira metade do século XX, o desconhecimento da referida preposição na linguagem comum e a presença na toponímia com abundância, adicionando outros nomes de lugares formados com emprego de hífen. De maneira geral, assegura-se origem culta para tal preposição, “[...] pois *sub* em épocas antigas deu *sob*, *so*” (VASCONCELOS, 1931, p. 451, grifos do autor), evidenciando-se mais um caso de cristalização em topônimo.

Em meio à frequência e a produtividade dos substantivos, a sufixação mostrou-se recorrente. Isto auxiliou, inclusive, na observação da filiação linguística e datação aproximada dos topônimos (como em Gandarela, com sufixo diminutivo apontado por PIEL, 1947, p. 30-31, e em Carregal, topônimo oriundo do latim *carex* com sufixo *-al* identificado por VASCONCELOS, 1931, p. 379), sobretudo em análises de nomes de origem pré-romana ou desconhecida, bem como em várias outras ocasiões de opacidades ou cristalizações em sincronia, momento no qual o *corpus* foi coletado.

Dado que o nome de lugar reúne em si todas as condicionantes linguísticas e temporais vivenciadas pelo denominador em relação a uma entidade geográfica física ou humana, visando a distinção entre tantas outras, o concelho em estudo mostra-se rico em derivações sufixais. Paralelamente, há muitos sufixos arcaicos, remotos como os registros e o processo de ocupação do solo.

²⁴³ DOELP, v. 1, p. 170.

4.3.1 Substantivos: as ocorrências de derivação sufixal

Substancialmente, os sufixos modificam o radical ao unirem-se, em posição final, na estrutura do léxico. Quanto à formação, a abundância da derivação sufixal na formação de substantivos a partir de outros substantivos (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 93-94 e 108) no levantamento conduziu-nos a um estudo conjunto em relação a tais morfemas derivacionais, que imprimem transformações no radical ao comporem palavras convertidas em topônimos.

4.3.1.1 O sufixo *-eiro*

Com a aplicação do sufixo *-eiro*, bem como sua forma feminina *-eira*, geram-se substantivos por meio de outros substantivos. Tal morfema pode refletir seis significados elementares, repectivamente: “a) ocupação, ofício, profissão”, “b) lugar onde se guarda algo”, “c) árvore e arbusto”, “d) ideia de intensidade, aumento”, “e) objeto de uso” e “f) noção coletiva” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 109). O sufixo trata-se de evolução dada como normal da forma latina *-ārius -āria*, processo documentado em formações no próprio latim. Desde as origens do português, nota-se vitalidade em derivações de âmbito popular (CUNHA, 1986, p. 285).

Com base no critério de delimitação de estudo instituído ao primeiro substantivo integrante do termo específico dos topônimos, também com cotejo em Houaiss (DH), elencamos casos da presença do sufixo *-eiro*. Assim posto, podemos validar traços apreciados semanticamente em passagens anteriores (cf. 4.1 e 4.2) por meio do referido morfema derivacional presente na estrutura morfológica do topônimo. Para isto, distribuímos as ocorrências de acordo com a frequência das acepções supracitadas.

4.3.1.1.a Vegetais

Em maioria árvores e arbustos, agrupamos as espécies vegetais, frequentes no *corpus*, em:

- *frutos comestíveis*: *avelã* (Aveleira)²⁴⁴, *figo* (Figueiredo, A.H., sede de freguesia), *noz*²⁴⁵, (Nogueira, duas ocorrências: A.H. e A.H., sede de freguesia; Nogueiro, A.H., sede de freguesia) e *oliva* ou *azeitona* (Oliveira, duas ocorrências: A.H. e A.H., sede de freguesia);
- *árvores para extração de madeira e de cortiça*: *carvalho* (Carvalheira), *pinho* (Pinheiro, Pinheiro de Baixo, Pinheiro de Cima, Pinheirinho) e *sobro* (Sobreiro);
- *árvores em geral*: *louro* (Loureiro);
- *plantas em geral*: *felga* ou *feto* (Felgueiras)²⁴⁶, *urtiga*²⁴⁷ (Ortigueira), *palmeira* (Palmeira, A.H., sede de freguesia) e *salgueirinha* (Salgueirinha).

Ao notarmos a origem latina de *olival* e *oliveira*, relacionamos que o fruto de tal árvore é expresso por *oliva*, em latim. Em língua portuguesa contemporânea, o produto é denominado *azeitona* (do árabe *zeituna*), conforme observou Vasconcelos (1928b, p. 220) na primeira metade do século XX.

4.3.1.1.b Noções coletivas

- Barreiro (duas ocorrências);
- Coucinheiro²⁴⁸;
- Lameira;
- Morreira (A.H., sede de freguesia, e A.F., Ribeiro de);
- Pedreira (duas ocorrências);
- Quinteiro²⁴⁹;

²⁴⁴ Também o sufixo foi observado por Nunes (1921, p. 135). Radical de *avelã* “[...] sob a f. desnasalizada *avel-* + *-eira*” (cf. DH, grifos do autor).

²⁴⁵ Cf. 4.1.2.

²⁴⁶ Sufixo *-eira* cf. Vasconcelos (1931, p. 379).

²⁴⁷ Cf. Felgueiras e Ortigueira em 4.1.2.

²⁴⁸ Cf. 4.2.3.

- Torneiros²⁵⁰;
- Vieiros.

4.3.1.1.c Profissões ou ocupações

- Cabreiros (A.H., sede de freguesia);
- Ferreiros (duas ocorrências: A.H., sede de freguesia, e A.H., estação de caminhos de ferro);
- Escudeiros (A.H., sede de freguesia);
- Confeiteira.

4.3.1.1.d Objeto de uso

- Carreiro;
- Cruzeiro.

O levantamento apresentou, ainda, como observou Carvalhinhos (1998, p. 170, grifos do autor) em relação à toponímia distrital de Aveiro, formas que não caracterizam sufixação (Ribeiro/Ribeira), originados de “[...] *riparia*, *riparius*, acusativo *riparium* [...]”. Também enquadrámos neste caso, como já abordado anteriormente em 4.1.1, *outeiro* (onze ocorrências; Outeiro, A.F., Vale do; Outeiral, Outeirinho).

Há outros topônimos finalizados em *-eiro* / *-eira* do *corpus*, porém não foram relacionados no momento em virtude da questão fonética exemplificada, podendo alguns dos citados virem a ser classificados do mesmo modo.

²⁴⁹ Considerando-se acepções de *quinteiro* como propriedade rural: “[Portugal: Douro, Minho] Pátio interior, eido” e “Pequeno quintal murado” (DPLP).

²⁵⁰ Cf. 4.1.4.

4.3.1.2 Outros sufixos

Com base em pressupostos estabelecidos no item antecedente, seguimos com averiguação de alguns sufixos que acusaram menor frequência quantitativa em relação ao grupo *-eiro*, *-eira*.

De modo geral, formando substantivos a partir de substantivos, o sufixo *-al* mostra-se com três acepções básicas: “a) ideia de relação, pertinência”, “b) cultura de vegetais” e “c) noção coletiva ou de quantidade” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 109). Ainda vale-nos ressaltar, a par desta derivação, que há outros diversos modos de expressar coletividades no português, mesmo não sendo nosso foco de observação (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 192-194).

Assim, elencamos topônimos com sufixos ligados a noções coletivas e relações que nos conduzem, inclusive, à presença de vestígios linguísticos referentes ao período pré-romano:

- *areia*: Areal de Baixo e Areal de Cima;
- *barro*: Barral (duas ocorrências: A.H. e A.F., Ribeiro do);
- *carrasco*: Carrascal;
- *carrega*: Carregal²⁵¹ (duas ocorrências)
- *carvalho*: Carvalhal;
- *feijão*: Feijoal²⁵²;
- *outeiral*: Outeiral.

Neste momento, há um nome de lugar que não foi reunido entre o grupo *-al*. Logo, ao tomarmos a forma *casal*, em justaposição na parte específica do topônimo Casal Novo, consideramo-la como sinônimo de povoado, oriunda do latim tardio *casālis*, e (“relativo, pertencente a uma casa”) e do latim medieval *casale(s)* (“conjunto de casas; limites de uma propriedade, granja, fazenda”, segundo

²⁵¹ Ao considerarmos Vasconcelos (1931, p. 379-380), notamos *Carregal* em Nunes (1921, p. 143-144), encontrado na obra de Cortesão com referência ao século XII (CORTESÃO, 1912, p. 71).

²⁵² Segundo Houaiss (DH), trata-se de forma oriunda de *feijão*, constituída sob radical *feijo-* (como vimos), “[...] com perda da nasalidade, + *-al*”.

Houaiss, DH). Em Cunha (1986, p. 161), observamos para *casal* a mesma origem medieval (sem sufixação, com apócope da vogal final), além da significação como povoado pequeno, consoante informações presentes ao longo desta dissertação.

Os substantivos finalizados em *-ada* presentes em Machado (DOELP) foram cotejados com Houaiss (DH), entre outras referências contidas na tabela de análise. Por meio da comparação, percebemos divergências durante o processo de busca e de classificação como sufixo propriamente dito, inclusive ao levarmos em consideração a própria motivação toponímica, abordada durante a análise taxionômica. Assim visto, mesmo que alguns deles aparentemente apresentem o sufixo, optamos por manter em estudos no momento: Armada, Calçada, Lavegada, Melhorado de Cima, Ossada, Parada de Tibães (A.H., sede de freguesia), Pegada, Regadas (duas ocorrências) e Sobrado²⁵³.

Com o sentido de “lugar onde crescem vegetais” ou, de outro modo, de “noção coletiva” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 109), notamos a formação de substantivo com a aplicação do sufixo *-edo* (*-eda*²⁵⁴) em relação ao substantivo, e ao fruto, *avelã* em duas ocorrências com o topônimo Aveleda (A.H., sede de freguesia, e A.H., estação de caminhos de ferro). Nas mesmas acepções, há Figueiredo (A.H., sede de freguesia), significando “onde crescem figos em abundância e em coletividade”. Restritos a ideia coletiva, respectivamente de *barro* e de *rochas*, verificamos Barredo e Penedo. Neste ponto, cabe mencionarmos, de acordo com dados de Vasconcelos (1931, p. 385) sobre a língua e a toponímia, casos de sufixos populares, como *-eira*, *-al*, *-ada* (em possibilidade) e *-eda*, todos eles supracitados.

Ainda destacamos três topônimos e, portanto, os sufixos *-asco* (*-asca*). Primeiramente, relacionamos Carrascal, Carrascos e Verdasca, pois os três nomes remetem-nos ao período mais pretérito de todo o levantamento, anterior aos romanos. Como foi possível indicarmos previamente (cf. 1.2 e 4.1.2), ao tratar da herança de povos lígures na toponímia da Península Ibérica em relação ao sufixo *-asco*, Menéndez Pidal (1952, p. 164-165) relaciona ao estudo *Carrasco* (no singular), *Carrascal*, abundantes em Portugal inteiro, e *verdasca*, do adjetivo de procedência latina *viridis*.

²⁵³ Para exemplificar a questão, citamos que, conforme análise de Silveira (1914, p. 116-117), o topônimo *Aguada* é oriundo do latim *aqua lata*, significando “ribeiro largo”. Logo, segundo Piel (1945, p. 307-308), poderia-se, em primeiro momento, julgar uma derivação *-ada*. Cf. SILVEIRA, Joaquim da. Toponímia portuguesa. **Revista Lusitana**, Lisboa, v. 17, p. 114-134, 1914.

²⁵⁴ Sufixo dado em relação ao topônimo *Veleda*, conforme Vasconcelos (1931, p. 374).

Finalizando, podemos endossar duas questões de relevo, conforme notamos em diversas passagens. Primeiramente, os sufixos apontam reciprocidades significativas que exaltam a presença da flora na toponímia de Braga e, em segundo lugar, as partículas linguísticas pertinentes ao substrato pré-romano ressurgem, pontuando antiguidades recuperadas por meio do estudo dos nomes de lugares.

4.3.1.3 Sufixos aumentativos e diminutivos: o contraste de proporções e de valores

Primando mais pelo valor afetivo em detrimento do lógico, encontram-se os sufixos aumentativos e diminutivos. Comparativamente, no tange à língua e às observações sobre a toponímia portuguesa²⁵⁵, as noções implícitas de tamanhos são mais frequentes em relação ao diminutivo (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 102-108). Isto é o que notamos ao estudar o levantamento realizado sobre a toponímia das freguesias de Braga.

4.3.1.3.a Aumentativos

Entre os aumentativos, a baixa frequência destas ocorrências resume-se a dois morfemas: *-ão* e *-aça*.

Ao formar, por excelência, aumentativos junto a radicais de substantivos, adjetivos e verbos em português, notamos a presença do morfema aumentativo *-ão* em Gaião (duas ocorrências), Outão e Quintão, todos como aglomerados humanos. Uma vez relacionado à fauna, Gaião difere-se, portanto, de casos como o de evolução latina do genitivo empregado para demonstrar posse *-onis* (VASCONCELOS, 1928a, p. 104).

De modo diferente, não consta em Consolação (do latim *consōlatiō -ōnis*) um morfema aumentativo, mas sim o sufixo *-ação* (origem latina dada como *-ātiō*

²⁵⁵ Cf. Carvalhinhos (1998, p. 171).

-ões), tendo, portanto, “ação” e “ato” como noção básica (CUNHA 1986, p. 209 e p. 7). Logo, vê-se para tal topônimo a acepção de “ato ou efeito de consolar [...]” (DH).

Por último, atuando na formação de substantivos com força de aumento (podendo incluir pejoratividade, conforme CUNHA; CINTRA, 2008, p. 103), há duas ocorrências de *-aça* em Vilaça (A.H., sede de freguesia, e A.H., Cruzeiro de). Com este sufixo, denominam-se uma freguesia e um elemento do *tipo* CRUZ (“Cruzeiro”), duas entidades geográficas de natureza humana.

4.3.1.3.b Diminutivos

De outra parte, com representatividade quantitativa elevada, o levantamento acusou o emprego de morfemas diminutivos na formação de quarenta e seis topônimos a partir do primeiro elemento (ou em autonomia) da parte específica do sintagma, muitos deles remetendo-nos à Idade Média e a singularidades no modo de distinguir localidades, conforme aponta-nos Vasconcelos (1931, p. 446). Por tais partículas são denominados, em maioria, aglomerados humanos, incluindo-se *freguesias* (apenas uma entidade geográfica de ordem física apresentou tal aspecto). Este quadro mostra-se, assim, numericamente diferenciado das seis ocorrências de sufixos aumentativos.

Segue, decrescentemente, a presença dos sufixos *-inho* (*a*), *-elo* (*-a*), *-oto*, *-ó* e *-elho* no *corpus*:

➤ *-inho* (*-a*)

Oriundo do latim *-inus*, o sufixo *-inho* é uma forma típica portuguesa (cuja variante erudita é *-ino*) com vitalidade em substantivos (a maioria no *corpus*, segundo averiguamos até o momento), adjetivos, advérbios, entre “[...] outras palavras invariáveis [...]” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 105). Logo, Vasconcelos (1931, p. 447, grifos do autor) observa que, vulgarizado na língua, *-inho* (*-nha*), também pode atuar com o sentido diminutivo não notado prontamente na oralidade, citado

em casos como *campainha* e *alminha*. Também o autor considera a aplicação do sufixo em ocasiões que podem ou não ser diminutivas como *altinho* e *alto*.

Especificamente em nomes de lugares (VASCONCELOS, 1911, p. 346-347), o diminutivo pode referir-se a povoação considerada com menor importância ou área em relação de mesmo nome. Em outras situações, é possível uma aplicação na toponímia de um nome que outrora denominava objetos ou locais de forma diminutiva. Feitas estas considerações, listamos as ocorrências do sufixo (algumas com flexões de plural -s):

- Agrinha;
- Bicainha;
- Boucinha;
- Cabraínha;
- Cortinha;
- Cortinhas;
- Coucinheiro;
- Cruzinha;
- Fontainhas²⁵⁶ (A.H., Bairro das);
- Moinhos²⁵⁷;
- Moutinho;
- Novainho (cf. 4.2.3);
- Outeirinho;
- Paulinos (cf. 4.2.2);
- Pinheirinho;
- Pitancinhos (cf. 4.2.6);
- Pontinha;
- Pontezinhas;
- Soutelinho²⁵⁸;

²⁵⁶ Vasconcelos (1931, p. 448-449), em nota, cita que há em **Fontaninhas* (do latim *fontana*) a queda do *n*, transformado em ressonância nasal e, depois, excetuado (4.1.4). Trata-se, portanto, de um diminutivo de *fontana* (VASCONCELOS, 1911, p. 346).

²⁵⁷ Considerado como sufixo *-inho* por Cunha (1986, p. 527). Novamente, reinteramos a acepção como recuso para moagem de cereais (4.2.6), formado por duas mós, colocadas uma sobre a outra, que se movem por meio da ação dos ventos, das águas ou de motor (DH). Por metonímia, uma vez que o topônimo encontra-se aplicado a uma aglomeração humana, pode-se relacionar um local onde existia um engenho desse porte no momento da denominação.

- Valinhos.

Em todos os casos, o sufixo foi empregado na denominação de entidades geográficas de natureza antropocultural. Considerando os valores (também com valor cronológico, segundo CARVALHINHOS, 1998, p. 176) e oposições relativas a tamanhos que podem vincular-se ao morfema diminutivo, visualizamos um quadro de oposições na toponímia das freguesias do concelho de Braga por meio do *corpus* estabelecido. Isto, certamente, ilustra e ratifica, de maneira geral, o princípio da doação de nomes de lugares: particularizar.

Por conseguinte, parece-nos evidenciada a relação de distinção de tamanhos quanto aos pares Pontinha e Pontezinhas (com consoante de ligação -z entre vogais no último caso) em relação a outros povoados denominados Ponte (duas ocorrências) e Ponte Falcão, topônimo composto. Do mesmo modo, há Valinhos, distinto em proporção e em número de Vale, elementos de natureza física predominantes em Braga.

Sendo *pinheiro* uma forma presente em formas simples e compostas no *corpus*, destacamos, neste momento, a diferenciação entre os topônimos simples em virtude da presença da derivação sufixal diminutiva: Pinheirinho e Pinheiro. A relação sufixal aludida corrobora com a possível existência da árvore no local no momento da denominação (cujo referencial pode não mais existir), efetuado por um processo metonímico. Ainda ressalta-se que, em *freguesias* diferentes, Pinheirinho (Adaúfe) é mencionado como “Povoação Importante (lugar com mais de 60 fogos)” e Pinheiro (Sequeira), como “Povoação (lugar de 1 a 10, de 11 a 59)”, segundo o *tipo* e descrição do CRISE. Na freguesia de Adaúfe, Pinheirinho diferencia-se de Pinheiro de Baixo e de Pinheiro de Cima, dados como “povoados”, caracterizando uma diferenciação entre o topônimo simples com o morfema diminutivo e os topônimos compostos iniciados por *pinheiro* (forma sem a flexão diminutiva).

De maneira geral, valemo-nos das comparações nos pares: Agra/Agrinha, Bica/Bicainha, Bouça/Boucinha, Cruz/Cruzinha, Fonte/Fontainhas (considerando-se o *fons* latino), Mouta/Moutinho, Noval/Novainho, Outeiro/Outeirinho, Vale/Valinhos.

²⁵⁸ Conforme trataremos em sequência, há dois sufixos diminutivos simultaneamente em Soutelinho. A par de *-inho*, o outro é medieval.

➤ -elo

O sufixo diminutivo antigo *-elo* e as flexões de gênero e de número, *-êlo*, *-ela*, (*-elos*, *-ela*), atuam com certa frequência na toponímia portuguesa, conforme Vasconcelos (1931, p. 161). Neste sentido, o mesmo podemos afirmar quanto ao nosso levantamento realizado em Braga, no qual contamos dezenove topônimos com ocorrências do morfema (do latim *-ellu-*), também ligado a radicais ativos e transparente no português contemporâneo (VASCONCELOS, 1911, p. 347, 1931, p. 447):

- Agrelo;
- Campelos (A.F., Monte de);
- Carcavelos;
- Covêlo (cf. 4.1.1);
- Fontelo²⁵⁹;
- Fradelos (A.H., sede de freguesia, cf. 4.2.1);
- Gandarela;
- Lamela (duas ocorrências);
- Paradela;
- Penelas (cf. 4.1.1);
- Portela;
- Portelo;
- Quintela (duas ocorrências, cf. 4.2.3);
- Serrela (cf. 4.1.1);
- Soutelo;
- Soutelinho;
- Varziela.

Logo, a manutenção desse sufixo arcaico permite contextualizar topônimos em casos de esvaziamento semântico e de opacidade, projetando-nos a uma configuração toponímica gerada em tempo remoto, estabelecida por volta do século

²⁵⁹ Forma diminutiva de *fontanu-* (VASCONCELOS, 1911, p. 346).

X, quando tal morfema agia com vitalidade na língua (CARVALHINHOS, 2007a, p. 36).

Em continuidade, podemos comparar e considerar os pares: Agra/Agrelo, Covas/Covo/Covêlo (cf. 4.1.1), Fonte/Fontelo, Gandra/Gandarela, Lamas/Lamela, Parada de Tibães/Paradela, Portas do Bom Jesus/Portelo/Portela (considerando-se a polissemia de *porta*, cf. 4.2.1 e 4.2.5), Quinta/Quintela, Souto/Soutelo, Várzea/Varziela. Em relação às correspondências entre diminutivos ativos (*-inho*) e cristalizados (*-elo*) em topônimos do levantamento em análise há: Agrinha/Agrelo, Fontainhas/Fontelo (*fons*), Soutelinho/Soutelo.

A antiguidade da questão fica patente na forma Soutelinho, uma “Povoação” da freguesia de Sequeira, o único formado a partir de *souto* nesta divisão administrativa (também há registro no *corpus* de exclusão). Podemos inferir que a referida denominação aponta esvaziamento do sentido primitivo do sufixo medieval *-elo*, pautada na presença de *-inho*, um outro sufixo diminutivo ativo na estrutura flexional do topônimo. Também, como podemos notar, isso pode ter sido motivado por um nome comum ou próprio já com o sufixo diminutivo, que recebeu outro morfema de mesmo teor, porém em etapas cronológicas distintas, preservando, ainda, o pretérito sufixo.

➤ *-oto, -ita, -ó, -elho*

Conjuntamente, observamos uma menor incidência entre o grupo de sufixos diminutivos *-oto, -ita, -ó, -elho* no *corpus*.

Primeiramente, destacamos a manifestação do sufixo *-oto* (como alteração de *-ote*), cuja origem é desconhecida. Documentado em contexto popular, a noção expressa por este morfema é de “pequeno, inferior”, acompanhado, frequentemente, de conotações de âmbitos pejorativos ou jocosos (também em simultaneidade) (CUNHA, 1986, p. 567). A par do elemento geográfico de ordem física denominado pelo topônimo Picos (A.F., Serra dos), uma *serra* (*tipo* CRISE apontado como SA) na freguesia de São Mamede, a frequência de Picoto como povoado nas freguesias Santana de Vimieiro, São Paio e São Pedro (Este) pode ter sido motivada para realçar a inferioridade de outros *picos* presentes no território ou na vontade do

denominador (que pode denominar um local de Picoto com referência à entidade física ou antropocultural homônima).

Com a mesma noção diminutiva (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 107; CUNHA, 1986, p. 449), destacamos o topônimo Cabrita, relacionado à fauna, que denomina um povoado da freguesia de Cabreiros. Vasconcelos (1931, p. 197) cita que, principalmente no Sul de Portugal, esse nome diminutivo pode qualificar o animal como bravo ou manso.

O sufixo diminutivo -ó (-ô) é posto como *morto* por Vasconcelos, nos mesmos moldes do morfema -elo. Maiormente na toponímia do Norte e do Centro português, o sufixo encontra-se presente no *corpus*, denominando uma freguesia, Nogueiro²⁶⁰. Inserimos, aqui, uma questão sobre o topônimo Celeiroz. A par desta forma no campo *nome*, há *Celeirós* no campo *freguesia*. Procedemos a uma comparação em outros registros. *Celeirós* consta em Machado²⁶¹, autor que situa a pertença do topônimo em Braga entre o diminutivo *celeiro*. De outro modo, o sufixo -oz (presente em Portugal, expressando noção adjetival de permanência ou de correlação) com semelhanças postas em relações *ibero-lígyres* é visto na forma *Celleiroz* em Braga (e em Vila Real) por Menéndez Pidal (1952, p. 170-172), citando repetições de *Celleiro* (em Braga) da seguinte maneira: “En Portugal tenemos [...] *Celleiroz* en Braga y en Villa Real, sea refiriéndose al topónimo *Celleiro*, tan repetido em Braga, Viseu, Aveiro, etc., sea referido al apelativo común [...]”²⁶².

Como evolução normal do diminutivo latino -īculus (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 107), temos o sufixo -elho em Pomarelho. Vasconcelos (1931, p. 162) apresenta a aplicação do morfema no topônimo *Pomarelho*, qualificando tal sufixo como antigo, consoante com -elo e -ó (-ô). Em registro do século X (*Diplomata et Chartae*), há a forma *pumarello*. Denominando um aglomerado humano (“Povoação”) que está relacionado, semanticamente, com a flora no *corpus*, *Pomarelho* põe-se em repertório de nomes, seja moderno (VASCONCELOS, 1928b, p. 290-291) ou sincrônico (ATPor).

Por fim, ao refletirmos sobre os sufixos aumentativos e diminutivos expostos, pudemos considerar valores e noções que tais morfemas imprimem em topônimos. Muitas vezes, em meio à opacidade relativa aos anos ou a milênio de anos

²⁶⁰ Forma *Nogueiró* presente no campo *freguesia* e em outros documentos consultados como DOELP (v. 3, p. 1076) e Câmara do Município de Braga (2012m).

²⁶¹ DOELP, v. 1, p. 386.

²⁶² Cf. Menéndez Pidal (1952, p. 172, grifos do autor)

transcorridos após a fixação toponímica, a recuperação de sufixos, sobretudo os diminutivos, mostra-se como uma ferramenta auxiliar no processo de decodificação toponímica, permitindo ao pesquisador precisar a datação de denominações dotadas de opacidades e de cristalizações. Isto só é alcançável por meio da manutenção toponímica, fator responsável por guardar em convivência morfemas ativos e remotos da língua.

4.3.1.4 Formação de plural: -s

Em relação ao primeiro elemento da parte específica dos topônimos de todo o *corpus* de análise, há predomínio do gênero singular, considerando elementos em unicidade. Para esta verificação, tomamos como base a presença da desinência de plural -s / -es .

Composto por quatrocentos e quarenta e três topônimos, o *corpus* de análise acusou, segundo o parâmetro proposto, cinquenta e nove ocorrências desse morfema pluralizador (BECHARA, 2006, p. 117-118). Ao não evidenciar singularidade, como Laje a par de Lajes, a motivação do topônimo pode referir-se a duas unidades ou uma quantidade indeterminada sobre uma determinada classe ou espécie, como percebemos quanto ao topônimo Fontainhas (A.H., Bairro das) e quanto à forma areia (duas ocorrências: Areias de Baixo, Areias de Cima) e carvalho (Carvalhos: uma ocorrência; Carvalhos, A.F., Serra dos).

Neste grupo, ainda podemos encontrar nomes de lugares considerados com formação de plural, porém a incidência da partícula pluralizadora pode ser consequência de evolução fonética própria do topônimo, a acompanharmos adiante, como em Castelhãos, Esporões (A.H., sede de freguesia), Paulinos e Priscos (A.H., sede de freguesia). Aqui não acrescentamos o antropotopônimo Gondizalves (A.H., sede de freguesia) no momento, dada a interpretação como um sufixo relativo ao uso do patronímico (cf. 4.4).

4.3.2 Adjetivos

Ao modificar o substantivo, o adjetivo manifesta, quanto àquele, “uma qualidade (ou defeito)”, “o modo de ser”, “o aspecto ou aparência” e “o estado”, também sendo usado para instituir relações, sejam elas “[...] de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc. [...]” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 259).

Com base em considerações sobre o sistema onomástico, o signo em função toponímica configura-se como uma unidade linguística (simples, composta ou mesmo complexa), também se recobrando como unidade cultural processada em tempo posterior a motivação, emitida tanto pelo referente quanto pelo sujeito ou observador. Traços de subjetividade postos como “[...] estados anímicos, emotivos ou psicológicos [...]” geram topônimos intermediados por meio de adjetivos, gramaticalmente (DICK, 1998, p. 80). Assim, atributos e traços de pontos de vista do denominador ou do grupo denominador acerca de uma entidade geográfica de ordem física ou humana conferem possibilidades de compreender valores pessoais ou coletivos do momento da denominação.

Quanto ao posicionamento na parte específica da estrutura sintagmática do topônimo, os adjetivos podem ocorrer em autonomia, antepostos ou pospostos a substantivos em justaposição ou aglutinação. Estas disposições permitem, portanto, distribuímos os adjetivos em três divisões maiores (autonomia, anteposição e justaposição de adjetivos), indicando qualificações particularizadoras das freguesias e das demais partes que compõem estas unidades territoriais.

Em autonomia sintagmática, há vários adjetivos formando topônimos, sendo que apenas um destes denomina uma entidade geográfica física, um *rio*. As noções qualificativas podem ser reunidas pelas seguintes referências (ainda que muitos estejam em função substantiva como Longra, cf. 4.1.5):

- posições geográficas: Baixo (A.H., Bairro de), Baixo (A.H., Moinho de);
- cronologia: Novo (duas ocorrências: A.H., Bairro, e A.H., Lugar), Nova (duas ocorrências: A.H., Ponte);
- descritividade: Arranhadouro, Barroso, Cardosas (cf. 4.1.2), Codeçoza, Covo, Crespos (A.H., sede de freguesia), Corrente, Gaiosa, Salgado;
- dado cultural: Real (A.H., sede de freguesia);

- dado anímico: Graciosa;
- forma: Redondo (duas ocorrências), Torto (A.F., Rio);
- coloração: Amarela;
- clima: Ventosa, Ventoso.

Em anteposição ao substantivo (pondo, após estes, haver outro substantivo ou marcador), o adjetivo atuou, muitas vezes, para inserir os atributos *Santo*, *Santa* e *São*, o último em casos de próclise em relação àquele primeiro (VASCONCELOS, 1931, p. 50). A imanência de tais adjetivos permitiu uma cisão entre os demais topônimos com adjetivos em preposição. Elencamos, logo a seguir, a relação de *santos* e *santas* presentes no *corpus*, ainda que tenhamos plena consciência que o adjetivo é condição essencial à caracterização do hagiotopônimo, uma vez que, como epíteto, é o responsável pela definição do título (axiônimo).

- São Martinho (A.F., Ribeiro de);
- Santa Cruz;
- Santo António (A.H., uma ocorrência, e A.H., capela, duas ocorrências);
- Santo Estêvão (A.H., sede de freguesia);
- São Bento (A.H., capela);
- São Gregório (A.H., capela);
- São Mamede (A.H., sede de freguesia);
- São Miguel;
- São Paio (A.H., sede de freguesia);
- São Pedro (duas ocorrências: A.H., sede de freguesia);
- São Roque;
- São Sebastião;
- São Tomé (A.H. e A.H., ruínas);
- São Vicenço;
- São Vicente (A.H., uma ocorrência, e A.H., sede de freguesia, duas ocorrências);
- São Víctor (A.H., sede de freguesia);
- Santo Estevão (A.F., Vale de, e A.H., sede de freguesia);
- Santa Maria Madalena (A.H., capela);

- São José de São Lázaro (A.H., sede de freguesia);
- Santa Lucrécia De Algeriz (A.H., sede de freguesia);
- São João do Souto (A.H., sede de freguesia);
- Sampaio;
- Santana de Vimieiro (A.H., sede de freguesia).

Desconsiderando-se, nesta etapa, outros substantivos ou marcadores que sequeciam ao substantivo relacionado diretamente ao adjetivo em preposição no termo específico, novamente mencionados um item já observado. Neste sentido, a aglutinação do adjetivo com o substantivo por próclise ocorreu apenas nos topônimos Sampaio e Santana de Vimieiro (A.H., sede de freguesia) (cf. 4.2.1).

Sob a combinação de adjetivo e de substantivo, emitindo um valor anímico em relação a aglomerados humanos temos Bela Vista (duas ocorrências) e, de modo aglutinado, Boavista (três ocorrências). Estes topônimos reportam-nos à impressão de um caráter estético formal, certamente, próprio do momento da denominação, sendo o primeiro particular ao grupo (“belo”).

O adjetivo aparece em posição posposta em topônimos, nos quais tal função morfológica sucede apenas um substantivo. Nesta disposição, aparecem qualificações no âmbito da cronologia (Eira Velha, Estrada Velha, Feira Nova, Vila Nova, Casal Novo), da descritividade (Soito Chão), da subjetividade (Rio Mau, A.F., Monte de; Barrimau) e de coloração (Pedralva, A.H., sede de freguesia). A aglutinação ocorreu somente em dois casos, Barrimau e Pedralva (A.H., sede de freguesia). Mais frequentes, as justaposições contêm toponimizações de elementos geográficos como em Feira Nova, Vila Nova, Casal Novo, Barrimau e Castro Mau. É possível supor que, em todas as ocorrências, o adjetivo tenha atuado outrora como topônimo, qualificando uma entidade geográfica humana, e o substantivo como termo genérico. Quanto à questão temporal, é possível inferir que, ao longo de uma *estrada*, dá-se o surgimento de um povoado, passando tal caminho a denominar este aglomerado humano sob a forma Estrada (há cinco nomes de aglomerações com esta forma como topônimo propriamente dito no levantamento). Em face disto, ocorrendo o mesmo em outra localidade, o adjetivo *velha* pode situar o decodificador em relação à ordem cronológica da denominação ou da presença de uma *estrada* em uma divisão administrativa como o concelho.

Parcialmente, os agrupamentos de qualificativos emitem questões nocionais em relação aos elementos da natureza física ou cultural além da própria representatividade de valores do denominador imprimida no termo específico do sintagma toponímico das freguesias de Braga.

4.3.3 Adjuntos adnominais e marcadores toponímicos

Como acessório junto a um nome, empregado para delimitar ou especificar um substantivo quanto ao significado, destacamos os adjuntos adnominais (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 163-165). Os complementos do topônimo propriamente dito, portanto presentes na estrutura específica do sintagma toponímico de nomes de lugares compostos, ao ligarem-se por meio da preposição relacional *de*, são apontados como adjuntos adnominais em virtude de tal vinculação. Ainda que as funções sintáticas possam ser diferentes, as particularidades a serem estudadas consistem no tipo de relação expressada entre os elementos da parte específica do topônimo (CARVALHINHOS, 1998, p. 190).

Isto posto, Dick (1998, p. 80 e também em 1999, p. 12) pontua que, quando referenciais externos como a paisagem, o ambiente e o espaço acionam o surgimento de locativos, a denominação é intermediada pelo mecanismo da descrição. Como na aplicação de adjetivos, também se revelam posicionamentos ideológicos e imperantes do denominador como produto da própria cultura do grupo ao marcar o léxico toponímico.

Logo, as relações estabelecidas no termo específico do sintagma toponímico ocorreram vinte e sete vezes. Nesta oportunidade, foi-nos possível distribuir tais elos de dois modos: locativos, emitindo um tipo de posicionamento geográfico no concelho, e relacionais.

4.3.3.1 Locativos: posicionamento espacial

Dick (1998, p. 79), ao discorrer sobre a “[...] estrutura formativa e significativa das denominações [...]”, elenca alguns pontos básicos dos quais destacamos um, que, por sua formulação, descreve o tipo de processo que poderá haver ocorrido em topônimos nascidos espontaneamente, como parece ser o caso de nossos exemplos sobre locativos.

[...] a construção de uma nomenclatura de locativos caracteriza-se, em sua fase inicial, pela utilização de enunciados expandidos, contendo a idéia básica do traço enfatizado (“rio descoberto em janeiro”; “lugar onde existem espécies de vegetação (comestível, não comestível, conhecida, desconhecida, abundante ou rara)”; “rio em cujas margens abunda a palmeira gerivá”);

Caracterizando uma marcação geográfica e atuando como locução adverbial locativa, nove topônimos foram particularizados. Tais ocorrências, relativas a aglomerados humanos, portam os marcadores de espaço *de cima* e *de baixo* na estrutura sintagmática:

- Areias de Baixo;
- Areias de Cima;
- Areal de Baixo;
- Areal de Cima;
- Melhorado de Cima;
- Pinheiro de Baixo;
- Pinheiro de Cima;
- Quintais de Baixo;
- Rua de Cima.

Conforme elencado, os pares de nomes de localidades Areias de Baixo/Areias de Cima, Areal de Baixo/Areal de Cima e Pinheiro de Baixo/Pinheiro de Cima oferecem uma oposição geográfica evidenciada. Melhorado de Cima tem, se considerarmos o *corpus* de exclusão, posicionamento contrário em relação ao topônimo Melhorado de Baixo, identificado com o *tipo* CAS, o mesmo valendo na diferenciação entre Quintais de Baixo e Quintais de Cima, igualmente eliminado do *corpus* de análise.

De ordem geográfica, tais divergências podem pautar-se em cursos de águas ou, dado o porte físico de Braga, elevações de terreno, especificações perenes do ponto de vista da Toponímia (Dauzat, 1932), cabendo, inclusive, questões meramente culturais que firmam divisões e ocupações do solo registradas na toponímia da região.

4.3.3.2 Relações entre localidades e noções de posse

A par dos marcadores locativos, a aplicação de outros diferenciadores ou atributos relacionais exprime, conseqüentemente, outras referências na estrutura sintagmática. Tais indicações podem estabelecer-se em virtude de vínculo com outra entidade geográfica de natureza física ou antropocultural ou caracterizar um tipo de posse, conforme verificaremos.

4.3.3.2.a Outras entidades geográficas

De maneira ampla, os topônimos elencados sob esta classificação podem fazer, primeiramente, menção a outro aglomerado humano. Em segundo lugar, não constando no levantamento como nome de lugar (*corpus* de exclusão e de análise), mostra-se possível ligação com outro dado representativo em Braga.

Nestas condições, agrupamos os seguintes topônimos, quatro deles pertencentes a sedes de freguesias e os demais aplicados a aglomerados humanos (exceto Senhora do Padrão):

- Além do Rio;
- Eira da Sé;
- Monte das Cruzes;
- Monte do Porto;
- Padim da Graça (A.H., sede de freguesia);

- Santa Lucrécia de Algeriz (A.H., sede de freguesia);
- Santana de Vimieiro (A.H., sede de freguesia);
- São João do Souto (A.H., sede de freguesia);
- Senhora das Sete Fontes;
- Senhora do Padrão (A.H., capela);
- Trás das Bouças.

Além de vincular-se a nome de lugar existente no concelho, não se desconsidera a possibilidade de outras motivações que culminam com o adjunto adnominal em tal grupo. Neste sentido, para Além do Rio, observamos o topônimo Rio (A.H., Aldeia do) e, no *corpus* de exclusão, Rio (três ocorrências com o *tipo* CAS). Também Senhora do Calvário se encontra em situação semelhante (Calvário no *corpus* de exclusão).

Padim da Graça (A.H., sede de freguesia) relaciona-se duplamente no levantamento em análise: com Graça e com Padim. Considerando oportuno destacar as ligações destes nomes, observamos que a freguesia de Padim da Graça, segundo o *corpus* de análise, apresenta doze topônimos:

Nome	Entidade geográfica	Tipo	Freguesia
Assento	A.H.	POV	Padim da Graça
Carvalhos	A.H.	POV	Padim da Graça
Igreja	A.H.	POV	Padim da Graça
Mariz	A.H.	POV	Padim da Graça
Monte	A.H.	POVI	Padim da Graça
Graça	A.F., monte da	MTE	Padim da Graça
Graça	A.F., monte da	MTE	Padim da Graça
Padim	A.H.	POVI	Padim da Graça
PADIM DA GRAÇA	A.H., sede de freguesia	SF	Padim da Graça
Paradela	A.H.	POVI	Padim da Graça
Ribeiro	A.H.	POV	Padim da Graça
Rua	A.H.	POVI	Padim da Graça

Figura 4 – Mostra da toponímia da freguesia de Padim da Graça
Fonte: planilha do *corpus* de análise

Dentre estes, Graça atua em autonomia (duas ocorrências: A.F., Monte da) e em relação a outro elemento (Padim da Graça, A.H., sede de freguesia). Logo, percebemos um tipo de encadeamento com a presença da forma *graça*, do ponto de vista distributivo na freguesia. Tal questão caracteriza-se, sobretudo, pelo emprego de *graça* em denominação de referente físico representativo na região, o

monte (forma que, também, particulariza uma “Povoação Importante”, de acordo com definição do tipo *POVI* do CRISE), e, relacionalmente, em estrutura de termo específico de divisão administrativa, diferenciando-se de Padim, outra “Povoação Importante”.

Quanto a São João do Souto (A.H., sede de freguesia), notamos a presença de São João entre os topônimos excluídos da análise. Unindo-se a nome de orago, a referência *souto*, forma produtiva no levantamento, indica elemento geográfico físico da localidade no momento da denominação, conforme a Câmara do Município de Braga (2012n): “As suas origens toponímicas associam-se ao território, não sendo mais que um monte rodeado de carvalhos e castanheiros (*souto*) e à existência de uma Capela de S. João Baptista”. Trás das Bouças pode enquadrar-se, de certa forma, em caso parecido. Esta afirmativa advém do fato do concelho conter, em abundância, a forma *bouça* aplicada aos topônimos (nos *corpus* de análise e de eliminação). Vale destacar, ainda, que tanto este topônimo quanto Além do Rio parecem referir-se, como adjuntos adnominais, a genéricos precedentes, elípticos na estrutura.

Embora o dado não conste em nosso levantamento toponímico do concelho, segundo a Câmara do Município de Braga (2012o), *Algeriz* encontra paralelo com curso de água assim denominado. Em Machado²⁶³, *Algeriz* é mencionado como topônimo de Braga, ainda que não se especifique a localidade exata do nome no concelho ou no distrito. Ao mais, a partícula *-riz* pode remeter a genitivo ou sufixo medieval com outras funções (VASCONCELOS, 1931, p. 319).

Santana de Vimieiro (A.H., sede de freguesia) e Senhora das Sete Fontes e remetem, diretamente, a entidades geográficas fora do levantamento em sua amplitude, portanto, constituindo elementos importantes no local. *Vimieiro* acomoda-se, assim, ao considerarmos o termo como “Terreno onde crescem vimes” (DPLP). Ao estudar *Vimeiro* como *freguesia* no concelho de Lourinhã (Estremadura), Vasconcelos (1931, p. 398-401, grifos do autor) aponta o uso de *Vimieiro* na fala de muitas pessoas naquele momento ao referirem-se à batalha ocorrida no local no século XIX, forma reproduzida pelo autor em 1884 no *Diccionario de Geografia de Portugal* e verificada em outros contextos no século XX também, estando *Vimeiro*, *Vimeeiro* e *Vimieiro* em um mesmo documento medieval como uma *confusão*

²⁶³ DOELP, v. 1, p. 96.

vocabular. Contudo, às vezes, pode não se configurar a *confusão vocabular*, já que “Não há dúvida que a pronúncia local estremenha é *Vimeiro*, e não *Vimieiro*”²⁶⁴. A forma *vimieiro* deriva do arcaico *vimêe* ou do latim vulgar **viminariu*- (tendo por intermédio *vimeeiro* e *vimeneiro*), sendo *vimen* o étimo. Ainda que não verificasse exaustivamente, o autor observa a predominância de *vimeiro* no Sul e *vimieiro* no Norte de Portugal, devendo oscilar no Centro²⁶⁵. Na *freguesia* de São Vítor, *Sete Fontes* refere-se a um monumento hídrico, tomado como patrimônimo nacional, cuja construção efetivou-se em por volta do século XVIII (INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, 2012, cf. anexo g). A relação estabelecida no topônimo Senhora das Sete Fontes evidencia, conforme visto por Carvalhinhos (2005, p. 198), *Sete Fontes* com referência à água, unindo, na parte específica, constituintes da hierotoponímia (*Senhora*) a um hidrônimo (*Sete Fontes*).

4.3.3.2.b Posse

De mesmo modo, firmando uma relação, a caracterização empreendida como *posse*, critério utilizado por Carvalhinhos (1998, p. 196), é um recurso para compreender uma noção de propriedade. No *corpus*, tais manifestações são notadas por meio de referência a homem, a orago ou a outra vinculação religiosa.

Dentre este contexto, temos sete topônimos, identificando três *sedes de freguesias*, três *capelas* e um aglomerado humano (povoado):

- Portas do Bom Jesus (A.H., capela);
- São José de São Lázaro (A.H., sede de freguesia);
- Senhora da Graça;
- Senhora dos Prazeres (A.H., capela);
- Senhora do Carmo (A.H., capela);
- Parada de Tibães (A.H., sede de freguesia);

²⁶⁴ Cf. Vasconcelos (1931, p. 399, grifos do autor).

²⁶⁵ Também Nunes (1921, p. 169) afirma que os aglomerados denominados *Vimeiro* e *Vimieiro*, entre outras formas relacionadas, inserem-se em grupo oriundo do latim *vimen* ou do português *vime*.

- Mire de Tibães (A.H., sede de freguesia).

A relação por posse, quando ligada a um orago, remete à constituição de uma evocação de proteção em relação ao primeiro integrante do termo específico do sintagma toponímico. Neste grupo, retornamos ao nome São José de São Lázaro (A.H., sede de freguesia), uma vez que já evidenciamos a vontade de auto-homenagem do arcebispo D. José de Bragança, seguida do hábito de manter o orago.

Os antropônimos apontam-nos a posse com mais facilidade ao expressá-la de modo relacional como segundo integrante da parte específica do topônimo. No levantamento, há Mire de Tibães (A.H., sede de freguesia) e Parada de Tibães (A.H., sede de freguesia), demonstrando o duplo emprego de *Tibães* com relação a laços de propriedade e particularizando freguesias.

Como explicitamos ao tratar do topônimo Mire de Tibães, (cf. 4.2.2), notamos a existência de dois antropônimos neste termo específico. Quanto a *Tibães* em Braga (ainda que não exista em autonomia no nosso *corpus*), Machado²⁶⁶ observa a forma *Tibianes*, registro do século XII e XIII, remetendo-nos a um genitivo em *-anis*, transformado, com o passar do tempo, em *-ães* (VASCONCELOS, 1928a, p. 105-106). Conforme Leal (1880, p. 576-577)²⁶⁷, *Tibães* refere-se a famoso mosteiro beneditino, cuja licença para *fundação* foi dada a São Martinho de Dume pelo rei suevo Teodomiro. Este monarca tencionou que o mosteiro fosse dedicado a São Martinho Turonense, cumprindo-se a sua vontade. Anteriormente, pontuamos que se conhecia Santa Maria de Mire, localidade anexada à freguesia de *Tibães*, gerando o topônimo Mire de Tibães. O mosteiro tornou-se, em sequência, Casa Mãe da Ordem (Portugal e Brasil) e, hoje, patrimônio cultural e ponto de visitas (CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA, 2012p). Parada de Tibães é uma freguesia confinante com Mire de Tibães, geograficamente. Com o nome antigo de São Paio de Parada, ligava-se de modo eclesiástico com duas localidades distintas, pois, segundo a Junta de Freguesia de Parada de Tibães (2011), “[...] era uma vigararia da apresentação de uma colegiada da Sé de Braga, no couto de Tibães”. Chegou a anexar-se à freguesia de Semelhe, conseguindo independência administrativa na segunda metade do século XIX. Assim, conferimos que, relacionalmente, *Tibães*

²⁶⁶ DOELP, v. 3, p. 1408 (grifos do autor).

²⁶⁷ v. 9.

vincula-se a *Parada*, paragem para preparação de refeições, por questões históricas, remetendo-nos, inclusive, ao contexto religioso do concelho (cf. 4.2.3).

Tanto Mire de Tibães quanto Parada de Tibães, segundo os dados observados, apresentaram-se envoltas de contexto rural, destacando-se que Parada de Tibães era considerada uma freguesia rural, estando ao Noroeste da freguesia da Sé. Após elucidarmos algumas convergências, adicionamos, de forma meramente ilustrativa, a disposição dessas freguesias no concelho:

Figura 5 – Posicionamento geográfico das freguesias de Mire de Tibães e de Parada de Tibães no concelho²⁶⁸

Encerrando este estudo de aspectos dos adjuntos adnominais na estrutura específica do sintagma toponímico, concluímos que a presença de marcadores, em sincronia, revela a diferenciação de dois lugares distintos. Assim, formas homônimas distinguem-se, nos sintagmas, com a aplicação dos marcadores *de baixo* e *de cima* ou com o uso relacional de nomes relativos a outras entidades geográficas. Tais relações seguem uma premissa do nome de lugar: particularizar por excelência. A

²⁶⁸ Adaptação nossa a partir da seguinte fonte: CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA. **Freguesias do Concelho**. Disponível em: <

religião mostrou-se um traço motivador recorrente na toponímia do concelho, seja por referencialidade, seja por devoção.

4.4. Reflexões sobre arcaísmos morfológicos em antropotopônimos

Em vias de concluir este estudo, expomos algumas questões sobre arcaísmos morfológicos presentes em certos antropotopônimos do *corpus*. Esses dados são provenientes de observações feitas acerca do reestabelecimento de sentido de nomes de lugares em relação ao momento da denominação, retomando itens cristalizados. Também abordamos topônimos não inseridos na referida taxionomia toponímica, apontando problemas encontrados para a classificação.

Ao analisar o conceito de arcaísmos morfológicos, Carvalhinhos (2007a, p. 28-29) observa que, com frequência, a toponímia de Portugal apresenta cristalização de sufixos, que podem levar a opacidade total ou parcial do topônimo. Tal observação contempla a definição de vários autores para o conceito, ou seja, considerá-lo processos morfológicos não mais vigentes na língua.

Ao todo, a constituição toponímica de Braga aponta-nos manifestações linguísticas arcaicas. Anteriormente (cf. 4.2.2), tratamos de vestígios de genitivos em nomes de localidades, remetendo-nos a Idade Média. Neste período e no período anterior (romanização), tais formações sucediam o substantivo *villa*, assunto também discutido em Silva Neto (1970, p. 231).

Os documentos latinos medievais mostram um genitivo particular em nomes próprios com vitalidade, empregado para referencializar a posse e a filiação em nomes de procedência latina ou diversa, sobremaneira germânica. Assim notamos, por exemplo, o sufixo *-ini*, cuja evolução verificamos em *-im* (VASCONCELOS, 1921, p. 42). Com o mesmo sufixo, destacamos o antropotopônimo Martim. Ao invés de um genitivo, esse topônimo pode diferir por conter uma forma apocopada em próclise (“**Martim**, forma apocopada de Martinu-, em próclise”), conforme menciona Vasconcelos (1931, p. 113, grifos do autor), sendo *Martinho* uma “[...] evolução natural de Martinu-”. Machado²⁶⁹ oferece *Martim* como antropônimo, citando-o

²⁶⁹ DOELP, v. 2, p. 956.

como próclise de *Martinho*, e topônimo, possivelmente relacionado com a posse de um local.

Sequencialmente, dado os sufixos cristalizados como recurso importante na aferição toponímica, elucidamos que dois topônimos mantidos em estudos quanto à taxionomia encaixam-se neste caso, Fraião (A.H., sede de freguesia) e Tenões (A.H., sede de freguesia). Embora o primeiro deles tenha procedência germânica afirmada por Piel (1934-1935, p. 233), notamos questionamentos de Machado²⁷⁰, entre outras incógnitas que nos levam a continuidade de estudos sobre o topônimo.

Diferentemente do sufixo *-oz*, *-iz* em topônimos portugueses, conforme observamos sobre o topônimo Celeiroz (4.3.1.3.b.) em Menéndez Pidal (1952, p. 170), situamos, inicialmente, as terminações dos antropotopônimos Laboriz e Mariz²⁷¹ conforme PIEL (1989, p. 143 e 160-161). Estes nomes de lugares são identificados como nomes de possesores de terras *hispano-visigodos*, registrados em formas modernas. Ambos unem-se por estarem inclusos em um grupo de topônimos em virtude do segundo elemento de composição, *-ricus* < *reiks*, sendo *-ricus* / *-rico* / *-rigu* / *-rigo*. A significação atribuída à partícula, “poderoso, rico” exprime a ideia de “senhorio”, tendo *-riz* (e *-rís*) como genitivo. Relacionando Mariz a Braga, topônimo encontrado na Galiza também, Machado²⁷² oferece a forma com o genitivo *Maariz* em documento do século XIII e com a seguinte reconstituição: “[...] de **Maaro* < **Malarico*, de origem germânico, de **Mala-*, «forte», e *-rik*, tornado *-rik*, tornado *-ricus*, «príncipe, rei»”. Além disso, o autor recupera outra forma antroponímica anterior, adicionando nome de integrante do reinado suevo, o príncipe *Malaricus*.

Por último, inserimos os topônimos Gondizalves (A.H., sede de freguesia) e Senhoriz (cf. 4.2.2). Acusando registro do século XV, o sufixo presente em Senhoriz refere-se ao “[...] patronímico de *Senior*, *Senioriz* [...]”²⁷³. Quanto a Gondizalves, vemos a formação *Gundisalvici* para *Gondisalves* em Braga²⁷⁴, nome que permite a adição de dados morfológicos sobre os patronímicos, o que não poderíamos deixar de fazer referência (SILVA NETO, 1970, p. 231). No período medieval, tal derivação indicava, por vezes, genitivo com o nome do pai, de acordo com a maneira dos

²⁷⁰ DOELP, v. 2, p. 664.

²⁷¹ Cf. 4.2.2.

²⁷² DOELP, v. 2, p. 950 (grifos do autor).

²⁷³ DOELP, v. 3, p. 1331 (grifos do autor).

²⁷⁴ DOELP, v. 2, p. 729 (grifos do autor).

romanos, ou *-iz* (*-ez*), em outras situações, correspondente a *-ici* nos documentos mais remotos (VASCONCELOS, 1928a, p. 112-113, 1931, p. 59).

As ocorrências de antropônimos gerados na Idade Média mostram-nos, atualmente, arcaísmos que ilustram pretéritos laços territoriais, na acepção do homem atrelado à terra, por dar seu próprio nome à sua propriedade. São estes traços que se distinguem entre tantos outros na composição da toponímia do concelho de Braga.

De modo geral, afirmamos que, tendo gênese nos anseios e moldando-se partir da realidade linguística do denominador ou do grupo denominador, muitos topônimos refletem, por vezes, elementos de difícil recuperação. Logo, incidências de participações de partículas arcaicas que permeiam a morfologia de nomes de pessoas em nomes de lugares são um recurso auxiliar, participando do repertório toponímico concelhio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões parciais obtidas pelo estudo dos topônimos do *corpus* que formam o concelho de Braga sincronicamente permitem apresentar considerações específicas a respeito dos traços semânticos que tais nomes portam. Este mosaico de aspectos mostra, por meio do estudo da motivação toponímica, o meio físico e cultural bracarense, revelando o ponto de vista do denominador, bem como um período médio para a fixação da toponímia concelhia.

Uma vez que o topônimo é empregado para identificar entidades geográficas, sejam elas físicas ou antropoculturais de um determinado local, primeiramente pontuaremos a frequência destes elementos segundo a perspectiva dicotômica elencada.

Entre os quatrocentos e quarenta e três topônimos do levantamento, quatrocentos e quarenta e dois referem-se a entidades geográficas²⁷⁵, sendo trinta deles correspondentes a entidades geográficas de natureza física. De acordo com o *tipo* CRISE, apresentam-se elementos da orografia e da hidrografia. Quanto ao relevo, são onze *montes*, *morros* ou *cabeços*, a par de duas *serras* e três *vales*. Conforme a especificação oriunda de termos genéricos relativos à orografia (campo *entidade geográfica* da planilha de análise do *corpus*), identificamos a existência de dois *altos* e nove *montes* dentre os onze elementos físicos descritos como “Monte, Morro, Cabeço” (*tipo* MTE). A hidrografia manifesta-se, segundo a indicação e descrição de *tipo*, por meio de cinco *rios* (de vinte e um a cem quilômetros); dois *rios importantes* (a partir de cem quilômetros); sete *ribeiros* ou *ribeiras* (até cinco quilômetros ou de cinco a vinte quilômetros). O campo *entidade geográfica* mostra-nos, especificamente, quatro *ribeiras* e três *ribeiros* (reunidos sob a sigla RIB).

De outra parte, as entidades geográficas de procedência antropocultural correspondem a quatrocentos e doze topônimos. Com base nas indicações de *tipo*, destacamos sessenta e duas *freguesias*, uma *sede de distrito*, duzentos e noventa e

²⁷⁵ Dentre as quatrocentas e quarenta e três denominações presentes no campo *nome* da planilha do *corpus* de análise está Fronteira Verde, que se refere a uma entidade geográfica do *tipo* MAT, “Mata, Bosque, Floresta”, segundo descrição do CRISE. Considerando que não há outras entidades físicas com o mesmo *tipo* e denominação no concelho (*corpus* de análise e exclusão), Fronteira Verde pode ser um *acidente sem topônimo*, classificação dada a expressões propostas como topônimo. Assim, optamos por tratar o nome como fruto de uma construção espontânea ou de uma nova política, proposto ou incorporado como topônimo em casos de inexistência de outras entidades geográficas concorrentes no local ou de rotas turísticas, entre outras aplicações.

oito *povoações* (lugar de um a dez e de dez a cinquenta e nove fogos), vinte e oito *povoações importantes* (lugar a partir de sessenta fogos), uma *azenha*, dez *capelas*, sete *estações de caminhos de ferro*, um *cruzeiro*, uma *igreja*, duas *pontes* e, por fim, *ruínas* (um único elemento). No campo *entidade geográfica* da planilha do *corpus*, notamos que os genéricos apontados direcionam-nos a um *moinho*, descrito como “Azenha”. Entre os genéricos dos *povoados importantes*, há uma *aldeia* e, entre os demais povoados, quatro *bairros* e um *lugar*. O predomínio de elementos geográficos de ordem cultural leva-nos a observar um concelho com características urbanas, onde encontramos recursos da vida contemporânea (como o transporte ferroviário) ao lado de resquícios do passado e de locais destinados ao culto entre aglomerados humanos. A própria religião foi responsável pela configuração de agrupamentos como as freguesias, divisão do território que remete ao modo de ocupar o solo a partir do século XII.

No que tange às taxionomias toponímicas, todo o levantamento classificado, quatrocentos e dezenove topônimos, acusa predominância de aspectos culturais na motivação da toponímia bracarense, apresentando duzentos e trinta topônimos dessa natureza. A análise taxionômica de aspectos físicos permite-nos, assim, apresentar as seguintes informações obtidas:

Taxionomias de natureza física: concelho	Total	Porcentagem
Fitotopônimos	57	29
Geomorfotopônimos	56	30
Litotopônimos	34	18
Hidrotopônimos	20	11
Outros	22	12
Total	189	100

Tabela 1 – Taxionomias toponímicas de natureza física no concelho

Topônimos de natureza física classificados: concelho de Braga

Gráfico 1 – Taxionomias toponímicas de natureza física no concelho

Os dados contidos na tabela e no gráfico sobre a classificação em taxionomias toponímicas do contexto físico mostram maior frequência de topônimos relativos à vegetação, os fitotopônimos, estando em sequência os geomorfotopônimos, entre os quais constam nomes relacionados ao formato do solo, dotado de certas elevações de terreno que caracterizam o concelho. Além da questão física, tais nomes apontam vinculações com a topografia e a toponímia do Noroeste da Península Ibérica.

Não apenas restrita à flora e ao formato do solo, a descritividade do meio físico envolve características minerais, hídricas, como a fauna, posições geográficas, formas geométricas, fenômenos atmosféricos, cores e dimensões (as duas últimas com um único registro cada). Esses aspectos direcionam-nos para uma doação de nomes comuns, pautados em elementos do ambiente físico do denominador. A fixação e a manutenção toponímica ilustram a preservação de uma paisagem natural notável e, igualmente, remota como no caso de Pateira.

Logo, as questões de ordem física na toponímia do concelho abrangem quarenta e cinco por cento de todos os topônimos classificados do *corpus* de análise, sendo o restante, cinquenta e cinco por cento dos nomes de lugares, referentes à natureza antropocultural. Neste ponto, visualizamos certa equidade entre as classificações de natureza física e cultural, posto que, diferentemente, o número de entidades geográficas classificadas de procedência humana é,

sobremaneira, elevado (trezentos e noventa e seis, sendo apenas vinte e três entidades geográficas físicas).

Concentrando a maioria dos topônimos classificados do levantamento, as taxionomias antropoculturais acusam prevalectimento de antropotopônimos, nomes próprios, e sociotopônimos, atividades profissionais e locais de trabalho e de encontro entre indivíduos em uma estrutura comunitária:

Taxionomias antropoculturais: concelho	Total	Porcentagem
Antropotopônimos	49	21
Ecotopônimos	3	1
Hagiotopônimos	28	12
Hierotopônimos	25	11
Hodotopônimos	22	10
Poliotopônimos	27	12
Sociotopônimos	48	21
Outros	28	12
Total	230	100

Tabela 2 – Taxionomias toponímicas de natureza antropocultural no concelho

Gráfico 2 – Taxionomias toponímicas de natureza antropocultural no concelho

Muitos sociotopônimos apontam significado opaco no momento da decodificação em relação ao sentido em que foram engendrados, assim como vários antropotopônimos portam partículas cristalizadas. Neste grupo, destacamos a procedência germânica em antropotopônimos (como Romil e Ruães) e de estruturas

sociais que descaracterizadas da ação pertinente ao tempo da denominação (como Parada de Tibães e Pousada).

Embora não precisemos particularidades de classificação da procedência germânica em antropotopônimos no momento, a frequência considerável desses nomes de lugares remete-nos ao estabelecimento desses povos a partir do século V, destacando-se que Braga foi capital do reino Suevo, que abrangia a Galiza. Apesar do fim da monarquia visigoda em meados do século VI, os povos germânicos permanecem em Braga até a invasão árabe, em 711. Fica, deste modo, evidenciada a herança dos povos germânicos romanizados no modo de particularizar a posse de terras por meio de antropônimos. Por outro lado, a presença árabe na antropotoponímia do concelho é quase nula.

Considerando-se a elevada incidência de antropotopônimos e de sociotopônimos, a religião concentra uma grande parte de topônimos ao unirmos os hagiotopônimos e hierotopônimos. Estes nomes, relacionados a questões sagradas e, respectivamente, às santas e aos santos do hagiolégio romano, compõem vinte e três por cento dos topônimos de procedência antropocultural.

A recuperação toponímica mostrou ocorrências de nomes que portam a manutenção de traços da vida social, como Parada de Tibães. Os modos de formação de aglomerados humanos antigos podem ser representados por Castro, Cidade e Real, topônimos que remetem a fases distintas: romana (ou pré-romana) e medieval. Quanto às habitações e às vias de comunicação terrestre, destacam-se Paço, pertinente a vida rural medieval, e Estrada, termo específico de sintagma toponímico particularizador de um recurso que, contemporaneamente, pode receber outras denominações e significações oriundas da ação do homem.

Nessa esfera comparativa, citamos a convivência e a preservação de traços pretéritos de particularização do solo por meio do léxico toponímico em relação ao contexto cultural e físico. Primeiramente, elencamos a aplicação do nome do grupo que habitava tais terras, os *bracari*, passando a *Bracari*, *Bracara Augusta* e chegando à contemporaneidade como Braga, topônimo empregado para denominar *sede de distrito* e *estação de caminhos de ferro*, pondo em relevo a referencialidade e a distinção propiciadas por tal nome. Quanto ao teor físico, mencionamos as referências às formas *carvalho* (de possível origem pré-romana) e *pinheiro* (oriunda do latim, segundo CUNHA, 1986, p. 605-606), marcando dois momentos distintos de parte da flora relacionada a madeiras, seja nativa ou fruto de reflorestamento que

podem estar vinculadas a determinado tipo de paisagem física preservada ou modulada pela intervenção do homem.

As sedes de freguesias classificadas (cinquenta e seis topônimos) acompanham a dinâmica taxionômica de demais topônimos do concelho. Entre as ocorrências mais frequentes de natureza física estão nomes relacionados aos vegetais e aos minerais (bem como a constituição do solo) e, de natureza antropocultural, aos antropônimos, à religião, ao trabalho e aos pontos de encontro.

O estudo morfológico dos topônimos colocou-se como um recurso de confirmação de dados acompanhados ao longo da análise semântica realizada. Neste sentido, a sufixação comprovou aspectos da flora, em individualidade ou coletividade (como Carrascos e Carrascal), e antiguidade de itens e fatos de sociais cristalizados em nomes de lugares.

Os arcaísmos morfológicos tornam patentes pontos de vista da sociedade medieval, o cultivo e a propriedade do solo vinculados a nomes como Agra e Arentim. Topônimos com os sufixos diminutivos antigos *-elo*, com flexões de gênero e de número, como Agrelo, Paradela e Quintela (duas ocorrências), somam-se a vestígios latinos relativos à posse de terras. Ligados a radical referente ao nome do possuidor, sufixos genitivos como *-im* em Padim (Palatini) e Tadim (Tatini) e *-anis* em Ruães asseveram o estabelecimento do homem denominador, seja ele de procedência romana ou germânica.

Questões semânticas e morfológicas possibilitam identificar, desde a presença dos brácaros, formas de perceber, de tratar e de ocupar o solo por meio dos topônimos. Assim, notamos características linguísticas da toponímia do concelho de Braga vinculadas a determinados períodos sucessivos, ligadas a questões físicas e culturais do Noroeste da Península Ibérica.

De acordo com o objetivo de nossa pesquisa, verificamos que o estudo da motivação toponímica evidencia temas da vida em coletividade referentes ao contexto medieval, modulado por noções de propriedade individual e de cultivo da terra. Nesta esfera, as ações dos homens mostram-se vinculadas com a Igreja.

A manutenção de topônimos permite a constatação de nossas duas hipóteses iniciais. Observamos que muitos topônimos do concelho remetem a um aproveitamento de moldes da sociedade romana de *Bracara Augusta* durante a permanência de povos germânicos, evidenciando a romanização destes grupos. Essas bases foram preservadas, passando pela reconstrução do século XI e pelo

surgimento de Braga no século XII. Logo, comprovamos a existência de topônimos referentes ao período medieval, no qual destacamos os séculos V a XII. Desta maneira, constatamos topônimos arcaicos no concelho por meio de formas e morfemas, sendo que nomes arcaicos permanecem ao lado de nomes relacionados ao português contemporâneo.

Ao concluirmos esta pesquisa, verificamos a conservação da dinâmica da atribuição de nomes de lugares no concelho por meio das taxionomias toponímicas, acusando denominações arcaicas. De modo geral, podemos constatar a predominância da estrutura toponímica antiga no concelho. Os topônimos demonstram, de modo singular, a fusão de aspectos da língua e do denominador como um retrato do momento da denominação, possibilitando a compreensão da natureza e do homem, de *Bracara Augusta* a Braga.

REFERÊNCIAS

História de Portugal:

ALARCÃO, Jorge de. **Portugal romano**. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.

ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**. Coimbra: Fortunado de Almeida, 1922. v. 1.

AMEAL, João. **História de Portugal**: das origens até 1940. 7. ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1974.

BARROS, Henrique da Gama. **Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Lisboa: Tip. Castro Irmão, 1914. v. 3.

BEIRANTE, Ângela Maria. A “Reconquista” Cristã. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). **Nova história de Portugal**. Portugal: das invasões germânicas à “reconquista”. Lisboa: Editorial Presença, 1993. v. 2, p. 251-363.

FABIÃO, Carlos. O Passado Proto-Histórico e Romano. In: MATTOSO, José (Coord.). **História de Portugal**: direcção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, [199-?]. v. 1: Antes de Portugal, p. 79-299.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da sala de Sintra**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. 1.

GIRÃO, Aristides de Amorim. **Geografia de Portugal**. Porto: Portucalense Editora, 1960.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho. **Portugal Antigo e Moderno**: dicionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, histórico. Lisboa: Livraria e Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873-1880. v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 9.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 12. ed. Lisboa: Palas Editores, 1985.

PINTO, Sérgio Augusto da Silva. Arcebispado de Braga. In: SERRÃO, Joel. (Coord). **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 2002. v. 1. p. 364-365.

POEIRA, Maria de Lourdes; SOARES, Nuno. As formas de povoamento: principais cidades portuguesas. In: BRITO, Raquel Soeiro de (Dir.). **Portugal**: perfil geográfico. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 115-143.

RAPOSO, Luís. Paleolítico. In: SILVA, Armando Coelho da. **Pré-História de Portugal**. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 41-95.

RAU, Virginia. **Sesmarias medievais portuguesas**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

RIBEIRO, Orlando. Formação de Portugal. In: CASTRO, Ivo (Selec.). **Curso de história da língua portuguesa**: leituras complementares. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. p. 271-316.

SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. 6. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. v. 1: Estado, Pátria e Nação (1080-1415).

Em periódicos:

LE MOS, Francisco Sande. *Bracara Dives*: capital da *Callaecia*. **Forum**, [S.l.], n. 23, p. 3-16, jan./jun. 1998.

_____. Antes de Bracara Augusta. **Forum**, [S.l.], n. 42-43, p. 203-239, jul./dez.-jan./jun. 2007/2008.

MARTINS, Manuela. História e memória de Bracara Augusta: um difícil diálogo passado-presente. **Forum**, Braga, n. 12/13, p. 3-15, jul./jan. 1992/1993.

_____. Bracara Augusta revisada. **Bracara Augusta**: revista cultural da Câmara Municipal de Braga, Braga, v. 49, n. 103 (116), p. 265-280, 2000.

SAMPAIO, Alberto. As villas do norte de Portugal. Estudo sobre a propriedade no tempo dos romanos e povos germanicos (fragmento). **Revista de Guimarães**, Guimarães, v. 10, n. 4, pt. 5, p. 209-221, out./dez. 1893a.

_____. As villas do norte de Portugal. Estudo sobre a propriedade no tempo dos romanos e povos germanicos (fragmento). **Revista de Guimarães**, Guimarães, v. 10, n. 3, p. 161-176, jul./set. 1893b.

VASCONCELOS, José Leite de. Castros. **O archeologo português**, v. 1, n. 1, p. 3-7, jan. 1895.

História da Língua Portuguesa / Língua Portuguesa / Filologia

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora, 1979.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española**. 9. ed. Madrid: Gredos, 2005.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramon. **Orígenes del español**: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. 3. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1950.

PIEL, Joseph-Maria. **Estudos de linguística histórica galego-portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SILVA NETO, Serafim. **História da língua portuguesa**. 2. ed (aumentada). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

VASCONCELOS, José Leite de. **Lições de philologia portuguesa** dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: A. M. Teixeira, 1911.

Toponímia, Onomástica e Etnografia

Livros:

CAMPAÑA POTEL, Begoña. **Os nomes de lugares de Pontecesures**. Santiago de Compostela: Consello de Pontecesures, 2003.

CAMPS IGLESIAS, Alina; NOROÑA VILÁ, María Teresa. **Aproximación al estudio de la toponimia cubana**. La Habana: Academia de Ciencias de Cuba, Instituto de Literatura y Lingüística, 1980.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. **A toponímia portuguesa**: um recorte lingüístico do Douro ao Tejo. 1998. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Hierotoponímia portuguesa**. De Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. Estudo de caso: as Nossas Senhoras. 2005. (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2005.

CORTESÃO, A. A. **Onomástico medieval português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1932.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica**: princípios teóricos e modelos taxonômicos. 1980. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

_____. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

FERNANDES, A. de Almeida. **Toponímia portuguesa**: exame a um dicionário. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999.

FERREIRA, Pedro Augusto. **Tentativa etymologico-toponymica** ou investigação da etymologia ou proveniencia dos nomes das nossas povoações. Porto: Typographia Pereira, 1907. v. 1; Porto: Typographia Mendonça, 1915-1917. v. 2-3.

GARCÍA SÁNCHEZ, Jairo Javier. **Atlas toponímico de España**. Madrid: Arco/Libros, 2007.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramon. **Toponimia prerromanica hispana**. Madrid: Editorial Gredos, 1952.

PIEL, Joseph-Maria. **Nomes de Lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo**: capítulo de uma toponímia galego-portuguesa (Separata da Revista Portuguesa de Filologia v. 1, tomo 1). Coimbra: Casa do Castelo, 1947.

VASCONCELOS, José Leite de. **Religiões da lusitânia**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897. v. 1.

_____. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928a.

_____. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928b. v.1.

_____. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928c. v.2.

_____. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. v. 3.

_____. **Etnografia portuguesa**. reimp. do 2º vol., originalmente publ. em 1933. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995. v. 2.

Artigos:

AZEVEDO, Pedro de. Nomes de pessoas e nomes de lugares. **Revista Lusitana**, Lisboa, v. 6, p. 47-52, 1900-1901.

BOLÉO, Manuel de Paiva. Os estudos de antroponímia e toponímia em Portugal. **Revista de Portugal: série A – Língua Portuguesa**, Lisboa, 18, n. 115, p. 145-152, maio, 1953.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 172-179, 2003.

_____; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 11., 2007, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF - livro dos minicursos**. Rio de Janeiro: Cifefil, v. 11, n. 3, p. 108-121, 2007.

_____. Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 11., 2007, Rio de Janeiro. **Outros trabalhos do XI CNLF- Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: Cifefil, v. 11. p. 26-37, 2007a.

_____. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem: Revista Eletrônica de Linguística**, v. 1, n. 1, 2007b.

_____. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1, 2008, São Paulo. **Simpósios** (SLP 14 - Estudos de onomástica em língua portuguesa: percursos e perspectivas). 2008a. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp14/01.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. Variantes lexicais na toponímia portuguesa: os elementos genéricos (entidades geográficas) denominados. Estudo de caso: diferenças terminológicas entre português do Brasil e português europeu. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 11., 2007, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF - Léxico e Semântica**. Rio de Janeiro: Cifefil, v. 11. p. 177-194, 2008b.

_____. Projeto Atlas Toponímico de Portugal: informes iniciais, critérios. Recorte: *Projeto Variantes Lexicais na Toponímia portuguesa. A questão do genérico*. In: SIMPÓSIO NACIONAL E INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 12., 2009, Uberlândia. **Anais do SILEL**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

_____. Aspectos gerais de toponímia na Península Ibérica: a toponímia como instrumento e investigação filológica e a filologia como ferramenta de investigação e recuperação toponímica. In: SEMANA DE FILOLOGIA NA USP, 3., 2008, São Paulo. **Atas da III Semana de Filologia da USP**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 3, 2010. p. 71-92.

_____. Aplicações da teoria dos signos na onomástica. **Língua e Literatura** (USP), v. 27, 2011. p. 299-309.

_____. Póvoa, casal, freguesia e outros: reflexão sobre os genéricos relativos a aglomerados humanos em Portugal. In: CASTILHO – CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 2, 2012, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012 (texto inédito).

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Tratamento lexicográfico toponímico do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 7., 1992, Porto Alegre. **Anais**. Goiânia, v. 2, p. 675-678, 1993.

_____. Sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: As ciências do léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de (Org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998, p. 77-88.

_____. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: **Investigações. Linguística e Teoria Literária**, Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C.C. De (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 91-117.

_____. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: Isquardo, Aparecida Negri; Alves, Ieda Maria (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, v. 3. Campo Grande; São Paulo: Ed. UFMS; Humanitas, 2007. v. 3, p. 459-471.

NUNES, J. J. A vegetação na toponímia portuguesa. In: **Boletim da Classe de Letras** (antigo Boletim da Segunda Classe). Actas e pareceres estudos, documentos e notícias, v. 12, p. 131-175, 1921.

PIEL, Joseph-Maria. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. **Boletim de Filologia**, Lisboa, v. 2-7, 1933-1940.

_____. As águas na toponímia galego-portuguesa. **Boletim de Filologia**, Lisboa, v. 8, p. 305-342, 1945.

SILVEIRA, Joaquim da. Toponímia portuguesa (continuação). **Revista Lusitana**, Lisboa, v. 24, p. 189-226, 1922.

Linguística geral, Lexicologia e Terminologia

Livros:

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva, Hélio Pimentel. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. **Linguística como ciência: ensaios**. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara **Júnior**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. p. 43-62.

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

Artigos:

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. II SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA E I ENCONTRO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, 2., 1990, Brasília. **Anais**. Brasília: Cnpq/Ibict, 1990. p. 152-158.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998, p. 11-20.

LARA, Luis Fernando. Término y cultura: hacia uma teoría del vocablo especializado. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, v. 3, p. 341-369.

Dicionários

BRUNSWICK, Henrique. **Novo Dicionario ilustrado da lingua portugueza**, seguido d'um vocabulario das palavras e locuções estrangeiras mais frequentemente usadas no decurso da linguagem escripta e falada. Lisboa: Santos & Vieira (Empresa Litteraria Fluminense), [s.d.].

COROMINAS, Joan. **Breve diccionario etimológico de la lengua castellana**. 3. ed. Madrid: Gredos, 2000.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Pedro Augusto. **Diccionario d'appellidos portuguezes**. Porto: Typographia Mendonça, 1908.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Editorial Confluência, [1984?]. 3 v.

NIETO BALLESTER, Emilio. **Breve diccionario de topônimos españoles**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

VITERBO, Joaquim da Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. 2. ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v.

Referências eletrônicas

Artigos, trabalhos e projetos:

ALVES, A. B.; RAMOS, M. T.; CARVALHO, A. M. Fitotoponímia das Terras de Miranda, Portugal. Relação entre os topónimos em mirandês, as plantas, os saberes e os vestígios de outras eras e povos. In: CONGRESS OF THE INTERNATIONAL SOCIETY OF ETHNOPHARMACOLOGY, 11., 2010, Albacete, Castilla - La Mancha; ENCONTRO HISPANO-PORTUGUÊS DE ETNOBIOLOGIA, 1., 2010, Albacete, Castilla - La Mancha. **Book of Abstracts** (Revista de Fitoterapia, v. 10, sup. 1, set. 2010). Albacete, Castilla - La Mancha, 2010. p. 91. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3781/1/2010%20-%20Carvalho%20et%20al%20-%20Fitotopon%C3%ADmia%20Terras%20de%20Miranda.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

BRAGA 2012 CAPITAL EUROPEIA DA JUVENTUDE. Braga 2012. 2012. Disponível em: <<http://www.bragacej2012.com/about/?id=1>>. Acesso em: 30 set. 2012.

GREEN CORK. Programa de Reciclagem de Rolhas de Cortiça. **A Importância dos Montados de Sobro em Portugal. Artigo de Domingos Patacho**. 2010. Disponível em: <<http://www.greencork.org/index8.php?idlink=7&idbanner=7&idlingua=1&abriu=sim&idcontador=57>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

LUJÁN MARTÍNEZ, Eugenio R. The Language(s) of the Callaeci. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, p. 715-748, maio 2006. Disponível em: <http://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6_16/lujan_6_16.pdf>. Acesso em 2 jan. 2012.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do (Coord.). **Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo**. 2001. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/lmcpc/corlex_alf_c.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

Sites institucionais:

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA. **Braga: Capital Nacional da Cultura/Capital Europeia da Cultura**. Projecto. Braga, 2003. Disponível em: <<http://www.projectobragatempo.net/index1.htm>>. Acesso em: 31 dez. 2011.

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA. **Situação geográfica**. 2012a. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/!ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTc3cTAwgAykdijysGwOWx6HYMxq872NMAj25CdoeYGOHRb>

egF1-3nkZ-bql-

QGxoaUe6oCADKtRMK/dl3/d3/L3dDb0EvUU5RTGtBISEvWUZSdndBISEvNI9QRkF
KUUK2TEK1NDZDVjQ0Skc0MDAwMDAwMA!!/>. Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. **O Concelho.** 2012b. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTL3cTAWgAykdijysGwOWx6HYMxq872NMAj25CdoeYGOHRbegF1-3nkZ-bql-QGxoaUe6oCADt_Jkc/dl3/d3/L3dDb0EvUU5RTGtBISEvWUZSdndBISEvNI9QRkFKUUK2TEK1NDZDVjQ0N0c0MDAwMDAwMA!!/>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. **Morreira.** 2012c. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nAzMLY6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAP_4FUA!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>>. Acesso em: 2 maio 2012.

_____. **Espinho.** 2012d. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA0dfQ6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOABvIKAg!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>>. Acesso em: 1 maio 2012.

_____. **Palmeira.** 2012e. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nAzMPU6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAI6GFh0!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>>. Acesso em: 2 maio 2012.

_____. **Merelim S. Paio.** 2012f. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA1cvY6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOABuksFk!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>>. Acesso em: 8 maio 2012.

_____. **S. José de S. Lázaro.** 2012g. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA1cLU6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAFrmI0c!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>>. Acesso em: 8 maio 2012.

_____. **Fradelos.** 2012h. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdn>

QyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA8swY6B8pFI8gJujV6CnmY-
nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-
QG1EOAF0EA04!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 1 maio 2012.

_____. **Pousada.** 2012i. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nAzM3Q6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAM6GTCQ!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 6 maio 2012.

_____. **Passos S. Julião.** 2012j. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA1cPc6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOALoq-zl!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 6 maio 2012.

_____. **Tebosa.** 2012k. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nAw9TQ6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOABpXM9g!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 6 maio 2012.

_____. **Navarra.** 2012l. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nAzNvQ6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOADcWIVc!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 2 maio 2012.

_____. **Nogueiró.** 2012m. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA7NAY6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAK1t80k!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 2 maio 2012.

_____. **S. João do Souto.** 2012n. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA98gl6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAK2WExs!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 8 maio 2012.

_____. **Stª. Lucrecia de Algeriz.** 2012o. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38nA18PM6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAK2WExs!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>.

nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-
QG1EOAM4Fe9Q!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 6 maio 2012.

_____. **Mire de Tibães.** 2012p. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/!ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0t_dz8LA89AF6NQf38ng8AwU6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ0O3nkZ-bql-QG1EOAKFqLak!/dl3/d3/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: 2 maio 2012.

COMBOIOS DE PORTUGAL. **Os caminhos de ferro.** Os caminhos de ferro e a história portuguesa. 2012. Disponível em: <<http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vgnextoid=1d94079ffa057010VgnVCM1000007b01a8c0RCRD>>. Acesso em: 8 set. 2012.

INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO. **Pesquisa de Patrimônio:** Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no spéculo XVIII, designado por «Sete Fontes» - detalhe. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/156333/>>. Acesso em: 8 out. 2012.

INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS IP. **Rede rodoviária.** Plano Rodoviário Nacional. Legislação. Disponível em: <<http://www.inir.pt/portal/RedeRodovi%C3%A1ria/PlanoRodovi%C3%A1rioNacional/Legisla%C3%A7%C3%A3o/tabid/62/language/pt-PT/Default.aspx>>. Acesso em: 7 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. **Censos 2011 – Resultados Provisórios.** Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2>. Acesso em: 12 fev. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IP – PORTUGAL. **Divisão administrativa.** Disponível em: <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detalhe.aspx?cnc_cod=993&cnc_ini=24-05-1994>. Acesso em: 5 fev. 2012. (2012a).

_____. **Distrito.** Disponível em: <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detalhe.aspx?cnc_cod=3221&cnc_ini=07-03-2002>. Acesso em: 5 fev. 2012. (2012b).

_____. **Concelho (Município).** Disponível em:
http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detalhe.aspx?cnc_cod=3222&cnc_ini=07-03-2002>. Acesso em: 5 fev. 2012. (2012c).

_____. **Divisão administrativa.** Disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013>. Acesso em: 5 fev. 2012. (2012d).

JUNTA DE FREGUESIA DE CABREIROS. **Percurso histórico.** 2012. Disponível em: <http://jf-cabreiros.pt/site/artigo.asp?idCanal=40&idRegisto=42>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE ESCUDEIROS. **Freguesia de Escudeiros.** 2012. Disponível em: http://www.jf-escudeiros.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=2>. Acesso em: 1 maio 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE LOMAR. **Historial.** 2012 (ano de consulta). Disponível em: <http://jf-lomar.awardspace.com/historia/>>. Acesso em: 2 maio 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE MORREIRA. 2012. **História da Freguesia de Moreira:** Braga. (por Manuel de Azevedo Martins, Presidente da Junta). Disponível em: http://jfmorreira.com/pt/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=66>. Acesso em: 2 maio 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE PALMEIRA. **História.** 2012. Disponível em: <http://www.jf-palmeira.com.pt/index.php?id=24&lang=pt>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE PARADA DE TIBÃES. **História.** 2011. Disponível em: <http://jf-paradatibaes.pt/content/freguesia>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE REAL. **História.** 2012. Disponível em: <http://www.jf-real.com/07.historia.php>>. Acesso em: 6 maio 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PAIO DE ARCOS. **História da terra.** 2012. Disponível em: http://www.jfarcos.pt/portal/v1.0/mod_texto.asp?pag=historia>. Acesso em: 24 jan. 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR. **Mensagem do presidente.** 2012. Disponível em: <http://www.juntasvictor.pt/>>. Acesso em: 8 maio 2012.

JUNTA DE FREGUESIA DE TADIM. **Freguesia**: história. 2012. Disponível em: <http://jf-tadim.pt/portal/v1.3/mod_texto.asp?pag=1991487186123280892163653937>. Acesso em: 23 dez. 2012.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Instituto Geográfico Português. Direcção de Serviços de Investigação e Gestão de Informação Geográfica. Grupo de Coordenação da Rede de Informação de Situações de Emergência. **Cartografia de Risco de Incêndio Florestal Relatório do Distrito de Braga 2007**: versão provisória. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://scrif.igeo.pt/cartografiacrif/2007/crif07.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO. **Bracara Augusta**. Cidade romana. História. Braga, 2012. Disponível em: <<http://www.uaum.uminho.pt/estrutura/estrutura.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

Programas e dicionários:

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 9 out. 2012.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Sobre o dicionário**. 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/sobre.aspx>>. Acesso em: 16 out. 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

REAL ACADEMIA GALEGA. **Dicionario da Real Academia Galega**. Disponível em: <<http://www.realacademiagalega.org/dicionario/#inicio.do>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. 2 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 9 out. 2012.

Dicionario da Real Academia Galega: palavras consultadas

DICIONARIO DA REAL ACADEMIA GALEGA. **Bacelar**. 2012. Disponível em: <<http://www.realacademiagalega.org/dicionario#searchNoun.do?nounTitle=bacelar>>. Acesso em: 23. dez. 2012.

DICIONARIO DA REAL ACADEMIA GALEGA. **Barbeito**. 2012. Disponível em: <<http://www.realacademiagalega.org/dicionario#searchNoun.do?nounTitle=barbeito>>. Acesso em: 12 set. 2012.

DICIONARIO DA REAL ACADEMIA GALEGA. **Cárcava**. 2012. Disponível em: <<http://www.realacademiagalega.org/dicionario#searchNoun.do?nounTitle=c%C3%A1rcava>>. Acesso em: 11 out. 2012.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: palavras consultadas

"arroteia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=arroteia> [consultado em 11-10-2012].

"bacelar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=bacelar> [consultado em 10-10-2012].

"barbeito", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=barbeito> [consultado em 11-10-2012].

"bica", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=bica> [consultado em 12-10-2012].

"cabana", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=cabana> [consultado em 11-10-2012].

"carrega", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=carrega> [consultado em 10-10-2012].

"carreiro", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=carreiro> [consultado em 27-12-2012].

"cide", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=cide> [consultado em 11-10-2012].

"codesso", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=codesso> [consultado em 10-10-2012].

"cone", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=cone> [consultado em 10-10-2012].

"escudeiro", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=escudeiro> [consultado em 11-10-2012].

"feijoal", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=feijoal> [consultado em 11-10-2012].

"feira", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=feira> [consultado em 11-10-2012].

"felgueira", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=felgueira> [consultado em 10-10-2012].

"laje", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=laje> [consultado em 10-10-2012].

"maninho", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=maninho> [consultado em 11-10-2012].

"mota", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=mota> [consultado em 10-10-2012].

"noval", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=noval> [consultado em 11-10-2012].

"ossada", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=ossada> [consultado em 11-10-2012].

"passo", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=passo> [consultado em 27-12-2012].

"poça", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=poça> [consultado em 11-10-2012].

"porta", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=porta> [consultado em 24-12-2012].

"quinta", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=quinta> [consultado em 11-10-2012].

"quintal", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=quintal> [consultado em 11-10-2012].

"quinteiro", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=quinteiro> [consultado em 11-10-2012].

"ribeira", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=ribeira> [consultado em 11-10-2012].

"rola", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=rola> [consultado em 11-10-2012].

"salgueirinha", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=salgueirinha> [consultado em 11-10-2012].

"santuário", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=santuário> [consultado em 11-10-2012].

"torto", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=torto> [consultado em 11-10-2012].

"travessa", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=travessa> [consultado em 11-10-2012].

"veeiro", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=veeiro> [consultado em 11-10-2012].

"vieiro", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=vieiro> [consultado em 11-10-2012].

"vimieiro", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=vimieiro> [consultado em 16-10-2012].

ANEXOS

ANEXO A – Mapa de Portugal: Norte

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Imprensa e da Comunicação. Europa: Portugal - Norte. Cartografia de Lovell Johns. BC Géomatique, Universidade de Liège, 2004. Disponível em: <http://europa.eu/abc/maps/regions/portugal/norte_pt.htm> Acesso em: 30 set. 2012.

ANEXO B – Divisão por concelho do distrito de Braga

Fonte: Instituto Geográfico Português

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Instituto Geográfico Português. Direcção de Serviços de Investigação e Gestão de Informação Geográfica Grupo de Coordenação da Rede de Informação de Situações de Emergência. **Cartografia de Risco de Incêndio Florestal. Relatório do Distrito de Braga 2007** (versão provisória). Disponível em: <<http://scrif.igeo.pt/cartografiacrif/2007/crif07.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

ANEXO C – Mapa das freguesias dos concelho de Braga

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BRAGA. **Freguesias do Concelho**. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c5/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3iDQHdnQyNvA0sDAw8XA89AC_cA8wAvQxNLM6B8pFI8gJujV6CnmY-nqYmZc5iJSbCnARQQ003nkZ-bql-QG1EOAFjPZ38!/dl3/d3/L3dDb0EvUU5RTGtBISEvWUZSdndBISEvNI8wUUdDMTJLMDkwMEhEMEIROEdQN1BKMTQ1MA!!/>. Acesso em: 06 fev. 2012.

ANEXO D – Descrição de *tipos* do CRISE

Tipo	Descrição
AERO	Aeródromo, Pista de Aviação
ANTA	Antena
AP	Aeroporto, Base Aérea
AQUE	Aqueduto
AS	Aterro Sanitário
AVR	Antiga Via Romana
AZE	Azenha
BIA	Baía
BRA	Barra
BRRG	Barragem
BXO	Baixo
CAB	Cabo
CAIS	CAIS
CAM	Caminho
CAP	Capela
CAS	Casas
CAST	Castelo
CD	Capital de Distrito
CEL	Central Eléctrica
CF	Estação de Caminhos de Ferro
CJOG	Campo de Jogos
CNL	Canal
CP	Capital de Província
CRUZ	Cruzeiro
CTIR	Carreira de Tiro
DEP	Depósito
DIR	Direcção de Estrada ou Caminho de Ferro
EELV	Estação Elevatória
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FAB	Fábrica
FRL	Farol
FRN	Forno (cal, telha)
FRT	Forte
FTE	Fonte, Chafariz

GRT	Gruta
HOSP	Hospital
IGR	Igreja
ILH	Ilha, Ilhéu
LAG	Lago, Lagoa
MAN	Mangal
MAR	Oceano
MAT	Mata, Bosque, Floresta
MIN	Mina
MIR	Mira douro
MOI	Moinho
MON	Monumento
MRN	Marinha
MTE	Monte, Morro, Cabeço
PCAM	Parque de Campismo
PCO	Poço
PFR	Posto de Fronteira
PISC	Piscina
PJOG	Parque de Jogos
PNAT	Parque Natural
POUS	Pousada
POV	Povoação (lugar de 1 a 10, de 11 a 59 fogos)
POVI	Povoação Importante (lugar com mais de 60 fogos)
PRA	Praia
PSAN	Posto Sanitário
PTA	Ponta
PTE	Ponte
PTNO	Pantano, Paúl
PTO	Porto
R	Rio (mais de 21 a 100 km)
RAP	Rápido, Queda de Água
REG	Região
RI	Rio Importante (com mais de 100 km)
RIB	Ribeiro, Ribeira (até 5km, de 5 a 20km)
RNA	Ruínas
ROC	Roça
SA	Serra

SC	Sede de Concelho
SD	Sede de Distrito
SF	Sede de Freguesia
TUN	Túnel
VASP	Vértice Auxiliar
VE	Vale
VG	Vértice Geodésico
VGf	Vértice Geodésico Fundamental
Vias	Ruas, avenidas, praças, etc.
Entidades	Museus, bibliotecas, serviços públicos, etc.

ANEXO E – Topônimos do *corpus* de análise

Adaúfe, A.H. (sede de freguesia)
Agra, A.H.
Agrafonte, A.H.
Agrelo, A.H.
Agrinha, A.H.
Aldeia, A.H.
Aldonça, A.H.
Além do Rio, A.H.
Além, A.H.
Alvar, A.H.
Amarela, A.H.
Andrias, A.H.
Arcos, A.H. (sede de freguesia)
Areal de Baixo, A.H.
Areal de Cima, A.H.
Areias de Baixo, A.H.
Areias de Cima, A.H.
Arentim, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Arentim, A.H. (sede de freguesia)
Armada, A.H.
Arranhadouro, A.H.
Assento, A.H.
Assento, A.H.
Assento, A.H.
Assento, A.H.
Aveleda, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Aveleda, A.H. (sede de freguesia)
Aveleira, A.H.
Bairro, A.H.
Bairro, A.H.
Baixo, Bairro de, A.H.
Baixo, Moinho de, A.H.
Balbeira, A.H.
Barbeto, A.H.
Barral, A.H.
Barral, Ribeiro do, A.F.
Barredo, A.H.
Barreiro, A.H.
Barreiro, A.H.
Barrimau, A.H.
Barros, A.H.
Barros, A.H.
Barroso, A.H.
Bela Vista, A.H.
Bela Vista, A.H.
Bica, A.H.
Bicainha, A.H.

Boavista, A.H.
Boavista, A.H.
Boavista, A.H.
Bocas, A.H.
Bouça, A.H.
Bouça, A.H.
Bouça, A.H.
Boucinha, A.H.
Braga, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Braga, A.H. (sede de distrito)
Burgo, A.H.
Cabanas, A.H.
Cabraínha, A.H.
Cabreiros, A.H. (sede de freguesia)
Cabrita, A.H.
Cachada, A.H.
Cachada, A.H.
Cachada, A.H.
Cadói, A.H.
Calçada, A.H.
Calçada, A.H.
Caldas, A.H.
Campelos, Monte de, A.F.
Cancela, A.H.
Carcavelos, A.H.
Cardosas, A.H.
Caridade, A.H.
Carrascal, A.H.
Carrascos, A.H.
Carregal, A.H.
Carregal, A.H.
Carreiro, A.H.
Carvalhal, A.H.
Carvalhal, A.H.
Carvalheira, A.H.
Carvalhos, A.H.
Carvalhos, Serra dos, A.F.
Casal Novo, A.H.
Castelhãos, A.H.
Castro Mau, A.H.
Cávado, Rio, A.F.
Cávado, Rio, A.F.
Cedro, A.H.
Celeiroz, A.H. (sede de freguesia)
Chão, A.H.
Chãos, A.H.
Chascas, A.H.
Chouza, A.H.
Cide, A.H.
Cividade, A.H. (sede de freguesia)

Codeçoza, A.H.
Cones, A.H.
Confeiteira, A.H.
Consolação, A.H.
Corgas, A.H.
Corgo, A.H.
Correia, A.H.
Corrente, A.H.
Cortinha, A.H.
Cortinhas, A.H.
Costa, A.H.
Costa, A.H.
Costa, A.H.
Costa, A.H.
Coucineiro, A.H.
Couço, A.H.
Covas, A.H.
Covêlo, A.H.
Covo, A.H.
Crasto, A.H.
Crasto, Alto do, A.F.
Crespos, A.H. (sede de freguesia)
Cruz, A.H.
Cruzeiro, A.H.
Cruzes, A.H.
Cruzinha, A.H.
Cunha, A.H. (sede de freguesia)
Dadim, A.H.
Dadim, Monte de, A.F.
Devesa, A.H.
Doze Sobreiros, A.H.
Dume, A.H. (sede de freguesia)
Eido, A.H.
Eira da Sé, A.H.
Eira Velha, A.H.
Eiras, A.H.
Escudeiros, A.H. (sede de freguesia)
Espadanido, A.H.
Espeçande, A.H.
Esperança, A.H.
Espinho, A.H. (sede de freguesia)
Esporões, A.H. (sede de freguesia)
Este, A.H.
Este, Rio, A.F.
Este, Rio, A.F.
Estrada Velha, A.H.
Estrada, A.H.
Estrada, A.H.
Estrada, A.H.
Estrada, A.H.

Estrada, A.H.
Feijoal, A.H.
Feira Nova, A.H.
Felgueiras, A.H.
Ferreiros, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Ferreiros, A.H. (sede de freguesia)
Figueiredo, A.H. (sede de freguesia)
Fojo, Vale do, A.F.
Fontainhas, Bairro das, A.H.
Fonte, A.H.
Fontelo, A.H.
Fradelos, A.H. (sede de freguesia)
Fraião, A.H. (sede de freguesia)
Freire, A.H.
Frio, Monte, A.F.
Fronteira Verde, A.F. ("Mata, Bosque, Floresta")
Frossos, A.H. (sede de freguesia)
Gaião, A.H.
Gaião, A.H.
Gaiosa, A.H.
Galho, Monte do, A.F.
Galos, A.H.
Gandarela, A.H.
Gandra, A.H.
Goja, A.H.
Gondizalves, A.H. (sede de freguesia)
Graça, Monte da, A.F.
Graça, Monte da, A.F.
Graciosa, A.H.
Gualtar, A.H. (sede de freguesia)
Gualtar, Ribeira de, A.F.
Guisande, A.H. (sede de freguesia)
Henriqueta, Bairro, A.H.
Hospital, A.H.
Igreja, A.H.
Igreja, A.H.
Igreja, A.H.
Laboriz, A.H.
Labriosca, Rio, A.F.
Laje, A.H.
Laje, A.H.
Laje, A.H.
Lajes, A.H.
Lajes, A.H.
Lajes, Monte das, A.F.
Lamações, A.H. (sede de freguesia)
Lamas, A.H.
Lamas, A.H. (sede de freguesia)
Lameira, A.H.
Lamela, A.H.

Lamela, A.H.
Lavegada, A.H.
Leijada, A.H.
Lomar, A.H. (sede de freguesia)
Longra, A.H.
Loural, A.H.
Loureiro, A.H.
Macada, A.H.
Marco, A.H.
Mariz, A.H.
Martim, A.H.
Maximinos, A.H. (sede de freguesia)
Mazagão, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Melhorado de Cima, A.H.
Mire de Tibães, A.H. (sede de freguesia)
Misericórdia, A.H.
Moimenta, A.H.
Moinhos, A.H.
Monte das Cruzes, A.H.
Monte do Porto, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Monte, A.H.
Morreira, A.H. (sede de freguesia)
Morreira, Ribeiro de, A.F.
Mota, A.H.
Mouquim, A.H.
Mouta, A.H.
Moutinho, A.H.
Muro, A.H.
Naia, A.H.
Navarra, A.H. (sede de freguesia)
Nogueira, A.H.
Nogueira, A.H. (sede de freguesia)
Nogueiro, A.H. (sede de freguesia)
Nora, A.H.
Nova, Ponte, A.H.
Nova, Ponte, A.H.
Novainho, A.H.
Noval, A.H.
Novo, Bairro, A.H.
Novo, Lugar, A.H.,
Oliveira, A.H.

Oliveira, A.H. (sede de freguesia)
Ortigueira, A.H.
Ossada, A.H.
Outão, A.H.
Outeiral, A.H.
Outeirinho, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, A.H.
Outeiro, Vale do, A.F.
Paço, A.H.
Padim da Graça, A.H. (sede de freguesia)
Padim, A.H.
Padrão, A.H.
Padrão, A.H.
Padrão, A.H.
Padrão, A.H.
Palmeira, A.H. (sede de freguesia)
Panóias, A.H. (sede de freguesia)
Panóias, Ribeira de, A.F.
Parada de Tibães, A.H. (sede de freguesia)
Paradela, A.H.
Passos, A.H. (sede de freguesia)
Pateira, A.H.
Paulinos, A.H.
Pecelar, A.H.
Pedralva, A.H. (sede de freguesia)
Pedreira, A.H.
Pedreira, A.H.
Pedrogos, A.H.
Pegada, A.H.
Penedo, A.H.
Penelas, A.H.
Picos, Serra dos, A.F.
Picoto, A.H.
Picoto, A.H.
Picoto, A.H.
Pidre, A.H.
Pinheirinho, A.H.
Pinheiro de Baixo, A.H.
Pinheiro de Cima, A.H.
Pinheiro, A.H.

Pipe, A.H.
Pitancinhos, A.H.
Poça, A.H.
Pomarelho, A.H.
Ponte Falcão, A.H.
Ponte, A.H.
Ponte, A.H.
Pontezinhas, A.H.
Pontinha, A.H.
Portas do Bom Jesus, A.H. (capela)
Portela, A.H.
Portelo, A.H.
Porto, A.H.
Pousada, A.H. (sede de freguesia)
Póvoa, A.H.
Presa, Ribeira da, A.F.
Priscos, A.H. (sede de freguesia)
Provencias, Ribeira de, A.F.
Quebradas, A.H.
Quebradas, A.H.
Queixadas, A.H.
Quinta, A.H.
Quinta, A.H.
Quintais de Baixo, A.H.
Quintão, A.H.
Quinteiro, A.H.
Quintela, A.H.
Quintela, A.H.
Real, A.H. (sede de freguesia)
Redondo, A.H.
Redondo, A.H.
Regadas, A.H.
Regadas, A.H.
Remelhe, A.H.
Requeixo, A.H.
Resende, A.H.
Ribeira, A.H.
Ribeiro, A.H.
Ribeiro, A.H.
Rio Mau, Monte de, A.F.
Rio, Aldeia do, A.H.
Rola, A.H.
Romil, A.H.
Rossas, A.H.
Rua de Cima, A.H.
Rua, A.H.
Ruães, A.H.
Ruilhe, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Ruilhe, A.H. (sede de freguesia)
Sacota, A.H.

Salgado, A.H.
Salgueirinha, A.H.
Sampaio, A.H.
Santa Cruz, A.H.
Santa Lucrécia de Algeriz, A.H. (sede de freguesia)
Santa Maria Madalena, A.H. (capela)
Santana de Vimieiro, A.H. (sede de freguesia)
Santo António, A.H.
Santo António, A.H. (capela)
Santo António, A.H. (capela)
Santo Estêvão, A.H. (sede de freguesia)
Santo Estevão, Vale de, A.F.
Santuário, A.H. (igreja)
São Bento, A.H. (capela)
São Gregório, A.H. (capela)
São João do Souto, A.H. (sede de freguesia)
São José de São Lázaro, A.H. (sede de freguesia)
São Mamede, A.H. (sede de freguesia)
São Martinho, Ribeiro de, A.F.
São Miguel, A.H.
São Paio, A.H. (sede de freguesia)
São Pedro, A.H. (sede de freguesia)
São Pedro, A.H. (sede de freguesia)
São Roque, A.H.
São Sebastião, A.H.
São Tomé, A.H.
São Tomé, A.H. (ruínas)
São Vicente, A.H.
São Vicente, A.H.
São Vicente, A.H. (sede de freguesia)
São Vicente, A.H. (sede de freguesia)
São Víctor, A.H. (sede de freguesia)
Sé, A.H. (sede de freguesia)
Seixido, A.H.
Semelhe, A.H. (sede de freguesia)
Senhora da Graça, A.H.
Senhora das Sete Fontes, A.H.
Senhora do Calvário, A.H. (capela)
Senhora do Carmo, A.H. (capela)
Senhora do Padrão, A.H. (capela)
Senhora dos Prazeres, A.H. (capela)
Senhoriz, A.H.
Senra, A.H.
Sequeira, A.H. (sede de freguesia)
Serrela, A.H.
Sobrado, A.H.
Sobreiro, A.H.
Sobreposta, A.H. (sede de freguesia)
Soito Chão, A.H.
Soutelinho, A.H.

Soutelo, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Souto, A.H.
Sub-Carreira, A.H.
Subida, A.H.
Tadim, A.H. (estação de caminhos de ferro)
Tadim, A.H. (sede de freguesia)
Tebosa, A.H. (sede de freguesia)
Telhado, A.H.
Tenões, A.H. (sede de freguesia)
Termo, A.H.
Torneiros, A.H.
Torre, A.H.
Torre, A.H.
Torrente, A.H.
Torto, Rio, A.F.
Trandeiras, A.H. (sede de freguesia)
Trás das Bouças, A.H.
Travessas, A.H.
Trezeste, A.H.
Vale, A.H.
Valinhos, A.H.
Varzea, A.H.
Várzea, A.H.
Varziela, A.H.
Vasconcelos, Monte de, A.F.
Veiga, Rio da, A.F.
Vela, Alto da, A.F.
Venda, A.H.
Vendas, A.H.
Ventosa, A.H.
Ventoso, A.H.
Verdasca, A.H.
Vieiros, A.H.
Vila Nova, A.H.
Vilaça, A.H. (sede de freguesia)
Vilaça, Cruzeiro de, A.H.
Vilar, A.H.
Vinha, A.H.

ANEXO F – Distrito de Braga: a faixa ocidental e o Oceano Atlântico

ENCICLOPÉDIA DAS LOCALIDADES PORTUGUESAS. MAPA DE PORTUGAL. **Distrito de Braga:** mapa dos concelhos e cidades. Disponível em: <<http://www.mapadeportugal.net/distrito.asp?n=braga>>. Acesso em: 5 out. 2012.

ANEXO G – Sete fontes

Pesquisa de Património

Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no século XVIII, designado por «Sete Fontes» - detalhe

Designação

Designação	Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no século XVIII, designado por «Sete Fontes»
Outras Designações	-
Categoria / Tipologia	Arquitectura Civil / Fontanário
Inventário Temático	-

Localização

Divisão Administrativa	Braga / Braga / Braga (São Vitor)
Endereço / Local	-

Protecção

Situação Actual	Classificado
Categoria de Protecção	Classificado como MN - Monumento Nacional
Cronologia	Decreto n.º 16/2011, DR, 1.ª série, n.º 101, de 25-05-2011 (ver Decreto) Procedimento promovido até 31 de Dezembro de 2011 pelo Despacho n.º 19338/2010, DR, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Dezembro (ver Despacho) Despacho de homologação de 29-05-2003 do Ministro da Cultura Parecer de 7-05-2003 do Conselho Consultivo do IPPAR a propor a classificação como MN Proposta de 5-05-2003 da DRPorto para a classificação como CIP Despacho de concordância de 2-04-2001 do Vice-Presidente do IPPAR Proposta de 27-03-2001 da DRPorto para a redefinição da área a classificar Despacho de abertura de 18-04-1995 do Presidente do IPPAR Proposta de abertura de 11-04-1995 da DRPorto Proposta de classificação de 27-03-1995 da ASPA
ZEP	Portaria n.º 576/2011, DR, 2.ª série, n.º 110, de 7-06-2011(ver Portaria) Despacho de 4-10-2010 do Director do IGESPAR, I.P. a indeferir as reclamações apresentadas Parecer de 29-09-2010 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. a propor o indeferimento de diversas reclamações apresentadas Parecer favorável de 30-04-2009 do Conselho Consultivo do IGESPAR, I.P. Proposta de 27-01-2009 da DRCNorte
Zona "non aedificandi"	-
Abrangido em ZEP ou ZP	Sim
Abrangido por outra classificação	Não
Património Mundial	-

Descrições

Nota Histórico-Artística	<p>A questão do abastecimento de água às cidades foi objecto de especial atenção ao longo dos séculos, embora com soluções diferenciadas em função dos meios técnicos e das possibilidades de cada época. Foi, no entanto, no decorrer dos séculos XVII e XVIII que o problema se colocou, novamente, e com maior acuidade, em consequência de uma série de factores, como o crescimento das cidades, mas também as melhorias técnicas, a importância da água no período barroco enquanto elemento indissociável da denominada "festa barroca", ou do próprio pensamento iluminista (ROSSA, 1989, p. 115). A estes factores veio juntar-se, naturalmente, o prestígio granjeado por parte de quem impulsionava as obras, que via assim reforçada a sua imagem.</p> <p>Em Braga, esta preocupação parece ter cabido, em larga medida, aos seus Arcebispos, que se interessaram pela questão da água desde, pelo menos, o século XVI. No início da centúria, D. Diogo de Sousa fazia chegar a água à Fonte dos Granginhos, em 1531 até à Fonte de Santiago e à da Pracinha, mandou construir a fonte da Carcova e edificou o fontanário no largo do Paço. Por sua vez, D. Rodrigo de Moura Telles abasteceu o Hospital de São Marcos e substituiu a última fonte referida pela dos Castelos (COSTA, 04/06/2001).</p> <p>É verdade que esta obras facilitaram o abastecimento da água, mas seria necessário esperar pelo governo de D. José de Bragança, irmão legítimo do rei Magnânimo e que pôs fim a 13 anos de sede vacante, para que Braga pudesse dispor de uma eficaz rede de águas, abrangendo toda a cidade, e chegando às próprias habitações, que evitavam, assim, recorrer aos fontanários públicos. D. José interessou-se por este assunto imediatamente após a sua chegada a Braga, logo em Agosto de 1741, e as obras decorreram a bom ritmo, pois a primeira data patente num dos depósitos é de 1744. A amplitude e eficácia desta obra foi de tal ordem que a rede se manteve em funcionamento até cerca de 1913, conservando-se ainda hoje (IDEM).</p> <p>É notável o sistema de engenharia hidráulica setecentista. As minas subterrâneas situam-se num local, a Norte da cidade, denominado "sete fontes". Destas minas, a água segue por galerias e condutas de pedra capeadas, apresentando uma série de depósitos à superfície (estrutura na junção de minas de água), dois dos quais datados e com a pedra de armas do Bispo. O mais antigo ostenta a data de 1744 no lintel da porta de entrada; e o outro remonta a 1752, ambos com a pedra de armas de D. José de Bragança. Um outro exhibe as quinas de Portugal, outros dois revelam uma estrutura cilíndrica sobre base circular de cantaria, outro ainda tem cúpula piramidal. Dos depósitos, a água segue para a cidade através de uma conduta, distribuindo-se pelas casas, fontanários, quintas, conventos, etc. O percurso total é de cerca de 3500 m.</p> <p>Nesta extraordinária obra, encontramos não apenas uma funcionalidade destinada a melhorar as condições de vida da cidade, mas também uma significativa obra hidráulica, e um testemunho de arquitectura barroca que importa preservar como um todo, sem esquecer que esta estrutura só faz sentido se conservar a sua funcionalidade primeira e fundamento da sua existência - a água que corre no seu interior. Nesta medida, o sistema conhecido por Sete Fontes é mais do que um bem patrimonial; ele é, igualmente, um bem ambiental.</p> <p>(Rosário Carvalho)</p>
--------------------------	---

Imagens

Bibliografia

Título	""CHAFARIZ", Dicionário da Arte Barroca em Portugal"
Local	Lisboa
Data	1989
Autor(es)	ROSSA, Walter
Título	""A destruição das Sete Fontes", Diário do Minho"
Local	-
Data	2000
Autor(es)	-
Título	""O Arcebispo Dom José de Bragança e as Sete Fontes", Diário do Minho"
Local	-
Data	2002
Autor(es)	COSTA, Luís
Título	""Sobre as Sete Fontes", Diário do Minho"
Local	-
Data	2001
Autor(es)	COSTA, Luís

INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO. **Pesquisa de Património**: Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no século XVIII, designado por «Sete Fontes» - detalhe. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/156333/>>. Acesso em: 8 out. 2012.